



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1112

Terça-feira - 06 de Novembro de 2012

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Antônio Carlos	1
Braço do Trombudo	2
Caçador	7
Campo Alegre	20
Campos Novos	24
Canoinhas	25
Catanduvas	25
Chapadão do Lageado	28
Concórdia	29
Cordilheira Alta	30
Coronel Martins	39
Corupá	41
Forquilha	43
Fraiburgo	44
Garopaba	54
Gaspar	68
Guaramirim	108
Herval d'Oeste	109
Imbituba	117
Ipumirim	119
Irineópolis	121
Joaçaba	121
Lages	125
Lauro Muller	125
Lebon Regis	125
Luzerna	125
Massaranduba	130
Nova Trento	131
Novo Horizonte	132
Palhoça	137
Porto Belo	170
Porto União	170
Rio do Sul	174
São Bento do Sul	178
São Lourenço do Oeste	187
Schroeder	195
Timbó	231
Tunápolis	235
Turvo	235
Vargeão	235
Videira	235
Vitor Meireles	236

Consórcios

ARIS	236
CIS/AMFRI	236

CIS/AMURES	237
CITMAR	245
CISAMA	246

Antônio Carlos

PREFEITURA

Extrato de Primeiro Termo Aditivo ao Contrato N° 148/2012

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato: nº. 148/2012; Origem: Tomada de Preços nº. 014/2012 - Processo Licitatório nº. 104/2012; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: CONPESA Construção Pesada Ltda; Objeto: aditar o prazo do presente contrato, que consiste na execução de serviços de Terraplenagem, Drenagem e Pavimentação Asfáltica do trecho final da Rua Dos Imigrantes - Antônio Carlos/SC, Estaca 0pp até 10,539m; Prazo do aditivo: Fica prorrogado por mais 30 (trinta) dias, de 07/11/2012 á 06/12/2012.

Antônio Carlos, 05 de Novembro de 2012.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Autorizo a empresa "DIARIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS". DOM a publicar o Extrato de Termo Aditivo.

Antônio Carlos, 05 de Novembro de 2012.
Atenciosamente:
MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Extrato de Terceiro Termo Aditivo ao Contrato N° 114/2012

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº. 114/2012; Origem: Processo Licitatório nº. 076/2012 - Tomada de Preço nº. 011/2012; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC. Contratada: Abrix Construções Ltda ME; Objeto: aditar o prazo do presente contrato, que consiste na execução de serviços de construção de uma ponte em concreto protendido (4,00 x 15,00m), com fornecimento de materiais e mão de obra sobre o Rio Rachadel, na Rua

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Danilo Murilo Chagas da Silva e Wendel F. R. da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Matias Pedro Mannes, localidade de Rachadel, do Município de Antonio Carlos; Prorrogação de prazo: 45 (quarenta e cinco) dias, de 04/11/2012 á 18/12/2012.

Antônio Carlos, 1 de Novembro de 2012.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Autorizo a empresa "DIARIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS". DOM a publicar o Extrato de Termo Aditivo.

Antônio Carlos, de Novembro de 2012.

Atenciosamente:

MAURO CESAR DA SILVEIRA

Secretario de Administração e Finanças

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Pregão 43/2012 SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO 51/2012

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 43/2012 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC, torna público para conhecimento dos interessados que as 10:00 horas do dia 22.11.2012, estará selecionando a melhor proposta para Serviços de Detonação de Cascalheira. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo departamento de licitações da Prefeitura Municipal pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 01 de novembro de 2012.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

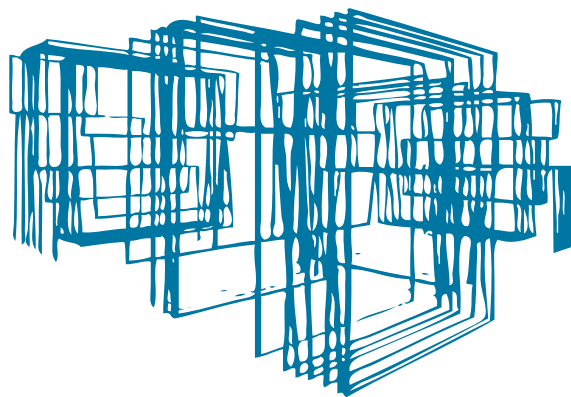
Prefeito Municipal

PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



www.ciga.sc.gov.br



Programa de Gestão de Obras

Análise de projetos e obras em alto nível:
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

www.ciga.sc.gov.br

Ata de Registro Preço 10/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 1/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2012

Número do Registro de Preços: 10/2012 Data do Registro: 03/05/2012 Válido até: 03/05/2013

Objeto da Compra: Serviços de recapagens de pneus para Secretaria de Obras, Estr. Serv. Urb. Agropecuários.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Vulcanizo de pneus 18x4x30 com manhão (9156)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS ARI LTDA (6371)	TIPLER	0	75,0000	1
			COMERCIO DE RECAPADORA DE PNEUS KUMEROW LTDA (8955)	LEVORIN	0	85,0000	2
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	RUBBERNEW	0	145,0000	3
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	VIPAL	0	170,0000	4
2	Recape de pneus 14.9x28 a quente (9157)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS ARI LTDA (6371)	TIPLER	0	430,0000	1
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	RUBBERNEW	0	450,0000	2
			COMERCIO DE RECAPADORA DE PNEUS KUMEROW LTDA (8955)	LEVORIN	0	500,0000	3
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	VIPAL	0	550,0000	4
3	Vulcanizo pneu 14.9x28 com manhão (9158)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS ARI LTDA (6371)	TIPLER	0	70,0000	1
			COMERCIO DE RECAPADORA DE PNEUS KUMEROW LTDA (8955)	LEVORIN	0	80,0000	2
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	RUBBERNEW	0	135,0000	3
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	VIPAL	0	160,0000	4
4	Recape de pneu 18x4x30 a quente (9159)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS ARI LTDA (6371)	TIPLER	0	550,0000	1
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	RUBBERNEW	0	560,0000	2
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	VIPAL	0	870,0000	3
5	Recape de pneu 750x16 agricola a quente (9160)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	RUBBERNEW	0	110,0000	1
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS ARI LTDA (6371)	TIPLER	0	120,0000	2
			COMERCIO DE RECAPADORA DE PNEUS KUMEROW LTDA (8955)	LEVORIN	0	170,0000	3
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	VIPAL	0	185,0000	4
6	Vulcanizo pneu 1300x24 com manhão (9161)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS ARI LTDA (6371)	TIPLER	0	70,0000	1
			COMERCIO DE RECAPADORA DE PNEUS KUMEROW LTDA (8955)	LEVORIN	0	75,0000	2
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	RUBBERNEW	0	135,0000	3
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	VIPAL	0	160,0000	4
7	Vulcanizo pneu 1400x24 com manhão (9162)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS ARI LTDA (6371)	TIPLER	0	50,0000	1
			COMERCIO DE RECAPADORA DE PNEUS KUMEROW LTDA (8955)	LEVORIN	0	60,0000	2
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	VIPAL	0	165,0000	3
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	RUBBERNEW	0	170,0000	4
8	Vulcanizo pneu 17,5x25 com manhão (9163)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS ARI LTDA (6371)	TIPLER	0	80,0000	1
			COMERCIO DE RECAPADORA DE PNEUS KUMEROW LTDA (8955)	LEVORIN	0	90,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2012

Número do Registro de Preços: 10/2012

Data do Registro: 03/05/2012

Válido até: 03/05/2013

Objeto da Compra: Serviços de recapagens de pneus para Secretaria de Obras, Estr. Serv. Urb. Agropecuários.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
9	Vulcanizo tip top nº 05 para uso interno no pneu (9164;	UND	RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	VIPAL	0	140,0000	3
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	RUBBERNEW	0	170,0000	4
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS ARI LTDA (6371)	TIPLER	0	9,0000	1
			COMERCIO DE RECAPADORA DE PNEUS KUMEROW LTDA (8955)	LEVORIN	0	10,0000	2
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	RUBBERNEW	0	18,0000	3
10	Vulcanizo tip top nº 06 para uso interno no pneu (9165;	UND	RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	VIPAL	0	25,0000	4
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS ARI LTDA (6371)	TIPLER	0	9,0000	1
			COMERCIO DE RECAPADORA DE PNEUS KUMEROW LTDA (8955)	LEVORIN	0	10,0000	2
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	VIPAL	0	30,0000	3
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	RUBBERNEW	0	35,0000	4
11	Vulcanizo tip top nº 07 para uso interno no pneu (9166;	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS ARI LTDA (6371)	TIPLER	0	7,0000	1
			COMERCIO DE RECAPADORA DE PNEUS KUMEROW LTDA (8955)	LEVORIN	0	8,0000	2
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	VIPAL	0	13,0000	3
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	RUBBERNEW	0	19,0000	4
12	Vulcanizo tip top nº 08 para uso interno no pneu (9167;	UND	COMERCIO DE RECAPADORA DE PNEUS KUMEROW LTDA (8955)	LEVORIN	0	7,0000	1
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS ARI LTDA (6371)	TIPLER	0	10,0000	2
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	VIPAL	0	45,0000	3
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS ARI LTDA (6371)	TIPLER	0	18,0000	1
			COMERCIO DE RECAPADORA DE PNEUS KUMEROW LTDA (8955)	LEVORIN	0	20,0000	2
13	Vulcanizo tip top nº 09 para uso interno no pneu (9168;	UND	RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	VIPAL	0	28,0000	3
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	RUBBERNEW	0	40,0000	4
			COMERCIO DE RECAPADORA DE PNEUS KUMEROW LTDA (8955)	LEVORIN	0	15,0000	1
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS ARI LTDA (6371)	TIPLER	0	35,0000	2
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	VIPAL	0	45,0000	3
14	Vulcanizo tip top nº 10 para uso interno no pneu (9169;	UND	COMERCIO DE RECAPADORA DE PNEUS KUMEROW LTDA (8955)	LEVORIN	0	15,0000	1
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS ARI LTDA (6371)	TIPLER	0	35,0000	2
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	VIPAL	0	45,0000	3
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS ARI LTDA (6371)	TIPLER	0	260,0000	1
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	LEVORIN	0	274,0000	2
15	Recape de pneu 1000x20 radial, borrachudo, a frio especial para pedra com no mínimo 20 mm de espessura de borracha. (9170)	UND	COMERCIO DE RECAPADORA DE PNEUS KUMEROW LTDA (8955)	LEVORIN	0	325,0000	3
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	VIPAL	0	328,0000	4
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS ARI LTDA (6371)	TIPLER	0	260,0000	1
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	LEVORIN	0	274,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 3/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2012

Número do Registro de Preços: 10/2012

Data do Registro: 03/05/2012

Válido até: 03/05/2013

Objeto da Compra: Serviços de recapagens de pneus para Secretaria de Obras, Estr. Serv. Urb. Agropecuários.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
16	Recape de pneu 900x20 radial, borrachudo, a frio especial, para pedra com no mínimo 20 mm de espessura de borracha. (9171)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS ARI LTDA (6371)	TIPLER	0	250,0000	1
			COMERCIO DE RECAPADORA DE PNEUS KUMEROW LTDA (8955)	LEVORIN	0	270,0000	2
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	VIPAL	0	318,0000	3
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	RUZZI	0	320,0000	4
17	RECAPE DE PNEU 1300 X 24 - A QUENTE (2654)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS ARI LTDA (6371)	TIPLER	0	380,0000	1
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	RUBBERNEW	0	400,0000	2
			COMERCIO DE RECAPADORA DE PNEUS KUMEROW LTDA (8955)	LEVORIN	0	500,0000	3
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	VIPAL	0	525,0000	4
18	RECAPE DE PNEU 1400 X 24 - A QUENTE (2655)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS ARI LTDA (6371)	TIPLER	0	390,0000	1
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	RUBBERNEW	0	414,0000	2
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	VIPAL	0	585,0000	3
			COMERCIO DE RECAPADORA DE PNEUS KUMEROW LTDA (8955)	LEVORIN	0	635,0000	4
19	RECAPE DE PNEU 17,5 X 25 - A QUENTE (2658)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS ARI LTDA (6371)	TIPLER	0	480,0000	1
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	RUBBERNEW	0	500,0000	2
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	VIPAL	0	650,0000	3
			COMERCIO DE RECAPADORA DE PNEUS KUMEROW LTDA (8955)	LEVORIN	0	750,0000	4
20	DUPLAGEM DE PNEU 1300 X 24 (4746)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS ARI LTDA (6371)	TIPLER	0	380,0000	1
			COMERCIO DE RECAPADORA DE PNEUS KUMEROW LTDA (8955)	LEVORIN	0	400,0000	2
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	VIPAL	0	545,0000	3
21	DUPLAGEM DE PNEU 1400 X 24 (4747)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS ARI LTDA (6371)	TIPLER	0	450,0000	1
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	VIPAL	0	470,0000	2
			COMERCIO DE RECAPADORA DE PNEUS KUMEROW LTDA (8955)	LEVORIN	0	500,0000	3
22	DUPLAGEM DE PNEU 17,5 X 25 (4748)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS ARI LTDA (6371)	TIPLER	0	480,0000	1
			COMERCIO DE RECAPADORA DE PNEUS KUMEROW LTDA (8955)	LEVORIN	0	500,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 4/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2012**Número do Registro de Preços: 10/2012 Data do Registro: 03/05/2012 Válido até: 03/05/2013****Objeto da Compra:** Serviços de recapagens de pneus para Secretaria de Obras, Estr. Serv. Urb. Agropecuários.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (8792)	VIPAL	0	590,0000	3

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2012****PROCESSO Nº 23/2012**

(6371) - RECAUCHUTADORA DE PNEUS ARI LTDA

(8792) - RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA

(8954) - RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP

(8955) - COMERCIO DE RECAPADORA DE PNEUS KUMEROW LTDA

BRACO DO TROMBUDO , 3 de Maio de 2012.

Caçador

PREFEITURA

Aviso de Licitação PR 16-2012 Assistencia Social

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CAÇADOR/SC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: Pregão Presencial nº 16/2012

TIPO: Menor Preço

OBJETO: Registro de Preços para AQUISIÇÃO DE 120 CESTAS BÁSICAS DESTINADAS A FAMILIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL. (itens descritos no Edital).

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 14h00min do dia 22/11/2012.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 22/11/2012.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos, situada na Avenida Santa Catarina, 195, no horário de expediente em vigor ou no site do Município de Caçador: www.cacador.sc.gov.br ou pelo e-mail: licitacoes@cacador.sc.gov.br.

Caçador, 01 de novembro de 2012.

MARINÊS D. COLAÇO

Secretária Municipal de Assistência Social

Decisão Prefeito CC 06

Gabinete do Prefeito

Recebi hoje.

Analisando o recurso interposto pela empresa FUNDAMENTO CONSTRUTORA LTDA, através do protocolo nº 12454/2012, o parecer jurídico nº 383/2012, as razões da digna Comissão de Licitações, bem como todos os documentos do presente processo, profiro a seguinte

DECISÃO:

Adoto a opinião da Comissão de Licitações, como razões de decidir, para confirmar a desclassificação da empresa recorrente, tendo em vista o descumprimento de cláusulas editalícias, por não ter apresentado documento exigido no Edital, negando provimento ao recurso impetrado.

Publique-se.

Intimem-se.

Cumpra-se.

Caçador, SC, 29 de outubro de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal

Contrato 115-2012 Prefeitura

Contrato nº 115/2012 - PREFEITURA - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE CRECHE NA RUA CANÁRIO, LOTEAMENTO SANTA TEREZINHA, BAIRRO MARTELLO, PELO PROGRAMA FEDERAL PRÓ INFÂNCIA. Referente ao processo licitatório nº 81/2012 Concorrência nº 07/2012. Contratada: CONSTRUTORA E INCORPORADORA GG BRUSCHI LTDA/CNPJ sob nº 73.461.196/0001-95. Valor Total: R\$ 1.427.514,56. Prazo: 270 (duzentos e setenta) dias corridos contados a partir da emissão da ordem de serviço.

Contrato 116-2012 Prefeitura

Contrato nº 116/2012 - PREFEITURA - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE CRECHE NA RUA LUIZ TORTATTO, BAIRRO NOSSA SENHORA DA SALETE, PELO PROGRAMA FEDERAL PRÓ INFÂNCIA. Referente ao processo licitatório nº 82/2012 Concorrência nº 08/2012. Contratada: NL CONSTRUÇÕES LTDA ME/CNPJ sob nº 81.601.171/0001-78. Valor Total: R\$ 1.368.341,59. Prazo: 270 (duzentos e setenta) dias corridos contados a partir da emissão da ordem de serviço.

Contrato 117-2012 Prefeitura

Contrato nº 117/2012 - PREFEITURA - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE GINÁSTICA ARTÍSTICA PARA REALIZAÇÃO DOS 52º JASC. Referente ao processo licitatório nº 133/2012 Inexigibilidade nº 14/2012. Contratada: SANTOS & BASSOLI LTDA-ME/CNPJ sob nº 02.326.652/0001-46. Valor Total: R\$ 30.000,00. Prazo: o período de realização dos 52º jogos abertos de Santa Catarina, ou seja, de 06 de novembro a 17 de novembro de 2012 no Município de Caçador/SC.

Contrato 118-2012 Prefeitura

Contrato nº 118/2012 - PREFEITURA - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA DA COBERTURA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS MORADA DO SOL, PIERINA SANTIN PERRET, ALCIDES TOMBINI E NOSSA SENHORA SALETE E FECHAMENTO LATERAL DA QUADRA DA ESCOLA ALTO BONITO. Referente ao processo licitatório nº 114/2012 Tomada de Preços nº 12/2012. Contratada: LAJETEC LAJES ARTEFATOS DE CIMENTOS LTDA ME/CNPJ sob nº 72.214.836/0001-08. Valor Total: R\$ 452.751,20. Prazo: 120 (cento e vinte) dias corridos, contados a partir da emissão da ordem de serviço.

Contrato 32-2012 Assistencia Social

Contrato nº 32/2012 - FMAS - 1º aditamento ao contrato administrativo 03-2012 para contratação de empresa especializada para o desenvolvimento de atividades conjuntas para a operacionalização de Programas de Estágio de Estudantes. Acréscimo de valor no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, para a inclusão de pagamento de rescisões contratuais dos estágios, conforme solicitação da Secretária Municipal de Assistência Social e parecer jurídico favorável nº 413/2012. O preço certo e ajustado para a totalidade do acréscimo é de R\$ 12.751,20 (doze mil setecentos e cinquenta e um reais e vinte centavos) conforme planilha de valores referente ao acréscimo para cada estagiário, anexa a solicitação, perfazendo o percentual de 20 % (vinte por cento) do valor total anterior contratado, estando o mesmo de acordo com os percentuais estabelecidos no artigo 65, § 1º da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes. Referente ao processo licitatório nº 01/2012 IL nº 01/2012. Contratado: INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA- IEL/SC/CNPJ sob nº 83.843.912/0001-52. As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

Editais de Notificação Nºs 1495 a 1502

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 053 1495/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZG2339	55693151D	6599/2	08/09/2012	230 * V
MBZ1411	55692053D	5010/0	04/09/2012	162 * I
MIN7911	55481041C	5010/0	02/09/2012	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 30 DE OUTUBRO DE 2012

LUIZ ANTONIO PIAZZON

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 053 1496/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ICT5693	54148533D	6050/1	13/09/2012	208
MCR0297	54148406D	7366/2	29/08/2012	252 * VI
MFP3632	55476862C	7030/3	01/09/2012	244 * I
MIK6730	54148365D	5541/2	29/08/2012	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 30 DE OUTUBRO DE 2012

EZEQUIEL MÁRCIO COLAÇO

AUTORIDADE MUNIC DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1497/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADE1439	55692631D	5169/1	08/08/2012	R\$ 957,69	165
ADE1439	55692717D	5010/0	08/08/2012	R\$ 574,61	162 * I
AOW0273	55477094C	6599/2	19/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
DOR6255	55482391C	6920/0	13/07/2012	R\$ 127,69	233
LWZ5795	55692638D	6912/0	15/08/2012	R\$ 53,20	232
LXJ2260	55477892C	6920/0	13/08/2012	R\$ 127,69	233
MDE7229	54147864D	6599/2	09/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
MTO2935	55477889C	6920/0	10/08/2012	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 30 DE OUTUBRO DE 2012

LUIZ ANTONIO PIAZZON

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1498/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXY5335	55692860D	7366/2	14/08/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MDE7229	54147863D	5541/1	09/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MHU0110	55694451D	5185/1	20/08/2012	R\$ 127,69	167
MKE3251	55692720D	7366/2	11/08/2012	R\$ 85,12	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 30 DE OUTUBRO DE 2012

EZEQUIEL MÁRCIO COLAÇO

AUTORIDADE MUNIC DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 053 1499/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJN5427	55692816D	6920/0	04/10/2012	233
AKX1677	55692512D	5169/1	06/10/2012	165
BGN2776	55692073D	6599/2	16/09/2012	230 * V
BGN2776	55692074D	5010/0	16/09/2012	162 * I
BOL1996	55693236D	5010/0	19/09/2012	162 * I
CIZ2568	55692994D	6726/1	05/10/2012	230 * XVIII
CIZ2568	55694351D	6610/2	05/10/2012	230 * VII
CIZ2568	55694352D	6637/1	05/10/2012	230 * IX
CIZ2568	55694353D	6637/2	05/10/2012	230 * IX
CMK6726	55692987D	6610/2	23/09/2012	230 * VII
DHL8414	55482561C	5045/0	05/10/2012	162 * V
EDP0390	55692789D	6920/0	14/09/2012	233
IJJ5235	55692508D	6599/2	26/09/2012	230 * V
LXE9450	55692566D	5010/0	10/10/2012	162 * I
LXE9450	55693000D	5118/0	10/10/2012	164 c/c 162 * I
LXR3123	55477162C	6599/2	04/10/2012	230 * V
LYF2459	55693237D	5010/0	19/09/2012	162 * I
LYQ5163	55692995D	6599/2	08/10/2012	230 * V
LYQ5163	55692996D	6912/0	08/10/2012	232
LZB0960	55480794C	6599/2	30/09/2012	230 * V
MAH1945	55692875D	6599/2	29/09/2012	230 * V
MAH1945	55692876D	5010/0	29/09/2012	162 * I
MAO0124	55693157D	6599/2	10/10/2012	230 * V
MBE7159	55692821D	6920/0	08/10/2012	233
MBI6645	55693156D	6610/2	07/10/2012	230 * VII
MBR5340	55475781C	6912/0	12/09/2012	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBR5340	55694460D	6610/2	12/09/2012	230 * VII
MBU2420	55692014D	6556/3	08/09/2012	230 * I
MBU2420	55692015D	6637/1	08/09/2012	230 * IX
MBU2420	55692016D	6637/2	08/09/2012	230 * IX
MBU2420	55692017D	6726/1	08/09/2012	230 * XVIII
MBV5226	55692307D	5010/0	07/09/2012	162 * I
MBY2312	55692021D	5010/0	16/09/2012	162 * I
MBY2312	55692022D	5061/0	16/09/2012	163 c/c 162 * I
MBY2312	55692023D	5169/1	16/09/2012	165
MBY2312	55693232D	5274/1	16/09/2012	175
MCS0496	55692007D	5274/1	01/09/2012	175
MDI3918	55692823D	6920/0	09/10/2012	233
MDQ0519	55692818D	6920/0	04/10/2012	233
MEP6224	55477420C	5010/0	15/09/2012	162 * I
MEP6224	55477421C	6599/2	15/09/2012	230 * V
MEP6224	55477422C	5118/0	15/09/2012	164 c/c 162 * I
MEV2500	55692822D	6920/0	09/10/2012	233
MFP3632	55476860C	5045/0	01/09/2012	162 * V
MFP3632	55476861C	6912/0	01/09/2012	232
MFQ1880	55692041D	6653/1	02/10/2012	230 * XI
MFQ1880	55692042D	6726/1	02/10/2012	230 * XVIII
MFQ1880	55692555D	6610/2	02/10/2012	230 * VII
MFQ1880	55692556D	6769/3	02/10/2012	230 * XXII
MFQ1880	55692557D	6769/2	02/10/2012	230 * XXII
MGM0702	54148653D	5010/0	13/10/2012	162 * I
MHM1797	55692005D	5118/0	01/09/2012	164 c/c 162 * I
MIO4611	55692554D	6599/2	26/09/2012	230 * V
MJS5498	55692020D	5061/0	12/09/2012	163 c/c 162 * I
MJS5498	55693230D	5010/0	12/09/2012	162 * I
NKB3335	55692118D	6912/0	02/10/2012	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 30 DE OUTUBRO DE 2012

LUIZ ANTONIO PIAZZON

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 053 1500/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJI2180	54148267D	5487/0	15/09/2012	181 * XI
BVS3957	55692119D	5460/0	03/10/2012	181 * IX
CIP1655	54148142D	6050/2	03/10/2012	208
MBU2420	55692018D	5428/4	08/09/2012	181 * V
MBU2420	55692019D	5720/0	08/09/2012	186 * I
MBU2420	55693228D	5460/0	08/09/2012	181 * IX
MBU2420	55693229D	5185/1	08/09/2012	167
MBV5226	55476568C	5347/0	07/09/2012	178
MBY2312	55693233D	5258/3	16/09/2012	174
MCA4808	55692509D	6050/1	30/09/2012	208
MCC7714	55692886D	6050/1	05/10/2012	208
MCS0496	55692006D	5207/0	01/09/2012	169
MCS0496	55692008D	5720/0	01/09/2012	186 * I
MCS0496	55692009D	5819/8	01/09/2012	193
MCS0496	55692010D	5835/0	01/09/2012	195
MCS0496	55692011D	6050/1	01/09/2012	208
MDI7294	55478945C	6050/1	17/09/2012	208
MDO0556	54148141D	5967/0	03/10/2012	203 * V
MFP3632	54148527D	6068/1	12/09/2012	209
MFP3632	55476859C	6050/1	01/09/2012	208
MFZ7621	55694354D	6050/1	06/10/2012	208
MGT5678	54148548D	5541/2	15/09/2012	181 * XVII
MHU8175	55692877D	7048/1	29/09/2012	244 * II
MHY1226	55692071D	5207/0	16/09/2012	169
MIB0132	54148145D	5568/0	09/10/2012	181 * XIX
MIK4025	55692110D	5207/0	17/09/2012	169

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIV2355	54148144D	5185/1	05/10/2012	167
MJE0636	54148526D	5185/1	12/09/2012	167
MJS5498	55693231D	5738/0	12/09/2012	186 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 30 DE OUTUBRO DE 2012

EZEQUIEL MÁRCIO COLAÇO

AUTORIDADE MUNIC DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1501/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AGY9870	55692755D	6920/0	16/08/2012	R\$ 127,69	233
AOW0273	55477095C	5045/0	19/08/2012	R\$ 191,53	162 * V
BNR3456	55475741C	5169/1	09/06/2012	R\$ 957,69	165
BNR3456	55475742C	5010/0	09/06/2012	R\$ 574,61	162 * I
BNR3456	55477810C	5118/0	09/06/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
DWG9465	55477853C	6920/0	17/07/2012	R\$ 127,69	233
LXG7801	55477084C	6599/2	22/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
LXG7801	55477085C	6610/2	22/07/2012	R\$ 127,69	230 * VII
LYJ5248	55480701C	6599/2	03/06/2012	R\$ 191,53	230 * V
LYY6283	55480181C	6726/1	12/08/2012	R\$ 127,69	230 * XVIII
LYY6283	55693353D	5010/0	12/08/2012	R\$ 574,61	162 * I
MAO4186	55107416C	6599/2	20/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDA3393	55692626D	6610/2	03/08/2012	R\$ 127,69	230 * VII
MDW8075	55692744D	5118/0	24/08/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MEG2963	55475747C	6599/2	16/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
MEG2963	55475748C	5010/0	16/07/2012	R\$ 574,61	162 * I
MFB4036	55480247C	6610/2	16/08/2012	R\$ 127,69	230 * VII
MFB6264	55475746C	6599/2	16/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
MFP1188	55692614D	5010/0	22/07/2012	R\$ 574,61	162 * I
MIJ7164	55475749C	6599/2	24/07/2012	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 30 DE OUTUBRO DE 2012

LUIZ ANTONIO PIAZZON

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1502/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AGF9784	55692746D	5525/0	27/08/2012	R\$ 85,12	181 * XV
LWV3647	55480326C	5207/0	27/07/2012	R\$ 53,20	169
LXG7801	55477086C	5185/1	22/07/2012	R\$ 127,69	167
LYO5713	54148205D	5541/2	07/08/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MHS3312	54147823D	5843/3	13/07/2012	R\$ 127,69	196
MIG5951	54147622D	5541/2	27/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 30 DE OUTUBRO DE 2012

EZEQUIEL MÁRCIO COLAÇO

AUTORIDADE MUNIC DE TRANSITO

Campo Alegre

PREFEITURA

Decreto Nº 7.323 de 05 de Novembro de 2012

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.323 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2012

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Decreta:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato de Trabalho Temporário firmado com a Srª. MÔNICA BERTA BORGES, no Cargo Público e Função de Agente Comunitário de Saúde, Registro no Sistema sob o nº 954979, a partir de 05 de novembro de 2012.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete Prefeito do Município de Campo Alegre/SC,
05 de novembro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
05/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.324 de 05 de Novembro de 2012

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.324 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2012

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL A PEDIDO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 91; Decreta:

Art.1º) Exonerar a pedido do Quadro de Pessoal efetivo do Poder Executivo Municipal, o Servidor - ILÁRIO DE SOUZA, Matrícula Funcional nº 000584, Registro no Sistema Sob o nº 954784, declarando vacância no Cargo Público de Agente Operacional II, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 05 de novembro de 2012.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
05 de novembro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
05/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.325 de 05 de Novembro de 2012

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.325 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2012

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL A PEDIDO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 91; Decreta:

Art.1º) Exonerar a pedido do Quadro de Pessoal efetivo do Poder Executivo Municipal, o Servidor - PEDRO IVONEI GORNIACK, Matrícula Funcional nº 000567, Registro no Sistema Sob o nº 954707, declarando vacância no Cargo Público de Agente Operacional II, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 05 de novembro de 2012.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
05 de novembro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
05/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.326 de 05 de Novembro de 2012

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.326 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2012

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL A PEDIDO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 91; Decreta:

Art.1º) Exonerar a pedido do Quadro de Pessoal efetivo do Poder Executivo Municipal, o Servidor - CÉSAR ELOIR MOURA, Matrícula Funcional nº 000320, Registro no Sistema Sob o nº 830970, declarando vacância no Cargo Público de Agente Operacional I, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 05 de novembro de 2012.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
05 de novembro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
05/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.327 de 05 de Novembro de 2012

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.327 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2012

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 20; Decreta:

Art.1º) Nomear a Srª. MÔNICA BERTA BORGES, Matrícula Funcional nº 000699, Registro no Sistema sob nº 955143, ao Cargo Público de Agente Comunitário de Saúde, Categoria Funcional: ANB - Atividades de Nível Básico, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, na Micro Área - AVENCA e QUEIMADOS II, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006/2002, é o Nível 2, Sub-Nível 21, Referência A, no valor de R\$ 745,19 (setecentos e quarenta e cinco reais e dezenove centavos) mensais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Srª. MÔNICA BERTA BORGES, aprovada em 1º lugar no Concurso Público Municipal nº 001/2012, homologado pelo Decreto 7.026 em data de 16 de maio de 2012.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
05 de novembro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
05/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe do Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.328 de 05 de Novembro de 2012

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.328 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2012

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 20; Decreta:

Art.1º) Nomear a Srª. SILMARA PRESTES MACHADO, Matrícula Funcional nº 000700, Registro no Sistema sob nº 955144, ao Cargo Público e Função de Atendente de Sala, Categoria Funcional: Atividades de Nível Médio, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006, é o Nível 4 Sub-Nível 41, Referência A, no valor de R\$ 985,51 (novecentos e oitenta e cinco reais, cinquenta e um centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação do Srª. SILMARA PRESTES MACHADO, aprovada em 22º lugar no Concurso Público Municipal nº 001/2012, homologado pelo Decreto 7.026 em data de 16 de maio de 2012.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 0
5 de novembro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
05/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe do Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.329 de 05 de Novembro de 2012

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.329 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2012

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 20; Decreta:

Art.1º) Nomear a Srª. ELOÁ CRISTHINE PRIM, Matrícula Funcional nº 000701, Registro no Sistema sob nº 955145, ao Cargo Público e Função de Médico Veterinário, Categoria Funcional ANS - Atividades de Nível Superior, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006, é o Nível 6 Sub-Nível 61, Referência A, no valor de R\$ 2.562,39 (dois mil quinhentos e sessenta e dois reais, trinta e nove centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação do Srª. ELOÁ CRISTHINE PRIM, aprovada em 1º lugar no Concurso Público Municipal nº 001/2012, homologado pelo Decreto nº 7.026 em data de 16 de maio de 2012.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
05 de novembro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
05/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.330 de 05 de Novembro de 2012

Gabinete do Prefeito
DECRETO Nº 7.330 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2012
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,
no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei
Municipal Complementar nº 088 de 15 de março de 2012, em seu
Artigo 22; Decreta:

Art.1º) Nomear o Sr. PEDRO IVONEI GORNIACK, Matrícula Funcional nº 000702, Registro no Sistema sob nº 955146, ao Cargo Público de Agente Operacional IV, Categoria Funcional: Atividades de Nível Intermediário, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006, é o Nível 4 Sub-Nível 41, Referência A, no valor de R\$ 985,51 (novecentos e oitenta e cinco reais, cinquenta e um centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação do Sr. PEDRO IVONEI GORNIACK, aprovado em 2º lugar no Concurso Público Municipal nº 001/2012, homologado pelo Decreto nº 7.026 em data de 16 de maio de 2012.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
05 de novembro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
05/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe do Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.331 de 05 de Novembro de 2012

Gabinete do Prefeito
DECRETO Nº 7.331 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2012
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,
no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei
Municipal Complementar nº 088 de 15 de março de 2012, em seu
Artigo 22; Decreta:

Art.1º) Nomear o Sr. CESAR ELOIR MOURA, Matrícula Funcional nº 000703, Registro no Sistema sob nº 955147, ao Cargo Público de Agente Operacional IV, Categoria Funcional: Atividades de Nível Intermediário, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006, é o Nível 4 Sub-Nível 41, Referência A, no valor de R\$ 985,51 (novecentos e oitenta e cinco reais, cinquenta e um centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação do Sr. CESAR ELOIR MOURA, aprovado em 1º lugar no Concurso Público Municipal nº 001/2012, homologado pelo Decreto nº 7.026 em data de 16 de maio de 2012.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
05 de novembro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
05/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe do Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.332 de 05 de Novembro de 2012

Gabinete do Prefeito
DECRETO Nº 7.332 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2012
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,
no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei
Municipal Complementar nº 088 de 15 de março de 2012, em seu
Artigo 22; Decreta:

Art.1º) Nomear o Sr. ILÁRIO DE SOUZA, Matrícula Funcional nº 000704, Registro no Sistema sob nº 955148, ao Cargo Público de Agente Operacional IV, Categoria Funcional: Atividades de Nível Intermediário, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006, é o Nível 4 Sub-Nível 41, Referência

A, no valor de R\$ 985,51 (novecentos e oitenta e cinco reais, cinquenta e um centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação do Sr. ILÁRIO DE SOUZA, aprovado em 4º lugar no Concurso Público Municipal nº 001/2012, homologado pelo Decreto nº 7.026 em data de 16 de maio de 2012.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
05 de novembro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
05/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe do Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.333 de 05 de Novembro de 2012

Gabinete do Prefeito
DECRETO Nº 7.333 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2012
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 088 de 15 de março de 2012, em seu Artigo 22; Decreta:

Art.1º) Nomear o Sr. LEANDRO PAGANI, Matrícula Funcional nº 000705, Registro no Sistema sob nº 955149, ao Cargo Público de Agente Operacional IV, Categoria Funcional: Atividades de Nível Intermediário, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006, é o Nível 4 Sub-Nível 41, Referência A, no valor de R\$ 985,51 (novecentos e oitenta e cinco reais, cinquenta e um centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação do Sr. LEANDRO PAGANI, aprovado em 5º lugar no Concurso Público Municipal nº 001/2012, homologado pelo Decreto nº 7.026 em data de 16 de maio de 2012.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
05 de novembro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
05/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe do Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.400 de 01 de Novembro de 2012

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 9.400 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2012
CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 187, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Licença Maternidade a Servidora Srª. GABRIELE QUOST TABERT, ocupante do Cargo Público de Professor Auxiliar "em extinção", Matrícula Funcional nº 000520, Registro no Sistema sob nº 954618, por um período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 27 de outubro de 2012 a 23 de fevereiro de 2013.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 27 de outubro de 2012.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
01 de novembro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
01/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.401 de 01 de Novembro de 2012

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 9.401 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2012
DISPÕE SOBRE AVERBAÇÃO DE CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, previsto no Artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica Municipal, em especial a Instrução Normativa TC-07/2008 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina; RESOLVE:

Art.1º) Averbar a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo INSS - Instituto Nacional de Seguro Social, emitida em data de 02 de outubro de 2012, sob Protocolo nº 20024050.100073/12-0; em favor da Servidora Pública Municipal, Srª. RENILDA HRUSCHKA, ocupante do Cargo Público Agente Operacional I, Matrícula Funcional nº 000390, Registro no Sistema sob o nº 887060.

Parágrafo único: A Averbação de Tempo de Contribuição de que trata o caput deste Artigo pelo período de contribuição de 08 (zero oito) anos 01 (zero um) mês e 28 (vinte e oito) dias.

Art.2º) A averbação de que trata o caput do artigo anterior, se dá em razão do Processo Administrativo nº 1681/2012, emitido pelo Serviço de Pessoal desta Municipalidade.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
01 de novembro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
01/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campos Novos

PREFEITURA

Decreto Nº 6.618/2012 de 30/10/2012 Republicado REPUBLICADO

DECRETO Nº 6.618/2012 DE 30/10/2012
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO
SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos,
Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Com amparo no artigo 6º Da Lei nº 3.713 de 16 de dezembro de
2011;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no orça-
mento/2012 do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e
Esgoto, no seguinte projeto/atividade:

I - 17.512.0036.1.038 - OBRAS, AMPLIAÇÕES, E FORMAS NO SIS-
TEMA DE CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA
4.4.90.00.00.00.00.0245 - aplicações diretas - R\$ 560.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito adicional suplementar previsto
no art. 1º, serão utilizados os recursos originários do superávit
financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2011,
no montante de R\$ 560.000,00 (quinhentos e sessenta mil reais).

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente
Decreto em,
30 de outubro de 2012
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

por erro de digitação

Decreto Nº 6.619 de 30/10/2012

DECRETO Nº 6.619 DE 30/10/2012
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GE-
RAL DO MUNICÍPIO.

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos No-
vos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições pri-
vativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c
Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.645 de
01/06/2011 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.713 de
16/12/2011 (Lei Orçamentária),

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no orça-
mento geral do município, no projeto e na atividade abaixo discri-
minado o seguinte elemento de despesa:

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE: 12 - DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL
PROJETO/ATIVIDADE: 2.013 - Manutenção do Departamento do
Ensino Fundamental
Elementosdespesa: 168-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0059.0-Apli-
cações Diretas R\$ 5.582,70

Art. 2º - Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º será utili-
zado o valor de R\$ 5.582,70 (cinco mil, quinhentos e oitenta e dois
reais e setenta centavos), proveniente do Excesso de Arrecadação
- Recursos FNDE referente PDDE.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,
revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente
Decreto em,
30 de outubro de 2012.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.620 de 30/10/2012

DECRETO Nº 6.620 DE 30/10/2012
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GE-
RAL DO MUNICÍPIO.

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos No-
vos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições pri-
vativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c
Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.645 de
01/06/2011 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.713 de
16/12/2011 (Lei Orçamentária),

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no orça-
mento geral do município, no projeto e na atividade abaixo discri-
minado o seguinte elemento de despesa:

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE: 09 - DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIO-
NAL
PROJETO/ATIVIDADE: 2.018 - Manutenção do Ensino FUNDEB
60%
Elementosdespesa: 120-3.1.90.00.00.00.00.0.1.0018.0-Apli-
cações Diretas R\$ 1.000.000,00

Art. 2º - Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º será utili-
zado o valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), provenien-
te do Excesso de Arrecadação - FUNDEB.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,
revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente
Decreto em,
30 de outubro de 2012.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Canoinhas

PREFEITURA

Decreto Nº. 197/2012

DECRETO Nº. 197/2012
CANCELA ALVARÁ PROVISÓRIO

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

DECRETAR

Art.1º- Fica cancelado o Alvará de Licença para Localização e/ou Funcionamento Provisório de JEAN CARLO SCHMIDT, CPF 000.634.009-10, ocupante da vaga de taxi nº 10, no Ponto nº 1, na Rua Getúlio Vargas/Praça Lauro Muller, conforme decisão prolatada em processo administrativo nº 030/2012

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de outubro de 2012.
LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 11/10/2012.

DALSON LUIS SALOMON
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº. 780/2012

PORTARIA Nº. 780/2012

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

NOMEAR PARA EXERCER
CARGO COMISSIONADO

Art.1º - Fica nomeado HÉLIO KRIGINSKI para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor de Manutenção, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, a partir de 10/10/2012, conforme comunicação interna.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de outubro de 2012.
LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças em 25/10/2012.

DALSON LUIS SALOMON
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Edital de Pregão Presencial Nº FMAS 16/2012

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMAS 25/2012
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º FMAS 16/2012

O Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 11.455.005/0001-25, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 22/11/2012, às 9h05min, Pregão Presencial para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONFECÇÃO DE ARTESANATO, A SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DO PROGRAMA E NAS AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS DO CRAS I, II E III. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito/Presidente do Fundo

Catanduvas

PREFEITURA

Portaria P/ 5567/12, de 15.10.2012,

PORTARIA P/ 5567/12, de 15.10.2012,
"Prorroga por prazo determinado, VANUSA FOCESATTO ZIMERMANN"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais e com amparo no art. 2º, VII, da Lei nº 2.255/10, de 28 de abril de 2010,

RESOLVE:

PRORROGAR, por imperativa necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, a admissão de VANUSA FOCESATTO ZIMERMANN, ocupante do Cargo de Professor (a) de Educação Infantil, Nível MG513A, em caráter excepcional e por prazo determinado, com 20 horas semanais, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Este ato prorroga o período constante na Portaria P/ 5500/12, elevando-o até 14 de dezembro de 2012 (em substituição à servidora Sirlei Aparecida F. de Andrade Bridi, que se encontra em licença para tratamento de saúde, mediante apresentação de atestado médico).

Catanduvas, 15 de outubro de 2012.
GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/ 5549/12.

Portaria P/5556/11, de 01.09.12

PORTARIA P/5556/11, de 01.09.12
"Demite, antes do termo final de contratação temporária, Marivania de Fatima Cavalheiro"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 38, I, da Lei Complementar Municipal nº 19/02, de 04.01.2002,

RESOLVE:

DEMITIR, a pedido do(a) Servidor(a) Marivania de Fatima Cavalheiro, ocupante do Cargo Agente de Copa e Higienização, Nível CE-06A, com 40:00 horas semanais, contratado(a) em caráter excepcional, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de

Educação, Cultura e Desporto.

Este ato tem seus efeitos até a presente data, quando o(a) Servidor(a) deixa de exercer suas funções, cessando os efeitos da Portaria P/5401/12.

Catanduvas, 1º de setembro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/5401/12

Portaria P/5557/12, de 01.09.12

PORTARIA P/5557/12, de 01.09.12

“Prorroga por prazo determinado, nomeação de Eliane Moraes de Souza”

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais e com amparo no art. 2º, VII, da Lei nº 2.255, de 28 de abril de 2010, e Edital de Teste Seletivo, nº 001/12, de 30 de janeiro de 2012,

R e s o l v e

PRORROGAR, por imperativa necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, a nomeação de Eliane Moraes de Souza, ocupante do Cargo de Professor(a) de Educação Infantil, Nível MG 506A (com 20:00 horas) semanais, em caráter excepcional e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, em substituição à Servidora Regina Correia de Almeida que encontra-se em Licença para tratamento de saúde - INSS, com os vencimentos de lei.

Este ato prorroga o período constante na Portaria P/5544/12, elevando-o até 14 de dezembro de 2012.

Catanduvas, 01 de setembro de 2012

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/5544/12

Portaria P/5558/12, de 01.09.12

PORTARIA P/5558/12, de 01.09.12

“Prorroga por prazo determinado, nomeação de Solange Anderson”

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais e com amparo no art. 2º, VII, da Lei nº 2.255, de 28 de abril de 2010, e Edital de Teste Seletivo, nº 001/12, de 30 de janeiro de 2012,

R e s o l v e

PRORROGAR, por imperativa necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, a nomeação de Solange Anderson, ocupante do Cargo de Agente de Copa e Higienização, Nível CE-06A (com 40:00 horas) semanais, em caráter excepcional e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, em substituição à Servidora Marli Salete Novello, que encontra-se em Licença para tratamento de saúde - INSS, com os vencimentos de lei.

Este ato prorroga o período constante na Portaria P/5511/12, elevando-o até 15 de novembro de 2012.

Catanduvas, 01 de setembro de 2012

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/5511/12

Portaria P/5559/12, de 03.09.12

PORTARIA P/5559/12, de 03.09.12

“Admite temporariamente, Jucelir Aparecida Bandeira do Amaral”

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255/10, de 28 de abril de 2010, e Edital de Teste Seletivo nº 001/12, de 30 de janeiro de 2012,

R e s o l v e :

ADMITIR, por imperativa necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, Jucelir Aparecida Bandeira do Amaral, para o Cargo de Agente de Copa e Higienização, Nível CE-06A, com 40:00 horas semanais, em caráter excepcional e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 03 de setembro a 14 de dezembro de 2012

Catanduvas, 03 de setembro de 2012

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/5179/11

Portaria P/5560/12, de 09.09.12

PORTARIA P/5560/12, de 09.09.12

“Prorroga por prazo determinado, nomeação de Daniela Cavalheiro Santana”

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais e com amparo no art. 2º, VII, da Lei nº 2.255, de 28 de abril de 2010, e Edital de Teste Seletivo, nº 001/12, de 30 de janeiro de 2012,

R e s o l v e

PRORROGAR, por imperativa necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, a nomeação de Daniela Cavalheiro Santana, ocupante do Cargo de Agente de Copa e Higienização, Nível CE-06A (com 40:00 horas) semanais, em caráter excepcional e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, em substituição à Servidora Vanir Nunes da Silva, que encontra-se em Licença para tratamento de saúde - INSS, com os vencimentos de lei.

Este ato prorroga o período constante na Portaria P/5510/12, elevando-o até 31 de dezembro de 2012.

Catanduvas, 09 de setembro de 2012

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/5510/12

Portaria P/5561/12, de 23.09.12

PORTARIA P/5561/12, de 23.09.12

“Prorroga por prazo determinado, nomeação de Maristela Dalmaegro Pinto”

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais e com amparo no art. 2º, VII, da Lei nº 2.255, de 28 de abril de 2010, e Edital de Teste Seletivo, nº 001/12, de 30 de janeiro de 2012,

Resolve

PRORROGAR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, a nomeação de Maristela Dalmagro Pinto, ocupante do Cargo de Agente de Copa e Higienização, Nível CE-06A (com 40:00 horas) semanais, em caráter excepcional e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, em substituição à Servidora Cleci Salet de Almeida, que encontra-se em Licença para tratamento de saúde - INSS, com os vencimentos de lei.

Este ato prorroga o período constante na Portaria P/5513/12, elevando-o até 14 de dezembro de 2012.

Catanduvas, 23 de setembro de 2012
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/5513/12

Portaria P/5562/12, de 01.10.12

PORTARIA P/5562/12, de 01.10.12

"Admite temporariamente, Neolci Salete Alves da Silva"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255/10, de 28 de abril de 2010, e Edital de Teste Seletivo nº 001/12, de 30 de janeiro de 2012,

Resolve:

ADMITIR, por imperativa necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, Neolci Salete Alves da Silva, para o Cargo de Agente de Copa e Higienização, Nível CE-06A, com 40:00 horas semanais, em caráter excepcional e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 01 de outubro a 14 de dezembro de 2012

Catanduvas, 01 de outubro de 2012
GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Ato Anterior: Nihil

Portaria P/5563/12, de 01.10.12

PORTARIA P/5563/12, de 01.10.12

"Demite, antes do termo final de contratação temporária, Doris Aparecida Carneiro"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 38, I, da Lei Complementar Municipal nº 19/02, de 04.01.2002,

RESOLVE:

DEMITIR, a pedido do(a) Servidor(a) Doris Aparecida Carneiro, ocupante do Cargo Agente de Serviços Gerais, Nível CE-06A, com 40:00 horas semanais, contratado(a) em caráter excepcional, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Este ato tem seus efeitos até a presente data, quando o(a) Servidor(a) deixa de exercer suas funções, cessando os efeitos da Portaria P/5443/12.

Catanduvas, 1º de outubro de 2012.
GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/5443/12

Portaria P/5564/12, de 01.10.12

PORTARIA P/5564/12, de 01.10.12

"Demite, antes do termo final de contratação temporária, Celiane Rezene"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 38, I, da Lei Complementar Municipal nº 19/02, de 04.01.2002,

RESOLVE:

DEMITIR, a pedido do(a) Servidor(a) Celiane Rezene, ocupante do Cargo Agente de Copa e Higienização, Nível CE-06A, com 40:00 horas semanais, contratado(a) em caráter excepcional, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Este ato tem seus efeitos até a presente data, quando o(a) Servidor(a) deixa de exercer suas funções, cessando os efeitos da Portaria P/5545/12.

Catanduvas, 1º de outubro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/5545/12

Portaria P/5565/12, de 01.10.12

PORTARIA P/5565/12, de 01.10.12

"Prorroga por prazo determinado, nomeação de Luciana Antunes Fernandes Espit"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais e com amparo no art. 2º, VII, da Lei nº 2.255, de 28 de abril de 2010, e Edital de Teste Seletivo, nº 001/12, de 30 de janeiro de 2012,

Resolve

PRORROGAR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, a nomeação de Luciana Antunes Fernandes Espit, ocupante do Cargo de Agente de Copa e Higienização, Nível CE-06A (com 40:00 horas) semanais, em caráter excepcional e por prazo determinado, contratada para substituir à Servidora Dionice de Fátima Cerino, que encontra-se em Licença para tratamento de saúde - INSS, e designada para atender os serviços na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, com os vencimentos de lei.

Este ato prorroga o período constante na Portaria P/5554/12, elevando-o até 30 de novembro de 2012.

Catanduvas, 01 de outubro de 2012
GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/5554/12

Portaria P/5566/12, de 11.10.12

PORTARIA P/5566/12, de 11.10.12

"Exonera a pedido, Aline Cristina Bonato"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 39, I, combinado com o artigo 207, §1º, da Lei Complementar nº 19/02,

Resolve

EXONERAR, mediante pedido do(a) interessado(a), Aline Cristina Bonatto, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Consultório Odontológico, Nível CE-26A, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Este ato atende pedido do(a) Servidor(a), que desempenhou suas funções até a presente data.

Catanduvas, 11 de outubro de 2012

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/5158/11

Portaria P/5569/12, de 23.10.12

PORTARIA P/5569/12, de 23.10.12

"Delega e outorga poderes para assinatura de prestação de contas de convênios assinados pelo Município"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais e na forma dos incisos II e VIII, do art. 103, da Lei Orgânica do Município,

R e s o l v e

DELEGAR e OUTORGAR poderes ao Secretário Municipal de Administração e Finanças, Sr. Claudinei Antonio Sella, nível CC-01 - matrícula 1406, ESPECIALMENTE para conferir e assinar documentos relativos às prestações de contas referentes aos Convênios firmados pelo Município de Catanduvas-SC, que encontram-se em fase de conclusão.

Assinar Projeto Lei P/LOA, Lei Orçamentária Anual de 2013.
Assinar os Balançetes Mensais da Prefeitura, referente ao mês de setembro de 2012.

O presente ato tem validade a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Catanduvas, 24 de outubro 2012

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/4583/09

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Portaria Nº 369/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 369/2012

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Municipal nº 0085 de 30.06.99, e conforme requerimento:

RESOLVE:

Art.1º. Dispensar, a pedido, a funcionária MARIA LUIZA GOEDERT JEREMIAS, da função de Professor ACT - 20 horas, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, nos termos do art. 16, inciso I, da Lei nº. 0085 de 30.06.99, a partir da data de 05.11.2012.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 05.11.2012.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,
05 de novembro de 2012.

JOSÉ BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 367/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 367/2012

"NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO - SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 70, da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, conforme dispõe o art. 3º, da Lei Municipal nº 0056 de 08.04.98 e a nº 63 de 29.10.2012,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Educação do Município de Chapadão do Lageado - SC, com a finalidade precípua de colaborar na Política Municipal de Educação, exercer atuação normativa, consultiva e deliberativa, quanto à organização, funcionamento, expansão e aperfeiçoamento da Rede Municipal de Ensino.

Art. 2º Os membros de que trata o art. anterior, são os seguintes:

I - Representantes da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes:

Titular: Dalva Passig da Silva

Titular: Vanderlei Policarpo

Suplente: Graciele Starosky

Suplente: Crislei Sebold

II - Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Titular: Adriana Martins

Suplente: Simone Iara da Silveira

III - Representante da Secretaria Municipal dos Transportes Obras e Serviços Urbanos:

Titular: Claudinei França

Suplente: João Nunes França

IV - Representante dos Professores Municipais

Titular: Nerci Ramos

Suplente: Simone Cordeiro dos Santos

V - Representante dos Pais de Alunos

Titular: Roseli de Souza Raymundo

Suplente: Hilário Nascimento

VI- Representante dos Professores e Diretores da Escola Estadual:

Titular: Patrícia Machado

Suplente: Mauro Cordeiro dos Santos

VII- Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

Titular: Olivério Pereira da Silva

Suplente: Edinéia Bilk

Art. 3º O Conselho Municipal de Educação terá como Presidente, a Senhora Dalva Passig da Silva, Vice-Presidente a Senhora Graciele

Starosky e Secretária a Senhora Patrícia Machado.

Art. 4º A nomeação dos membros Titulares e dos suplentes terá a duração de 02 (dois) anos, podendo ser renovado por igual período.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 29.10.2012.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,
05 de novembro de 2012.
JOSE BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 368/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 368/2012

- CONSIDERANDO os efeitos da Portaria nº 366/2012, que concede licença prêmio a Professora NEIDE SEBOLD DA SILVA, no período de 05.11.2012 a 10.12.2012;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal nº 0085 de 30.06.99, Lei Complementar nº 006 de 23.12.99 e Lei Complementar nº 008 de 23.12.99 e Processo Seletivo - Edital nº. 006/2011/SMECE.

RESOLVE:

Art.1º Admitir em caráter temporário BEATRIZ KARNOSKI JASPER SEBOLD, para exercer as funções do Cargo de Professor ACT - 40 horas, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, para atuar como professor de Educação Infantil, na Unidade de Educação Infantil Verry Passig, Nível III - Anexos III e VII da Lei Complementar nº006 de 23.12.99, pelo período de 06.11.12 a 10.12.12.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,
05 de novembro de 2012.
JOSÉ BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

Errata do Extrato do Primeiro Termo Aditivo do Contrato Nº 26/2012 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ERRATA DO EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO nº 26/2012 - FMS
PUBLICADO NO DIA 05 de maio de 2012

Na Edição 1111 do Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, publicada em 05/11/2012, p. 48.
Onde lia-se: Prazo: 90 (noventa) dias.
Passa a ler-se: Prazo: 60 (sessenta) dias.

DATA DA ASSINATURA: 16 de outubro de 2012.
ABEL DA SILVA
Prefeito Municipal em exercício

MARCIO MACIEL
Gestor do Fundo municipal de Saúde

Concórdia

PREFEITURA

Adendo Nº 001 ao Edital de Pregão Presencial Nº 15/2012 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC
ADENDO Nº 001 AO EDITAL DE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2012 - FMS

O Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, por intermédio da sua Gestora, leva ao conhecimento dos interessados que o Edital da licitação em referência, cujo objeto é a aquisição de equipamentos médicos, odontológicos e laboratorial para equipar as unidades do Fundo Municipal de Saúde, sofreu ALTERAÇÃO no descritivo do item nº 11 - Eletrocardiógrafo constante do Anexo "B" do Edital. Desta forma o prazo para recebimento dos envelopes 01 - Proposta Comercial e 02 - Documentação dos interessados, fica alterado para às 10:00 do dia 21/11/2012, sendo que a abertura da licitação será neste mesmo dia às 14:00.

Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Secretaria Municipal de Saúde de Concórdia, situada à Rua Atalípio Magarinos, nº 326, Centro, de 2ª a 6ª feira das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3444-0627.

Concórdia, SC, 01 de novembro de 2012.
GENAIR LOURDES BOGONI
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Modalidade Pregão Presencial Nº 108/2012 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 108/2012- PMC

Objeto: Locação de equipamentos de som, luz e estrutura de palco, para os eventos integrantes do Sonho de Natal 2012 (abertura, apresentações realizadas na Concha Acústica e Galeria de Artes, Parada Natalina, Conto de Histórias), conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do Edital

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 20/11/2012.
Abertura: dia 21/11/2012, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 01 de novembro de 2012.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação Nº 32/2012 - PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nº 32/2012 - PMC

A Secretária Municipal de Assistência Social, Cidadania e Habitação, torna público que ratificou o ato da Senhora Neusa Aparecida Dahmer, Diretora de Assistência Social, que declarou inexigível a licitação, nos termos do caput do art. 25 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, para pagamento de despesas com telefonia móvel não previstas no início do exercício de 2012, em favor da empresa: OI S.A, no valor total estimado de R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

Concórdia, SC, 1 de novembro de 2012.

CRISTIANE FERNANDA WERLANG

Secretária Municipal de Assistência Social, Cidadania e Habitação

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria Nº 29

PORTARIA Nº 29, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2012.

Convoca o servidor PEDRO HENRIQUE MARTINI CAMPANIN ora em gozo de férias regulamentares.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:

CONVOCAR o servidor PEDRO HENRIQUE MARTINI CAMPANIN, ora em gozo de férias regulamentares, para o exercício das funções inerentes ao cargo, por absoluta necessidade do serviço, a partir do dia 1º de novembro de 2012, sendo que os dias trabalhados serão gozados oportunamente, de acordo com entendimento entre as partes.

Concórdia, 1º de novembro de 2012.

LEOCIR DOMINGO ZANELLA

Presidente

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Resultado de Licitação - PR 48/2012

EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, torna público o resultado da licitação conforme a baixo especifica:

MODALIDADE: Pregão Presencial/Compras e Serviços 48/2012

JULGAMENTO: Menor preço por lote.

PROCESSO: 62/2012

OBJETO: Aquisição de peças e contratação de serviço de mão de obra especializado para reforma emergencial da Retroescavadeira Randon RK 406, ano 2009.

VALOR: R\$ 18.600,00.

ADJUDICAÇÃO: Decaído o direito de recorrer e considerada aceitável a melhor proposta, o Pregoeiro declarou vencedora a empresa ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA, adjudicando o objeto da licitação em epígrafe. Depois de publicado este resultado no órgão oficial de publicação do Município, os autos serão encaminhados

para o Ordenador de Despesas para análise e homologação se assim o decidir;

Cordilheira Alta, SC, em 05 de novembro de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

Edital de Convocação

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, nos termos do § 4º do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, c/c com o § 1º do art. 166 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal CONVIDA os integrantes do Poder Legislativo e a população em geral para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA que será realizada no dia 09 de novembro de 2012, às 08:00 horas, tendo como local a Auditório do Centro Administrativo Municipal onde será apresentada a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA para o exercício de 2013.

Cordilheira Alta SC, 05 de novembro de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

**Sistema de Indicadores de
Desenvolvimento Municipal Sustentável**

Informações municipais para a promoção do
desenvolvimento sustentável em Santa Catarina

indicadores.fecam.org.br



Notificação de Recebimento de Recursos Federais - Outubro/2012**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Data do Recebimento: 01/10/2012

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		3.275,49
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	2.518,85
4.1.7.2.1.36.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	2.518,85
4.1.7.2.1.36.01.00.00	ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 - 60 %	1.511,31
4.1.7.2.1.36.02.00.00	ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 - 25 %	629,71
4.1.7.2.1.36.03.00.00	ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 -15%	377,83
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.260,41
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	1.260,41
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	756,25
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	504,16
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-503,77
9.1.7.2.1.36.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-503,77

Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Data do Recebimento: 02/10/2012

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		12.669,87
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	11.009,64
4.1.7.2.1.35.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	11.009,64
4.1.7.2.1.35.03.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAE	3.356,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE	7.653,64
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.660,23
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	1.660,23
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	996,14
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	664,09

Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Data do Recebimento: 03/10/2012

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		2.028,58
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	2.028,58
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	2.028,58
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	1.217,15
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	811,43



Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas
 Exercício de 2012

Data do Recebimento: 04/10/2012

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		4.995,87
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	4.127,08
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	3.439,58
4.1.7.2.1.33.07.00.00	Teto Financeiro de Vigilância em Saúde - TFVS	3.439,58
4.1.7.2.1.34.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	687,50
4.1.7.2.1.34.04.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - IGDB	687,50
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	868,79
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	868,79
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	521,27
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	347,52

Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas
 Exercício de 2012

Data do Recebimento: 05/10/2012

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		1.159,76
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	495,35
4.1.7.2.1.22.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	495,35
4.1.7.2.1.22.20.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	495,35
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	664,41
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	664,41
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	398,65
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	265,76

Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas
 Exercício de 2012

Data do Recebimento: 08/10/2012

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		1.076,59
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.076,59
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	1.076,59
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	645,95
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	430,64



Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Data do Recebimento: 10/10/2012

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		159.259,37
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	184.276,41
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Rec. da União	176.956,66
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	173.692,21
4.1.7.2.1.01.02.01.00	FPM - 60 %	104.215,33
4.1.7.2.1.01.02.02.00	FPM - 25%	43.423,05
4.1.7.2.1.01.02.03.00	FPM - 15%	26.053,83
4.1.7.2.1.01.05.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	3.264,45
4.1.7.2.1.01.05.01.00	Cota Parte do ITR - 60 %	1.958,67
4.1.7.2.1.01.05.02.00	Cota Parte do ITR - 25%	816,11
4.1.7.2.1.01.05.03.00	Cota Parte do ITR - 15%	489,67
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	7.319,75
4.1.7.2.1.33.02.00.00	Piso de Atenção Básica - PAB	7.319,75
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	10.374,28
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	10.374,28
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	6.224,57
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.149,71
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-35.391,32
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-35.391,32
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - FPM	-34.738,43
9.1.7.2.1.01.05.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-652,89

Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Data do Recebimento: 11/10/2012

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		2.804,57
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	2.804,57
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	2.804,57
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	1.682,74
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	1.121,83

Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Data do Recebimento: 15/10/2012

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		13.425,28
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	13.425,28
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	13.425,28
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	8.055,17
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	5.370,11

Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Data do Recebimento: 16/10/2012

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		22.852,07
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	22.852,07
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	22.852,07
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	13.711,24
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	9.140,83

Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Data do Recebimento: 17/10/2012

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		1.020,41
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.020,41
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	1.020,41
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	612,25
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	408,16

Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Data do Recebimento: 18/10/2012

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		1.119,92
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.119,92
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	1.119,92
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	671,95
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	447,97

Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Data do Recebimento: 19/10/2012

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		46.702,72
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	51.510,73
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Rec. da União	38.981,55
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	38.892,80
4.1.7.2.1.01.02.01.00	FPM - 60 %	23.335,68
4.1.7.2.1.01.02.02.00	FPM - 25%	9.723,20
4.1.7.2.1.01.02.03.00	FPM - 15%	5.833,92
4.1.7.2.1.01.05.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	88,75
4.1.7.2.1.01.05.01.00	Cota Parte do ITR - 60 %	53,25
4.1.7.2.1.01.05.02.00	Cota Parte do ITR - 25%	22,19
4.1.7.2.1.01.05.03.00	Cota Parte do ITR - 15%	13,31
4.1.7.2.1.22.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	6.432,18
4.1.7.2.1.22.70.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	6.432,18
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	6.097,00
4.1.7.2.1.33.03.00.00	Agentes Comunitários de Saúde - ACS	6.097,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	2.988,29
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	2.988,29
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	1.792,97
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	1.195,32
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-7.796,30
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-7.796,30
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - FPM	-7.778,55
9.1.7.2.1.01.05.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-17,75

Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Data do Recebimento: 22/10/2012

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie	Recebido no Período
Receitas Orçamentárias	17.178,90
4.1.7.2.1.00.00.00.00 Transf. da União	14.636,27
4.1.7.2.1.34.00.00.00 Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	5.500,00
4.1.7.2.1.34.03.00.00 Transf. de Recursos do FNAS - PBT	1.000,00
4.1.7.2.1.34.05.00.00 Transf. de Recursos do FNAS - PBFI - CRAS	4.500,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00 Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	9.136,27
4.1.7.2.1.35.01.00.00 Transf. do Salário-Educação	9.136,27
4.1.7.2.4.00.00.00.00 TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	2.542,63
4.1.7.2.4.01.00.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEF	2.542,63
4.1.7.2.4.01.01.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	1.525,58
4.1.7.2.4.01.02.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	1.017,05

Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Data do Recebimento: 23/10/2012

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie	Recebido no Período
Receitas Orçamentárias	6.716,34
4.1.7.2.4.00.00.00.00 TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	6.716,34
4.1.7.2.4.01.00.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEF	6.716,34
4.1.7.2.4.01.01.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.029,80
4.1.7.2.4.01.02.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	2.686,54

Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Data do Recebimento: 24/10/2012

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie	Recebido no Período
Receitas Orçamentárias	15.018,17
4.1.7.2.1.00.00.00.00 Transf. da União	10.860,68
4.1.7.2.1.33.00.00.00 Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	10.860,68
4.1.7.2.1.33.04.00.00 Saúde da Família - SF	7.130,00
4.1.7.2.1.33.05.00.00 Programa de Assistência Farmaceutica Basica	1.500,68
4.1.7.2.1.33.08.00.00 Saúde Bucal - SB	2.230,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00 TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	4.157,49
4.1.7.2.4.01.00.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEF	4.157,49
4.1.7.2.4.01.01.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	2.494,49
4.1.7.2.4.01.02.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	1.663,00



Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas
 Exercício de 2012

Data do Recebimento: 25/10/2012

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		4.732,74
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	4.732,74
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	4.732,74
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	2.839,64
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	1.893,10

Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas
 Exercício de 2012

Data do Recebimento: 26/10/2012

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		1.781,56
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.781,56
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	1.781,56
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	1.068,94
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	712,62

Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas
 Exercício de 2012

Data do Recebimento: 29/10/2012

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		6.057,50
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	4.008,64
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	3.343,65
4.1.7.2.1.33.10.00.00	Transferencia do SIA - MAC	3.343,65
4.1.7.2.1.34.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	664,99
4.1.7.2.1.34.06.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - IGD-SUAS	664,99
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	2.048,86
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	2.048,86
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	1.229,32
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	819,54

Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Data do Recebimento: 30/10/2012

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie	Recebido no Período
Receitas Orçamentárias	99.268,79
4.1.7.2.1.00.00.00.00 Transf. da União	113.432,50
4.1.7.2.1.01.00.00.00 Participação na Rec. da União	113.432,50
4.1.7.2.1.01.02.00.00 Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	113.403,38
4.1.7.2.1.01.02.01.00 FPM - 60 %	68.042,02
4.1.7.2.1.01.02.02.00 FPM - 25%	28.350,85
4.1.7.2.1.01.02.03.00 FPM - 15%	17.010,51
4.1.7.2.1.01.05.00.00 Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	29,12
4.1.7.2.1.01.05.01.00 Cota Parte do ITR - 60 %	17,47
4.1.7.2.1.01.05.02.00 Cota Parte do ITR - 25%	7,28
4.1.7.2.1.01.05.03.00 Cota Parte do ITR - 15%	4,37
4.1.7.2.4.00.00.00.00 TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	8.522,77
4.1.7.2.4.01.00.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEF	8.522,77
4.1.7.2.4.01.01.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	5.113,66
4.1.7.2.4.01.02.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	3.409,11
9.1.7.2.1.00.00.00.00 Dedução das Receitas de Transferências da União	-22.686,48
9.1.7.2.1.01.00.00.00 Dedução das Receitas de Transferências da União	-22.686,48
9.1.7.2.1.01.02.00.00 Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - FPM	-22.680,66
9.1.7.2.1.01.05.00.00 Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-5,82

Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Data do Recebimento: 31/10/2012

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie	Recebido no Período
Receitas Orçamentárias	5.337,42
4.1.7.2.1.00.00.00.00 Transf. da União	4.718,85
4.1.7.2.1.33.00.00.00 Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	2.200,00
4.1.7.2.1.33.13.00.00 Progr. Melhoria de Ac e Qual - PMAQ (RAB-PMAQ-SM)	2.200,00
4.1.7.2.1.36.00.00.00 Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	2.518,85
4.1.7.2.1.36.01.00.00 ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 - 60 %	1.511,31
4.1.7.2.1.36.02.00.00 ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 - 25 %	629,71
4.1.7.2.1.36.03.00.00 ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 -15%	377,83
4.1.7.2.4.00.00.00.00 TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.122,34
4.1.7.2.4.01.00.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEF	1.122,34
4.1.7.2.4.01.01.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	673,40
4.1.7.2.4.01.02.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	448,94
9.1.7.2.1.00.00.00.00 Dedução das Receitas de Transferências da União	-503,77
9.1.7.2.1.36.00.00.00 Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-503,77



Coronel Martins

PREFEITURA

Decreto Nº. 146, de 18 de Outubro de 2012.

DECRETO Nº. 146, DE 18 DE OUTUBRO DE 2012.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64 Lei do Plano Plurianual nº. 563, de 13/10/2011, Lei da LDO nº. 564, de 09/11/2011, Lei Orçamentária Anual nº. 567, de 14/12/2011, e pelo Artigo 94 da Lei Orgânica do Município de Coronel Martins, de 12/12/2005.

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar pelo provável excesso de arrecadação de recursos oriundos do Fundo Especial, na fonte 0.1.0044 no valor de R\$ 13.707,38 (treze mil setecentos e sete reais e trinta e oito centavos).

(A) Orçados 2012	(B) Previsão para Arrecadação	(A-B) Provável Excesso
62.000,00	76.796,86	13.707,38

Art. 2º Os recursos do excesso de arrecadação no valor de R\$ 13.707,38 (treze mil setecentos e sete reais e trinta e oito centavos) da fonte 01.0044 oriundos do Fundo Especial será utilizado na seguinte programação de despesa:

05.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS			
26.782.0039.2.044 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES RODOVIARIAS			
Categoria	Descrição	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0044	13.707,38

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 18 de outubro de 2012.
DARCI CABRAL DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Decreto Nº. 149, de 24 de Outubro de 2012.

DECRETO Nº. 149, DE 24 DE OUTUBRO DE 2012.

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA ASSINAR E RESPONDER POR FUNDO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do artigo 94 da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada A Senhora, Ivete Gaviolli, ocupante do cargo de Assistente Social, para assinar e responder pelo Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social no Departamento de Assistência Social, partir do dia 26 de setembro 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
24 de outubro de 2012.
DARCI CABRAL DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Decreto Nº. 151, de 24 de Outubro de 2012.

DECRETO Nº. 151, DE 24 DE OUTUBRO DE 2012.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64 Lei do Plano Plurianual nº. 563, de 13/10/2011, Lei da LDO nº. 564, de 09/11/2011, Lei Orçamentária Anual nº. 567, de 14/12/2011, e pelo Artigo 94 da Lei Orgânica do Município de Coronel Martins, de 12/12/2005.

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar pelo provável excesso de arrecadação de recursos oriundos do Fundo Especial, na fonte 0.1.0044 no valor de R\$ 13.707,38 (treze mil setecentos e sete reais e trinta e oito centavos).

(A) Orçados 2012	(B) Previsão para Arrecadação	(A-B) Provável Excesso
0,00	48.000,00	48.000,00
0,00	39.000,00	39.000,00

Art. 2º Os recursos do excesso de arrecadação no valor de R\$ 13.707,38 (treze mil setecentos e sete reais e trinta e oito centavos) da fonte 01.0044 oriundos do Fundo Especial será utilizado na seguinte programação de despesa:

05.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS			
26.782.0039.2.044 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES RODOVIARIAS			
Categoria	Descrição	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.0044	13.707,38

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 18 de outubro de 2012.
DARCI CABRAL DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Decreto Nº. 153, de 24 de Outubro de 2012.

DECRETO Nº. 153, DE 24 DE OUTUBRO DE 2012.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64 Lei do Plano Plurianual nº. 563, de 13/10/2011, Lei da LDO nº. 564, de 09/11/2011, Lei Orçamentária Anual nº. 567, de 14/12/2011, e pelo Artigo 94 da Lei Orgânica do Município de Coronel Martins, de 12/12/2005.

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 52.773,31 (cinquenta e dois mil setecentos e setenta e três reais e trinta e um centavos) utilizando superávit financeiro na fonte de recurso 03.0000 da Prefeitura Municipal e R\$ 9.748,37 (nove mil setecentos e quarenta e oito reais e trinta e sete centavos) da fonte 03.0000 do Fundo Municipal de Assistência Social, apurado entre o confronto do ativo financeiro (-) menos passivo financeiro do balanço patrimonial da Prefeitura Municipal, suplementando a seguinte Programação de despesa:

05.01 SECRETARIAS MUNICIPAL DE TRANSP. OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS			
26.782.0039.2.044 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES RODOVIÁRIAS			
Categoria	Descrição	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	03.0000	52.773,31

13.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
08.244.0043.2.008 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
Categoria	Descrição	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	03.0000	9.748,37

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 24 de outubro de 2012.
DARCI CABRAL DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Decreto Nº.154 de 30 de Outubro de 2012.

DECRETO Nº.154 DE 30 DE OUTUBRO DE 2012.

EXONERA A PEDIDO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal em Exercício de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, resolve;

EXONERAR A PEDIDO:

Art. 1º O Servidor Público, Jose Neivacir Camargo, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais enquadrado na estrutura administrativa desta prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, a partir de 30 de outubro de 2012, conforme requerimento protocolado sob nº188 de 30/10/2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 30 de outubro de 2012.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 115, de 22 de Outubro de 2012

PORTARIA Nº. 115, DE 22 DE OUTUBRO DE 2012.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 86 da Lei Complementar. Nº 005/2003 de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município.

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Licença Prêmio por Assiduidade ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica.

01- Pelo período de 30 (trinta) dias, com gozo a partir do dia 03 de Dezembro a 01de Janeiro de 2012.

Nome	Cargo	Referência
Guiomar C. Cassol	Motorista	04/2003 á 2006

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 22 de outubro de 2012.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 126, de 30 de Outubro de 2012

PORTARIA Nº. 126, DE 30 DE OUTUBRO DE 2012.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo nº. 82 da Lei Complementar nº. 005/2003, e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal, Senhor Denilso da Silva, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a partir do dia 30 de outubro de 2012, conforme cópia de atestado médico e benefício em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em

30 de outubro de 2012.
DARCI CABRAL DE MEDEIROS
Prefeito Municipal.

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do Primeiro Termo Aditivo Nº 042/2012 de Contrato

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 042/2012 DE CONTRATO
MÊS/ANO: DEZEMBRO/2009. NÚMERO CONTRATO: 2009
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 11/12/2009
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Terceira do Termo de Concessão de Direito de Uso de Veículo, de 11 de Dezembro de 2009.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES DO TERMO DE CONCESSÃO

A Cláusula Terceira do Termo de Concessão de Direito de Uso de Veículo, de 11 de Dezembro de 2009, passará a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA.

O presente termo de concessão terá início de sua vigência de 11 de Dezembro de 2009 e término em 31 de Dezembro de 2016, podendo ser prorrogado através de Termo Aditivo por indeterminadas vezes, e em quanto atender os interesses das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas as demais Cláusulas do referido termo de concessão.

LICITAÇÃO: OUTROS

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO PESSOA(1/2): 2 **CPF/CNPJ:** 78.507.844/0001-70

CONTRATADO: INSTITUTO DE COOPERAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR - ICAF

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2016

CÓDIGO MOEDA CONTRATADA: DE FORMA GRATUITA.

Corupá

PREFEITURA

Decreto Nº. 507/12 - Autoriza a Abertura de Créditos Adicionais Suplementares e Dá Outras Providências.

DECRETO Nº. 507/12

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.050/2011 de 08 de dezembro de 2011, DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o limite

do valor de R\$ 572.276,21(quinzentos e setenta e dois mil e duzentos e setenta e seis reais e vinte e um centavos), que obedecerá a seguinte classificação:

Código DR Classificação Valor R\$

02.000 Gabinete do Prefeito

02.001 Gabinete do Prefeito

004.122.0006.2002 Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.1.90.00.00.00.00 0.1.00.00 Aplicações Diretas 26.710,45

03.000 Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

03.001 Divisão de Administração

004.122.0009.2003 Manutenção Ativ. Divisão de Pessoal, Adm. e Compras

3.1.90.00.00.00.00 0.1.00.00 Aplicações Diretas 785,00

03.000 Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

03.001 Divisão de Administração

004.122.0009.2008 Manutenção Da Divisão de Desenv. Mun. E Planejamento

3.1.90.00.00.00.00 0.1.00.00 Aplicações Diretas 16.479,00

04.000 Secretaria Municipal de Desenv. Rural e Meio Ambiente

04.001 Divisão de Desenvolvimento Rural

020.606.0063.2005 Manutenção Da Divisão de Agricultura

3.3.90.00.00.00.00 0.1.00.00 Aplicações Diretas 9.600,00

06.000 Secretaria Municipal de Saúde

06.001 Fundo Municipal de Saúde

010.301.0080.2009 Manutenção Da Divisão de Saúde

3.1.90.00.00.00.00 0.1.00.02 Aplicações Diretas 1.365,80

06.000 Secretaria Municipal de Saúde

06.001 Fundo Municipal de Saúde

010.301.0081.1010 Bloco de Atenção Básica

3.1.90.00.00.00.00 0.1.00.02 Aplicações Diretas 400,00

07.000 Secretaria Municipal de Infraestrutura

07.001 Divisão de Serviços Públicos

015.452.0039.2014 Manutenção da Secretaria de Infraestrutura

3.3.90.00.00.00.00 0.1.00.00 Aplicações Diretas 40.000,00

07.000 Secretaria Municipal de Infraestrutura

07.001 Divisão de Serviços Públicos

025.752.0040.2015 Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública

3.3.90.00.00.00.00 0.1.00.17 Aplicações Diretas 6.289,00

08.000 Secretaria Municipal de Educação

08.001 Divisão de Educação

012.306.0047.2017 Manutenção da Merenda Escolar

3.3.90.00.00.00.00 0.1.00.01 Aplicações Diretas 15.000,00

08.000 Secretaria Municipal de Educação

08.001 Divisão de Educação

012.361.0047.2018 Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.00.00 0.1.00.01 Aplicações Diretas 98.366,00

3.1.90.00.00.00.00 0.1.00.18 Aplicações Diretas 839,96

3.1.90.00.00.00.00 0.1.00.18 Aplicações Diretas 500,00

3.3.90.00.00.00.00 0.1.00.01 Aplicações Diretas 50.000,00

08.000 Secretaria Municipal de Educação

08.001 Divisão de Educação

012.361.0047.2020 Manutenção do Transporte Escolar

3.3.90.00.00.00.00 0.1.00.01 Aplicações Diretas 150.000,00

08.000 Secretaria Municipal de Educação

08.001 Divisão de Educação

012.365.0047.2019 Manutenção do Ensino Infantil

3.1.90.00.00.00.00 0.1.00.01 Aplicações Diretas 153.546,00
3.1.90.00.00.00.00 0.1.00.18 Aplicações Diretas 1.000,00

09.000 Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação

09.001 Manutenção da Assistência Social

008.244.0064.2011 Manutenção do Departamento de Assistência Social

3.1.90.00.00.00.00 0.1.00.00 Aplicações Diretas 1.395,00

TOTAL 572.276,21

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município a saber:

Código DR Classificação Valor R\$

02.000 Gabinete do Prefeito

02.001 Gabinete do Prefeito

004.122.0006.2002 Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.3.90.00.00.00.00 0.1.00.00 Aplicações Diretas 20.000,00

4.4.90.00.00.00.00 0.1.00.00 Aplicações Diretas 6.710,45

03.000 Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

03.001 Divisão de Administração

004.122.0009.2003 Manutenção Ativ. Divisão de Pessoal, Adm. e Compras

4.4.90.00.00.00.00 0.1.00.00 Aplicações Diretas 785,00

03.000 Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

03.001 Divisão de Administração

004.122.0009.2008 Manutenção Da Divisão de Desenv. Mun. E Planejamento

3.3.90.00.00.00.00 0.1.00.00 Aplicações Diretas 6.479,00

4.4.90.00.00.00.00 0.1.00.00 Aplicações Diretas 10.000,00

04.000 Secretaria Municipal de Desenv. Rural e Meio Ambiente

04.001 Divisão de Desenvolvimento Rural

020.606.0063.2005 Manutenção Da Divisão de Agricultura

4.4.90.00.00.00.00 0.1.00.00 Aplicações Diretas 9.600,00

06.000 Secretaria Municipal de Saúde

06.001 Fundo Municipal de Saúde

010.301.0080.2009 Manutenção Da Divisão de Saúde

4.4.90.00.00.00.00 0.1.00.02 Aplicações Diretas 1.365,80

06.000 Secretaria Municipal de Saúde

06.001 Fundo Municipal de Saúde

010.301.0081.1010 Bloco de Atenção Básica

4.4.90.00.00.00.00 0.1.00.02 Aplicações Diretas 400,00

07.000 Secretaria Municipal de Infraestrutura

07.001 Divisão de Serviços Públicos

015.452.0039.2014 Manutenção da Secretaria de Infraestrutura

4.4.90.00.00.00.00 0.1.00.00 Aplicações Diretas 40.000,00

07.000 Secretaria Municipal de Infraestrutura

07.001 Divisão de Serviços Públicos

025.752.0040.2015 Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública

4.4.90.00.00.00.00 0.1.00.17 Aplicações Diretas 6.289,00

08.000 Secretaria Municipal de Educação

08.001 Divisão de Educação

012.306.0047.2017 Manutenção da Merenda Escolar

4.4.90.00.00.00.00 0.1.00.01 Aplicações Diretas 15.000,00

08.000 Secretaria Municipal de Educação

08.001 Divisão de Educação

012.361.0047.2018 Manutenção do Ensino Fundamental
3.1.90.00.00.00.00 0.1.00.01 Aplicações Diretas 50.000,00
3.3.90.00.00.00.00 0.1.00.00 Aplicações Diretas 60.000,00
3.3.90.00.00.00.00 0.1.00.18 Aplicações Diretas 839,96
4.4.90.00.00.00.00 0.1.00.00 Aplicações Diretas 38.366,00
3.1.90.00.00.00.00 0.1.00.19 Aplicações Diretas 500,00

08.000 Secretaria Municipal de Educação

08.001 Divisão de Educação

012.361.0047.2020 Manutenção do Transporte Escolar

4.4.90.00.00.00.00 0.1.00.01 Aplicações Diretas 150.000,00

08.000 Secretaria Municipal de Educação

08.001 Divisão de Educação

012.365.0047.2019 Manutenção do Ensino Infantil

3.1.90.00.00.00.00 0.1.00.19 Aplicações Diretas 1.000,00

3.3.90.00.00.00.00 0.1.00.01 Aplicações Diretas 120.000,00

4.4.90.00.00.00.00 0.1.00.01 Aplicações Diretas 33.546,00

09.000 Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação

09.001 Manutenção da Assistência Social

008.244.0064.2011 Manutenção do Departamento de Assistência Social

3.3.50.00.00.00.00 0.1.00.00 Transf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos 1.000,00

4.4.90.00.00.00.00 0.1.00.00 Aplicações Diretas 395,00

TOTAL 572.276,21

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
20 de outubro de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2097/2012 - Instaura Sindicância Administrativa Preliminar, Nomeia Comissão Sindicante e Dá Outras Providências.

PORTARIA Nº 2097/2012

INSTAURA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA PRELIMINAR, NOMEIA COMISSÃO SINDICANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Art.1º - DETERMINAR a instauração de SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA PRELIMINAR, conforme preconiza o artigo 191, parágrafo único da Lei Complementar Municipal n. 014/2009, para apurar acidente de trânsito envolvendo veículo de propriedade do Município de Corupá/SC, de placa MGI 7785, na BR 280 - bairro Estrada Nova, na cidade de Jaraguá do Sul/SC, na data de 05 de outubro de 2012, tendo como condutor o servidor público municipal Sr. Lauro Zimmermann, brasileiro, casado, motorista, portador do R.G. n. 1.474.023 e CPF n. 508.381.649-00, com matrícula n. 2652-02, residente e domiciliado à BR 280, na Rodovia Prefeito Engelbert

Oechsler, na cidade de Corupá/SC, CEP 89.278-000.

Art.2º. Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão Sindicante será composta pelos servidores:

- JOSÉ WEIDNER, brasileiro, casado, motorista, portador do RG n. 715.811 e CPF n. 310.542.939-53, com matrícula profissional n. 910-03, residente e domiciliado à Rua João Tozini, na cidade de Corupá/SC - Presidente da Comissão Processante;

- DARCI RUTSATZ, brasileira, solteira, assistente pedagógica, portador do RG n. 1.587.567 e CPF n. 543.769.639-68, com matrícula profissional n. 2390-01, residente e domiciliado à Avenida Getúlio Vargas, 60, na cidade de Corupá/SC;

- JOSIANE NUNES DA SILVA TEIXEIRA, brasileira, casada, professora, portadora do RG n. 2.574.131 e do CPF n. 739.792.529-49, com matrícula profissional n. 2687-07, residente e domiciliada na Rua Frederico Severien, 60, na cidade de Corupá/SC, todos integrantes do Quadro Funcional do Município de Corupá/SC.

Art.3º. Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 4º. A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência a Administração Superior.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
31 de outubro de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal de Corupá

Portaria Nº 2100/12 - Cede Servidor Público Municipal, Senhor Odolir Elói À Fundação Beneficente de Corupá.

PORTARIA Nº 2100/12

CEDE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, SENHOR ODOLIR ELÓI À FUNDAÇÃO BENEFICENTE DE CORUPÁ.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei nº 1889/09, de 10 de março de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Ceder o Servidor Público Municipal, senhor ODOLIR ELOI, da Secretaria Municipal de Infraestrutura, para a Fundação Beneficente de Corupá, permanecendo o ônus com a origem.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 25 de setembro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 31 de outubro de 2012.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Forquilha

PREFEITURA

Decreto Nº. 113, de 10 de Outubro de 2012.

DECRETO Nº. 113, DE 10 DE OUTUBRO DE 2012.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 13, da Lei Municipal 1.737/2011;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento geral da Prefeitura Municipal de Forquilha, no montante de R\$ 264.000,00 (Duzentos e sessenta e quatro mil reais), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 04 - Secretaria de Governo
2.005 Manutenção Secretaria de Governo
10 - 3190 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Órgão 05 - Secretaria de Educação
2.013 Manutenção do Fundeb
54 - 3190 - Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

Órgão 07 - Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano
1.033 Abertura de Avenidas, Pavimentação.Man.e Drenagem Ruas e Estradas Municipais
105 - 4490 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Órgão 13 - Fundo Municipal de Assistência Social
2.023 Manutenção e Ampliação dos Programas e Serviços Sociais
175 - 3190 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

2.047 Manutenção do Conselho Tutelar
197 - 3190 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Órgão 15 - Encargos Especiais
2.044 Encargos Especiais
207 - 3290 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Órgão 17 - Fundo Municipal de Saúde
2.051 Manutenção dos Programas de Saúde Mental - CAPS
22 - 3190 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

2.054 Programa de Saúde da Família - PSF
37 - 3190 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

2.057 Programa Vigilância Epidemiológica
44 - 4490 - Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

2.062 Manutenção do Programa SAMU
61 - 3190 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

TOTAL R\$ 264.000,00

Art. 2º - Para Atender ao montante do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º, serão utilizados como fonte de recursos, as anulações de valores de dotações orçamentárias, que relacionamos a seguir:

Órgão 04 - Secretaria de Governo
2.005 Manutenção Secretaria de Governo
11 - 3390 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
12 - 4490 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Órgão 05 - Secretaria de Educação
2.013 Manutenção do Fundeb
58 - 3191 - Aplicações Diretas - Oper.Intra - Orçamentárias R\$ 20.000,00
60 - 4490 - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Órgão 07 - Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano
1.033 Abertura de Avenidas, Pavimentação, Man. e Drenagem Ruas e Estradas Municipais

106 - 4490 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Órgão 13 - Fundo Municipal de Assistência Social
2.023 Manutenção e Ampliação dos Programas e Serviços Sociais
177 - 3390 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

2.047 Manutenção do Conselho Tutelar
198 - 3390 - Aplicações Diretas R\$ 2.500,00
199 - 4490 - Aplicações Diretas R\$ 2.500,00

Órgão 15 - Encargos Especiais
2.044 Encargos Especiais
208 - 4690 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Órgão 17 - Fundo Municipal de Saúde
2.051 Manutenção dos Programas de Saúde Mental - CAPS
21 - 3190 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

2.054 Programa de Saúde da Família - PSF
36 - 3190 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

2.057 Programa Vigilância Epidemiológica
43 - 4490 - Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

2.062 Manutenção do Programa SAMU
60 - 3190 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

TOTAL R\$ 264.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 10 de outubro de 2012.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado em 10 de outubro de 2012.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Fraiburgo

PREFEITURA

Decreto Nº 0300/2012

DECRETO Nº 0300, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2012.

DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0034, DE 17 DE OUTUBRO DE 2012.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica divulgada a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0034 de 17 de outubro de 2012, conforme listas anexas.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Fraiburgo, SC, 05 DE NOVEMBRO DE 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº 0034 DE 17 DE OUTUBRO DE 2012

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Cargos Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **1 - Agente Comunitário de Saúde – Bairro São José**
Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **1** Área de Atuação: **Geral**
Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Bairro São J**

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato
NÃO HOUVE INSCRIÇÕES PARA O CARGO 1 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – BAIRRO SÃO JOSÉ		



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0034 DE 17 DE OUTUBRO DE 2012

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente Comunitário de Saúde – Bairro Macieira** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **2** Área de Atuação: **Geral**
Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Bairro Macieira**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
				Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	2	MARLI APARECIDA XAVIER	14	0	2	5	1	NÃO	11/6/1973



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0034 DE 17 DE OUTUBRO DE 2012

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente Comunitário de Saúde – Bairro Dez de Novembro**

Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **3** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Bairro Dez de Novembro**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
				Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	5	ELIANE SILVA VALENTE	11	0	0	4	1	NÃO	16/2/1988
2	4	CLARICE MARIA ANGOLERI	7	0	0	0	3	NÃO	8/8/1976
3	3	DIVANIR BENTO DE ANDRADE	7	0	0	0	2	NÃO	15/12/1980
4	1	FATIMA APARECIDA CAMARGO	7	0	0	0	1	NÃO	30/7/1990

Decreto Nº 0301/2012

DECRETO Nº 0301, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2012.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2134, de 15 de Fevereiro de 2012;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2012 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais), nas seguintes dotações:

07.00 - Secretaria de Educação Cultura e Esportes

07.01 - Educação Geral

12.306.0006.2.013 - Alimentação Escolar do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas 0.3.0200 (305) R\$ 40.000,00

12.364.0009.2.020 - Transporte Escolar do Ensino Superior

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas 0.3.0200 (306) R\$ 55.000,00

Total R\$ 95.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2011, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 05 DE NOVEMBRO DE 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0302/2012

DECRETO Nº 0302, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2012.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 15 da Lei Nº 2122, de 07 de Dezembro de 2011;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2012 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 69.000,00 (sessenta e nove mil reais), nas seguintes dotações:

07.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

07.01 - Educação Geral

12.306.0006.2.013 - Alimentação Escolar do Ensino Fundamental

3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0302 (72) R\$ 9.100,00

12.306.0010.2.022 - Alimentação Escolar da Educação Infantil

3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0306 (95) R\$ 19.500,00

3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0307 (96) R\$ 40.400,00

Total R\$ 69.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrá à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas

abaixo relacionadas.

1721350301 - Transferências Diretas FNDE - PNAE R\$ 9.100,00

1721350303 - Transferências Diretas do FNDE - PNAP R\$ 19.500,00

1721350304 - Transferências Diretas do FNDE - PNAC R\$ 40.400,00

Total R\$ 69.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 05 DE NOVEMBRO DE 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2181/2012

PORTARIA Nº 2.181, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2012.

Revoga Licença sem Remuneração.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Licença sem remuneração para tratar de assuntos particulares, do servidor ANILSON MIGUEL PIRES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 946.595.679.15, ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de novembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de novembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2183/2012

PORTARIA N.º 2.183, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2012.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato de FERNANDA DE FREITAS SUBTIL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº. 999.217.669-53, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 05 de novembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de novembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2184/2012

PORTARIA N.º 2.184, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2012.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 111/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 005/2010, homologado pelo decreto 310/2010;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear FERNANDA DE FREITAS SUBTIL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 999.217.669-53, no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 06 de novembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de novembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2185/2012

PORTARIA Nº 2.185, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2012.

Amplia Carga Horária de Servidor

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora FERNANDA DE FREITAS SUBTIL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 999.217.669-53, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação EDUCAÇÃO INFANTIL, pelo período de 07 de novembro de 2012 à 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de novembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Aviso da Concorrência Pública Nº 0006/2012

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 0006/2012 - PMF

Objeto: Concessão de direito real de uso, à título oneroso de bens públicos para fins industriais de uma área de terras com 9.612,84m² (nove mil, seiscentos e doze metros quadrados), composta por 2 (dois) imóveis urbanos localizados no perímetro urbano desta cidade em área industrial, sendo de propriedade do Município de Fraiburgo, nas seguintes descrições: 2 (dois) terrenos urbanos, sem benfeitorias, com área de 4.811,56m² (quatro mil, oitocentos e onze metros quadrados e cinquenta e seis centésimos de metro

quadrado) e 4.801,28 m² (quatro mil, oitocentos e um metros quadrados e vinte e oito centésimos de metro quadrado), situado no bairro Liberata, nesta cidade de Fraiburgo, identificados pelos lotes 03 e 04, da quadra 320, respectivamente, registrados sob a matrícula nº 3181, do CRI de Fraiburgo. Modalidade: Concorrência Pública. Tipo: Maior Oferta, composta pela maior pontuação técnica, com preço de outorga da concessão fixado. Prazo: 30 (trinta) anos, podendo ser prorrogado. Protocolo dos Envelopes: Até às 09:00 horas do dia 21/12/2012. Abertura do Certame: No mesmo dia às 09:15 horas. O Edital poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo, na Av. Rio das Antas, 185 e no Site: www.fraiburgo.sc.gov.br/. Informações pelo fone (49) 3256-3000-ramais 3023/3039. Email: compras@fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 05 de novembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Aviso da Concorrência Pública Nº 0007/2012

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 0007/2012 - PMF

Objeto: Concessão de direito real de uso, à título oneroso de bem público para fins industriais de uma área de terras de 5.100,00 m² (cinco mil e cem metros quadrados), composta por 1 (um) imóvel urbano localizado no perímetro urbano desta cidade em área industrial, sendo de propriedade do Município de Fraiburgo, nas seguintes descrições: 1 (um) terreno urbano, sem benfeitorias, com área de 5.100,00 m² (cinco mil e cem metros quadrados), situado no bairro Liberata, nesta cidade de Fraiburgo, identificado pelo lote 0003, da quadra 318, registrado sob a matrícula nº 9391, respectivamente, ambas do CRI de Fraiburgo. Modalidade: Concorrência Pública. Tipo: Maior Oferta, composta pela maior pontuação técnica, com preço de outorga da concessão fixado. Prazo: 30 (trinta) anos, podendo ser prorrogado. Protocolo dos Envelopes: Até às 10:00 horas do dia 21/12/2012. Abertura do Certame: No mesmo dia às 10:15 horas. O Edital poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo, na Av. Rio das Antas, 185 e no Site: www.fraiburgo.sc.gov.br/. Informações pelo fone (49) 3256-3000-ramais 3023/3039. Email: compras@fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 05 de novembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo Nº TA.At12sf11

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº TA.AT12SF11

PRIMEIRO ADITIVO A ATA DE REG. PREÇOS Nº AT12SF18

ÓRGÃO GERENCIADOR: A AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO – SANEFRAI. FORNECEDOR: PROJESAN SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA OBJETO DA ATA: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA USO NA ETA (ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA) E NA ETE (ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE EFLUENTES). OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 31 DE JANEIRO DE 2013. E ACRESCIMO NAS QUANTIDADES DOS ITENS, CONFORME SEGUE:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIA ACRESC.(25%)	VL.R. UNITÁRIO- R\$
4	Sulfato de alumínio (isento de ferro) – container 1 tonelada	10.000 Kg	0,53

DATA DO ADITIVO: 15.10.2012. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 31.10.2012. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 23/20012 – SF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0022/2012. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0013/2012.

FRAIBURGO (SC), 05 DE NOVEMBRO DE 2012.
ADEMIR PEDRO PERIN
Presidente da SANEFRAI

Extrato do Aditivo Nº TA.At12sf12

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO ADITIVO Nº TA.AT12SF12
PRIMEIRO ADITIVO A ATA DE REG. PREÇOS Nº AT12SF19

ÓRGÃO GERENCIADOR: A AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI. FORNECEDOR: BUSCHLE & LEPPER S.A OBJETO DA ATA: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA USO NA ETA (ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA) E NA ETE (ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE EFLUENTES). OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 31 DE JANEIRO DE 2013. DATA DO ADITIVO: 15.10.2012. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 31.10.2012. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 23/20012 - SF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0022/2012. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0013/2012.

FRAIBURGO (SC), 05 DE NOVEMBRO DE 2012.
ADEMIR PEDRO PERIN
Presidente da SANEFRAI

Extrato do Aditivo Nº TA.At12sf13

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
EXTRATO DO ADITIVO Nº TA.AT12SF13
PRIMEIRO ADITIVO A ATA DE REG. PREÇOS Nº AT12SF20

ÓRGÃO GERENCIADOR: A AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI. FORNECEDOR: QUIMISA S.A OBJETO DA ATA: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA USO NA ETA (ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA) E NA ETE (ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE EFLUENTES). OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 31 DE JANEIRO DE 2013. DATA DO ADITIVO: 15.10.2012. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 31.10.2012. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 23/20012 - SF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0022/2012. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0013/2012.

FRAIBURGO (SC), 05 DE NOVEMBRO DE 2012.
ADEMIR PEDRO PERIN
Presidente da SANEFRAI

Extrato do Aditivo Nº TA.At12sf14

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC
EXTRATO DO ADITIVO Nº TA.AT12SF14
PRIMEIRO ADITIVO A ATA DE REG. PREÇOS Nº AT12SF16

ÓRGÃO GERENCIADOR: A AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO – SANEFRAI. FORNECEDOR: ÁGUA AZUL POÇOS ARTESIANOS LTDA. OBJETO DA ATA: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DOS POÇOS ARTESIANOS DA SANEFRAI, RESPONSÁVEIS PELO ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

OBJETO DO ADITIVO: AJUSTAR O ACRÉSCIMO NA QUANTIDADE DOS ITENS 11 E 38 DO LOTE 1 CONFORME TABELA ABAIXO:

LOTE 1

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIA ACRESC.(25%)	VLR. UNITÁRIO – R\$
11	TESTE DE VAZÃO 24HRS COM DESINFECÇÃO E LAUDO TÉCNICO	3	1.784,33
38	SERVIÇO LIMPEZA DE POÇO C/ MÁQUINA DE PERFURAÇÃO	1	5.594,10

DATA DO ADITIVO: 18.10.2012. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 31.12.2012. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 19/20012 – SF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0018/2012. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0011/2012.

FRAIBURGO (SC), 05 DE NOVEMBRO DE 2012.
ADEMIR PEDRO PERIN
Presidente da SANEFRAI

Extrato do Aditivo Nº TA.At12sf15

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC
EXTRATO DO ADITIVO Nº TA.AT12SF15
PRIMEIRO ADITIVO A ATA DE REG. PREÇOS Nº AT12SF12

ÓRGÃO GERENCIADOR: A AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO – SANEFRAI. FORNECEDOR: SISTEG CONSULTORIA EM TRATAMENTO DE EFLUENTES LTDA. OBJETO DA ATA: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE TECNOLOGIA PARA TRATAMENTO E ESGOTOS SANITÁRIOS ATRAVÉS DE INOCULAÇÃO BIOTECNOLÓGICA EM MEIO DE SUPORTE PARA REATORES ANAERÓBICOS DE LEITO FIXO PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (SANEFRAI). OBJETO DO ADITIVO: AJUSTAR O ACRÉSCIMO NA QUANTIDADE DO ITEM 1 CONFORME TABELA ABAIXO:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIA ACRESC.(25%)	VLR. UNITÁRIO–R\$
1	Tratamento de vazão de esgotos sanitários a serem tratados por tecnologia de tratamento por meio de inoculação biotecnológica induzida em meio de suporte inerte, para aplicação em reatores anaeróbicos de leito fixo e fluxo contínuo, que permita a redução de DBO, DQO, série nitrogenada, fósforo, sólidos totais e microorganismos termotolerantes, comprovados por laudos laboratoriais.	73M³/dia	1.120,00

DATA DO ADITIVO: 23.10.2012. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 30.11.2012. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 30/20011 – SF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0019/2012. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0006/2012.

FRAIBURGO (SC), 05 DE NOVEMBRO DE 2012.
ADEMIR PEDRO PERIN
Presidente da SANEFRAI

Extrato do Aditivo Nº Ta12fms21

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº TA12FMS21

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT11FMS34

ÓRGÃO GERENCIADOR: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
FORNECEDOR: P.A. MÉDICOS S/S LTDA OBJETO DA ATA: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS "CLÍNICA GERAL" NO ÂMBITO DO PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS, NESTA CIDADE. OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA PREVISTO NA CLÁUSULA PRIMEIRA, ITEM 1.3 PARA ATÉ A DATA DE 31/12/2012. DE R\$ 2.400,00 (DOIS MIL E QUATROCENTOS REAIS) PARA R\$ 2.530,40 (DOIS MIL, QUINHENTOS E TRINTA REAIS E QUARENTA CENTAVOS) PARA OS SERVIÇOS MENSAIS. DATA DO ADITIVO: 23.10.2012 ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 31.12.2012 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 26/2012 - FMS. TOMADA DE PREÇO: Nº 0002.

FRAIBURGO (SC), 01 DE NOVEMBRO 2012

NILCE PINZ

Secretária Municipal de Saúde

Extrato do Aditivo Nº Ta12fms22

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº TA12FMS22

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT12FMS30

ÓRGÃO GERENCIADOR: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
FORNECEDOR: CARBONI VEÍCULOS LTDA OBJETO DA ATA: FORNECIMENTO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO, MATERIAIS E SERVIÇOS DIVERSOS PARA CONserto DA AMBULÂNCIA PEUGEOT BOXER FROTA Nº 214, PLACAS MGE 4765. OBJETO DO ADITIVO: ALTERAÇÃO DEVIDO A NECESSIDADE DE SUBSTITUIÇÃO DE DIVERSAS PEÇAS CONFORME CONSTA DO ORÇAMENTO Nº 17480. DATA DO ADITIVO: 25.10.2012 ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 16.05.2013 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 38/2012 - FMS. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0028.

FRAIBURGO (SC), 01 DE NOVEMBRO 2012

NILCE PINZ

Secretária Municipal de Saúde

Extrato do Aditivo Nº Ta12fms23

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº TA12FMS23

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT11FMS34

ÓRGÃO GERENCIADOR: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
FORNECEDOR: P.A. MÉDICOS S/S LTDA OBJETO DA ATA: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS "CLÍNICA GERAL" NO ÂMBITO DO PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS, NESTA CIDADE. OBJETO DO ADITIVO: DIANTE DA REVISÃO CONTRATUAL, O VALOR DA HORA PASSARÁ A SER DE R\$ 65,00 (SESSENTA E CINCO REAIS); O VALOR DOS SERVIÇOS DE COORDENAÇÃO E SUPERVISÃO DOS SERVIÇOS PASSARÁ A SER DE R\$ 2.600,00 (DOIS MIL E SEISCENTOS REAIS) E O VALOR DOS SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA PASSARÁ A SER DE R\$ 1.849,50 (UM MIL, OITOCENTOS E QUARENTA E NOVE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS). DATA DO ADITIVO: 31.10.2012 ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 31.12.2012 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 26/2012 - FMS. TOMADA DE PREÇO: Nº 0002.

FRAIBURGO (SC), 01 DE NOVEMBRO 2012

NILCE PINZ

Secretária Municipal de Saúde

Extrato do Aditivo Nº Ta12sf11

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº TA12SF11

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT12SF07

ÓRGÃO GERENCIADOR: AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI FORNECEDOR: RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGENS E VULCANIZAÇÕES DE PNEUS DA FROTA DA SANEFRAI, DURANTE OS MESES DE FEVEREIRO A JUNHO DE 2012. OBJETO DO ADITIVO: RESOLVEM DE PLENO ACORDO RESCINDIR O CONTRATO A PARTIR DESTA DATA DATA DO ADITIVO: 29.10.2012 ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 31.12.2012 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0004/2012 - SF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0004.

FRAIBURGO (SC), 05 DE NOVEMBRO DE 2012.

ADEMIR PEDRO PERIN

Presidente da SANEFRAI

Extrato do Contrato Act Nº 441/2012

CONTRATO N.º : 441/2012.

PORTARIA N.º : 1.968/2012.

CONTRATANTE : MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: : SECRETÁRIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA URBANA

CONTRATADO : VALDOMIRO DE OLIVEIRA

OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

VIGÊNCIA : 01 de outubro de 2012 até 31 de dezembro de 2012.
AMPARO LEGAL : Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO : GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

CARGA HORÁRIA.: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE : 697,68 (Seiscentos e noventa e sete reais e sessenta e oito centavos)

Extrato do Contrato Act Nº 442/2012

CONTRATO N.º : 442/2012.

PORTARIA N.º : 2.017/2012.

CONTRATANTE : MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: : SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

CONTRATADO : JUSSARA GONÇALVES SEÍSL SOLANHA

OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

VIGÊNCIA : 02 de outubro de 2012 até 14 de dezembro de 2012.
AMPARO LEGAL : Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO : PROFESSOR

CARGA HORÁRIA.: 20 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE : 713,00 (Setecentos e treze reais)

Extrato do Contrato Act Nº 443/2012

CONTRATO N.º : 443/2012.

PORTARIA N.º : 2.018/2012.

CONTRATANTE : MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: : SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

CONTRATADO : VIRIDIANA SILVA DE MOURA

OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

VIGÊNCIA : 02 de outubro de 2012 até 14 de dezembro de 2012.
AMPARO LEGAL : Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO : AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

CARGA HORÁRIA.: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE : 618,91 (Setecentos e dezoito e noventa e um)

Extrato do Contrato Act Nº 444/2012

CONTRATO N.º : 444/2012.

PORTARIA N.º : 2.028/2012.

CONTRATANTE : MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: : SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

CONTRATADO : MARIA AUXILIADORA APARECIDA CARNIEL SOTTORIVA

OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

VIGÊNCIA : 08 de outubro de 2012 até 14 de dezembro de 2012.

AMPARO LEGAL : Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO : PROFESSOR

CARGA HORÁRIA.: 12 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE : 427,80 (Quatrocentos e vinte e sete reais e oitenta centavos)

Extrato do Contrato Act Nº 445/2012

CONTRATO N.º : 445/2012.

PORTARIA N.º : 2.032/2012.

CONTRATANTE : MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: : SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

CONTRATADO : ANDRÉ KALEBI PINA BARBOZA

OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

VIGÊNCIA : 10 de outubro de 2012 até 14 de dezembro de 2012.

AMPARO LEGAL : Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO : PROFESSOR

CARGA HORÁRIA.: 17 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE : 606,05 (Seiscentos e seis reais e cinco centavos)

Extrato do Contrato Act Nº 446/2012

CONTRATO N.º : 446/2012.

PORTARIA N.º : 2.036/2012.

CONTRATANTE : MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: : SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO : FRANCIELE DA SILVA

OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

VIGÊNCIA : 11 de outubro de 2012 até 31 de dezembro de 2012.

AMPARO LEGAL : Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO : AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

CARGA HORÁRIA.: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE : 622,00 (Seiscentos e vinte e dois reais)

Extrato do Contrato Act Nº 447/2012

CONTRATO N.º : 447/2012.

PORTARIA N.º : 2.037/2012.

CONTRATANTE : MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: : SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA

E ESPORTE

CONTRATADO : VERONICA APARECIDA DOS SANTOS MACHADO

OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

VIGÊNCIA : 11 de outubro de 2012 até 01 de novembro de 2012.

AMPARO LEGAL : Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO : AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

CARGA HORÁRIA.: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE : 697,68 (Seiscentos e noventa e sete reais e sessenta e oito centavos)

Extrato do Contrato Act Nº 448/2012

CONTRATO N.º : 448/2012.

PORTARIA N.º : 2.041/2012.

CONTRATANTE : MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: : SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

CONTRATADO : LINDAMAR BARBOSA

OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

VIGÊNCIA : 15 de outubro de 2012 até 14 de dezembro de 2012.

AMPARO LEGAL : Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO : AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

CARGA HORÁRIA.: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE : 618,91 (Setecentos e dezoito e noventa e um)

Extrato do Contrato Act Nº 449/2012

CONTRATO N.º : 449/2012.

PORTARIA N.º : 2.061/2012.

CONTRATANTE : MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: : SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

CONTRATADO : VANESSA TELES DOS SANTOS CAMPAGNARO

OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

VIGÊNCIA : 18 de outubro de 2012 até 14 de dezembro de 2012.

AMPARO LEGAL : Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO : AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

CARGA HORÁRIA.: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE : 618,91 (Setecentos e dezoito e noventa e um)

Extrato do Contrato Act Nº 450/2012

CONTRATO N.º : 450/2012.

PORTARIA N.º : 2.127/2012.

CONTRATANTE : MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: : SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

CONTRATADO : MARIA FÁTIMA DE OLIVEIRA CONTE

OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

VIGÊNCIA : 29 de outubro de 2012 até 14 de dezembro de 2012.

AMPARO LEGAL : Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO : AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

CARGA HORÁRIA.: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE : 697,68 (Seiscentos e noventa e sete reais e sessenta e oito centavos)

Extrato do Contrato Act Nº 451/2012

CONTRATO N.º : 451/2012.

PORTARIA N.º : 2.139/2012.

CONTRATANTE : MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: : SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

CONTRATADO : VANESSA OLIVEIRA DE MELLO

OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

VIGÊNCIA : 29 de outubro de 2012 até 14 de dezembro de 2012.

AMPARO LEGAL : Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO : AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

CARGA HORÁRIA.: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE : 618,91 (Setecentos e dezoito e noventa e um)

Extrato do Contrato Act Nº 452/2012

CONTRATO N.º : 452/2012.

PORTARIA N.º : 2.141/2012.

CONTRATANTE : MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: : SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

CONTRATADO : ELIDIOMARA DE MORAIS DE MELO PRATES

OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

VIGÊNCIA : 01 de novembro de 2012 até 14 de dezembro de 2012.

AMPARO LEGAL : Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO : AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

CARGA HORÁRIA.: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE : 697,68 (Seiscentos e noventa e sete reais e sessenta e oito centavos)

Extrato do Contrato Nº Ct12fms30

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12FMS30

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. CONTRATADA: CARBONI VEÍCULOS LTDA.

OBJETO: FORNECIMENTO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO, MATERIAIS E SERVIÇOS DIVERSOS PARA CONserto DA AMBULÂNCIA PEUGEOT BOXER. VALOR TOTAL: R\$ 28.000,00 (VINTE E OITO MIL REAIS). DATA: 16.10.2012. VIGÊNCIA: 16.10.2012 A 16.05.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0038/2012 - FMS. PREGÃO PRESENCIAL: 0028.

FRAIBURGO (SC), 05 DE NOVEMBRO DE 2012.

NILCE PINZ

Secretária Municipal de Saúde

Extrato do Contrato Nº Ct12fms31

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12FMS31

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. CONTRATADA: EUCLÓVIS LUIZ DRESCH ME. OBJETO: AQUISIÇÃO DE PLACAS E FAIXAS ADESIVAS DE IDENTIFICAÇÃO, INTERNAS E EXTERNAS, PARA COLOCAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO E CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS). VALOR TOTAL: R\$ 15.268,00 (QUINZE MIL, DUZENTOS E SESSENTA E OITO REAIS). DATA: 19.10.2012. VIGÊNCIA: 19.10.2012 A 31.12.2012. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0039/2012 - FMS. PREGÃO PRESENCIAL: 0029.

FRAIBURGO (SC), 05 DE NOVEMBRO DE 2012.

NILCE PINZ

Secretária Municipal de Saúde

Extrato do Contrato Nº Ct12sf21

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12SF21

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. CONTRATADA: FRAYSISTEM SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA USO NAS MANUTENÇÕES DE QUADROS DE COMANDO E PADRÕES ELÉTRICOS DOS POÇOS ARTESIANOS DA SANEFRAI, CONFORME AS DESCRIÇÕES DA TABELA ABAIXO:

LOTE 1

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO	V.UNIT. R\$	V. TOTAL-R\$
1	05	POSTE 6 MT	300,00	1.500,00
2	02	CAIXA MEDIDOR TRIFASICO	70,00	140,00
3	07	CURVA 180 1''	1,00	7,00
4	02	BUCHA ALUMINIO 1''	0,50	1,00
5	02	ARRUELA ALUMINIO 1''	0,50	1,00
6	01	BUCHA ALUMINIO 3/4	0,30	0,30
7	01	ARRUELA ALUMINIO 3/4	0,30	0,30
8	01	CONECTOR SAPATA 35MM	1,05	1,05
9	06	LUVA PVC 1''	0,10	0,60
10	02	ARMAÇÃO 1X1	4,50	9,00
11	03	PARAFUSO MAQUINA 5/8	2,00	6,00
12	02	ALÇA PRE FORMADA	1,00	2,00
13	02	ROLDANA 72X72	1,05	2,10
14	13	CINTA ALUMINIO COM PRESILHA	0,70	9,10
15	22	FIO 10MM RIGIDO AZUL	2,80	61,60
16	21	FIO 10MM RIGIDO PRETO	2,80	58,80
17	28	FIO 10MM RIGIDO BRANCO	2,80	78,40
18	28	FIO 10MM RIGIDO VERMELHO	2,80	78,40
19	01	CONTATOR 40 A	115,00	115,00
20	01	RELE 17/25 DE SOBRECARGA	20,00	20,00
21	01	QUADRO DE COMANDO 50X30X20	80,00	80,00
22	140	CABO MULTIPLEXADO TRIFASICO 10MM	2,00	280,00
23	16	CONECTOR CUNHA 10MM	2,10	33,60
24	08	CAPA CONECTOR CUNHA	0,10	0,80
25	02	ARMAÇÃO 1X1	4,50	9,00
26	04	ARRUELA QUADRADA 5/8	0,40	1,60
27	02	ROLDANA PORCELANA	1,05	2,10
28	01	ALÇA PRE FORMADA	1,00	1,00
29	15	TERMINAL OLHAL 2,5MM	0,05	0,75
30	12	TERMINAL ILHOS	0,05	0,60

31	01	CANALETA CINZA 50X30 MM 2 MT	15,21	15,21
32	01	SINALEIRO VERMELHO	19,00	19,00
33	01	SINALEIRO AZUL	19,00	19,00
34	01	BOTAO 1/0 COM LED	20,00	20,00
35	01	BLOCO DE CONTATO IBC 22	11,00	11,00
36	15	CABO FLEXIVEL 0,75MM	0,34	5,10
37	01	TRILHO DIM	5,00	5,00
38	12	REBITE 3,9X19 MM	0,09	1,08
39	20	ABRAÇADEIRA DE NYLON 2,5X100MM	0,06	1,20
40	08	BORNER 4MM	0,90	7,20
41	01	TIMER SIBRATEC P/ TRILHO DIM	98,00	98,00
42	01	DISJUNTOR TRIFASICO DIM 32 A	12,00	12,00
43	01	DISJUNTOR TRIFASICO DIM 10 A	7,00	7,00
44	01	DISJUNTOR MONOFASICO DIM 6 A	6,90	6,90
45	01	RELE FLATA DE FASE	21,00	21,00
46	01	FITA ESPIRAL BRANCA	2,00	2,00
47	01	VOLTIMETRO	35,00	35,00
48	01	HORIMETRO	115,00	115,00
49	01	CHAVE SELETORA 3 POSICOES	9,00	9,00
50	01	ARMACAO 1X1 PESADA	3,90	3,90
51	06	ELETRODUTO PVC 1"	5,00	30,00
52	11	LUVA PVC 1	0,89	9,79
53	02	CURVA 180 1	1,55	3,10
54	04	CURVA 90 1	1,25	5,00
55	02	ARRUELA ALUMINIO 1	0,68	1,36
56	02	BUCHA ALUMINIO 1	0,98	1,96
57	32	FIO 10MM AZUL SOLIDO	2,50	80,00
58	32	FIO 10MM PRETO SOLIDO	2,50	80,00
59	03	CONECTOR PIRCENG 25MM	8,00	24,00
60	01	DISJUNTOR TRIFASICO 50 A	35,00	35,00
61	01	TUBO SILICONE PEQUENO	3,98	3,98
62	03	TUBO ELETRODUTO PVC 1 1/2	5,00	15,00
63	03	CURVA PVC 90 1 1/2	1,00	3,00
64	01	BUCHA ALUMINIO 1 1/2	1,45	1,45
65	01	ARRUELA ALUMINIO 1 1/2	1,55	1,55
66	02	TUBO GALVANIZADO 1 1/2	31,00	62,00
67	01	FITA VEDA ROSCA	2,05	2,05
68	22	CABO SINTENAX 10 MM AZUL	3,00	66,00
69	07	CABO SINTENAX 10 MM BRANCO	3,00	21,00
70	14	CABO SINTENAX 10 MM VERMELHO	3,00	42,00
71	13	CABO SINTENAX 10 MM PRETO	3,00	39,00

72	15	ABRAÇADEIRA TIPO D 3/4	0,35	5,25
73	12	BUCHA 6 MM	0,06	0,72
74	12	PARAFUSO 3,2 X 25	0,06	0,72
75	01	FITA ISOLANTE 20 MT	3,00	3,00
76	01	FITA AUTO FUSÃO (10M)	10,00	10,00
77	01	DISJUNTOR CAIXA MOLDADA TRIFÁSICO 150 A	98,00	98,00
78	01	CHAVE TIC TAC 15 A	6,70	6,70
79	01	START PARA FLUORESCENTE	0,35	0,35
3.566,67				

VALOR TOTAL: R\$ 3.566,67 (TRÊS MIL, QUINHENTOS E SESENTA E SEIS REAIS E SESENTA E SETE CENTAVOS). DATA: 04.10.2012. VIGÊNCIA: 04.10.2012 A 30.11.2012. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0030/2012 - SF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0029/2012.

FRAIBURGO (SC), 05 DE NOVEMBRO DE 2012.
ADEMIR PEDRO PERIN
Presidente da SANEFRAI

Extrato do Contrato Nº Ct12sf22

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12SF22

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. CONTRATADA: ÁGUA AZUL POÇOS ARTESIANOS LTDA. OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM CONJUNTO MOTOBOMBA, PAINEL DE COMANDO E SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS NO POÇO PORTAL (VAZÃO 72.000 LITROS/HORA) PARA FUNCIONAMENTO DO RECALQUE DO POÇO ATÉ A ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DA SANEFRAI NO BAIRRO SANTO ANTÔNIO, CONFORME AS DESCRIÇÕES DA TABELA ABAIXO:

LOTE 1

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR – R\$
1	CONJUNTO MOTOBOMBA 380 V TRIF. VAZÃO 70.000 LITROS/HORA E ALTURA MANOMÉTRICA 178,5 MCAM PARA POÇO TUBULAR DE 8"	LEÃO	31.051,00
2	MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO DO CONJUNTO MOTOBOMBA NA PROFUNDIDADE 48 MTS C/TUBO 4" (OS MATERIAIS NECESSÁRIOS DO CONJUNTO MOTOBOMBA SERÁ FORNECIDO PELA SANEFRAI)		937,00

3	PAINEL DE COMANDO 380 V TRIF COM- PLETO PARA CONJUNTO MOTOBOMBA VAZÃO 70.000 L/H ALTURA MANOMÉTRI- CA 178,5 MCAM CONTENDO: DISJUN- TOR GERAL INDUSTRIAL COM ACIONA- MENTO EXTERNO (NR10) E BLOQUEIO POR CADEADO; SOFTSTARTER; CHAVE COMUTADORA LIGA/DESLIGA LOCAL; COMANDO REMOTO VIA RELE DE NIVEL E CHAVE BÓIA; SINALIZAÇÃO DE MO- TOR LIGADO/SOBRECARGA; CONJUNTO VENTILAÇÃO; BOTÃO DE EMERGÊNCIA; PARA RAO ELETRONICO PLUG IN, 40 KA; RELE DE NÍVEL ELETRÔNICO; RELE SEQUÊNCIA DE FASE; MEDIÇÃO DE CORRENTE TRIFÁSICA COM AMPERÍ- METRO; TC E CHAVE COMUTADORA; MEDIÇÃO DE TENSÃO TRIFÁSICA COM VOLTÍMETRO; CHAVE SECCIONADO- RA; PROJETO ELÉTRICO; FUSÍVEIS ULTRA-RÁPIDO; PAINÉL METÁLICO COM DIMENSÕES: A=1200 MM, L=800 MM, P=350 MM, TENSÃO DE COMANDO 220 VCA; TENSÃO DE FORÇA 380 VCA.	ÁGUA AZUL	11.871,00
4	MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO DO PAINEL DE COMANDO COM ACOMPANHAMENTO DO ENGE- NHEIRO ELETRICISTA (OS MATERIAIS NECESSÁ- RIOS PARA INSTALAÇÃO SERÃO FORNECIDOS PELA SANEFRAI)		641,00

VALOR TOTAL: R\$ 44.500,00 (QUARENTA E QUATRO MIL E QUINHENTOS REAIS). DATA: 09.10.2012. VIGÊNCIA: 09.10.2012 A 31.12.2012. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0032/2012 – SF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0031/2012.

FRAIBURGO (SC), 05 DE NOVEMBRO DE 2012.
ADEMIR PEDRO PERIN
Presidente da SANEFRAI

Extrato de Ata Nº At12sf23

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT12SF23 ÓRGÃO GERENCIADOR: AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO – SANEFRAI. FORNECEDOR: PEDRA AZUL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS DE MOTOBOMBAS PARA INSTALAÇÃO NOS POÇOS ARTESIANOS DA SANEFRAI QUE APRESENTAREM PROBLEMAS NO ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA CIDADE DE FRAIBURGO (RESERVA), PREVISTOS NOS ITENS 1, 2, 3 E 4 DO EDITAL E DE SUA PROPOSTA COMERCIAL, CONFORME TABELA ABAIXO:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/MODELO	VALOR-R\$
1	MOTOBOMBA 7,5 CV TRIF. BC IP 55	ELETROPLAS ECS 7,5	2.000,00
2	MOTOBOMBA 2,0 CV MONOF IP 55	ELETROPLAS ECS 200	715,00
3	MOTOBOMBA 7,5 CV TRIF IP 55	ELETROPLAS ECM2 7,5/3	2.150,00
4	MOTOBOMBA 2,0 CV TRIF IP 55	ELETROPLAS ECS 200	700,00

DATA:09.10.2012 VIGÊNCIA: 09.10.2012 A 31.01.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 31/2012 – SF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0030/2012. REGISTRO DE PREÇOS: Nº

0016/2012.

FRAIBURGO (SC), 05 DE NOVEMBRO 2012.
ADEMIR PEDRO PERIN
Presidente da SANEFRAI

Garopaba

PREFEITURA

Lei N.º 1.667/2012.

LEI N.º 1.667, DE 26 DE OUTUBRO DE 2012.

DENOMINA RUA NO BAIRRO AMBRÓSIO DO MUNICÍPIO DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º. A Rua existente situada na localidade do Bairro Ambrósio, que se inicia na lateral Leste onde forma esquina com a Rua Projetada, com testada numa extensão de 7,00 m (sete metros), cujo vértice sentido leste esta a uma distancia de 35,00 m (trinta e cinco metros) até a Rua Ilha do faial, a partir da testada inicialk seguindo sentido Oeste numa distância de 143,00 (cento e quarenta e tres metros) chega a Rua Projetada mantendo sua largura, passa a ser denominada RUA NATÁLIA HERMÍNIA DA SILVA, conforme croqui em anexo.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de Outubro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 06/11/2012, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA

Secretária de Administração

Lei N.º 1.668/2012.

LEI N.º 1.668, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2012.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 10.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no limite de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) no Orçamento vigente:

15.01- IPREGOBA - INST. DE PREVIDÊNCIA 10.000,00
28272602065 - Amparo aos Inativos e Pensionistas 10.000,00
3.3.90.0.2.03.000000 - Aplicações Diretas 10.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), correrão por conta da anulação parcial, das seguintes dotações do Orçamento vigente:

15.01- IPREGOBA - INST. DE PREVIDÊNCIA 10.000,00
28272602064 - Funcionamento e Manutenção do Ipregoba 10.000,00



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

4.4.90.0.2.03.000000 - Aplicações Diretas 5.000,00
3.3.90.0.2.03.000000 - Aplicações Diretas 5.000,00

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-
das as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de Novembro de 2012.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 06/11/2012, de acordo
com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA
Secretária de Administração

Decreto N.º 151/2012.

DECRETO N.º 151, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2012.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 10.000,00 E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de
suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Mu-
nicipal, Lei n.º 1.668 de 01/11/2012 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$
R\$ 10.000,00 (dez mil reais) no Orçamento vigente:

15.01- IPREGOBA - INST. DE PREVIDÊNCIA 10.000,00
28272602065 - Amparo aos Inativos e Pensionistas 10.000,00
3.3.90.0.2.03.000000 - Aplicações Diretas 10.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de
R\$ 10.000,00 (dez mil reais), correrão por conta da anulação par-
cial, das seguintes dotações do Orçamento vigente:

15.01- IPREGOBA - INST. DE PREVIDÊNCIA 10.000,00
28272602064 - Funcionamento e Manutenção do Ipregoba
10.000,00
4.4.90.0.2.03.000000 - Aplicações Diretas 5.000,00
3.3.90.0.2.03.000000 - Aplicações Diretas 5.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,
revogadas as disposições em contrario.

Garopaba, 01 de novembro de 2012.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 06/11/2012, de
acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA
Secretária de Administração

Decreto N.º 152/2012.

DECRETO N.º 152, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2012.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 93.552,00 E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de
suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Mu-
nicipal, Lei n.º 1.587 de 01/12/2011 (Orçamento) e demais legis-
lação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$
93.552,00 (noventa e tres mil e quinhentos e cinquenta e dois
reais) no Orçamento vigente:

02.01 - GABINETE DO PREFEITO 2.000,00
0412262.002 - Funcionamento e Manut. do Gabinete do Prefeito
2.000,00
3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 2.000,00

04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 5.000,00
0412292.005 - Func. e Manutenção da Secretaria de Administra-
ção 5.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 5.000,00

05.01 - SECRETARIA DA FAZENDA 10.000,00
04123122.008 - Func. e Manut. da Secretaria da Fazenda 10.000,00
3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 10.000,00

06.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA 2.800,00
20606482.012 - Func. e Manut. da Secretaria de Agric e Pesca
2.800,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 2.800,00

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 35.700,00
12361282.020 - Func. e Manutenção do Ensino Fundamental
22.000,00
3.1.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas 3.000,00
3.1.91.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas 19.000,00
12361282.021 - Manutenção do Transporte Escolar 6.000,00
3.1.91.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas 6.000,00
12365282.023 - Manutenção da Educação Infantil 7.000,00
3.1.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas 2.000,00
3.1.91.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas 5.000,00
12364282.025 - Apoio ao Universitario 700,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 450,00

10.01 - SECRETARIA DE PLAN TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE
12.700,00
15452312.042 - Func.e Manut. da Sec. Plan. Territ. e Meio Am-
biente 2.700,00
3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 2.700,00
15452312.043 - Manut. e Ampliação dos Serviços de Iluminação
Pública 10.000,00
3.1.90.0.1.17.000000 - Aplicações Diretas 10.000,00

12.01 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL 6.000,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL 6.000,00
08243562.058 - Apoio ao Conselho Tutelar 6.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 6.000,00

13.01 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS URB-
NOS 18.900,00
26782352.052 - Func. e Manutenção da Secretaria de Infra-Estru-
tura 18.900,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 18.900,00

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 452,00
10301252.074 - Manutenção do SAMU 452,00
3.1.90.0.2.14.000068 - Aplicações Diretas 452,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de
R\$ 93.552,00 (noventa e tres mil e quinhentos e cinquenta e dois
reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dota-
ções do orçamento vigente:

02.01 - GABINETE DO PREFEITO 2.000,00
0412262.002 - Funcionamento e Manut. do Gabinete do Prefeito
2.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 2.000,00

04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 5.000,00
 0412292.005 - Func. e Manutenção da Secretaria de Administração 5.000,00
 3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 5.000,00

05.01 - SECRETARIA DA FAZENDA 10.000,00
 04123122.008 - Func. e Manut. da Secretaria da Fazenda 10.000,00
 3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 10.000,00

06.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA 2.800,00
 20606482.012 - Func. e Manut. da Secretaria de Agric e Pesca 2.800,00
 3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 2.800,00

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 35.700,00
 12361282.020 - Func. e Manutenção do Ensino Fundamental 22.000,00
 3.1.91.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas 3.000,00
 3.3.90.0.1.19.000000 - Aplicações Diretas 19.000,00
 12361282.021 - Manutenção do Transporte Escolar 6.000,00
 3.3.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas 6.000,00
 12365282.023 - Manutenção da Educação Infantil 7.000,00
 3.3.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas 2.000,00
 3.3.90.0.1.19.000000 - Aplicações Diretas 5.000,00
 12364282.025 - Apoio ao Universitário 700,00
 4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 700,00

10.01 - SECRETARIA DE PLAN TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE 12.700,00
 15452312.042 - Func. e Manut. da Sec. Plan. Territ. e Meio Ambiente 2.700,00
 4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 2.700,00
 15452312.043 - Manut. E Ampliação dos Serviços de Iluminação Pública 10.000,00
 3.1.91.0.1.17.000000 - Aplicações Diretas 1.000,00
 4.4.90.0.1.17.000000 - Aplicações Diretas 9.000,00

12.01 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL 6.000,00
 FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL 6.000,00
 08243562.058 - Apoio ao Conselho Tutelar 6.000,00
 3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 5.000,00
 4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 1.000,00

13.01 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS 18.900,00
 26782352.052 - Func. e Manutenção da Secretaria de Infra-Estrutura 18.900,00
 3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 18.900,00

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 452,00
 10301252.074 - Manutenção do SAMU 452,00
 3.3.90.0.2.14.000068 - Aplicações Diretas 452,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de novembro de 2012.
 LUIZ CARLOS LUIZ
 Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 06/11/2012, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA
 Secretária de Administração

Decreto N.º 153/2012.

DECRETO N.º 153, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2012.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 63.910,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.587 de 01/12/2011 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 63.910,00 (sessenta e tres mil e novecentos e dez reais) no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 8.100,00
 12306282.019 - Aquisição e Distribuição de Merenda Escolar 8.100,00
 3.3.90.0.1.15.000051 - Aplicações Diretas 8.100,00

12.02 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL 5.000,00
 FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL 5.000,00
 08244562.056 - Func. e Manut. do Fundo da Assistência Social 5.000,00
 3.1.90.0.1.29.000007 - Aplicações Diretas 5.000,00

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 50.810,00
 10301252.073 - Func. e Manut. do Setor Saúde 50.000,00
 3.1.90.0.2.14.000061 - Aplicações Diretas 8.000,00
 3.1.90.0.2.14.000066 - Aplicações Diretas 15.000,00
 3.1.90.0.2.14.000067 - Aplicações Diretas 5.000,00
 3.3.90.0.2.14.000061 - Aplicações Diretas 22.000,00
 10301252.074 - Manutenção do SAMU 810,00
 3.1.90.0.2.14.000068 - Aplicações Diretas 810,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 63.910,00 (sessenta e tres mil e novecentos e dez reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de novembro de 2012.
 LUIZ CARLOS LUIZ
 Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 06/11/2012, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA
 Secretária de Administração

Decreto N.º 154/2012.

DECRETO N.º 154, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2012.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 110.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.587 de 01/12/2011 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais) no Orçamento vigente:

06.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA 30.000,00
 20606482.012 - Func. e Manut. da Secretaria de Agric e Pesca

30.000,00

3.1.90.0.3.00.000000 - Aplicações Diretas 30.000,00

13.01 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS 80.000,00

26782352.052 - Func. e Manut. da Secretaria de Infra-Estrutura 80.000,00

3.1.90.0.3.00.000000 - Aplicações Diretas 80.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), correrão por conta do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de novembro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 06/11/2012, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA

Secretária de Administração

Portaria N.º 667/2012.

PORTARIA N.º 667, DE 01 DE OUTUBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) KELLY FERNANDA DE OLIVEIRA, Professor, matrícula funcional n.º 0746, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 28/09/2012.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 28/09/2012.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de outubro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 668/2012.

PORTARIA N.º 668, DE 01 DE OUTUBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor LUIZ ALDO CRISTINO, Matrícula Funcional n.º 0792, referente à 2010/2011, no período de 01/10/2012 à 30/10/2012.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de outubro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 670/2012.

PORTARIA N.º 670, DE 02 DE OUTUBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) FLAVIA PEREIRA PEREIRA, Professor, matrícula funcional n.º 0741, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 04/09/2012, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 04/09/2012.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de outubro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 671/2012.

PORTARIA N.º 671, DE 09 DE OUTUBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, nos termos do art. 55, da Lei Municipal n.º 1000/2005, LAÉRCIO DA SILVA, CPF n.º 950.636.099-53, das funções comissionadas do cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE, da Prefeitura Municipal de Garopaba, em 10/10/2012.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de outubro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 672/2012.

PORTARIA N.º 672, DE 09 DE OUTUBRO DE 2012.
DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações e Lei Municipal n.º 1.120/2007 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, RONALDO GABRIEL TEIXEIRA, CPF n.º 579.332.949-87, SECRETÁRIO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, para responder interinamente e sem ônus, pelo cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE, da Prefeitura Municipal de Garopaba, a partir de 10/10/2012.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de outubro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 673/2012.

PORTARIA N.º 673, DE 10 DE OUTUBRO DE 2012.
DISPÕE SOBRE AUSÊNCIA JUSTIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Nos termos do art. 63, III, a, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora ONDINA MARINETE DA SILVA, matrícula funcional n.º 0047, JUSTIFICA SUA AUSÊNCIA, por 07 (sete) dias consecutivos, a partir de 19 de setembro de 2012, por motivo de casamento.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeito retroativo a 19/09/2012.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de outubro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 674/2012.

PORTARIA N.º 674, DE 10 DE OUTUBRO DE 2012.
DISPÕE SOBRE AUSÊNCIA JUSTIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Nos termos do art. 63, III, a, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora JOSEANE ARAUJO DO NASCIMENTO, matrícula funcional n.º 4413 e 4475, JUSTIFICA SUA AUSÊNCIA, por 07 (sete) dias consecutivos, a partir de 19 de setembro de 2012, por motivo de casamento.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeito retroativo a 19/09/2012.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de outubro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 679/2012.

PORTARIA N.º 679, DE 11 DE OUTUBRO DE 2012.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora NEREIDA MONTEIRO, Matrícula Funcional n.º 3727, referente à 2010/2011, no período de 05/10/2012 à 03/11/2012.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 05/10/2012.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de outubro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 680/2012.

PORTARIA N.º 680, DE 11 DE OUTUBRO DE 2012.
DISPÕE SOBRE REVISÃO DE READAPTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER REDUÇÃO DE CARGA HORARIA, nos termos do art. 63, parágrafo V, da Lei Municipal n.º 1000/2005, do(a) servidor(a) LIONI FILISBINA FONSECA, Merendeira, matrícula funcional n.º 3682, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, a partir de 26/09/2012, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 26/09/2012.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de outubro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 681/2012.

PORTARIA N.º 681, DE 11 DE OUTUBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE AUSÊNCIA JUSTIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Nos termos do art. 63, III, a, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora VANESSA BATISTA MENDONÇA, matrícula funcional n.º 4269, JUSTIFICA SUA AUSÊNCIA, por 07 (sete) dias consecutivos, a partir de 28 de setembro de 2012, por motivo de casamento.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeito retroativo a 28/09/2012.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de outubro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 682/2012.

PORTARIA N.º 682, DE 11 DE OUTUBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE LICENÇA MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA À MATERNIDADE, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 131, da Lei n.º 1000/2005, a servidora ADRIANA ILDA TORQUATO, Professor, matrícula funcional n.º 4522, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 01/10/2012.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 01/10/2012.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de outubro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 683/2012.

PORTARIA N.º 683, DE 11 DE OUTUBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE MANUTENÇÃO DE READAPTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. MANTER READAPTAÇÃO, nos termos dos art. 38, 39 e 40,

da Lei Municipal n.º 1000/2005, do(a) servidor(a) KELLY FERNANDA DE OLIVEIRA, Professor, matrícula funcional n.º 0746 contribuinte do Regime Próprio de Previdência.

Art. 2º. Fica mantida a readaptação da servidora KELLY FERNANDA DE OLIVEIRA, reavaliada em 01/10/2012, conforme laudo médico pericial em anexo.

Art. 3º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 01/10/2012.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de outubro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 684/2012.

PORTARIA N.º 684, DE 15 DE OUTUBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) MARLENE DA SILVA, Contrato n.º 191/2010, em 02/10/2012.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 02/10/2012.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de outubro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 685/2012.

PORTARIA N.º 685, DE 15 DE OUTUBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor AMARILDO RODRIGUES, Servente, matrícula funcional n.º 4506, contribuinte do Regime Geral de Previdência, contrato temporário, pelo período de 142 (cento e quarenta e dois) dias, a partir de 23/05/2012, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 23/05/2012.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de outubro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 686/2012.

PORTARIA N.º 686, DE 15 DE OUTUBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor LEANDRO IZALDO SILVA, Matrícula Funcional n.º 0924, referente à 2010/2011, no período de 15/10/2012 à 13/11/2012.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de outubro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 687/2012.

PORTARIA N.º 687, DE 15 DE OUTUBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, ao servidor GILMAR PACHECO, Matrícula Funcional n.º 0016, referente a 2007-2012, no período de 03/10/2012 à 12/10/2012.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 03/10/2012.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de outubro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 688/2012.

PORTARIA N.º 688, DE 15 DE OUTUBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) PETER HEIDRICH, Odontólogo - ESF, matrícula funcional n.º 4585, contribuinte do Regime Geral de Previdência, a partir de 07/10/2012, sendo encaminhado(o) após o décimo quinto dia ao INSS.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 07/10/2012.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de outubro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 689/2012.

PORTARIA N.º 689, DE 15 DE OUTUBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora GLICELIA CAMPOS DA ROCHA SPECK, Matrícula Funcional n.º 3485, referente à 2011/2012, no período de 18/10/2012 à 01/11/2012.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data sua assinatura.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de outubro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 690/2012.

PORTARIA N.º 690, DE 15 DE OUTUBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor JOEL DA SILVA DAVID, Matrícula Funcional n.º 4251, referente à 2011/2012, no período de 08/10/2012 à 20/10/2012.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 08/10/2012.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de outubro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 691/2012.

PORTARIA N.º 691, DE 15 DE OUTUBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) LAURA AMORIM DA ROCHA, Servente, matrícula funcional n.º 0042, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 22/09/2012.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 22/09/2012.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de outubro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 692/2012.

PORTARIA N.º 692, DE 16 DE OUTUBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor RAFAEL GUENKA PRUDÊNCIO, Matrícula Funcional n.º 3598, referente à 2011/2012, no período de 15/10/2012 à 24/10/2012.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 15/10/2012.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de outubro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 693/2012.

PORTARIA N.º 693, DE 16 DE OUTUBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, ao servidor EDSON LUIZ DA SILVA, Matrícula Funcional n.º 0730 referente a 2001-2006, no período de 08/10/2012 à 06/12/2012.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 08/10/2012.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de outubro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 694/2012.

PORTARIA N.º 694, DE 16 DE OUTUBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) ZENAIDE PEREIRA DA SILVA, Atendente de Saúde, matrícula funcional n.º 0093, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 08/10/2012.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 08/10/2012.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de outubro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 695/2012.

PORTARIA N.º 695, DE 16 DE OUTUBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, nos termos do art. 55, da Lei Municipal n.º 1000/2005, JANAINA DE PAULAS, CPF n.º 069.026.569-75, das funções comissionadas do cargo de SECRETÁRIA, da Secretaria de Administração, em 16/10/2012.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de outubro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 696/2012.

PORTARIA N.º 696, DE 16 DE OUTUBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE INTERRUPÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 08/10/2012, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, do servidor EDNEY DA SILVA BERNADINO, Matrícula Funcional n.º 3657, concedidas através da Portaria n.º 581/2012, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 08/10/2012.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de outubro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 697/2012.

PORTARIA N.º 697, DE 16 DE OUTUBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor JOSÉ FRAGOSO DE OLIVEIRA, Matrícula Funcional n.º 3726, referente à 2010/2011, no período de 10/10/2012 à 08/11/2012.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 10/10/2012.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de outubro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 698/2012.

PORTARIA N.º 698, DE 16 DE OUTUBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE LICENÇA MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA À MATERNIDADE, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 131, da Lei n.º 1000/2005, a servidora FLAVIA PEREIRA PEREIRA, Professor, matrícula funcional n.º 0741, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 14/10/2012.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 14/10/2012.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de outubro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 699/2012.

PORTARIA N.º 699, DE 16 DE OUTUBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora ANA HELENA WEINGARTNER MACHADO, Matrícula Funcional n.º 3684, referente à 2011/2012, no período de 15/10/2012 à 29/10/2012.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 15/10/2012.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de outubro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 700/2012.

PORTARIA N.º 700, DE 16 DE OUTUBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, ao servidor GILNÉRIO MANOEL VALENTIM, Matrícula Funcional n.º 0734,

referente a 2001-2006, no período de 16/10/2012 à 30/10/2012.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de outubro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 701/2012.

PORTARIA N.º 701, DE 16 DE OUTUBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) REGINA BASILIO, Contrato n.º 268/2012, em 31/10/2012.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de outubro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 702/2012.

PORTARIA N.º 702, DE 16 DE OUTUBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) MARIA CELECINA PEREIRA DE OLIVEIRA, Atendente de Saúde, matrícula funcional n.º 0087, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 11/10/2012.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 11/10/2012.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de outubro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 703/2012.

PORTARIA N.º 703, DE 16 DE OUTUBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) BARBARA VIEIRA GONÇALVES, Servente, matrícula funcional n.º 0041, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 10/10/2012.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 10/10/2012.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de outubro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 704/2012.

PORTARIA N.º 704, DE 16 DE OUTUBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, a servidora MARIA DE FATIMA FERNANDES, Matrícula Funcional n.º 0805, referente a 2007-2012, no período de 22/10/2012 à 20/12/2012.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de outubro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 705/2012

PORTARIA N.º 705, DE 16 DE OUTUBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, a servidora ROSANGELA BERNARDINA DE SOUZA, Matrícula Funcional n.º 0788, referente a 2006-2011, no período de 22/10/2012 à 20/12/2012.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de outubro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 706/2012.

PORTARIA N.º 706, DE 18 DE OUTUBRO DE 2012.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 10 (dez) dias, concedidos através da Portaria n.º 191/2012 e suspensas através da Portaria n.º 233/2012, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora PATRICIA SCHOTT, Matrícula Funcional n.º 3705, no período de 18/10/2012 à 27/10/2012.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data sua assinatura.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de outubro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 707/2012.

PORTARIA N.º 707, DE 18 DE OUTUBRO DE 2012.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) MARIA ESTÁCIO ANDRE, Servente, matrícula funcional n.º 0816, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 28 (vinte e oito) dias, a partir de 03/09/2012, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 03/09/2012.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de outubro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 708/2012.

PORTARIA N.º 708, DE 19 DE OUTUBRO DE 2012.
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, nos termos do art. 55, da Lei Municipal n.º 1000/2005, JOZIANE NUNES DO AMARAL, CPF n.º 034.841.369-60, das funções comissionadas do cargo de COORDENAÇÃO DO SAMU, da Secretaria de Saúde, em 25/10/2012.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de outubro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 709/2012.

PORTARIA N.º 709, DE 19 DE OUTUBRO DE 2012.
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) MARIA ELIZABET DE LIMA RODRIGUES, Contrato n.º 384/2011, em 11/10/2012.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 11/10/2012.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de outubro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 710/2012.

PORTARIA N.º 710, DE 19 DE OUTUBRO DE 2012.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a)

servidor(a) BARBARA VIEIRA GONÇALVES, Servente, matrícula funcional n.º 0041, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 90 (noventa) dias, a partir de 12/10/2012, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 12/10/2012.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de outubro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 711/2012.

PORTARIA N.º 711, DE 19 DE OUTUBRO DE 2012.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 5º, § 7º, b. e art. 83, da Lei n.º 1000/2005, LENIR BERNARDO, Matrícula n.º 0728, para exercer as funções do cargo de CHEFE DA DIVISÃO DE BEM ESTAR ANIMAL, da Secretaria Municipal de Saúde, com Gratificação Especial de 50% do cargo ocupado, a partir de 01 de outubro de 2012.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/10/2012.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de outubro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 712/2012.

PORTARIA N.º 712, DE 19 DE OUTUBRO DE 2012.
DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, ao servidor ROSILENE RODRIGUES, Matrícula Funcional n.º 0029, referente a 2007-2012, no período de 22/10/2012 à 20/12/2012.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de outubro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 713/2012.

PORTARIA N.º 713, DE 19 DE OUTUBRO DE 2012.
DISPÕE SOBRE INTERRUPÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 19/10/2012, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, do servidor NEREIDA MONTEIRO, Matrícula Funcional n.º 3727, concedidas através da Portaria n.º 679/2012, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de outubro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 714/2012.

PORTARIA N.º 714, DE 22 DE OUTUBRO DE 2012.
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) TAMARA DILMA DA SILVA, Contrato n.º 368/2011, em 11/10/2012.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 11/10/2012.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de outubro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 715/2012.

PORTARIA N.º 715, DE 22 DE OUTUBRO DE 2012.
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, nos termos do art. 55, da Lei Municipal n.º 1000/2005, GABRIELLA LILIAN PEREIRA, CPF n.º 027.393.359-03, das funções comissionadas do cargo de ASSISTENTE, da Secretaria de Saúde, em 31/10/2012.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de outubro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 716/2012.

PORTARIA N.º 716, DE 23 OUTUBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) DIEGO SOARES GASPAR, Contrato n.º 171/2012, em 22/10/2012.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 22/10/2012.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de outubro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 718/2012.

PORTARIA N.º 718, DE 24 DE OUTUBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) LAURA AMORIM DA ROCHA, Servente, matrícula funcional n.º 0042, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 22/09/2012, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 22/09/2012.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de outubro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 719/2012.

PORTARIA N.º 719, DE 24 DE OUTUBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) MARIA CELECINA PEREIRA DE OLIVEIRA, Atendente de Saúde, matrícula funcional n.º 0087, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 17/10/2012, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 17/10/2012.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de outubro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 720/2012.

PORTARIA N.º 720, DE 24 DE OUTUBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) MIRIAM ANDREIA DE SOUZA NASCIMENTO, Professor, matrícula funcional n.º 3985, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 22/10/2012.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 22/10/2012.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de outubro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 721/2012.

PORTARIA N.º 721, DE 24 DE OUTUBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) LAURA AMORIM DA ROCHA, Servente, matrícula funcional n.º 0042, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 19/10/2012.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 19/10/2012.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de outubro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 722/2012.

PORTARIA N.º 722, DE 25 DE OUTUBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE DESTITUIÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007,

RESOLVE,

Art. 1º. DESTITUIR, forma prevista no Inciso II, art. 36, da Lei Municipal n.º 1.533/2011, ROBERTA PIRES, CPF n.º 065.775.649-06, das funções comissionadas do das funções de Conselheiro Tutelar, da Secretaria de Desenvolvimento Social, em 10/10/2012.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no Inciso I, art. 36, da Lei Municipal n.º 1.533/2011.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de outubro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 723/2012.

PORTARIA N.º 723, DE 26 DE OUTUBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica

Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) LAVINA MARQUES PACHECO, Servente, matrícula funcional n.º 0766, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 25/10/2012.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 25/10/2012.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de outubro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 725/2012.

PORTARIA N.º 725, DE 29 DE OUTUBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE PRAZO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE:

Art. 1º. Nos termos do parágrafo único, do artigo n.º 179, da Lei Municipal n.º 1000/2005, fica prorrogado por 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do presente ato, o prazo de conclusão do PROCESSO ADMINISTRATIVO, referente à Portaria n.º 628/2012.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam Revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 29 de Outubro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 06/11/2012, de acordo com a Lei Municipal n.º. 1.326 de 10/08/2009.

Portaria N.º 730/2012.

PORTARIA N.º 730, DE 30 DE OUTUBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) ZENAIDE PEREIRA DA SILVA, Atendente de Saúde,

matrícula funcional n.º 0093, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir de 08/10/2012, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 08/10/2012.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de outubro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Extrato de Contrato de Trabalho - 321/2012

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO - 321/2012

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º: 321/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: JAQUELINE RITA GONÇALVES

Objetivo: TECNICO EM ENFERMAGEM

Valor: R\$ 847,14 mensais

Vigência: a contar de 02/10/2012, pelo período de 06 (seis) meses, prorrogável conforme legislação vigente.

Gaspar

PREFEITURA

Lei Nº 3.474, de 01 de Novembro de 2012.

LEI Nº 3.474, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2012.

ALTERA E INCLUI DISPOSITIVOS NA LEI Nº 3.328, DE 27 DE JUNHO DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO DE O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL INSTITUIR, NAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS, ÁREAS ESPECIAIS PARA ESTACIONAMENTO POR TEMPO LIMITADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica alterado o § 3º, do artigo 2º, da Lei nº 3.328, de 27 de junho de 2011, passando a ter a seguinte redação:

“§ 3º O proprietário ou condutor que deixar de pagar o preço estipulado para o estacionamento na “ÁREA AZUL” e for verificada esta ausência do pagamento pelos fiscais, terá o prazo de cinco dias para regularizar a pendência, mediante o pagamento do montante correspondente a cinco vezes o valor da permanência, estipulada para o local através do artigo 3º desta Lei.”

Art. 2º Fica acrescido o § 4º ao artigo 2º, da Lei nº 3.328, de 27 de junho de 2011, com a seguinte redação:

“§ 4º O veículo que exceder o período de estacionamento contínuo estabelecido no § 2º deste artigo, cujo proprietário ou condutor deixar de pagar a tarifa fixada no § 3º deste artigo, no prazo de cinco dias, incorrerá em infração a ser punida conforme disposto no inciso XVII, do artigo 181, da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.”

Art. 3º Fica alterado o artigo 7-A e acrescidos os parágrafos § 1º, § 2º, § 3º, § 4º e § 5º, da Lei nº 3.328, de 27 de junho de 2011,

passando a ter a seguinte redação:

“Art. 7º-A. O Município poderá celebrar convênio com entidades sem fins lucrativos ou filantrópicas, com sede neste Município, para operacionalizar integral ou parcialmente a “ÁREA AZUL”.

§ 1º As atividades desempenhadas pela entidade conveniada deverão constar em plano de trabalho, limitando-se sua responsabilidade ao disposto no termo de convênio.

§ 2º Pelas atividades desempenhadas pela entidade conveniada, conforme disposto no plano de trabalho, ela fará jus a montante a ser estipulado no termo de convênio, que será destinado à entidade conveniada através da retenção ou repasse de valores.

§ 3º Não sendo a entidade conveniada responsável pelo recolhimento de valores, a esta será repassado, mensalmente, valor necessário ao cumprimento do plano de trabalho.

§ 4º Sendo a entidade conveniada responsável pelo recolhimento de valores da “ÁREA AZUL”, ela destinará o montante necessário à execução do plano de trabalho e o excedente será repassado à Diretoria de Trânsito - Ditrán, que o destinará à manutenção e melhoria da “ÁREA AZUL”.

§ 5º O valor excedente, de que trata o parágrafo anterior, deverá ser apurado pela entidade conveniada a cada dois meses e, posteriormente, será repassado à Diretoria de Trânsito - Ditrán.”

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC,

em 01 de novembro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Lei Nº 3.475, de 01 de Novembro de 2012.

LEI Nº 3.475, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2012.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ENTIDADE DENOMINADA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO CENTRO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL VOVÓ BENTA.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a entidade denominada Associação de Pais e Professores do Centro de Desenvolvimento Infantil Vovó Benta, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 00.934.850/0001-67.

Art. 2º À entidade beneficiada com a presente Lei são conferidos os benefícios previstos na legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC,

em 01 de novembro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Lei Nº 3.476, de 01 de Novembro de 2012.

LEI Nº 3.476, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2012.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ENTIDADE DENOMINADA ONG AGAPA - ASSOCIAÇÃO GASPARENSE DE AMPARO E PROTEÇÃO DOS ANIMAIS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a entidade denominada ONG AGAPA - Associação Gasparense de Amparo e Proteção dos Animais inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 16.621.374/0001-64

Art. 2º À entidade beneficiada com a presente Lei são conferidos os benefícios previstos na legislação vigente.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC,
em 01 de novembro de 2012.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Decreto Nº 5.229, de 01 de Novembro de 2012.

DECRETO Nº 5.229, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2012.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, ÁREA DE TERRAS LOCALIZADA NESTE MUNICÍPIO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, no uso de suas atribuições legais, especialmente as estabelecidas na Lei Orgânica do Município, no art. 72, inciso XXVIII e em conformidade com o art. 5º, alínea "i" do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, nos termos da alínea "i" do art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365/41, a seguinte área de terras matriculada no Cartório de Registro de Imóveis de Gaspar:

I - Área de terras matriculada sob o nº 21.345, de propriedade de Pedro Simião Deschamps, portador do CPF nº 294.567.629-04, contendo as seguintes características: uma área de terras situada nesta cidade, no bairro Belchior Baixo, zona urbana, contendo área total de 2.320,47 m². Inicia-se a descrição deste perímetro no ponto 13, situado no limite das confrontações das terras de Amadeu Paulo Mitterstein e a Rua Vidal Flávio Dias, Deste segue por linha seca confrontando com a Rua Vidal Flávio Dias com o azimuth de 184º07'18", o rumo de 4º07'15" e a distância de 21,97 m até o ponto 01; deste segue por linha seca confrontando com a Área 01 com o azimuth de 257º24'47", o rumo de 86º37'20" e a distância de 110,44 m até o ponto 10; deste segue por linha seca confrontando a Rua Vidal Flávio Dias com o azimuth de 4º55'08", o rumo de 4º55'08" e a distância de 22,06 m até o ponto 14; deste segue por linha seca confrontando com a Área Remanescente com o azimuth de 77º24'31", o rumo de 77º24'31" e a distância de 110,12 m até o ponto 13; início da descrição do perímetro.

Parágrafo único: A área descrita no inciso deste artigo é destinada à formalização de ruas integrantes do Sistema Viário Municipal, já instituídas e nominadas pelas respectivas leis.

Art. 2º As despesas decorrentes da aquisição do imóvel acima descrito correrão por conta da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 01 de novembro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Decreto Nº 5.230, de 01 de Novembro de 2012.

DECRETO Nº 5.230, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2012.

SUPLEMENTA SALDOS POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE NO GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, inciso VI, da Lei Municipal nº 3.381, de 02 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado, por superávit financeiro, nos valores indicados, os saldos das seguintes dotações do orçamento vigente no GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO:

Órgão: 2 GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO

Unidade: 2 GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO

Funcional Programática: 00004.00122.00004 Gestão do Gabinete e Políticas Públicas

Atividade: 2.200018 Manutenção do Gabinete e Políticas Públicas

Dotação: 370 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 01 de novembro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Portaria RH 82/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR

PORTARIA RH 82/2012

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, a(o) servidor(a) NICESIO ALCIDES MORASTONI, ocupante do cargo efetivo de Engenheiro Civil, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento, referente ao período aquisitivo de 02/02/2007 a 01/03/2012, devendo folgar a partir de 12/11/2012 a 09/02/2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 01 de novembro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

Portaria RH 83/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR

PORTARIA RH 83/2012

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, a(o) servidor(a) PEDRO PAULO GRAF, ocupante do cargo efetivo de Motorista de Caminhão, lotado na Secretaria Municipal de Transportes e Obras, referente ao período aquisitivo de 13/01/2007 a 12/06/2012, devendo folgar a partir de 05/11/2012 a 02/02/2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 01 de novembro de 2012.

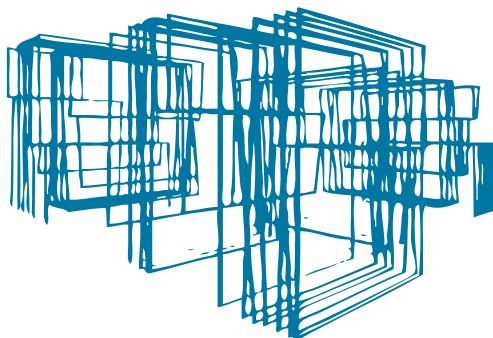
PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000

-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC

CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br



Programa de Gestão de Obras



Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

www.ciga.sc.gov.br



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

www.ciga.sc.gov.br

Edital de Notificação

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 147 1359/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DJF5564	54070589D	6920/0	06/09/2012	233
LXO3104	55587519D	6599/2	07/09/2012	230 * V
LYW8302	55587889D	5169/1	11/09/2012	165
LZN5186	55588071D	7340/0	13/09/2012	252 * IV
MAC2589	55588000D	6556/1	14/09/2012	230 * I
MAD9466	55629610D	6920/0	31/08/2012	233
MFP4263	55587636D	6637/2	17/09/2012	230 * IX
MFR5670	54070985D	6599/2	06/10/2012	230 * V
MGK4244	55629904D	6912/0	20/09/2012	232
MHG9636	55587979D	7340/0	08/09/2012	252 * IV
MHS4263	54070594D	6920/0	04/09/2012	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 5 DE NOVEMBRO DE 2012

PAULO NORBERTO KOERICH

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 147 1360/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJO4987	55630004D	5991/0	05/10/2012	206 * I
ARU3449	55630144D	6050/1	06/10/2012	208
DJE3509	55588240D	5185/1	17/09/2012	167
DNS8353	55630130D	6050/1	08/10/2012	208
ICA3037	55587677D	6050/1	09/09/2012	208
JPN8573	55630107D	6009/4	05/10/2012	206 * II
LXH2246	55629537D	5746/3	18/09/2012	187 * I
LYE4958	55630056D	7366/2	07/10/2012	252 * VI
LYN8319	55629619D	6050/1	19/09/2012	208
LZG2130	55630007D	5835/0	10/10/2012	195
LZN5186	55588070D	5185/1	13/09/2012	167
LZV5203	55630205D	5207/0	01/10/2012	169
MAI2342	54071474D	5207/0	05/10/2012	169
MAI2342	54071475D	5720/0	05/10/2012	186 * I
MAI2342	54071476D	5215/2	05/10/2012	170
MAP0591	55629644D	6050/1	08/10/2012	208
MBV1381	55629748D	5185/1	11/09/2012	167
MBX8914	54070046D	5720/0	10/09/2012	186 * I
MCC0829	55588223D	5185/2	06/09/2012	167
MCF2664	54070744D	5835/0	10/10/2012	195
MCX3093	55630212D	5657/0	02/10/2012	182 * IX
MEK6408	55588228D	7366/2	06/09/2012	252 * VI
MFG8312	55630110D	5746/3	09/10/2012	187 * I
MFJ0544	54070746D	5835/0	10/10/2012	195
MFN9395	54070183D	7366/2	03/09/2012	252 * VI
MFP4263	55587635D	7030/2	17/09/2012	244 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFR5670	55587737D	5738/0	06/10/2012	186 * II
MGE6975	55629642D	6050/1	06/10/2012	208
MGK4244	55629902D	5720/0	20/09/2012	186 * I
MGK4244	55629903D	6050/1	20/09/2012	208
MII4080	55629636D	5991/0	05/10/2012	206 * I
MKO0666	55629620D	6050/1	21/09/2012	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 5 DE NOVEMBRO DE 2012

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR GERAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 147 1361/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AID8571	54070434D	6920/0	31/05/2012	R\$ 127,69	233
BNC0974	54071691D	5045/0	23/06/2012	R\$ 191,53	162 * V
ILR7446	55629658D	6920/0	21/08/2012	R\$ 127,69	233
JNK9037	54070055D	6920/0	22/06/2012	R\$ 127,69	233
LNR9373	54070008D	6610/2	04/07/2012	R\$ 127,69	230 * VII
LWV1230	54070172D	6920/0	20/07/2012	R\$ 127,69	233
LYW7392	55587730D	5274/3	25/08/2012	R\$ 191,53	175
MBX8858	55587904D	5010/0	30/07/2012	R\$ 574,61	162 * I
MBX8858	55587905D	6599/2	30/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
MBX8858	55587906D	6556/1	30/07/2012	R\$ 191,53	230 * I
MBX8858	55587909D	6637/2	30/07/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MCJ6843	54069878D	6920/0	26/06/2012	R\$ 127,69	233
MCL1296	54071681D	5045/0	17/05/2012	R\$ 191,53	162 * V
MCL1296	54071682D	5169/1	17/05/2012	R\$ 957,69	165
MEJ5271	54070137D	6599/2	22/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
MFW8100	54068399D	6920/0	01/06/2012	R\$ 127,69	233
MGZ5706	55117093C	5010/0	16/06/2012	R\$ 574,61	162 * I
MIA2546	54070604D	6912/0	24/07/2012	R\$ 53,20	232
MIV4682	55587506D	6599/2	03/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
MIV4682	55587507D	5010/0	03/07/2012	R\$ 574,61	162 * I
MIZ1202	55587908D	5010/0	30/07/2012	R\$ 574,61	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 5 DE NOVEMBRO DE 2012

PAULO NORBERTO KOERICH

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 147 1362/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DUH8385	55116736C	6050/1	04/03/2012	R\$ 191,53	208
JXN0557	54070621D	6050/1	01/08/2012	R\$ 191,53	208
LYZ2393	54070602D	6050/1	23/07/2012	R\$ 191,53	208
LYZ2393	54070603D	5835/0	23/07/2012	R\$ 127,69	195
LZN0491	55587852D	5207/0	28/07/2012	R\$ 53,20	169
MCD5395	54070714D	6050/1	12/08/2012	R\$ 191,53	208
MEG6371	54070663D	6050/1	23/07/2012	R\$ 191,53	208
MEG6371	54070664D	5835/0	23/07/2012	R\$ 127,69	195
MGZ7387	54069040D	6041/2	28/02/2012	R\$ 127,69	207
MIA2546	54070605D	6050/1	24/07/2012	R\$ 191,53	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 5 DE NOVEMBRO DE 2012

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS
DIRETOR GERAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 147 1363/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
JFG8922	55629895D	6920/0	05/10/2012	233
LXX8442	55588009D	5010/0	12/10/2012	162 * I
LXX8442	55588010D	5118/0	12/10/2012	164 c/c 162 * I
LZM3812	55588078D	5010/0	17/10/2012	162 * I
LZM3812	55588079D	5061/0	17/10/2012	163 c/c 162 * I
LZM3812	55588080D	6599/2	17/10/2012	230 * V
LZM3812	55588081D	6912/0	17/10/2012	232
LZM3812	55588082D	5118/0	17/10/2012	164 c/c 162 * I
LZM3812	55588083D	7340/0	17/10/2012	252 * IV
MAK2267	55629886D	6920/0	15/10/2012	233
MDJ9649	55629888D	6920/0	11/10/2012	233
MGP9108	55587895D	7340/0	22/09/2012	252 * IV
MGX8516	55587637D	6599/2	17/09/2012	230 * V
MHK4859	55629890D	6920/0	10/10/2012	233
MHY5096	55587638D	6599/2	17/09/2012	230 * V
MUF6315	55630355D	6920/0	03/10/2012	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 5 DE NOVEMBRO DE 2012

PAULO NORBERTO KOERICH

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 147 1364/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CPB4855	55629957D	7366/2	18/10/2012	252 * VI
CZZ7400	55629750D	5746/3	14/09/2012	187 * I
DMZ0155	55630136D	6050/1	06/10/2012	208
IHK6559	55630264D	5746/3	18/10/2012	187 * I
LZW2659	55587687D	5185/1	25/09/2012	167
MCE9191	55629539D	5720/0	19/09/2012	186 * I
MCI4321	55629936D	5568/0	01/10/2012	181 * XIX
MDU5357	55587685D	5185/1	25/09/2012	167
MFG6612	55630255D	6050/1	16/10/2012	208
MFJ8972	55117618C	5991/0	23/09/2012	206 * I
MFY2366	55630302D	6050/1	10/10/2012	208
MGH7667	55630309D	6050/1	15/10/2012	208
MJC4015	55630143D	6050/1	06/10/2012	208
MJG9454	54070748D	5835/0	15/10/2012	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 5 DE NOVEMBRO DE 2012

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS
DIRETOR GERAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 147 1365/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AIF8230	54070638D	6920/0	08/08/2012	R\$ 127,69	233
DRV8250	55587604D	6556/1	04/07/2012	R\$ 191,53	230 * I
DTW1833	54070176D	6599/2	31/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
HLH6851	54070228D	6920/0	25/07/2012	R\$ 127,69	233
IGW3627	54070982D	5010/0	11/08/2012	R\$ 574,61	162 * I
IGW3627	54070983D	5061/0	11/08/2012	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
IGW3627	54071241D	6912/0	14/08/2012	R\$ 53,20	232
IGW3627	54071242D	6653/1	14/08/2012	R\$ 127,69	230 * XI
IGW3627	54071243D	6726/1	14/08/2012	R\$ 127,69	230 * XVIII
IGW3627	54071244D	6769/1	14/08/2012	R\$ 85,12	230 * XXII
IGW3627	54071245D	6769/3	14/08/2012	R\$ 85,12	230 * XXII
IGW3627	54071246D	6637/1	14/08/2012	R\$ 127,69	230 * IX
LOF6553	54069913D	6599/2	29/06/2012	R\$ 191,53	230 * V
LWV1124	54069884D	6920/0	28/06/2012	R\$ 127,69	233
LYD4411	54070650D	6920/0	03/08/2012	R\$ 127,69	233
LYJ9599	54070235D	6920/0	23/07/2012	R\$ 127,69	233
LYL7019	54071231D	6700/1	08/08/2012	R\$ 127,69	230 * XVI
LYQ9220	54070238D	6920/0	16/07/2012	R\$ 127,69	233
LZN7801	54069966D	6920/0	13/06/2012	R\$ 127,69	233
MAT4518	54070631D	6920/0	10/08/2012	R\$ 127,69	233
MBB3373	54068379D	6920/0	22/05/2012	R\$ 127,69	233
MBL4867	55587513D	6599/2	12/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
MBO0147	55587832D	5010/0	04/08/2012	R\$ 574,61	162 * I
MBO0147	55587833D	5118/0	04/08/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MCJ7925	54069649D	6920/0	19/06/2012	R\$ 127,69	233
MDG7039	54071683D	5045/0	18/05/2012	R\$ 191,53	162 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEE0228	55587863D	5169/1	05/08/2012	R\$ 957,69	165
MEL3142	54070689D	6912/0	06/08/2012	R\$ 53,20	232
MEQ6220	54822460B	5010/0	19/06/2012	R\$ 574,61	162 * I
MEQ6220	54822461B	5061/0	19/06/2012	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MEQ6220	54822462B	6599/1	19/06/2012	R\$ 191,53	230 * V
MEQ6220	54822463B	6610/2	19/06/2012	R\$ 127,69	230 * VII
MFD6045	55588214D	6645/0	04/09/2012	R\$ 127,69	230 * X
MFO0245	54070620D	6963/1	30/07/2012	R\$ 127,69	237
MGE3015	54070911D	6912/0	29/05/2012	R\$ 53,20	232
MHB2745	54071234D	6912/0	13/08/2012	R\$ 53,20	232
MHL6104	55587858D	6599/2	02/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
MIB2981	54071040D	7340/0	06/08/2012	R\$ 85,12	252 * IV
MIN2913	54070232D	6920/0	24/07/2012	R\$ 127,69	233
MJB8241	54071145D	5010/0	14/08/2012	R\$ 574,61	162 * I
MJB8241	54071146D	5061/0	14/08/2012	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MJS4089	55587854D	5010/0	01/08/2012	R\$ 574,61	162 * I
MJS4089	55587855D	6599/2	01/08/2012	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 5 DE NOVEMBRO DE 2012

PAULO NORBERTO KOERICH

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 147 1366/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AMN0362	55117096C	7030/1	24/06/2012	R\$ 191,53	244 * I
DDG8055	54070760D	5541/5	18/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
DEE7991	54069864D	5959/1	13/06/2012	R\$ 191,53	203 * IV
DTB6040	54070665D	6050/1	25/07/2012	R\$ 191,53	208
DTW1833	54070175D	5541/6	31/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
HZU2136	54822455B	5568/0	19/06/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
IGW3627	54071240D	6955/0	14/08/2012	R\$ 85,12	236
JPB9336	54071088D	5185/1	10/08/2012	R\$ 127,69	167
LOF6553	54069914D	6041/2	29/06/2012	R\$ 127,69	207
LXZ0553	55587834D	5185/1	07/08/2012	R\$ 127,69	167
LYF0399	54070114D	6041/2	18/07/2012	R\$ 127,69	207
LYY3206	54069786D	6041/2	14/06/2012	R\$ 127,69	207
LZR1303	55629667D	5975/0	15/08/2012	R\$ 127,69	204
MAC0205	54070666D	6050/1	25/07/2012	R\$ 191,53	208
MAD8649	55587831D	5185/1	03/08/2012	R\$ 127,69	167
MAW4985	54071055D	5967/0	07/06/2012	R\$ 191,53	203 * V
MAY3335	54070115D	6050/1	19/07/2012	R\$ 191,53	208
MBI1876	55629566D	6041/2	14/08/2012	R\$ 127,69	207
MBO9518	54070966D	5835/0	27/06/2012	R\$ 127,69	195
MBO9518	54070973D	6050/1	27/06/2012	R\$ 191,53	208
MBX0358	54070705D	6050/1	20/07/2012	R\$ 191,53	208
MBX0358	54070706D	5185/1	20/07/2012	R\$ 127,69	167
MCK1762	54822487B	5185/1	29/06/2012	R\$ 127,69	167
MCX1784	54070688D	5746/3	06/08/2012	R\$ 85,12	187 * I
MCZ5033	54070036D	5185/1	01/08/2012	R\$ 127,69	167
MDA7900	54070693D	5207/0	07/08/2012	R\$ 53,20	169

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDG4224	55587836D	5185/1	07/08/2012	R\$ 127,69	167
MEC2822	54071228D	5738/0	03/08/2012	R\$ 191,53	186 * II
MEQ8804	54070716D	5835/0	14/08/2012	R\$ 127,69	195
MFA0624	54071075D	5720/0	01/08/2012	R\$ 127,69	186 * I
MFO0245	54070619D	6050/1	30/07/2012	R\$ 191,53	208
MGI6854	54071071D	5720/0	01/08/2012	R\$ 127,69	186 * I
MGU0651	54071091D	5185/1	14/08/2012	R\$ 127,69	167
MGV2208	54070687D	5746/3	06/08/2012	R\$ 85,12	187 * I
MHL6104	55587860D	6041/2	02/08/2012	R\$ 127,69	207
MHS0773	54070690D	5207/0	06/08/2012	R\$ 53,20	169
MIT0051	54070667D	5746/3	26/07/2012	R\$ 85,12	187 * I
MJD7278	55587810D	5967/0	01/08/2012	R\$ 191,53	203 * V
MJK7853	54070039D	6041/2	01/08/2012	R\$ 127,69	207
MJT4211	54070672D	6050/1	30/07/2012	R\$ 191,53	208
MJU7111	54069866D	6041/2	15/06/2012	R\$ 127,69	207
MMN6092	54070625D	6041/2	03/08/2012	R\$ 127,69	207
MTJ3383	55588159D	5185/1	29/08/2012	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 5 DE NOVEMBRO DE 2012

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR GERAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 590 781/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADC5018	8590053437	7463/0	01/09/2012	218 * II
AIY5029	8590054257	7455/0	22/09/2012	218 * I
AKZ5793	8590053457	7455/0	01/09/2012	218 * I
ALS0061	8590054230	7455/0	23/09/2012	218 * I
BJO3488	8590052661	7455/0	21/08/2012	218 * I
CCS6566	8590054231	7455/0	23/09/2012	218 * I
DDE8735	8590054280	7455/0	20/09/2012	218 * I
DEQ6542	8590053557	7455/0	02/09/2012	218 * I
DIE3152	8590054018	7455/0	21/09/2012	218 * I
DUI5173	8590054032	7455/0	22/09/2012	218 * I
EEI3100	8590054179	7455/0	22/09/2012	218 * I
GLE5663	8590054278	7455/0	20/09/2012	218 * I
HZO6354	8590054273	7455/0	26/09/2012	218 * I
IKA9287	8590054060	7455/0	19/09/2012	218 * I
KOM1379	8590054099	7463/0	20/09/2012	218 * II
LOF6553	8590053422	7455/0	06/09/2012	218 * I
LWY0922	8590053376	7455/0	27/08/2012	218 * I
LWY4684	8590054070	7463/0	21/09/2012	218 * II
LXE9364	8590054028	7455/0	22/09/2012	218 * I
LXO1345	8590053289	7455/0	27/08/2012	218 * I
LYB2515	8590054102	7455/0	21/09/2012	218 * I
LYK1999	8590054118	7455/0	23/09/2012	218 * I
LYR3499	8590053555	7455/0	06/09/2012	218 * I
LZB8530	8590053260	7455/0	30/08/2012	218 * I
LZT3796	8590053484	7455/0	03/09/2012	218 * I
MBF6299	8590053379	7455/0	30/08/2012	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBI1408	8590054098	7455/0	20/09/2012	218 * I
MCH9354	8590053454	7455/0	01/09/2012	218 * I
MCT1467	8590054193	7455/0	23/09/2012	218 * I
MCX4494	8590054131	7455/0	26/09/2012	218 * I
MCX4494	8590054207	7455/0	26/09/2012	218 * I
MCX4796	8590054235	7455/0	26/09/2012	218 * I
MDD9769	8590054121	7463/0	24/09/2012	218 * II
MDH1297	8590054164	7455/0	20/09/2012	218 * I
MDM3318	8590053382	7455/0	28/08/2012	218 * I
MDU0470	8590053367	7455/0	30/08/2012	218 * I
MDX5422	8590054212	7455/0	26/09/2012	218 * I
MEC5229	8590054020	7455/0	21/09/2012	218 * I
MEC5229	8590054021	7463/0	22/09/2012	218 * II
MEC5229	8590054108	7455/0	22/09/2012	218 * I
MEH1624	8590054101	7455/0	20/09/2012	218 * I
MEJ8369	8590054128	7455/0	24/09/2012	218 * I
MEN7474	8590053339	7455/0	31/08/2012	218 * I
MFH2273	8590054161	7455/0	19/09/2012	218 * I
MFJ6702	8590054296	7455/0	26/09/2012	218 * I
MFN1453	8590053396	7455/0	01/09/2012	218 * I
MFQ0460	8590054255	7455/0	22/09/2012	218 * I
MFR8173	8590054049	7455/0	24/09/2012	218 * I
MFZ7283	8590053375	7455/0	27/08/2012	218 * I
MGJ0327	8590054151	7455/0	18/09/2012	218 * I
MGQ3516	8590054213	7463/0	27/09/2012	218 * II
MGR7248	8590053992	7463/0	17/09/2012	218 * II
MHG3800	8590054140	7455/0	27/09/2012	218 * I
MHG7757	8590053274	7455/0	31/08/2012	218 * I
MHM4188	8590053311	7455/0	31/08/2012	218 * I
MHN7034	8590053344	7455/0	31/08/2012	218 * I
MHT3731	8590053262	7455/0	30/08/2012	218 * I
MHU2845	8590054181	7455/0	22/09/2012	218 * I
MHX3892	8590054173	7463/0	21/09/2012	218 * II
MHY8348	8590053425	7455/0	03/09/2012	218 * I
MIF9755	8590053461	7455/0	01/09/2012	218 * I
MIG0869	8590054234	7455/0	24/09/2012	218 * I
MIJ2543	8590053244	7455/0	30/08/2012	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIL7190	8590053540	7455/0	05/09/2012	218 * I
MIQ0831	8590054090	7455/0	19/09/2012	218 * I
MIT1813	8590053329	7455/0	30/08/2012	218 * I
MIT9182	8590053277	7455/0	31/08/2012	218 * I
MIW9378	8590053322	7455/0	28/08/2012	218 * I
MJF0845	8590054286	7455/0	22/09/2012	218 * I
MJF4590	8590054217	7455/0	22/09/2012	218 * I
MJH3891	8590054137	7455/0	27/09/2012	218 * I
MJI0403	8590054275	7455/0	27/09/2012	218 * I
MJL8818	8590053515	7455/0	02/09/2012	218 * I
MJU2873	8590053131	7455/0	24/08/2012	218 * I
MJV9966	8590054009	7463/0	19/09/2012	218 * II
MJX0678	8590054281	7455/0	20/09/2012	218 * I
MKA4309	8590054144	7455/0	17/09/2012	218 * I
MKT9080	8590054269	7455/0	24/09/2012	218 * I
MLN4129	8590054250	7455/0	21/09/2012	218 * I
MLN4129	8590054287	7463/0	22/09/2012	218 * II
MMB0504	8590053478	7455/0	02/09/2012	218 * I
MMB5182	8590053444	7455/0	05/09/2012	218 * I
MMK1890	8590054290	7463/0	23/09/2012	218 * II
MUM4697	8590053486	7455/0	04/09/2012	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 5 DE NOVEMBRO DE 2012

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR G. DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 590 782/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAN5738	8590051569	7455/0	12/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
AGT6146	8590049991	7455/0	28/05/2012	R\$ 85,12	218 * I
AJS0645	8590051592	7455/0	10/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
AKE6481	8590049281	7463/0	11/05/2012	R\$ 127,69	218 * II
ALH1300	8590050437	7455/0	19/06/2012	R\$ 85,12	218 * I
ALI6815	8590051236	7455/0	16/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
AOW6395	8590051370	7455/0	14/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
ARE7404	8590051588	7455/0	08/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
BSV9806	8590052549	7455/0	03/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
CRH8910	8590051729	7463/0	22/07/2012	R\$ 127,69	218 * II
DBB1999	8590051476	7455/0	09/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
DFF7712	8590050707	7455/0	23/06/2012	R\$ 85,12	218 * I
DRU6423	8590051405	7455/0	10/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
HNZ4995	8590051284	7455/0	15/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
IBB5807	8590051216	7463/0	15/07/2012	R\$ 127,69	218 * II
IBB5807	8590051241	7455/0	05/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
IBB5807	8590051560	7455/0	14/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
IEW9243	8590051876	7455/0	19/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
IGP2092	8590051359	7455/0	13/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
IGU5019	8590050444	7463/0	13/06/2012	R\$ 127,69	218 * II
IGZ5445	8590051381	7463/0	07/07/2012	R\$ 127,69	218 * II
IKP8442	8590051815	7455/0	18/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
LOC0510	8590051352	7455/0	08/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
LWZ4894	8590052221	7455/0	11/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
LXJ9498	8590051481	7455/0	12/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
LXK6830	8590051439	7463/0	15/07/2012	R\$ 127,69	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXU0536	8590052626	7455/0	12/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
LXV2755	8590051799	7455/0	22/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
LYB7193	8590051566	7455/0	09/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
LYD2891	8590052545	7455/0	01/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
LYX4218	8590051444	7463/0	16/07/2012	R\$ 127,69	218 * II
LYZ6936	8590051574	7463/0	15/07/2012	R\$ 127,69	218 * II
LZP5771	8590049016	7463/0	01/05/2012	R\$ 127,69	218 * II
LZP7901	8590047768	7455/0	26/03/2012	R\$ 85,12	218 * I
MAG4023	8590049442	7455/0	13/05/2012	R\$ 85,12	218 * I
MAM2824	8590048305	7455/0	06/04/2012	R\$ 85,12	218 * I
MAS4465	8590051387	7455/0	08/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MAW4841	8590051378	7471/0	07/07/2012	R\$ 574,61	218 * III
MAX9910	8590051314	7455/0	08/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBG1402	8590051229	7455/0	13/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBH5136	8590051742	7455/0	20/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBR4957	8590051360	7455/0	13/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBT4737	8590050734	7455/0	25/06/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBW4139	8590049676	7455/0	23/05/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBZ6860	8590051466	7455/0	08/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBZ9459	8590049447	7455/0	14/05/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCC5548	8590052202	7455/0	11/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCC8607	8590047969	7463/0	29/03/2012	R\$ 127,69	218 * II
MCF8020	8590051254	7455/0	08/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCI4008	8590049658	7455/0	19/05/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCV4992	8590049580	7455/0	17/05/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCW6621	8590051233	7455/0	14/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDA1076	8590051460	7463/0	07/07/2012	R\$ 127,69	218 * II
MDA8952	8590051331	7455/0	09/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDA9763	8590051372	7455/0	06/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDC7006	8590051363	7455/0	14/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDL2090	8590049218	7455/0	10/05/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDQ6313	8590051628	7455/0	16/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDY4070	8590049335	7455/0	12/05/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDZ0976	8590051881	7463/0	21/07/2012	R\$ 127,69	218 * II
MED1888	8590048878	7455/0	29/04/2012	R\$ 85,12	218 * I
MED7428	8590050206	7455/0	06/06/2012	R\$ 85,12	218 * I
MET6320	8590051901	7455/0	20/07/2012	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFD4039	8590051736	7455/0	23/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFD5503	8590051356	7455/0	10/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFD5503	8590051403	7455/0	10/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFI1364	8590051469	7455/0	08/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFJ5462	8590051536	7463/0	14/07/2012	R\$ 127,69	218 * II
MFO0022	8590048679	7455/0	14/04/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFZ9020	8590051342	7455/0	14/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGD6913	8590047814	7455/0	31/03/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGE5993	8590051625	7455/0	15/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGH2560	8590051617	7455/0	15/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGI6717	8590051601	7455/0	13/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGQ3829	8590051893	7455/0	19/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGT7561	8590049925	7463/0	29/05/2012	R\$ 127,69	218 * II
MGZ5096	8590048821	7455/0	21/04/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHC5403	8590051350	7455/0	07/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHC7470	8590051306	7455/0	06/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHI8371	8590051804	7455/0	23/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHK2442	8590049772	7455/0	27/05/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHK8015	8590048338	7463/0	11/04/2012	R\$ 127,69	218 * II
MHM9940	8590049786	7455/0	29/05/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHN0578	8590051591	7455/0	09/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHN4084	8590051637	7455/0	16/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHO3599	8590051411	7455/0	12/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHU4432	8590051222	7455/0	08/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHV6219	8590051500	7455/0	15/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHW0700	8590051300	7455/0	05/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIF3604	8590047714	7455/0	01/04/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIH5798	8590051348	7455/0	05/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MII4080	8590052111	7455/0	05/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIL8300	8590051570	7455/0	13/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIL9010	8590051218	7463/0	06/07/2012	R\$ 127,69	218 * II
MIO0043	8590051248	7455/0	08/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIQ0831	8590051593	7455/0	11/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIV7264	8590051686	7455/0	21/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIW5066	8590050221	7463/0	08/06/2012	R\$ 127,69	218 * II
MJB3028	8590051465	7455/0	08/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJE2582	8590049454	7463/0	06/05/2012	R\$ 127,69	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJJ1006	8590050008	7455/0	25/05/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJL2814	8590051227	7455/0	13/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJO7659	8590051580	7455/0	06/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJO7948	8590051616	7455/0	15/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJR3349	8590050684	7455/0	24/06/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJR6161	8590051717	7463/0	21/07/2012	R\$ 127,69	218 * II
MJZ2934	8590051774	7455/0	20/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MKF1151	8590049385	7463/0	12/05/2012	R\$ 127,69	218 * II
MYF2596	8590051506	7455/0	16/07/2012	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 5 DE NOVEMBRO DE 2012

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR G. DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 590 783/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAL1879	8590054405	7455/0	07/10/2012	218 * I
ABK3930	8590054344	7455/0	02/10/2012	218 * I
AEX4892	8590054420	7455/0	06/10/2012	218 * I
AFZ0020	8590054572	7463/0	01/10/2012	218 * II
AJA9229	8590053781	7455/0	11/09/2012	218 * I
AJG3101	8590053890	7455/0	15/09/2012	218 * I
AML5551	8590053656	7455/0	09/09/2012	218 * I
BTJ7963	8590054634	7455/0	01/10/2012	218 * I
CAG9572	8590053879	7455/0	14/09/2012	218 * I
CMY8112	8590054427	7455/0	05/10/2012	218 * I
CQN2633	8590054374	7463/0	07/10/2012	218 * II
DEX1484	8590054542	7455/0	07/10/2012	218 * I
DGN4076	8590054391	7463/0	29/09/2012	218 * II
HBP1013	8590054423	7455/0	07/10/2012	218 * I
IGK1531	8590054632	7455/0	30/09/2012	218 * I
IHE0925	8590054320	7455/0	27/09/2012	218 * I
KEA7258	8590054558	7455/0	07/10/2012	218 * I
LRV0684	8590054368	7455/0	07/10/2012	218 * I
LWX9357	8590054272	7455/0	26/09/2012	218 * I
LXA3015	8590053927	7455/0	13/09/2012	218 * I
LXM5015	8590054655	7463/0	07/10/2012	218 * II
LXM6521	8590054627	7455/0	30/09/2012	218 * I
LXQ7711	8590053741	7455/0	08/09/2012	218 * I
LYC9412	8590054454	7455/0	02/10/2012	218 * I
LYH2332	8590054479	7455/0	28/09/2012	218 * I
LYQ7836	8590054316	7455/0	07/10/2012	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZH9286	8590053323	7455/0	29/08/2012	218 * I
LZH9499	8590054629	7463/0	30/09/2012	218 * II
LZZ6557	8590054621	7463/0	29/09/2012	218 * II
LZZ6557	8590054635	7455/0	03/10/2012	218 * I
MAA0350	8590054440	7455/0	29/09/2012	218 * I
MAI4422	8590053553	7455/0	03/09/2012	218 * I
MAN8704	8590054515	7455/0	04/10/2012	218 * I
MAP0718	8590054467	7463/0	05/10/2012	218 * II
MAS3451	8590053978	7455/0	12/09/2012	218 * I
MBF0685	8590054509	7455/0	03/10/2012	218 * I
MBL7843	8590053698	7463/0	10/09/2012	218 * II
MBS6572	8590053692	7455/0	09/09/2012	218 * I
MBV9327	8590054614	7455/0	07/10/2012	218 * I
MCE3673	8590053813	7455/0	16/09/2012	218 * I
MCF9060	8590054312	7455/0	05/10/2012	218 * I
MCJ9845	8590054609	7455/0	06/10/2012	218 * I
MCP9287	8590054550	7455/0	03/10/2012	218 * I
MCW7108	8590054414	7455/0	03/10/2012	218 * I
MCX2802	8590053961	7455/0	14/09/2012	218 * I
MCX6820	8590053812	7455/0	16/09/2012	218 * I
MDA4132	8590053684	7455/0	08/09/2012	218 * I
MDD7960	8590054358	7455/0	06/10/2012	218 * I
MDX5422	8590054552	7455/0	04/10/2012	218 * I
MEA1176	8590053925	7471/0	12/09/2012	218 * III
MEJ4444	8590053728	7463/0	06/09/2012	218 * II
MEL5299	8590054378	7463/0	07/10/2012	218 * II
MFP6170	8590054528	7455/0	07/10/2012	218 * I
MGI8963	8590054323	7455/0	27/09/2012	218 * I
MGJ1214	8590053928	7463/0	13/09/2012	218 * II
MGK3475	8590054444	7455/0	29/09/2012	218 * I
MGK3475	8590054626	7455/0	29/09/2012	218 * I
MGN9758	8590054311	7455/0	27/09/2012	218 * I
MGV8259	8590053943	7455/0	13/09/2012	218 * I
MGW8971	8590053421	7455/0	05/09/2012	218 * I
MGY2062	8590054482	7463/0	28/09/2012	218 * II
MGY6204	8590054462	7455/0	05/10/2012	218 * I
MHB8838	8590054364	7455/0	06/10/2012	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHD0623	8590053764	7455/0	09/09/2012	218 * I
MHI1120	8590054314	7455/0	06/10/2012	218 * I
MHJ7900	8590054435	7455/0	28/09/2012	218 * I
MHK8705	8590054480	7455/0	28/09/2012	218 * I
MHN7709	8590053909	7455/0	16/09/2012	218 * I
MHT2584	8590053354	7455/0	31/08/2012	218 * I
MHU8607	8590054604	7455/0	05/10/2012	218 * I
MIC1307	8590053399	7455/0	01/09/2012	218 * I
MIG1784	8590054433	7455/0	27/09/2012	218 * I
MIM0129	8590054534	7455/0	28/09/2012	218 * I
MIP0285	8590054352	7463/0	05/10/2012	218 * II
MIP0285	8590054581	7463/0	05/10/2012	218 * II
MIW8408	8590053727	7455/0	06/09/2012	218 * I
MIZ2435	8590053404	7463/0	02/09/2012	218 * II
MJC4595	8590054398	7455/0	07/10/2012	218 * I
MJS9854	8590054318	7455/0	27/09/2012	218 * I
MJT2509	8590054417	7455/0	04/10/2012	218 * I
MJT8372	8590053610	7471/0	08/09/2012	218 * III
MJV5784	8590054630	7455/0	30/09/2012	218 * I
MJX1076	8590053854	7455/0	11/09/2012	218 * I
MJX1578	8590054377	7455/0	07/10/2012	218 * I
MKF8101	8590053361	7455/0	29/08/2012	218 * I
MKJ9126	8590054566	7455/0	28/09/2012	218 * I
MMB1512	8590054619	7455/0	28/09/2012	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 5 DE NOVEMBRO DE 2012

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR G. DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 590 784/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AKA9778	8590051986	7455/0	27/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
ALI6815	8590051664	7455/0	19/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
ALR2955	8590052107	7455/0	31/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
ALS6850	8590052520	7455/0	03/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
ASM2934	8590050245	7455/0	05/06/2012	R\$ 85,12	218 * I
ASM9670	8590050154	7455/0	08/06/2012	R\$ 85,12	218 * I
BGB5679	8590052322	7463/0	10/08/2012	R\$ 127,69	218 * II
BLA2783	8590052003	7463/0	29/07/2012	R\$ 127,69	218 * II
CGQ9588	8590050679	7455/0	24/06/2012	R\$ 85,12	218 * I
DCF3217	8590051711	7455/0	19/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
DFP7659	8590052182	7455/0	08/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
DGG5428	8590051200	7455/0	14/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
DIK1109	8590051193	7455/0	04/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
DIK1109	8590051194	7455/0	04/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
DJF0736	8590052755	7455/0	18/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
DLA8119	8590049987	7455/0	27/05/2012	R\$ 85,12	218 * I
EAJ6949	8590052354	7455/0	03/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
EGQ9546	8590050333	7455/0	07/06/2012	R\$ 85,12	218 * I
IMW9128	8590051857	7455/0	23/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
JMG0937	8590051286	7455/0	15/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
JNZ7297	8590051988	7455/0	28/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
JQZ5799	8590049904	7455/0	29/05/2012	R\$ 85,12	218 * I
LNK9693	8590051384	7455/0	07/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
LNX5538	8590050326	7455/0	07/06/2012	R\$ 85,12	218 * I
LWZ7597	8590051382	7463/0	07/07/2012	R\$ 127,69	218 * II
LXA4016	8590049875	7455/0	27/05/2012	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXD4104	8590050304	7471/0	02/06/2012	R\$ 574,61	218 * III
LXI3021	8590050218	7455/0	07/06/2012	R\$ 85,12	218 * I
LXN8950	8590051994	7455/0	29/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
LXQ3543	8590051480	7455/0	12/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
LYC0739	8590051937	7455/0	28/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
LYF3862	8590049770	7455/0	26/05/2012	R\$ 85,12	218 * I
LYH2332	8590052127	7455/0	09/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
LYO9616	8590051247	7455/0	08/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
LYX5196	8590051732	7455/0	22/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
LYZ9385	8590051748	7455/0	19/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
LZC4167	8590052667	7455/0	13/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
LZS8950	8590052342	7455/0	31/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MAL2254	8590053057	7455/0	23/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MAL4159	8590051924	7463/0	27/07/2012	R\$ 127,69	218 * II
MAM9842	8590051813	7463/0	17/07/2012	R\$ 127,69	218 * II
MAO2874	8590051493	7455/0	14/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MAY3191	8590051789	7455/0	21/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MAY8270	8590051820	7455/0	18/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MAZ5629	8590051905	7455/0	22/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBK5207	8590050235	7463/0	06/06/2012	R\$ 127,69	218 * II
MBO8264	8590051550	7455/0	07/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBR2693	8590050227	7455/0	09/06/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBR8457	8590051834	7455/0	20/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBS6664	8590051998	7455/0	29/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBT4177	8590051267	7455/0	13/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBT6098	8590051950	7455/0	26/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBZ7876	8590051779	7463/0	20/07/2012	R\$ 127,69	218 * II
MCD3679	8590051727	7455/0	21/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCG2911	8590050152	7455/0	07/06/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCG9258	8590051990	7463/0	28/07/2012	R\$ 127,69	218 * II
MCH9286	8590051967	7455/0	24/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCJ2929	8590052010	7455/0	30/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCL2110	8590050149	7463/0	07/06/2012	R\$ 127,69	218 * II
MCL2110	8590050217	7455/0	07/06/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCP5216	8590051816	7455/0	18/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCR5240	8590052381	7463/0	06/08/2012	R\$ 127,69	218 * II
MCY3362	8590051293	7455/0	05/07/2012	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDC3448	8590052206	7455/0	12/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDE0266	8590052617	7455/0	12/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDI3349	8590053010	7455/0	15/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDK9208	8590052048	7455/0	30/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDS9347	8590052317	7455/0	04/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDS9347	8590052357	7455/0	03/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDV3937	8590050213	7463/0	07/06/2012	R\$ 127,69	218 * II
MDV4125	8590052033	7455/0	28/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDW6613	8590052355	7463/0	03/08/2012	R\$ 127,69	218 * II
MEC2822	8590052897	7455/0	15/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MEE7707	8590050140	7455/0	06/06/2012	R\$ 85,12	218 * I
MEG0584	8590051321	7455/0	08/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MEJ0019	8590052002	7455/0	29/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MER7581	8590051101	7463/0	04/07/2012	R\$ 127,69	218 * II
MFJ8075	8590052310	7455/0	11/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFJ8777	8590050999	7455/0	28/06/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFN1700	8590051747	7455/0	17/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFT6497	8590052990	7455/0	19/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFW1340	8590052172	7455/0	04/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFW7007	8590052018	7455/0	25/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFY0429	8590052067	7455/0	29/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGE9211	8590051962	7455/0	29/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGH2030	8590052332	7455/0	31/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGK6349	8590050088	7455/0	02/06/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGT5686	8590050113	7463/0	06/06/2012	R\$ 127,69	218 * II
MGY9628	8590049275	7455/0	10/05/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHA7766	8590052393	7455/0	01/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHB2968	8590051880	7455/0	20/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHD4857	8590051914	7463/0	27/07/2012	R\$ 127,69	218 * II
MHF6429	8590052017	7455/0	24/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHG8233	8590051635	7455/0	21/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHN1443	8590051945	7455/0	30/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHO5946	8590051276	7463/0	14/07/2012	R\$ 127,69	218 * II
MHQ7140	8590051745	7455/0	23/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHT5159	8590051649	7463/0	20/07/2012	R\$ 127,69	218 * II
MHT5159	8590051677	7455/0	20/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHV4524	8590051161	7463/0	27/06/2012	R\$ 127,69	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHW6156	8590052735	7455/0	15/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHY5714	8590053170	7455/0	25/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHZ5703	8590052985	7455/0	18/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIE3364	8590053062	7463/0	24/08/2012	R\$ 127,69	218 * II
MIW3500	8590051687	7463/0	21/07/2012	R\$ 127,69	218 * II
MIW5055	8590051761	7455/0	18/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIW8408	8590050281	7455/0	05/06/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIX5480	8590052380	7455/0	06/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIZ1324	8590050191	7455/0	03/06/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIZ6918	8590052028	7455/0	26/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJC3234	8590052501	7455/0	11/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJF4038	8590051801	7455/0	22/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJF5658	8590051684	7455/0	21/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJH5107	8590050134	7455/0	05/06/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJN4771	8590053028	7455/0	18/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJQ0254	8590052876	7455/0	13/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJQ6069	8590051676	7455/0	20/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJS7442	8590050919	7455/0	03/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MKD0251	8590048573	7463/0	13/04/2012	R\$ 127,69	218 * II
MKE5005	8590050251	7455/0	07/06/2012	R\$ 85,12	218 * I
MKI6820	8590050167	7463/0	09/06/2012	R\$ 127,69	218 * II
MKI7671	8590052422	7455/0	07/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MLC5009	8590051184	7463/0	03/07/2012	R\$ 127,69	218 * II
MMH0607	8590050114	7455/0	07/06/2012	R\$ 85,12	218 * I
MPE3818	8590051910	7455/0	29/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
MSF0789	8590050458	7455/0	14/06/2012	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 5 DE NOVEMBRO DE 2012

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR G. DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 685 714/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAN5738	8685035681	6050/3	20/09/2012	208
ADC9955	8685035727	6050/3	24/09/2012	208
AMP8830	8685035626	5673/2	26/09/2012	183
ATL2917	8685035135	6050/3	20/08/2012	208
BJI4431	8685035683	6050/3	21/09/2012	208
CKN4882	8685035715	6050/3	23/09/2012	208
LXB4996	8685035708	6050/3	22/09/2012	208
LXG0463	8685035720	6050/3	23/09/2012	208
LYP9220	8685035639	6050/3	18/09/2012	208
MAH5674	8685035746	6050/3	25/09/2012	208
MAM5981	8685035677	6050/3	20/09/2012	208
MAX9898	8685035631	5673/2	01/10/2012	183
MBP2479	8685035336	6050/3	30/08/2012	208
MBT9756	8685035744	6050/3	25/09/2012	208
MBY2032	8685035691	6050/3	21/09/2012	208
MDL7373	8685035282	6050/3	28/08/2012	208
MDM3858	8685035687	6050/3	21/09/2012	208
MEB0556	8685035724	6050/3	23/09/2012	208
MEB6600	8685035696	6050/3	21/09/2012	208
MEF0064	8685035629	6050/3	27/09/2012	208
MEG4826	8685035736	6050/3	24/09/2012	208
MES4251	8685035252	6050/3	01/09/2012	208
MFA6158	8685035619	6050/3	23/09/2012	208
MFG2593	8685035591	6050/3	20/09/2012	208
MFH1676	8685035588	5673/2	20/09/2012	183
MGC0978	8685035689	6050/3	21/09/2012	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGF2900	8685035365	6050/3	03/09/2012	208
MGH8907	8685035712	6050/3	23/09/2012	208
MGK8360	8685035642	6050/3	18/09/2012	208
MGU5301	8685035672	6050/3	20/09/2012	208
MGX9951	8685035609	5673/2	21/09/2012	183
MHM4645	8685035349	6050/3	02/09/2012	208
MHN4400	8685035667	6050/3	19/09/2012	208
MHP6855	8685035630	5673/2	27/09/2012	183
MHV7169	8685035584	6050/3	19/09/2012	208
MIC2795	8685035743	6050/3	25/09/2012	208
MIH2601	8685035273	6050/3	05/09/2012	208
MIS2223	8685035597	6050/3	20/09/2012	208
MIW1338	8685035231	6050/3	28/08/2012	208
MJB0854	8685035641	6050/3	18/09/2012	208
MJX7890	8685035610	6050/3	22/09/2012	208
MKU8010	8685035229	6050/3	28/08/2012	208
MLC5450	8685035374	6050/3	05/09/2012	208
MNN3788	8685035368	6050/3	04/09/2012	208
MVL5158	8685035241	6050/3	29/08/2012	208
NBV2412	8685035603	6050/3	21/09/2012	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 5 DE NOVEMBRO DE 2012

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR GERAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 685 715/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAG0887	8685032719	6050/3	23/04/2012	R\$ 191,53	208
ACO7478	8685032500	6050/3	15/04/2012	R\$ 191,53	208
AEQ7841	8685033215	6050/3	11/05/2012	R\$ 191,53	208
AHY3654	8685033469	6050/3	14/05/2012	R\$ 191,53	208
AIP4913	8685033611	6050/3	28/05/2012	R\$ 191,53	208
AJI4465	8685034474	6050/3	15/07/2012	R\$ 191,53	208
AOA9367	8685032871	6050/3	28/04/2012	R\$ 191,53	208
BZE2448	8685034467	6050/3	14/07/2012	R\$ 191,53	208
CBQ6678	8685034616	6050/3	21/07/2012	R\$ 191,53	208
CDB7512	8685034519	6050/3	12/07/2012	R\$ 191,53	208
CMN6486	8685032387	6050/3	09/04/2012	R\$ 191,53	208
DCB9550	8685033435	6050/3	16/05/2012	R\$ 191,53	208
DJB2665	8685033217	6050/3	11/05/2012	R\$ 191,53	208
DLC0974	8685033518	6050/3	25/05/2012	R\$ 191,53	208
DRU6423	8685034469	6050/3	14/07/2012	R\$ 191,53	208
DYI1205	8685034412	6050/3	06/07/2012	R\$ 191,53	208
GTX8072	8685034542	6050/3	15/07/2012	R\$ 191,53	208
ICH6603	8685035047	6050/3	11/08/2012	R\$ 191,53	208
IJL3774	8685033137	6050/3	05/05/2012	R\$ 191,53	208
IQF2788	8685033339	6050/3	24/05/2012	R\$ 191,53	208
JQB5559	8685032582	6050/3	17/04/2012	R\$ 191,53	208
JUV4269	8685032599	6050/3	21/04/2012	R\$ 191,53	208
KZS9695	8685034419	6050/3	07/07/2012	R\$ 191,53	208
LOF6553	8685033507	6050/3	23/05/2012	R\$ 191,53	208
LXB8357	8685033231	6050/3	13/05/2012	R\$ 191,53	208
LXG8971	8685034424	6050/3	07/07/2012	R\$ 191,53	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXL5896	8685034506	6050/3	09/07/2012	R\$ 191,53	208
LXO3104	8685034119	6050/3	13/06/2012	R\$ 191,53	208
LXO3104	8685034127	6050/3	16/06/2012	R\$ 191,53	208
LXX4565	8685033043	6050/3	14/05/2012	R\$ 191,53	208
LYD2229	8685032573	6050/3	15/04/2012	R\$ 191,53	208
LYM3980	8685034672	6050/3	11/08/2012	R\$ 191,53	208
LYR9081	8685035141	6050/3	22/08/2012	R\$ 191,53	208
LYX9378	8685033397	6050/3	23/05/2012	R\$ 191,53	208
LYZ8166	8685032576	6050/3	15/04/2012	R\$ 191,53	208
LZU7420	8685032897	6050/3	01/05/2012	R\$ 191,53	208
MAL8649	8685033390	6050/3	21/05/2012	R\$ 191,53	208
MAP5172	8685033253	6050/3	05/05/2012	R\$ 191,53	208
MAS1123	8685032486	6050/3	13/04/2012	R\$ 191,53	208
MAU8498	8685032996	6050/3	08/05/2012	R\$ 191,53	208
MAW6787	8685032860	6050/3	27/04/2012	R\$ 191,53	208
MBA8915	8685034884	6050/3	05/08/2012	R\$ 191,53	208
MBQ2112	8685033113	6050/3	05/05/2012	R\$ 191,53	208
MBT9432	8685032939	6050/3	29/04/2012	R\$ 191,53	208
MBV9803	8685032416	6050/3	09/04/2012	R\$ 191,53	208
MBY7582	8685033465	6050/3	22/05/2012	R\$ 191,53	208
MCH5326	8685034524	6050/3	12/07/2012	R\$ 191,53	208
MCI1356	8685034552	6050/3	08/07/2012	R\$ 191,53	208
MCR8039	8685034638	6050/3	23/07/2012	R\$ 191,53	208
MCV2240	8685032611	6050/3	13/04/2012	R\$ 191,53	208
MCV7950	8685032783	6050/3	24/04/2012	R\$ 191,53	208
MDB0019	8685033328	6050/3	22/05/2012	R\$ 191,53	208
MDC5129	8685033898	6050/3	08/06/2012	R\$ 191,53	208
MDI6406	8685032182	6050/3	04/04/2012	R\$ 191,53	208
MDJ1792	8685034577	6050/3	09/07/2012	R\$ 191,53	208
MDK4831	8685033195	6050/3	09/05/2012	R\$ 191,53	208
MDN4241	8685034594	6050/3	19/07/2012	R\$ 191,53	208
MDP5229	8685034205	6050/3	20/06/2012	R\$ 191,53	208
MDR1632	8685033653	6050/3	31/05/2012	R\$ 191,53	208
MDR6988	8685033121	6050/3	05/05/2012	R\$ 191,53	208
MDT2081	8685034779	6050/3	12/08/2012	R\$ 191,53	208
MED8815	8685033069	6050/3	08/05/2012	R\$ 191,53	208
MEE3364	8685034526	6050/3	13/07/2012	R\$ 191,53	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEE7707	8685033943	6050/3	11/06/2012	R\$ 191,53	208
MEG4437	8685034429	6050/3	08/07/2012	R\$ 191,53	208
MEN2420	8685033095	6050/3	06/05/2012	R\$ 191,53	208
MES4987	8685034633	6050/3	23/07/2012	R\$ 191,53	208
MFC4656	8685034846	6050/3	04/08/2012	R\$ 191,53	208
MFD2074	8685032952	6050/3	26/04/2012	R\$ 191,53	208
MFE1194	8685033642	6050/3	28/05/2012	R\$ 191,53	208
MFV8308	8685032568	6050/3	14/04/2012	R\$ 191,53	208
MGA0107	8685034794	6050/3	02/08/2012	R\$ 191,53	208
MGA8928	8685034497	6050/3	08/07/2012	R\$ 191,53	208
MGD7543	8685034632	6050/3	23/07/2012	R\$ 191,53	208
MGG7350	8685034483	6050/3	06/07/2012	R\$ 191,53	208
MGM3727	8685032218	6050/3	02/04/2012	R\$ 191,53	208
MHC6680	8685034908	6050/3	06/08/2012	R\$ 191,53	208
MHD1121	8685032290	6050/3	04/04/2012	R\$ 191,53	208
MHG8908	8685032195	6050/3	27/03/2012	R\$ 191,53	208
MHI1120	8685034587	6050/3	14/07/2012	R\$ 191,53	208
MHN2960	8685034592	6050/3	16/07/2012	R\$ 191,53	208
MHP3187	8685032285	6050/3	04/04/2012	R\$ 191,53	208
MHU4262	8685033602	6050/3	30/05/2012	R\$ 191,53	208
MHV1148	8685033578	6050/3	26/05/2012	R\$ 191,53	208
MHX3864	8685032426	6050/3	10/04/2012	R\$ 191,53	208
MHY4783	8685034527	6050/3	13/07/2012	R\$ 191,53	208
MID2921	8685032252	6050/3	01/04/2012	R\$ 191,53	208
MIG0092	8685032971	6050/3	05/05/2012	R\$ 191,53	208
MIG0092	8685033599	6050/3	25/05/2012	R\$ 191,53	208
MIH0735	8685032964	6050/3	04/05/2012	R\$ 191,53	208
MII0078	8685033590	6050/3	31/05/2012	R\$ 191,53	208
MIL1894	8685033225	6050/3	12/05/2012	R\$ 191,53	208
MIP6959	8685034023	6050/3	18/06/2012	R\$ 191,53	208
MIQ6732	8685035011	6050/3	09/08/2012	R\$ 191,53	208
MIQ9041	8685032408	6050/3	07/04/2012	R\$ 191,53	208
MJB5136	8685034415	6050/3	06/07/2012	R\$ 191,53	208
MJB5933	8685032748	6050/3	17/04/2012	R\$ 191,53	208
MJQ1769	8685034181	6050/3	22/06/2012	R\$ 191,53	208
MKE5929	8685034584	6050/3	13/07/2012	R\$ 191,53	208
MKM0006	8685034719	6050/3	31/07/2012	R\$ 191,53	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MKM6006	8685034470	6050/3	14/07/2012	R\$ 191,53	208
MMI1111	8685033591	6050/3	31/05/2012	R\$ 191,53	208
MPB9545	8685033593	6050/3	31/05/2012	R\$ 191,53	208
MSS2222	8685034509	6050/3	09/07/2012	R\$ 191,53	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 5 DE NOVEMBRO DE 2012

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR GERAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 685 716/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AOB1621	8685035537	6050/3	14/09/2012	208
BPB2603	8685035836	6050/3	07/10/2012	208
BQJ2063	8685035423	6050/3	14/09/2012	208
IJW3096	8685035477	6050/3	08/09/2012	208
KVE5845	8685035816	6050/3	05/10/2012	208
LXX2087	8685035781	6050/3	06/10/2012	208
LYC4231	8685035431	6050/3	15/09/2012	208
LYQ6336	8685035835	6050/3	07/10/2012	208
LZU9505	8685035398	6050/3	09/09/2012	208
MAM1842	8685035470	6050/3	08/09/2012	208
MAZ3041	8685035833	6050/3	06/10/2012	208
MEB5051	8685035785	6050/3	07/10/2012	208
MEK5536	8685035533	6050/3	14/09/2012	208
MEX3774	8685035227	6050/3	27/08/2012	208
MFB5901	8685035526	6050/3	13/09/2012	208
MFD6278	8685035803	6050/3	04/10/2012	208
MFF5124	8685035779	6050/3	06/10/2012	208
MFF9948	8685035834	6050/3	06/10/2012	208
MFJ2429	8685035487	6050/3	10/09/2012	208
MHE6860	8685035857	6050/3	06/10/2012	208
MIG0092	8685035406	6050/3	10/09/2012	208
MJH8370	8685035775	6050/3	06/10/2012	208
MKM4500	8685035500	6050/3	11/09/2012	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 5 DE NOVEMBRO DE 2012

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR GERAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 685 717/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABI6506	8685034082	6050/3	12/06/2012	R\$ 191,53	208
ACT4898	8685034250	6050/3	25/06/2012	R\$ 191,53	208
AFQ8092	8685034264	6050/3	28/06/2012	R\$ 191,53	208
AHX0055	8685032524	6050/3	18/04/2012	R\$ 191,53	208
AKI9689	8685034125	6050/3	15/06/2012	R\$ 191,53	208
AKS7165	8685033238	6050/3	13/05/2012	R\$ 191,53	208
AKW9411	8685034624	6050/3	22/07/2012	R\$ 191,53	208
AOZ2697	8685033967	6050/3	06/06/2012	R\$ 191,53	208
ASP0231	8685033701	6050/3	09/06/2012	R\$ 191,53	208
CHC7093	8685033039	6050/3	13/05/2012	R\$ 191,53	208
CZZ2330	8685034399	6050/3	29/06/2012	R\$ 191,53	208
DFF9883	8685034045	6050/3	13/06/2012	R\$ 191,53	208
EIJ9139	8685032648	6050/3	16/04/2012	R\$ 191,53	208
GLE5663	8685034000	6050/3	14/06/2012	R\$ 191,53	208
LWZ1177	8685034518	6050/3	11/07/2012	R\$ 191,53	208
LXD3558	8685034905	6050/3	06/08/2012	R\$ 191,53	208
LXH9888	8685033682	6050/3	04/06/2012	R\$ 191,53	208
LXL2424	8685033736	6050/3	04/06/2012	R\$ 191,53	208
LXN5915	8685032338	6050/3	05/04/2012	R\$ 191,53	208
LYL6785	8685033914	6050/3	10/06/2012	R\$ 191,53	208
LYT0117	8685032774	6050/3	22/04/2012	R\$ 191,53	208
LYW9232	8685034928	6050/3	09/08/2012	R\$ 191,53	208
LZP6546	8685032263	6050/3	02/04/2012	R\$ 191,53	208
MAD8159	8685033668	6050/3	02/06/2012	R\$ 191,53	208
MAF7705	8685032864	6050/3	27/04/2012	R\$ 191,53	208
MAM7950	8685034625	6050/3	22/07/2012	R\$ 191,53	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBF1890	8685032450	6050/3	06/04/2012	R\$ 191,53	208
MBF3440	8685034030	6050/3	11/06/2012	R\$ 191,53	208
MBS0295	8685033814	6050/3	04/06/2012	R\$ 191,53	208
MCG9940	8685034461	6050/3	13/07/2012	R\$ 191,53	208
MCI5093	8685033925	6050/3	10/06/2012	R\$ 191,53	208
MCL1263	8685033968	6050/3	06/06/2012	R\$ 191,53	208
MDF6846	8685032988	6050/3	07/05/2012	R\$ 191,53	208
MDI8724	8685032554	6050/3	23/04/2012	R\$ 191,53	208
MDU5651	8685032767	6050/3	22/04/2012	R\$ 191,53	208
MEA6488	8685033073	6050/3	09/05/2012	R\$ 191,53	208
MEG5865	8685032224	6050/3	04/04/2012	R\$ 191,53	208
MEK7675	8685032571	6050/3	14/04/2012	R\$ 191,53	208
MEM6563	8685033717	6050/3	11/06/2012	R\$ 191,53	208
MEO7769	8685034723	6050/3	01/08/2012	R\$ 191,53	208
MEP1075	8685032543	6050/3	21/04/2012	R\$ 191,53	208
MEQ1237	8685033754	6050/3	08/06/2012	R\$ 191,53	208
MEV0860	8685033699	6050/3	08/06/2012	R\$ 191,53	208
MEV3504	8685035204	6050/3	25/08/2012	R\$ 191,53	208
MFE8258	8685034034	6050/3	11/06/2012	R\$ 191,53	208
MFG0135	8685033228	6050/3	13/05/2012	R\$ 191,53	208
MFG5998	8685032795	6050/3	26/04/2012	R\$ 191,53	208
MFH0470	8685033822	6050/3	04/06/2012	R\$ 191,53	208
MGG5352	8685032943	6050/3	01/05/2012	R\$ 191,53	208
MHF7087	8685034457	6050/3	13/07/2012	R\$ 191,53	208
MHN5076	8685033206	6050/3	10/05/2012	R\$ 191,53	208
MHT1579	8685033476	6050/3	17/05/2012	R\$ 191,53	208
MHV1148	8685034086	6050/3	13/06/2012	R\$ 191,53	208
MHY3599	8685032740	6050/3	15/04/2012	R\$ 191,53	208
MIC1584	8685032168	6050/3	03/04/2012	R\$ 191,53	208
MIL7584	8685034114	6050/3	12/06/2012	R\$ 191,53	208
MIM8554	8685034901	6050/3	05/08/2012	R\$ 191,53	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 5 DE NOVEMBRO DE 2012

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR GERAL DE TRÂNSITO

SAMAE - GASPAR**Portaria N. 83 de 05 de Novembro de 2012**

PORTARIA N. 83 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2012
EXONERA DO CARGO EM COMISSÃO DE ENCARREGADO DOS ENCANADORES DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE O SERVIDOR ALEXANDRE GIOVANE MARTINS

LOVIDIO CARLOS BERTOLDI, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerado, a partir do dia 04 de novembro de 2012, o servidor ALEXANDRE GIOVANE MARTINS, portador do CPF nº. 036.486.249-11 e da CI nº. 4.072.680 do cargo de Encarregado dos Encanadores do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Nível CC, Ref. 33, com 40 horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC), em 05 de novembro de 2012.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor-Presidente

Portaria N. 84 de 05 de Novembro de 2012

PORTARIA N. 84 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2012
NOMEIA ENCARREGADO DOS ENCANADORES DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE O SERVIDOR RONÃ RAMOS.

LOVIDIO CARLOS BERTOLDI, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado, a partir do dia 05 de novembro de 2012, o servidor RONÃ RAMOS, portador do CPF nº. 817.251.409-34 e da CI nº. 2.482.862-9 para o cargo de Encarregado dos Encanadores do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Nível CC, Ref. 33, com 40 horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC) em, 05 de novembro de 2012.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor-Presidente

Aviso do Pregão Presencial Nº 46/2012 - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão nº.46/2012

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de produtos químicos para tratamento de água.

A ENTREGA DOS ENVELOPES contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços da licitante deverá ocorrer até as 08:45 horas do dia 27/11/2012.

A ABERTURA DOS ENVELOPES ocorrerá no dia 27/11/2012 às 09:00 horas; cuja sessão estará aberta à participação de todos os interessados.

As licitantes interessadas em participar do certame, poderão obter a íntegra do Edital, diariamente, durante o horário de expediente, junto ao Departamento de Compras do SAMAE - Gaspar; ou no site: www.samaegaspar.com.br

Gaspar (SC), em 31 de outubro de 2012.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

Extrato do Contrato Nº 31/2012 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
EXTRATO CONTRATOS / 2012

Número do contrato: 31/2012

Data vigência: 05/11/2012

Data vencimento: 31/12/2012

Número da Licitação: 45/2012 - Modalidade: Dispensa

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: ECOATIVA CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA. ME - CNPJ/CPF do contratado: 10.344.989/0001-04

Objeto: Serviços de consultoria técnica ambiental para monitoramento das condicionantes da Licença Ambiental de Operação (LAO) nº 281/GELUR/2010) da atividade de Lavra de Saibro com Desmonte por Escavação, situada na Rua: Marsemino Nicoletti, s/nº, bairro: Alto Gasparinho, Gaspar - SC.

Valor: R\$ 7.764,30 (sete mil, setecentos e sessenta e quatro reais e trinta centavos).

Gaspar (SC), em 5 de novembro de 2012.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

Guaramirim**PREFEITURA****Edital de Convocação**

Edital

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Município de Guaramirim, pessoa jurídica de direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob Nº83.102475/0001-16, com sede administrativa á Rua 28 de agosto, 2042, centro, Guaramirim - SC, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. NILSON BYLAARDT,

CONVOCA;

FRANCIELI CAMPAGNARO - Representante da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação;

ANDERSON RODRIGO FLORIANO - Diretor do Administrativo Fundação Cultural de Guaramirim;

CLARICE LOURENÇO THERIBA - Representante do Instituto Confiante;

Para uma reunião de Avaliação do Termo de Parceria nº 001/2010, firmado entre a Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação e Instituto Confiante, a realizar-se no dia 07/11/2012, às 11h00min na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação, Sítio á Rua Irineu Vilela Veiga, nº 222, Centro neste município.

Guaramirim/SC, 05 de novembro de 2012.

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal de Guaramirim

Herval d'Oeste

PREFEITURA

Portaria Nº 1022/2012

PORTARIA Nº 1022/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR OS EFEITOS da Portaria nº 359/2008, a qual concedia Função de Confiança de Chefe de Setor - FC-01, à Servidora GELCI DE GIACOMETTI (Matr. 337), ocupante do Cargo de Provisamento Efetivo de Telefonista, Nível/Referência - 6/2/D, 40 horas semanais, a partir de 01 de Novembro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 01 de Novembro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1023/2012

PORTARIA Nº 1023/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR OS EFEITOS da Portaria nº 553/2005, a qual concedia Função de Confiança de Chefe de Setor - FC-01, ao Servidor NELSON SUTIL VARELA (Matr. 813), ocupante do Cargo de Provisamento Efetivo de Téc. de Edificações e Manutenção, Nível/Referência - 3/D, 40 horas semanais, a partir de 01 de Novembro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 01 de Novembro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1024/2012

PORTARIA Nº 1024/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR OS EFEITOS da Portaria nº 392/2009, a qual concedia Função de Confiança de Chefe de Setor - Secr. Saúde - FC-02, à Servidora EUGENIA BUCCO (Matr. 1358), ocupante do Cargo de Provisamento Efetivo de Administrador de Saúde Pública, Nível/Referência - 12/1/D, 40 horas semanais, a partir de 01 de

Novembro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 01 de Novembro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1025/2012

PORTARIA Nº 1025/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR OS EFEITOS da Portaria nº 365/2009, a qual concedia Função de Confiança de Chefe de Setor - Secr. Saúde - FC-02, à Servidora SIRLEI DE FATIMA MIGUELAO (Matr. 729), ocupante do Cargo de Provisamento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível/Referência - 8/D, 40 horas semanais, a partir de 01 de Novembro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 01 de Novembro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1026/2012

PORTARIA Nº 1026/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR OS EFEITOS da Portaria nº 279/2009, a qual concedia Função de Confiança de Supervisor de Área - FC-03, à Servidora ROZE MARI BESBATI (Matr. 1091), ocupante do Cargo de Provisamento Efetivo de Auxiliar Administrativo, Nível/Referência - 6/2/C, 40 horas semanais, a partir de 01 de Novembro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 01 de Novembro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1027/2012

PORTARIA Nº 1027/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR OS EFEITOS da Portaria nº 664/2009, a qual concedia Função de Confiança de Supervisor de Área - FC-03, ao Servidor GILMAR CARMO KICH (Matr. 393), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível/Referência - 3/D, 40 horas semanais, a partir de 01 de Novembro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 01 de Novembro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1028/012

PORTARIA Nº 1028/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR OS EFEITOS da Portaria nº 1007/2011, a qual concedia Função de Confiança de Supervisor de Área - FC-03, ao Servidor VALDEMAR DO AMARAL E SILVA (Matr. 545), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Vigilância Sanitária, Nível/Referência - 8/1/G, 40 horas semanais, a partir de 01 de Novembro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 01 de Novembro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1029/2012

PORTARIA Nº 1029/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR OS EFEITOS da Portaria nº 091/2009, a qual concedia Função Gratificada de Responsável por Departamento Setor - FG-01, ao Servidor AUJOR LUIZ RIGHI (Matr. 16), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Técnico em Tributação, Nível/Referência - 11/H, 40 horas semanais, a partir de 01 de Novembro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 01 de Novembro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1030/2012

PORTARIA Nº 1030/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR PARCIALMENTE OS EFEITOS da Portaria nº 471-A/2012, somente ao que concedia Função Gratificada de Responsável por Departamento Setor - FG-01, à Servidora JAQUELINE RAZERA (Matr. 96), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Supervisor Escolar, Nível/Referência - 8/C, 40 horas semanais, a partir de 01 de Novembro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 01 de Novembro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1031/2012

PORTARIA Nº 1031/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR OS EFEITOS da Portaria nº 099/2009, a qual concedia Função Gratificada de Coordenador de Núcleos de Atividade - FG-02, ao Servidor ADEMIR SAVIO PIRES DA SILVA (Matr. 1437), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente Manut. De Maq. Veiculos, Nível/Referência - 8/D, 40 horas semanais, a partir de 01 de Novembro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 01 de Novembro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1032/2012

PORTARIA Nº 1032/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR OS EFEITOS da Portaria nº 095/2009, a qual concedia Função Gratificada de Coordenador de Núcleos de Atividade - FG-02, ao Servidor CELITO BRANDALISE (Matr. 155), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Motorista, Nível/Referência - 7/G, 40 horas semanais, a partir de 01 de Novembro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 01 de Novembro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1033/2012

PORTARIA Nº 1033/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR OS EFEITOS da Portaria nº 862/2011, a qual concedia Função Gratificada de Coordenador de Núcleos de Atividade - FG-02, à Servidora MARGARET ZANELLA SAUER (Matr. 93), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo, Nível/Referencia - 9/P, 40 horas semanais, a partir de 01 de Novembro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 01 de Novembro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1034/2012

PORTARIA Nº 1034/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR OS EFEITOS da Portaria nº 354/2008, a qual concedia Função Gratificada de Coordenador de Núcleos de Atividade - FG-02, à Servidora MARGARETE DE DEUS E SILVA FIORESE (Matr. 103), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Inspetor Educacional, Nível/Referencia - 9/A, 40 horas semanais, a partir de 01 de Novembro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 01 de Novembro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1035/2012

PORTARIA Nº 1035/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR PARCIALMENTE OS EFEITOS da Portaria nº 276/2012, somente ao que concedia Função Gratificada de Responsável por Secretaria de Escola - FG-03, à Servidora NEIDE RIBEIRO DOS SANTOS (Matr. 95), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referencia - 11/C, 40 horas semanais,

a partir de 01 de Novembro de 2012.

E, DESIGNAR a Servidora para responder pela função de Responsável por Secretaria de Escola, sem ônus para o erário público, junto ao GEM Cruz e Sousa, a partir de 01 de novembro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 01 de Novembro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1036/2012

PORTARIA Nº 1036/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR OS EFEITOS da Portaria nº 139/2011, a qual concedia Função Gratificada de Responsável por Secretaria de Escola - FG-03, à Servidora MARCIA GONÇALVES (Matr. 34), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referencia - 7/D, 40 horas semanais, a partir de 01 de Novembro de 2012.

E, DESIGNAR a Servidora para responder pela função de Responsável por Secretaria de Escola, sem ônus para o erário público, junto ao GEM Pequeno Príncipe, a partir de 01 de novembro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 01 de Novembro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1037/2012

PORTARIA Nº 1037/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR PARCIALMENTE OS EFEITOS da Portaria nº 092/2010, somente ao que se refere à concessão de Função Gratificada de Responsável por Secretaria de Escola - FG-03, à Servidora MICHELE DA SILVA COELHO TRAI (Matr. 363), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 6/B, 40 horas semanais, a partir de 01 de Novembro de 2012.

E, DESIGNAR a Servidora para responder pela função de Responsável por Secretaria de Escola, sem ônus para o erário público, junto ao GEM Nossa Senhora de Fátima, a partir de 01 de novembro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 01 de Novembro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1038/2012

PORTARIA Nº 1038/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR OS EFEITOS da Portaria nº 220/2011, a qual concedia Função Gratificada de Responsável por Secretaria de Escola - FG-03, à Servidora SIMARA PASINATO (Matr. 370 e 1010), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, 40 horas semanais, a partir de 01 de Novembro de 2012.

E, DESIGNAR a Servidora para responder pela função de Responsável por Secretaria de Escola, sem ônus para o erário público, junto ao GEM Estação Luzerna, a partir de 01 de novembro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 01 de Novembro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1039/2012

PORTARIA Nº 1039/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR OS EFEITOS da Portaria nº 513/2010, a qual concedia Função Gratificada de Responsável pelos Serviços e Programas na Saúde - FG-02, ao Servidor LUIZ CARLOS JULIAN (Matr. 892), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Motorista, Nível/Referência - 7/D, 40 horas semanais, a partir de 01 de Novembro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 01 de Novembro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1040/2012

PORTARIA Nº 1040/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR OS EFEITOS da Portaria nº 163/2009, a qual

concedia Função Gratificada de Responsável por Atividade - FG-04, ao Servidor CELSO LUIS RODRIGUES DOMINGUES (Matr. 1376), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível/Referência - 3/D, 40 horas semanais, a partir de 01 de Novembro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 01 de Novembro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1041/2012

PORTARIA Nº 1041/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR OS EFEITOS da Portaria nº 366/2008, a qual concedia Função Gratificada de Responsável por Atividade - FG-04, ao Servidor ANTONIO NELSON ROMUALDO (Matr. 447), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Técnico de Edificações e Manutenção, Nível/Referência - 5/G, 40 horas semanais, a partir de 01 de Novembro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 01 de Novembro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1042/2012

PORTARIA Nº 1042/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR OS EFEITOS da Portaria nº 514/2011, a qual concedia Função Gratificada de Responsável por Atividade - FG-04, à Servidora CLAUDIA MARIA SCHEREIDER (Matr. 2872), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo, Nível/Referência - 6/2/A, 40 horas semanais, a partir de 01 de Novembro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 01 de Novembro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1043/2012

PORTARIA Nº 1043/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR OS EFEITOS da Portaria nº 515/2011, a qual concedia Função Gratificada de Responsável por Atividade - FG-04, à Servidora DEBORA RIBEIRO DA SILVEIRA (Matr. 2874), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo, Nível/Referência - 6/2/A, 40 horas semanais, a partir de 01 de Novembro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 01 de Novembro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1044/2012

PORTARIA Nº 1044/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR OS EFEITOS da Portaria nº 686/2008, a qual concedia Função Gratificada de Responsável por Atividade - FG-04, ao Servidor GERMANO PEDROSO DOS SANTOS (Matr. 130), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Técnico de Edificações e Manutenção, Nível/Referência - 5/L, 40 horas semanais, a partir de 01 de Novembro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 01 de Novembro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1045/2012

PORTARIA Nº 1045/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR OS EFEITOS da Portaria nº 635/2008, a qual concedia Função Gratificada de Responsável por Atividade - FG-04, ao Servidor SEBASTIÃO PEREIRA (Matr. 454), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível/Referência - 3/F, 40 horas semanais, a partir de 01 de Novembro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 01 de Novembro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1046/2012

PORTARIA Nº 1046/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR os efeitos da Portaria 094/2010, a qual designava a Servidora ADRIANA LUCIA GANDIN PARIZZI (Matr. 219), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 7/C, Anexo XI da LC Nº. 286/2011, 40 horas semanais, para responder pelas funções do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Escola, Nível - DAS-1.

E, DESIGNAR a Servidora para responder pela função de Diretor de Escola, sem ônus para o erário público, junto ao CMEI Tio Zezinho, a partir de 01 de novembro de 2012.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 01 de Novembro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1047/2012

PORTARIA Nº 1047/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR os efeitos da Portaria 137/2011, a qual designava a Servidora ANDRÉIA DORINI GIACOMINI (Matr. 356), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Secretário Administrativo, Nível/Referência - 8/C, Anexo XII da LC Nº. 286/2011, 40 horas semanais, para responder pelas funções do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor Administrativo e Financeiro, Nível-DAS-1.

E, DESIGNAR a Servidora para responder pela função de Diretor Administrativo e Financeiro, sem ônus para o erário público, a partir de 01 de novembro de 2012.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 01 de Novembro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1048/2012

PORTARIA Nº 1048/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR os efeitos da Portaria 558/2012, a qual designava a Servidora ANGELA CRISTINA BILIBIO (Matr. 3028), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 6/A, Anexo XI da LC Nº. 286/2011, 40 horas semanais, para responder pelas funções do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Escola, Nível - DAS-1.

E, DESIGNAR a Servidora para responder pela função de Diretor de Escola, sem ônus para o erário público, junto à EBM Estação Luzerna, a partir de 01 de novembro de 2012.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 01 de Novembro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1049/2012

PORTARIA Nº 1049/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR os efeitos da Portaria 643/2009, a qual designava a Servidora CLADMIRA FATIMA C. FELDKIRCHER (Matr. 1294), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Secretário Administrativo, Nível/Referência - 8/A, Anexo XII da LC Nº. 286/2011, 40 horas semanais, para responder pelas funções do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Escola, Nível - DAS-1.

E, DESIGNAR a Servidora para responder pela função de Diretor de Escola, sem ônus para o erário público, junto à EBM Nossa Senhora de Fátima, a partir de 01 de novembro de 2012.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 01 de Novembro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1050/2012

PORTARIA Nº 1050/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR os efeitos da Portaria 555/2012, a qual designava a Servidora GEISA TROMBETTA BERNARDI (Matr. 2558), ocupante

do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 6/C, Anexo XI da LC Nº. 286/2011, 40 horas semanais, para responder pelas funções do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Ensino Fundamental, Nível - DAS-1.

E, DESIGNAR a Servidora para responder pela função de Diretor de Ensino Fundamental, sem ônus para o erário público, a partir de 01 de novembro de 2012.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 01 de Novembro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1051/2012

PORTARIA Nº 1051/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR os efeitos da Portaria 150/2012, a qual designava a Servidora LUCINEIA REGINA MACHADO (Matr. 423), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 7/B, Anexo XI da LC Nº. 286/2011, 40 horas semanais, para responder pelas funções do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Escola, Nível - DAS-1.

E, DESIGNAR a Servidora para responder pela função de Diretor de Escola, sem ônus para o erário público, junto ao CMEI Valdete Souza Nodari, a partir de 01 de novembro de 2012.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 01 de Novembro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1052/2012

PORTARIA Nº 1052/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR os efeitos da Portaria 136/2011, a qual designava a Servidora MARA T. RIBEIRO DOS SANTOS KUHL (Matr. 58), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 8/C, Anexo XI da LC Nº. 286/2011, 40 horas semanais, para responder pelas funções do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Educação Infantil, Nível - DAS-1.

E, DESIGNAR a Servidora para responder pela função de Diretor de Educação Infantil, sem ônus para o erário público, a partir de 01 de novembro de 2012.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 01 de Novembro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1053/2012

PORTARIA Nº 1053/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR os efeitos da Portaria 578/2012, a qual designava a Servidora MARINES APARECIDA GONÇALVES (Matr. 149), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 5/A, Anexo XI da LC Nº. 286/2011, 40 horas semanais, para responder pelas funções do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Cultura, Nível - DAS-1.

E, DESIGNAR a Servidora para responder pela função de Diretor de Cultura, sem ônus para o erário público, a partir de 01 de novembro de 2012.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 01 de Novembro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1054/2012

PORTARIA Nº 1054/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR os efeitos da Portaria 095/2010, a qual designava a Servidora MARIZETE APARECIDA DALMEDICO (Matr. 386), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 7/B, Anexo XI da LC Nº. 286/2011, 40 horas semanais, para responder pelas funções do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Escola, Nível - DAS-1.

E, DESIGNAR a Servidora para responder pela função de Diretor de Escola, sem ônus para o erário público, junto ao CMEI Criança Feliz, a partir de 01 de novembro de 2012.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 01 de Novembro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1055/2012

PORTARIA Nº 1055/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR os efeitos da Portaria 236/2009, a qual designava a Servidora VIVIANE APARECIDA CAMPANHOL SBRUSI (Matr. 575), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 7/C, Anexo XI da LC Nº. 286/2011, 40 horas semanais, para responder pelas funções do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Escola, Nível - DAS-1.

E, DESIGNAR a Servidora para responder pela função de Diretor de Escola, sem ônus para o erário público, junto ao GEM Adolfo Becker, a partir de 01 de novembro de 2012.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 01 de Novembro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1056/2012

PORTARIA Nº 1056/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR os efeitos da Portaria 259/2008, a qual designava o Servidor ODAIR TREVISOL (Matr. 334), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo, Nível/Referência - 9/G, Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, para responder pelas funções do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Projetos Técnicos, Nível - DAS-1, a partir de 01 de novembro de 2012.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 01 de Novembro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1057/2012

PORTARIA Nº 1057/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR os efeitos da Portaria 616/2012, a qual designava o Servidor WILSON ROBERTO DE MATTOS (Matr. 45), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 10/C, Anexo XI da LC Nº. 286/2011, 40 horas semanais, para responder pelas funções do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de

Esportes, Nível - DAS-1.

E, DESIGNAR o Servidor para responder pela função de Diretor de Esportes, sem ônus para o erário público, a partir de 01 de novembro de 2012.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 01 de Novembro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1058/2012

PORTARIA Nº 1058/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR os efeitos da Portaria 238/2009, a qual designava o Servidor VALDECIR PEREIRA DA SILVA (Matr. 2555), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 6/C, Anexo XI da LC Nº. 286/2011, 40 horas semanais, para responder pelas funções do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Escola, Nível - DAS-1.

E, DESIGNAR o Servidor para responder pela função de Diretor de Escola, sem ônus para o erário público, junto ao GEM Pequeno Príncipe, a partir de 01 de novembro de 2012.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 01 de Novembro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1058/2012

PORTARIA Nº 1058/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR os efeitos da Portaria 238/2009, a qual designava o Servidor VALDECIR PEREIRA DA SILVA (Matr. 2555), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 6/C, Anexo XI da LC Nº. 286/2011, 40 horas semanais, para responder pelas funções do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Escola, Nível - DAS-1.

E, DESIGNAR o Servidor para responder pela função de Diretor de Escola, sem ônus para o erário público, junto ao GEM Pequeno Príncipe, a partir de 01 de novembro de 2012.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 01 de Novembro de 2012.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1058/2012

PORTARIA Nº 1058/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR os efeitos da Portaria 238/2009, a qual designava o Servidor VALDECIR PEREIRA DA SILVA (Matr. 2555), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 6/C, Anexo XI da LC Nº. 286/2011, 40 horas semanais, para responder pelas funções do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Escola, Nível - DAS-1.

E, DESIGNAR o Servidor para responder pela função de Diretor de Escola, sem ônus para o erário público, junto ao GEM Pequeno Príncipe, a partir de 01 de novembro de 2012.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 01 de Novembro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1059/2012

PORTARIA Nº 1059/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR os efeitos da Portaria 961/2012, a qual designava a Servidora ADRIANE BERNARDO (Matr. 597), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 6/C, Anexo XI da LC Nº. 286/2011, 40 horas semanais, para responder pelas funções do Cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Educação Infantil, Nível - DAS-2.

E, DESIGNAR a Servidora para responder pela função de Gerente de Educação Infantil, sem ônus para o erário público, junto ao CMEI Valdete Souza Nodari, a partir de 01 de novembro de 2012.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 01 de Novembro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1060/2012

PORTARIA Nº 1060/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR os efeitos da Portaria 471/2010, a qual designava a Servidora SIMONE APARECIDA RADAVELLI (Matr. 233), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 7/C, Anexo XI da LC Nº. 286/2011, 40 horas semanais, para responder pelas funções do Cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Educação Infantil, Nível - DAS-2.

E, DESIGNAR a Servidora para responder pela função de Gerente de Educação Infantil, sem ônus para o erário público, junto ao CMEI Tio Zezinho, a partir de 01 de novembro de 2012.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 01 de Novembro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

Portaria DGP/SEAGP N.º 301/2012

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 301, de 31 de outubro de 2012.

Dispõe sobre a Progressão Funcional por Curso de Aperfeiçoamento/Capacitação de servidoras integrantes da carreira do magistério e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei Complementar n.º 1.984, de 16 de dezembro de 1999, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

Considerando que, a progressão por curso de aperfeiçoamento/capacitação – Progressão Horizontal – se dá através do comprovante de participação em cursos na área de atuação, sendo que cada 160 horas de curso assegura uma nova referência;

Considerando que, são válidos os cursos de aperfeiçoamento/capacitação realizados na área de atuação do servidor(a), registrados no órgão competente e concluídos após sua admissão;

Considerando que, para primeira progressão por cursos de aperfeiçoamento/capacitação, a ser realizado 5 anos após sua admissão, é permitida a utilização de 80 horas de cursos/capacitação realizados antes da sua admissão, portanto a partir de 01 de janeiro de 1997;

Considerando que, somente têm validade os cursos com duração acima de 16 horas;

Considerando, também, que a Progressão por Nova Titulação ou Habilitação – Progressão Vertical – se dá através da apresentação do diploma ou certificado devidamente registrado na Instituição de Ensino de Nível Superior;

Considerando, ainda, as informações obtidas no Processo Administrativo nº 3992/2012 e registros funcionais da servidora:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder as servidoras, abaixo relacionadas, PROGRESSÃO

FUNCIONAL POR CURSO DE APERFEIÇOAMENTO/CAPACITAÇÃO, e PROGRESSÃO FUNCIONAL POR NOVA TITULAÇÃO OU HABILITAÇÃO, conforme estabelecido na tabela a seguir:

Servidora	Referência/Nível Anterior	Referência/Nível Atual	Processo Administrativo
Cont. 178 – Giane Silveira de Souza Coelho	III 13	III 21	3992/2012

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de abril de 2012, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 30 de outubro de 2012.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 302/2012

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 302, de 01 de novembro de 2012.

Dispõe sobre a alteração a pedido do período de fruição de licença-prêmio e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Art. 1º Alterar a pedido o período de fruição de licença-prêmio, fixado na PORTARIA DGP/SEAGP N.º 025, de 17 de janeiro de 2012, concedida ao servidor LUIZ PAULO SOARES, motorista, inscrito no CPF sob o n.º 455.229.799-68, admitido em 20 de março de 1995, contrato nº 292, referente ao quinquênio devido e fruição conforme quadro abaixo:

Quinquênio	Período de Fruição
2005 a 2010	01.02.2013 a 01.04.2013

Art. 2º A conversão de 1/3 em abono pecuniário, concedidas de acordo com o respectivo quinquênio, já foi paga no mês de janeiro de 2012, conforme portaria anterior.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 01 de novembro de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria DGP/SEAGP N.º 303/2012

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 303, de 01 de novembro de 2012.

Dispõe sobre fixação de período de fruição de férias e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Fixar o período de fruição das férias concedidas a servidora ADÉCIO DUARTE DE OLIVEIRA, Agente Administrativo, nos termos da Sentença exarada nos autos da AT n.º 717/2011, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Fruição
2006/2007	03/12/2012 a 01/01/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 01 de novembro de 2012.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e publique-se:

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Diretora de Gestão de Pessoas

CÂMARA MUNICIPAL**Decreto Legislativo Nº 6, de 29 de Outubro de 2012.**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 6, DE 29 DE OUTUBRO DE 2012.

Autoriza o Prefeito José Roberto Martins a ausentar-se do país no período de 02 a 13 de novembro de 2012.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE IMBITUBA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 67, inciso IV da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 35, inciso IV do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e fica promulgado o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica autorizada o Prefeito José Roberto Martins a ausentar-se do país no período de 02 a 13 de novembro de 2012 para integrar a comitiva do Governador do Estado de Santa Catarina em viagem ao Japão, visando à participação na XV reunião do Comitê de Cooperação Econômica Brasil-Japão, concomitante conhecer a fábrica chinesa GEELY INTERNATIONAL CORPORATION, localizada na província de Zhejiang e o escritório central da empresa em Shanghai/China, oportunidade em que tratará de assuntos relacionados à pretensão da referida empresa em instalar uma unidade/fábrica em Santa Catarina.

Art. 2º Fica autorizado o Presidente da Câmara Municipal de Vereadores a licenciar-se do Poder Legislativo e assumir o cargo de Prefeito Municipal, ante o impedimento da Vice-Prefeita.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 2012.

ELÍSIO SGROTT

Presidente da Câmara Municipal de Imbituba

Registre-se e Publique-se

Registrada, publicada, e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 29/10/2012 e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

GLYCÉLIA DE CASTRO ROCHA

Secretária Administrativa

Ato da Presidência Nº 42/12

Ato da Presidência nº 42/12

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 37ª Sessão Ordinária, da 4ª Sessão Legislativa, da 13ª Legislatura, a realizar-se no dia 05 de novembro de 2012 (segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

**Contribuições do PEGASO:**

- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CRES e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
080	PLC nº 264/2012	29/10/12	Executivo Municipal	José Roberto Martins	Altera o Anexo I da Lei Complementar nº 3.135, de 25 de julho de 2007.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	REQ 009/2012	29/10/12	Legislativo Municipal	Dorlin Nunes Júnior	REQUER que seja encaminhado ofício ao Senhor Governador do Estado Raimundo Colombo e ao Secretário de Segurança Pública, através do DETRAN-SC, para que esses autorizem a instalação de uma Circunscrição Regional de Trânsito - CIRE-TRAN, em Imbituba.	Ordinário	Única	Única

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 01 de novembro de 2012.

ELÍSIO SGROTT

Presidente

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Vice-Presidente

LUÍS ANTÔNIO DUTRA

Primeiro-Secretário

ZELI PIRES

Segundo-Secretário

Ipumirim

PREFEITURA

Lei Nº 1698

Acrescenta o artigo 23-A e dá nova redação aos artigos 14, 17 e 20, da Lei Municipal nº. 0895/92, que cria o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA e da outras providências.

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - O artigo 14 da Lei 0895/92, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 14 - O Conselho Tutelar será composto de cinco membros com mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.

Parágrafo 1º - A eleição deverá ocorrer no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição;

Parágrafo 2º - A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao da escolha;

Parágrafo 3º - No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

Art. 2º - Altera os incisos IV e V do artigo 17 da Lei 0895/92, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art 17

I -

II

III

IV - Ensino Fundamental Completo

V - Aprovação em prova preliminar de conhecimentos mínimos relativos ao cargo e atribuições, a ser aplicada pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Ipumirim.

Art. 3º - Altera Art. 20, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 20 - Os membros do Conselho Tutelar em atividade, receberão remuneração mensal no importe de 01 (um) salário mínimo nacional, além dos seguintes benefícios:

I - Cobertura Previdenciária;

II - Gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

III - Licença Maternidade;

IV - Licença Paternidade;

V - Gratificação natalina.

Art. 4º - Fica criado o artigo 23 - A, com a seguinte redação:

Art. 23-A Em razão da necessidade de unificação em todo território nacional, da data para eleição do Conselho Tutelar, os Conselheiros Tutelares eleitos no ano de 2012 e empossados em 2013, terão um mandato de 03 (três) anos.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário, a presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ipumirim (SC), 30 de outubro de 2012.

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 461/2012 de 01 de Novembro de 2.012
CONCEDE FÉRIAS A AGENTE POLITICO.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta.

CONCEDE

JACIR LIRIO BONISSONI, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade e Município de Ipumirim - SC, portador da CI nº.3.527.561 e CPF sob o nº.065.189.829-34, no cargo Político de Secretário Municipal de Saúde, com vencimentos previstos no Anexo I - D, da Lei Municipal nº. 1300/2004 e alterações posteriores, que fixa os subsídios dos secretários municipais do Município de Ipumirim - SC, férias de 30 (trinta) dias referente ao período de Maio de 2011 a Maio de 2012 e gozo de 01 de Novembro de 2012 a 30 de Novembro de 2012.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 01 de Novembro de 2012.

Ipumirim - SC, 01 de Novembro de 2.011.

VALDIR ZANELLA

Prefeito em Exercício

Portaria Nº. 465/2012 de 05 de Novembro de 2.012
CONCEDE FÉRIAS A AGENTE POLITICO.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta.

CONCEDE

JACSON BRINGHENTI, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado nesta cidade e Município de Ipumirim - SC, portador da CI nº.3.743.202-8 e CPF sob o nº.040.604.039-70, no cargo Político de Secretário Municipal do DMU, com vencimentos previstos no Anexo I - D, da Lei Municipal nº. 1300/2004 e alterações posteriores, que fixa os subsídios dos secretários municipais do Município de Ipumirim - SC, férias de 30 (trinta) dias referente ao período de Maio de 2011 a Maio de 2012 e gozo de 05 de Novembro de 2012 a 04 de Dezembro de 2012.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 05 de Novembro de 2012.

Ipumirim - SC, 05 de Novembro de 2.011.

VALDIR ZANELLA

Prefeito em Exercício

Portaria Nº. 462/2012 de 01 de Novembro de 2012.
EXONERA SERVIDORA NOMEADA EM CARGO COMISSIONADO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

CARMEN LONGO TECCHIO, Matrícula 1839-2, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 361.171-0 e do CPF 219.409.249-87, com nomeação para o cargo de DIRETORA DE AGRICULTURA, constante no , nível salarial CC - 030,

com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 232/2011, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 01 de novembro de 2012.

Ipumirim - SC, 01 de novembro de 2012.

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 463/2012 de 01 de Novembro de 2012.
EXONERA SERVIDOR NOMEADO EM CARGO COMISSIONADO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

GERSON LUIZ DE MARCO, Matrícula 1878-3, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 1.552.347 e do CPF 593.727.459-87, com nomeação para o cargo de DIRETOR DE URBANISMO, constante no , nível salarial CC - 030, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 336/2011, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 01 de novembro de 2012.

Ipumirim - SC, 01 de novembro de 2012.

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 464/2012 de 01 de Novembro de 2012.
EXONERA SERVIDOR NOMEADO EM CARGO COMISSIONADO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

ISIDORO NAZAR, Matrícula 1877-5, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 5893717 e do CPF 500.542.799-68, com nomeação para o cargo de COORDENADORES DE PROGRAMAS SETORIAIS, constante no , nível salarial CC - 010, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 331/2011, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 01 de novembro de 2012.

Ipumirim - SC, 01 de novembro de 2012.

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim

Irineópolis

PREFEITURA

Decreto Nº 2311/2012

DECRETO nº 2311/2012.

"Cancela despesa inscrita em Restos a Pagar não Processados, empenhada nos exercícios de 2009, 2010 e 2011 porém, não consumado o implemento de condição na sua totalidade, considerando a impossibilidade de sua realização, na forma que especifica e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso I, da Lei Complementar nº. 007/2001 de 15/10/2001, tendo em vista o superior e predominante interesse do Município, fulcrado no que dispõe a legislação vigente aplicável à espécie, especialmente o art. 36, em combinação com o parágrafo único do art. 92, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17/03/64, considerando não haver ocorrido o implemento de condição na sua totalidade e a impossibilidade de sua realização,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam, por força deste decreto, cancelados os créditos empenhados nos exercícios de 2010 e 2011 inscritos em Restos a Pagar - não Processados, nos balanços gerais do município de Irineópolis, a saber:

Parágrafo Único - Os créditos cancelados citados neste artigo, não processado e não liquidado, bem como ainda não enquadrado nas disposições do artigo 36, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17/03/64, são anulados por ausência dos Implementos de Condições e por impossibilidade de suas realizações, decorrentes de culpas unilaterais dos credores titulares dos mesmos, não podendo ser utilizados como recursos para abertura de créditos adicionais, devendo, tão-somente, serem formalizadas as suas baixas legais no passivo dos balanços dos exercícios de 2010 e 2011, para os fins de mister, não se admitindo a sua restauração, em nenhuma hipótese, pela impossibilidade de seu processamento em virtude da não implementação de condições por parte dos credores.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 05 de novembro de 2012.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Joaçaba

PREFEITURA

Extrato PP 44/2012/PMJ - PL 86/2012/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO/PROCESSO LICITATÓRIO Nº 86/2012/PMJ
PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2012/PMJ

Objeto: Aquisição de materiais hidráulicos, de acordo com as especificações do Anexo I deste Edital, destinados à execução de extensão de rede de água do SIMAE até o Núcleo Pedagógico Rural de Joaçaba - NUPERAJO. Forma de Julgamento: Menor Preço por

Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h, do dia 21/11/2012. Processamento do Pregão: às 14h do dia 21/11/2012, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@joacaba.sc.gov.br.

Joaçaba, 01 de novembro de 2012.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Extrato Homologação PL 41 PP 23/2012 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 41/2012/FMS

O Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 41/2012/FMS - PP 23/2012 FMS, nos seguintes termos:

Objeto: a aquisição de leites especiais destinados à manutenção do Serviço Social da Secretaria Municipal de Saúde.

- Empresas Vencedoras:

CM HOSPITALAR LTDA

R\$ 1.145,70

EXTRA DISTRIB. MEDIC. E PROD. HOSPITALARES

R\$ 26.003,50

MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDIC. LTDA

R\$ 8.205,00

- Valor Total Contratado: 35.354,20 (trinta e cinco mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e vinte centavos).

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 04 de outubro de 2012.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Extrato Homologação TP 11/2012/PMJ - PL 64/2012/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 64/2012/PMJ

O Prefeito de Joaçaba, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 64/2012/PMJ,

- Modalidade: TP 11/2012/PMJ.

Objeto: contratação de empresa especializada para a execução dos serviços com o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a pavimentação de passeios públicos com piso em concreto armado, com área de 879,67 m², em diversas ruas do perímetro urbano do Município de Joaçaba.

- Empresa Vencedora:

CONSTRUCÓRDIA CONSTRUÇÕES LTDA.

- Valor Total Contratado: R\$ 39.363,71 (trinta e nove mil, trezentos e sessenta e três reais e setenta e um centavos), sendo:

- R\$ 28.338,61 (vinte e oito mil, trezentos e trinta e oito reais e sessenta e um centavo), referente aos materiais utilizados;

- R\$ 11.025,10 (onze mil, vinte e cinco reais e dez centavos), referente aos serviços.

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 01 de novembro de 2012.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Extrato PP 45/2012/PMJ - PL 88/2012/PMJ
MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)
AVISO DE LICITAÇÃO/PROCESSO LICITATÓRIO Nº 88/2012/PMJ
PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2012/PMJ

Objeto: Aquisição de eletrodomésticos e aparelhos em geral, destinados à manutenção das escolas da rede municipal de ensino. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 15h, do dia 21/11/2012. Processamento do Pregão: às 15h do dia 21/11/2012, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@joacaba.sc.gov.br.

Joaçaba, 01 de novembro de 2012.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Extrato Contrato 348/2012 FMS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 348/2012/FMS
PL 41/2012/FMS - PP 23/2012/FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.
CONTRATADA: CM HOSPITALAR LTDA.

OBJETO: o fornecimento pela CONTRATADA, de forma parcelada, de leites especiais destinados à manutenção do Serviço Social da Secretaria Municipal de Saúde.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
2.010 - MANUTENÇÃO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA
58 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.164.0 - Aplicações Diretas
VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 1.145,70 (hum mil, cento e quarenta e cinco reais e setenta centavos).
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2012

DATA DE ASSINATURA: 31/10/2012.

Extrato Contrato 349/2012 FMS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 349/2012/FMS
PL 41/2012/FMS - PP 23/2012/FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.
CONTRATADA: MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

OBJETO: o fornecimento pela CONTRATADA, de forma parcelada, de leites especiais destinados à manutenção do Serviço Social da Secretaria Municipal de Saúde.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
2.010 - MANUTENÇÃO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA
58 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.164.0 - Aplicações Diretas
VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 8.205,00 (oito mil e duzentos e cinco reais)
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2012

DATA DE ASSINATURA: 31/10/2012.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 349/2012/FMS
PL 41/2012/FMS - PP 23/2012/FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.
CONTRATADA: MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

OBJETO: o fornecimento pela CONTRATADA, de forma parcelada, de leites especiais destinados à manutenção do Serviço Social da Secretaria Municipal de Saúde.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
2.010 - MANUTENÇÃO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA
58 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.164.0 - Aplicações Diretas
VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 8.205,00 (oito mil e duzentos e cinco reais)
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2012

DATA DE ASSINATURA: 31/10/2012.

Extrato Contrato 350/2012 FMS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 350/2012/FMS
PL 41/2012/FMS - PP 23/2012/FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.
CONTRATADA: EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA.

OBJETO: o fornecimento pela CONTRATADA, de forma parcelada, de leites especiais destinados à manutenção do Serviço Social da Secretaria Municipal de Saúde.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
2.010 - MANUTENÇÃO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA
58 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.164.0 - Aplicações Diretas
VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 26.003,50 (vinte e seis mil, três reais e cinquenta centavos)
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2012

DATA DE ASSINATURA: 31/10/2012.

Extrato Contrato 991/2012/PMJ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 991/2012/PMJ
PROVENIENTE DO PL 64/2012/PMJ - TP 11/2012/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA
CONTRATADA: CONSTRUCÓRDIA CONSTRUÇÕES LTDA

OBJETO: Execução pela CONTRATADA, dos serviços com o fornecimento dos materiais e equipamentos necessário para a pavimentação de passeios públicos com piso em concreto armado, com área de 879,67 m², em diversas ruas do perímetro urbano do Município de Joaçaba.
VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 39.363,71 (trinta e nove mil, trezentos e sessenta e três reais e setenta e um centavos), sendo:
- R\$ 28.338,61 (vinte e oito mil, trezentos e trinta e oito reais e sessenta e um centavo), referente aos materiais utilizados;
- R\$ 11.025,10 (onze mil, vinte e cinco reais e dez centavos), referente aos serviços.
VIGÊNCIA: 60 dias, contados do recebimento da Ordem de Serviço Inicial.

DATA DE ASSINATURA: 01/11/2012.

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**Portaria JHL 171/2012**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº - 171/2012 DE 01/11/2012

Elisabet Maria Zanela Sartori Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba e Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Art. 1º - REVOGAR a Portaria JHL 83/2012 de 02/05/2012, e CONSTITUIR de acordo com os Arts. 22º à 32 da Lei Complementar 193/2010 de 06/09/10, nova Comissão de Avaliação de Desempenho Setorial, para proceder Avaliação de Desempenho do Servidor Adriano Mascarello, em estágio probatório com a seguinte composição sendo presidida pela primeira:

Marcos Antônio Fávero

Jorge Enderle

Valcir José de Oliveira

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Joaçaba-SC, 01 de Novembro de 2012.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente

Portaria JHL 172/2012

PORTARIA SIMAE. JHL Nº - 172/2012 DE 01/11/2012

Elisabet Maria Zanela Sartori Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba e Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Art. 1º - REVOGAR a Portaria JHL 90/2012 de 02/05/2012, e CONSTITUIR de acordo com os Arts. 22º à 32 da Lei Complementar 193/2010 de 06/09/10, nova Comissão de Avaliação de Desempenho Setorial, para proceder Avaliação de Desempenho do Servidor Paulo Venite Rosa, em estágio probatório com a seguinte composição sendo presidida pelo primeiro:

Marcos Antonio Fávero

Jorge Enderle

Pedro Moresco

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Joaçaba-SC, 01 de Novembro de 2012.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente

Resumo de Contrato JHL 0130/2012 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0130/2012
PREGÃO PRESENCIAL JHL 0051/2012
PROCESSO LICITATÓRIO JHL Nº 0074/2012
PROTOCOLO JHL Nº 2812/2012
Data: 01/11/2012

Objeto: FORNECIMENTO DE QUADRO DE COMANDO DE TELEMETRIA PARA INSTALAÇÃO EM ELEVATÓRIAS E RESERVATÓRIOS DE PROPRIEDADE DO SIMAE.

Contratado: ALFACOMP AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL LTDA

VALOR DO CONTRATO: R\$ 47.588,00 (Quarenta e sete mil,

quinhentos e oitenta e oito reais).

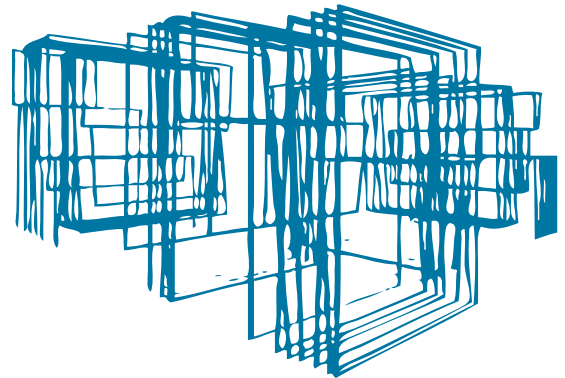
FUNÇÃO/PROGRAMA: 14.01.1.051

ELEMENTO: 4.4.90.51.99.00.00.00

Prazo de vigência: 01/11/2012 a 29/04/2013.

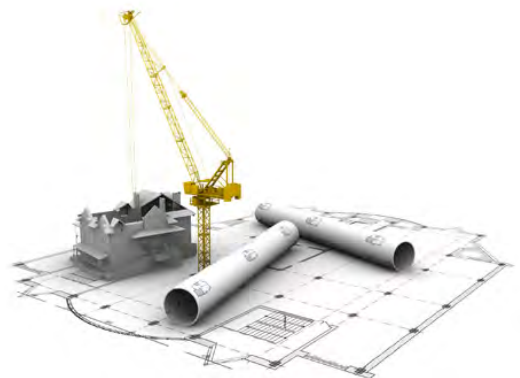
ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente do SIMAE.



Programa de Gestão de Obras

Análise de projetos e obras em alto nível:
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

www.ciga.sc.gov.br

Homologacao PP 51/2012 SIMAE
ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

CNPJ: 84.591.890/0001-43
 Rua Tiradentes, 123
 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 51/2012 - PR**

Processo Administrativo: 74/2012
 Processo de Licitação: 74/2012
 Data do Processo: 09/10/2012

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 74/2012
 b) Licitação Nr.: 51/2012-PR
 c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
 d) Data Homologação: 01/11/2012
 e) Data da Adjudicação: 01/11/2012 Sequência: 1
 f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE QUADROS DE TELEMETRIA PARA SISTEMA DE TELESUPERVISÃO DAS ELEVATÓRIAS E RESERVATÓRIOS DE ÁGUA DO SIMAE.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	(em Reais R\$)		
	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 006931 - ALFACOMP AUTOMAÇÃO INDL LTDA	3	-	47.588,00
	3		47.588,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.051.4.4.90.00.00.00.00.00 (25) Saldo: 515.137,99

Joaçaba, 1 de Novembro de 2012.

 Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

Lages

PREFEITURA

Resultado CC 03/2012 SMS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Setor de Licitação

RESULTADO FINAL

ASSUNTO: CONCORRÊNCIA Nº 03/2012 - SMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER SENTENÇAS JUDICIAIS

O Município de Lages, para os devidos fins e efeitos, torna público aos Interessados, o resultado do presente Processo Licitatório:

VENCEDOR: DIVERSOS

VALOR: R\$ 82.101,50

Lages, 01 de novembro de 2012.

ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA

Secretário de Administração

Lauro Muller

HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE

Extrato de Contrato Nº 117/2012

Estado de Santa Catarina

Hospital Municipal Henrique Lage

EXTRATO DE CONTRATO Nº 117/2012

Processo Licitatório nº 148/2012 - Dispensa p/ Compras e Serviços nº 148/2012

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MÉDICO PARA O HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE.

Contratante: Hospital Municipal Henrique Lage

Contratado: DANIEL PROENÇA FEIJO

Prazo de Vigência: 01/11/2012 à 30/11/2012

Valor: R\$ 24.092,82 (vinte e quatro mil e noventa e dois reais e oitenta e dois centavos)

ZONETE MENDES RIBEIRO

Diretora

Lebon Regis

PREFEITURA

Decreto Nº 106/2012

DECRETO Nº 106/2012 - de 1º de novembro de 2012

"Fixa horário de expediente da Prefeitura Municipal".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais:

DECRETA

Art. 1º. Fica estabelecido novo horário de expediente da Prefeitura Municipal:

I - Das 8:00 as 12:00 horas expediente interno;

II - Das 13:30 as 17:30 horas expediente externo.

Parágrafo Único - O horário estabelecido no artigo primeiro será somente para os servidores que desempenham suas funções no prédio da Prefeitura Municipal. Os demais setores permanecem com os horários de atendimento inalterados.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Lebon Régis, 1º de novembro de 2012.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta data na Secretaria de Administração e Finanças.

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº 107/2012

DECRETO Nº 107/2012 - de 5 de novembro de 2012

Estabelece ponto facultativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais:

DECRETA

Art. 1º - Fica estabelecido ponto facultativo para os servidores públicos municipais no dia 16 de novembro de 2012 no horário normal de expediente, exceto as repartições cujos serviços são considerados essenciais por sua natureza e não podem ser paralisados.

Art. 2º - O expediente retorna ao seu horário habitual dia 19 de novembro no conforme já estabelecido.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito.

Lebon Régis, 5 de novembro de 2012.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta data na Secretaria de Administração e Finanças.

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Luzerna

PREFEITURA

Decreto 1549

DECRETO Nº 1549 de 30 de outubro de 2012.

"ABRE CRÉDITOS SUPLEMENTARES EM FAVOR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA"

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições e de conformidade com o que lhe faculta o inciso I, do art.22 da Lei nº 1.014, de 22 de novembro de 2011,

DECRETA:

Art.1º- Ficam abertos CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES no montante de R\$ 52.748,23 (cinquenta e dois mil, setecentos e

quarenta e oito reais e vinte e três centavos), em favor da PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, à conta dos recursos do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, observada a tendência no exercício, apurado até 30 de outubro de 2012, nas Fontes abaixo especificadas, na forma do disposto no inciso II, do art.43 da Lei nº 4.320/64, atribuído as seguintes classificações orçamentárias:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Atividade - 0801.12.361.0031.2031 - Manutenção do Transporte Escolar
Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
Fonte 22 - Transferências de Convênio da Educação R\$ 3.748,23
Atividade - 0801.12.365.0028.2028 - Manutenção da Educação Básica Infantil
Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
Fonte 18 - Transferência do FUNDEB (aplicação na valorização dos profissionais do magistério) R\$ 29.000,00

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS
Projeto - 1101.26.782.0067.1079 - Pavimentação das Estradas Vicinais
Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Investimentos
Fonte 44 - Fundo Especial do Petróleo R\$ 20.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 52.748,23

Art.2º- É parte integrante deste Decreto, o Quadro Demonstrativo do Excesso de Arrecadação.

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 30 de outubro de 2012.
NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Decreto 1550

DECRETO Nº 1550 de 30 de outubro de 2012.
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA PARA O EXERCÍCIO DE 2012".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso II, do art.22, da Lei nº 1.014 de 22 de novembro de 2011,
DECRETA:

Art.1º - Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais) à conta do superávit financeiro do exercício de 2011, apurado na fonte abaixo especificada, criando a Fonte de Recursos e Valor no Orçamento do Município para 2012, atribuído ao projeto:

UNIDADE GESTORA - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
11. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS
Projeto - 1101.26.782.0067.1079 - Pavimentação das Estradas Vicinais
Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos
Fonte - 0.3.44 - Fundo Especial do Petróleo R\$ 54.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 54.000,00

Art.2º - É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2011.

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 30 de outubro de 2012.
NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Parecer - Plano Político Pedagógico; Resolução Nº 006 de 28.10.2012.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUZERNA
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO- CME

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes/CME UF: SC

ASSUNTO Plano Político Pedagógico da Escola Municipal São Francisco

RELATORAS: Ivete Favetti, Roseli Otto Meisterlin
Membros da comissão: Anelize Santanna Simon, Janete Gioacomin D'Agostini e Rosangela Parize (convidadas)
PROCESSO: 006
APROVADO EM:
28/10/2012

Plano Político Pedagógico - Escola Municipal São Francisco

I - RELATÓRIO

O presente Parecer é resultado de solicitação da Secretaria Municipal de Educação e de interesse do Conselho Municipal de Educação, a fim de regulamentar o Plano Político Pedagógico da Escola Municipal São Francisco.

Projeto Político Pedagógico: ação intencional. Compromisso sócio-político: no sentido de compromisso com a formação do cidadão, para um tipo de sociedade e Pedagógico: no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas para que essas cumpram seus propósitos e sua intencionalidade.

A Lei 9.394/96 no inciso I do Artigo 12 estabelece que, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, os estabelecimentos de ensino terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica: o Projeto Político Pedagógico (PPP). O PPP, além de ser uma obrigação legal, deve traduzir a visão, a missão, os objetivos, as metas e as ações que determinam o caminho do sucesso e da autonomia a ser trilhado pela instituição escolar.

A Comissão de Ensino Fundamental, de Legislação e Normas no uso de suas competências, de acordo com o Regimento Interno, manifesta-se quanto ao documento elaborado pela Escola Municipal São Francisco que reflete a missão pedagógica da escola.

II - ANÁLISE

1. Considerando a constituição: Projeto Político pedagógico nasceu após a constituição de 1988, para dar autonomia às escolas na elaboração da própria identidade. Sendo o referencial da instituição de ensino. Regido pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) lei 9394/96, sancionada em dezembro do mesmo ano, possui 92 artigos voltados para a educação. O marco do Projeto Político Pedagógico é a LDB, que intensifica a elaboração e autonomia da construção de projetos diferenciados de acordo com a necessidade de cada instituição.

2. Considerando que: Ao fazermos a análise do PPP da Escola Municipal São Francisco observamos coerência na apresentação da instituição de modo sucinto. O histórico está embasado em fatos cronológicos e consegue transmitir a história da escola de forma clara.

2.1. Os gráficos apresentados demonstram de maneira objetiva e são de fácil interpretação. A evolução da instituição no que tange a números de alunos, bem com o perfil dos alunos que ali frequentam; questões sócio culturais são apresentadas de forma a compreender a realidade da escola.

2.2. O papel da escola é bem definido no documento, dando um posicionamento político pedagógico dos docentes e profissionais da educação. A fundamentação teórica esta permeada pela intencionalidade, definindo a prática educativa. Há objetivos definidos os quais traçam as prioridades da escola, bem como as ações a

serem desenvolvidas e as pessoas e segmentos que serão parceiros na realização.

A função social da escola bem como os princípios, valores, missão e visão de futuro são abordados de forma lógica e possíveis de aplicabilidade.

3. Considerando que: A proposta curricular apresenta objetivos que norteiam a concentricidade dos conteúdos; a matriz está organizada de maneira coerente adequada às diretrizes curriculares e com padrões de qualidade.

3.1 O documento deixa claro a metodologia de ensino que a escola utiliza, bem como traz proposta para se adequar a projetos e programas que viabilizem a aprendizagem.

3.2 A avaliação segue as normativas da resolução 158 do Conselho Estadual de Educação. Aspecto respeitado devido a evitar trans-torno na transferência de alunos entre redes de ensino Municipal e Estadual.

4. Considerando que na estrutura administrativa observa-se em aspectos gerais uma boa organização escolar, no documento se apresenta descrito todos os espaços da escola, ilustrado por um organograma físico.

4.1. Verifica-se que o grupo de docente é coeso tem nível superior e a grande maioria efetiva.

4.2 Observa-se pela tabela apresentada que existe uma preocupação na qualidade dos profissionais docentes, bem como com os profissionais que representam o grupo de gestores. Existem critérios de escolha das funções, isto reflete o comprometimento da escola com um trabalho sério e de continuidade.

4.3 O atendimento aos alunos se concretiza de forma sistemática e assistemática, ou seja, existe a preocupação no planejamento para atender coletivamente bem como há um trabalho paralelo, de atendimento individual, sanando dificuldades de aprendizagem. Também o Plano Político Pedagógico da escola traz o registro do trabalho do coordenador pedagógico ao refletir com o aluno e com a família o desenvolvimento do aluno.

4.4 A instituição Escola Municipal São Francisco, tem como maior gerenciador de sua ação pedagógica os próprios pais e comunidade. Um fator que avalia o rendimento escolar é o IDEB, o qual os índices estão dentro da normalidade.

4.5 A Escola dispõem nas três unidades de boas condições físicas, porém segundo o diagnóstico o PPP (Plano Político Pedagógico) ainda há um fator que preocupa os gestores: acessibilidade, pois no acesso aos ambientes há limitações físicas.

5.0 considerando que os pais foram inseridos em todo o processo de construção do PPP desde o diagnóstico até a finalização do documento.

5.1 Considerando que o grupo de gestores da escola em reunião agendada com APP (associação de pais e professores) e conselho escolar; no dia 24 de setembro de 2012 (documentado no Livro ata 01, folha 79, ata 204) fizeram uma explanação do documento, possibilitando que houvesse reflexão e questionamentos.

5.2. Considerando que ao Elaborar o seu PPP a Escola Municipal São Francisco respeitou a lei 9.394/96, I do Artigo 12. O PPP, além de ser uma obrigação legal, deve traduzir a visão, a missão, os objetivos, as metas e as ações que determinam o caminho do sucesso e da autonomia a ser trilhado pela instituição escolar.

Responda-se a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes e ao Conselho Municipal de Educação que diante do exposto aprovamos a proposta que regulamenta o Plano Político Pedagógico da Escola Municipal São Francisco.

Luzerna (SC), 28 de outubro de 2012.

Reladoras: Ivete Favetti e Roseli Otto Mesterlin.

III - DECISÃO DA PLENÁRIA

A plenária acompanha o voto das Reladoras aprovando proposta de Resolução por unanimidade dos presentes.

Conselheira Maria Regina Falchetti - Presidente

Conselheira Roseli Terezinha Schneider Padilha

Conselheira Roseli Otto Meisterlin

Conselheira Mauro André Pagliosa

Conselheira Hildamara Pasqualini de Almeida Oliveira

Conselheira Mara Aparecida Fuganti de Souza

Conselheira Andréia Freiburger Ribeiro da Silva

Conselheira Adriana Antunes De Lima

Conselheiro Claudemir José Bonatto

Conselheira Marlise Spier Debus

Conselheira Claudete Bressan

Conselheira Iria Pauli

Conselheira Ivete Favetti

Conselheira Maristlea Dalla Lana

Conselheira Noeli Fiorim Ungerich

Conselheira Vali Carolina Spier

Conselheira Maria Regina Facin Ribeiro da Silva

Conselheira Márcia Regina Dociatti Cendron

RESOLUÇÃO Nº 006 de 28 de outubro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PPP - PLANO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL SÃO FRANCISCO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Presidente do Conselho Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o Regimento Interno e o Parecer nº 006 da Comissão de Ensino Fundamental e Legislação e Normas de 28 de novembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam aprovados os procedimentos de regulamentação e implantação do PPP - Plano Político Pedagógico da Escola Municipal São Francisco.

Art. 2º - O PPP - Plano Político Pedagógico da Escola Municipal São Francisco será analisado e revisto no máximo a cada dois anos; atualizando dados e inserindo situações pedagógicas novas; adequando a outras normativas que surgirem e estabelecendo novas diretrizes educacionais.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Luzerna (SC), 28 de outubro de 2012.

MARIA REGINA FALCHETTI

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Balancete Financeiro PML

[www.cplinformatica.com.br]

{ 001 }

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA

Balancete Financeiro de 09/2012

Emissão: 30/09/2012

> TITULOS	V A L O R	> TITULOS	V A L O R
RECEITA ORCAMENTARIA	1.488.403,51	DESPESA ORCAMENTARIA	1.128.878,94
RECEITA CORRENTE	948.948,59	ADMINISTRAÇÃO	92.398,42
RECEITA TRIBUTÁRIA	56.467,97	SEGURANÇA PÚBLICA	200,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	19.847,69	ASSISTÊNCIA SOCIAL	7.225,38
RECEITA PATRIMONIAL	9.339,04	SAÚDE	19.983,14
RECEITA DE SERVIÇOS	880,00	TRABALHO	5.077,62
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	855.611,73	EDUCAÇÃO	274.011,82
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6.802,16	CULTURA	5.563,36
RECEITAS DE CAPITAL	539.454,92	URBANISMO	182.565,60
ALIENAÇÃO DE BENS	28.811,69	SANEAMENTO	410.643,23
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	510.643,23	AGRICULTURA	31.829,65
		INDÚSTRIA	3.566,20
		TRANSPORTE	40.551,91
		DESPORTO E LAZER	36.072,42
		ENCARGOS ESPECIAIS	19.190,19
> RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	852.808,82	> DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	1.046.758,19
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	550,00	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	550,00
SALARIO-FAMILIA	550,00	SALARIO-FAMILIA	550,00
PREVIDENCIA SOCIAL	25.519,54	PREVIDENCIA SOCIAL	25.519,54
INSS	25.519,54	INSS	25.519,54
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CNPJ, CPF,	13.260,27	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CNPJ, CPF,	12.846,80
Emprestimo Consignação Folha-CEF	6.948,31	Emprestimo Consignação Folha-CEF	6.503,30
Emprestimo Consignação Folha-Besc	6.311,96	Emprestimo Consignação Folha-Besc	6.343,50
DIVERSOS CONSIGNATARIOS	446,85	DIVERSOS CONSIGNATARIOS	446,85
ASSOCIACOES CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	446,85	ASSOCIACOES CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	446,85
Contribuição ASM	446,85	Contribuição ASM	446,85
DEPOSITOS E CAUCOES CNPJ, CPF, UG, IG OU	3.750,00	DEPOSITOS RETIDOS SOBRE FORNECEDORES CNP	5.847,92
ECOBAN - Banheiros Químicos Ltda ME	3.750,00	Tucano Obras e Serviços Ltda	419,58
DEPOSITOS RETIDOS SOBRE FORNECEDORES CNP	13.401,75	Julio Marquez	37,90
Tucano Obras e Serviços Ltda	419,58	Empresa Joaçabense Transportes Coletivo	437,41
Julio Marquez	15,16	Empreiteira de Cosntrução Civil Oliveir	1.641,97
Empresa Joaçabense Transportes Coletivo	437,41	Andrade Construções Ltda	1.316,08
Empreiteira de Cosntrução Civil Oliveir	1.641,97	Marli Lucia Hoffmann	126,72
Andrade Construções Ltda	1.316,08	José Luis Desanet	6,54
Marli Lucia Hoffmann	126,72	Marilde Dagostin	5,19
José Luis Desanet	6,54	Regina Carin Jacoby Cureau	51,98
Imposto de Renda Retido nas Fontes sobr	236,05	Noeli Salete Scheuer Zardo	106,87
Regina Carin Jacoby Cureau	51,98	Alexandre Joel Signori	3,78
Noeli Salete Scheuer Zardo	106,87	Antoninho Bragagnollo	8,51
Alexandre Joel Signori	3,78	ISSQN Imposto Sobre Serviços Qualquer N	1.671,59
Antoninho Bragagnollo	8,51	Jose Feltrin	13,80
ISSQN Imposto Sobre Serviços Qualquer N	2.244,63	DO EXERCICIO CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	724.891,17
Imp.Renda Retido nas Fontes s/Rendiment	6.786,47	RESTOS A PAGAR	70.989,24
DO EXERCICIO CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	724.891,17	NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	35.494,62
RESTOS A PAGAR	35.494,62	Não Processadas a Liquidar 2011	35.494,62
NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS	35.494,62	NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS	35.494,62
RESTOS A PAGAR	35.494,62	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE	10.000,00
		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUZERNA	144.000,00
		FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANÇA E ADOL. D	10.000,00
		CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE LUZERN	41.666,67
> DESPESA EMPENHADA	1.128.878,94	> DESPESA PAGA	1.075.815,28
CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR CELULA DES	1.128.878,94	CREDITO LIQUIDADO	1.075.815,28
		CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO CELULA DE	1.075.815,28
> SALDOS ANTERIORES	2.243.498,87	> SALDOS ATUAIS	2.462.137,73
APLICACOES FINANCEIRAS	2.242.875,77	APLICACOES FINANCEIRAS	2.450.065,11



[www.cplinformatica.com.br]
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
ESTADO DE SANTA CATARINA

Balancete Financeiro de 09/2012

{ 002 }
ANEXO TC-05
Emissão: 30/09/2012

> TITULOS	V A L O R	> TITULOS	V A L O R
BANCO DO BRASIL	523,10	BANCO DO BRASIL	11.972,62
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	100,00	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	100,00
> TOTAL	5.713.590,14	> TOTAL	5.713.590,14

PREFEITO MUNICIPAL
NORIVAL FIORIN

Contadora CRC/20394/O-8
MARIA INÊS DALLOLMO



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

www.ciga.sc.gov.br



Massaranduba

PREFEITURA

Decreto Nº 2579 de 05 de Novembro de 2012

DECRETO Nº 2579 DE 05 de Novembro de 2012

Revoga o Decreto nº 2562 de 16 de Outubro de 2012

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pela legislação em vigor, DECRETA:

Art. 1º O horário de funcionamento do expediente dos servidores que prestam serviços externos da Secretaria de Agricultura e Meio ambiente e da Secretaria de Estradas, Obras e Serviços Urbanos do Município de Massaranduba, retorna ao período normal a partir de 06 de novembro de 2012, das 07h às 11h30min, 13h às 17h18min, revogando-se o disposto no Decreto nº 2562 de 16 de Outubro de 2012.

Art. 2º Este decreto entra em vigor a partir de 06 de Novembro de 2012.

Paço Municipal De Massaranduba, 05 De Novembro De 2012

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra.

MAURICIO PRAWUTZKI

Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº. 2573 de 29 de Outubro de 2012

DECRETO Nº. 2573 DE 29 de Outubro de 2012

Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1370 de 17 de Novembro de 2011, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 6.057,00 (Seis mil e cinquenta e sete reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MEDICA

0602.010.301.0100.2033- Atendimento à população

0602 - 33900000 - Aplicações Diretas

0602 - 37001 - Transferências recursos SUS R\$ 6.057,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Superávit Financeiro verificado no exercício de 2011.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 29 de Outubro de 2012

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI

Secretário de Adm. e Finanças

Decreto Nº. 2574 de 29 de Outubro de 2012

DECRETO Nº. 2574 DE 29 de Outubro de 2012

Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1370 de 17 de Novembro de 2011, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MEDICA

0602.010.301.0100.2033- Atendimento à população

0602 - 33900000 - Aplicações Diretas

0602 - 16401 - Transferência Pab Fixo R\$ 18.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Excesso de Arrecadação apurado no exercício de 2012.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 29 de Outubro de 2012

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI

Secretário de Adm. e Finanças

Decreto Nº. 2575 de 29 de Outubro de 2012

DECRETO Nº. 2575 DE 29 de Outubro de 2012

Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1370 de 17 de Novembro de 2011, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 6.500,00 (Seis mil e quinhentos reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MEDICA

0602.010.301.0100.2033- Atendimento à população

0602 - 33900000 - Aplicações Diretas

0602 - 30200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos/Saúde

R\$ 6.500,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Superávit Financeiro verificado no exercício de 2011.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 29 de Outubro de 2012

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI

Secretário de Adm. e Finanças

Decreto Nº. 2576 de 29 de Outubro de 2012

DECRETO Nº. 2576 DE 29 de Outubro de 2012

Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1370 de 17 de Novembro de 2011, DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil e quinhentos reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MEDICA

0602.010.302.0100.2037 - Manutenção do Hospital

0602 - 33900000 - Aplicações Diretas

0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos/Saúde

R\$ 10.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MEDICA

0602.010.302.0100.2037 - Manutenção do Hospital

0602 - 44500000 - Transferência a Inst. Provadas sem fins lucrativos

0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos/Saúde

R\$ 10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 29 de Outubro de 2012

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI

Secretário de Adm. e Finanças

Nova Trento**PREFEITURA****Convênio Nº**

CONVÊNIO Nº 004/2012

"CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM, O MUNICIPIO DE NOVA TRENTA (SC) E O LAR FRANCISCO DE PAULA CANDIDO XAVIER."

O Município de Nova Trento/SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Orivan Jarbas Orsi, inscrito no CPF nº 998.395.209-20, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Nova Trento, aqui denominado 1º PARTICIPE, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, e o LAR FRANCISCO DE PAULA CANDIDO XAVIER, CNPJ nº 13.368.388/0001-20, localizado a Rua Juriti, 69, Jardim São Miguel, na cidade Biguaçu - SC, neste ato representado pelo Presidente, Sr. Ricardo Ruiz Soares, brasileiro, separado, residente e domiciliado a Rua dos Tibiras, nº 480, bairro Jurerê Internacional, Florianópolis - SC inscrito no CPF nº. 222.131.470-00, e RG 3.276.391 aqui denominado 2º PARTICIPE, ajustam entre si o presente CONVENIO, o qual reger-se-á nas seguintes cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS OBJETIVOS

1.1 O presente Convênio visa firmar cooperação, entre os participantes para a execução do projeto de atendimento integral às crianças e adolescentes do Município de Nova Trento/SC, que encontram-se com seus direitos fundamentais ameaçados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS VAGAS

2.1 A entidade atenderá crianças de zero (0) à doze (12) anos, de ambos os sexos, que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade pessoal e/ou social.

2.2 A entidade tem capacidade para acolher 10 crianças, sendo que em todos os casos será necessário que os acolhimentos sejam determinados judicialmente.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS

3.1 No caso de seu efetivado acolhimento, o 1º participe repassará ao 2º, mensalmente, para desenvolvimento dos objetivos previstos na Clausula 1ª, a importância de R\$ 600,00 (seiscentos reais), por criança ou adolescente acolhido.

3.2 Os recursos repassados serão utilizados para atender as necessidade básicas dos abrigados em alimentação, vestuário, educação, moradia e saúde e ao pagamento de despesas com a manutenção da entidade, mão de obra, pessoal e equipamentos necessários à total execução do objeto e demais atribuições deste instrumento, bem como arcar, de forma única e exclusiva, com todo e qualquer encargo trabalhista, fiscal, securitário, previdenciário, social, comercial ou de outra natureza, resultante de qualquer vínculo empregatício ou não. Tais responsabilidades, ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos ao 1º PARTICIPE ou a qualquer entidade e pessoa a ele vinculado ou a terceiro.

3.3 O 1º PARTICIPE depositará a importância referida no Item 3.1, mensalmente, até o quinto dia útil do mês subsequente, na conta bancária do 2º PARTICIPE -Banco Bradesco, Agencia nº1472-9 Conta nº60770-3.Lar Francisco de Paula Cândido Xavier.

3.4 Caso alguma criança ou adolescente venha receber autorização para ser desabrigado antes de completar o mês, o pagamento será proporcional do período de acolhimento.

CLÁUSULA QUARTA- DO ABRIGAMENTO, VISITAS, E DESABRIGAMENTO

4.1 DO ACOLHIMENTO

4.1.1 O 1º PARTICIPE deverá solicitar a (as) vaga (s) com antecedência mínima de 24 horas. Devendo realizar a entrega do acolhido no horário que compreende: das 09 às 11 horas e das 14 às 18 horas. Sendo de total responsabilidade do 1º PARTICIPE o traslado e o acompanhamento de técnicos para o ato do acolhimento, não sendo permitido o acompanhamento de "parentes - não importando o grau de parentesco", neste ato.

4.1.2 No ato do acolhimento o 1º PARTICIPE deverá fornecer: Guia de acolhimento, histórico social, cópias dos autos, documentação pessoal da criança: certidão de nascimento original ou cópia autenticada, carteira de identidade, carteira de saúde e quando for o caso, histórico escolar. Caso haja a falta de algum dos documentos listados a cima, será de inteira responsabilidade do 1º PARTICIPE em viabilizar com maior brevidade possível, os documentos faltantes.

4.1.3 Dos Recém Nascidos: As crianças recém-nascidas só poderão ser acolhidas após 48 horas (quarenta e oito horas) do nascimento, mediante apresentação de atestado médico.

4.1.4 No ato do acolhimento, só será permitida a entrada dos técnicos responsáveis pelo traslado e acolhimento do (a) infante, nas dependências da instituição, no horário que compreende: das 09 às 11 horas e das 14 às 18 horas.

4.1.5 No ato do acolhimento, será designada pelo 2º PARTICIPE uma pessoa do quadro de colaboradores da instituição, para que

faça a inspeção na criança, avaliando a existência ou não de hematomas e pedículos. Caso haja existência, o responsável pelo acolhimento será comunicado e chamado para constatação, devendo o mesmo assinar o Termo de Averiguação.

4.2 DAS VISITAS

4.2.1 Só serão aceitas visitas de familiares com o devido acompanhamento técnico designado pelo 1º PARTICIPE, autorizado por escrito, pelos órgãos competentes, com data e hora previamente combinados com a coordenação da instituição de acolhimento, sendo de total responsabilidade do 1º PARTICIPE o traslado para tal fim.

4.2.2 Visitas de técnicos do Município de Nova Trento, devem ser agendadas previamente com a coordenação da instituição de acolhimento.

4.2.3 Quando o (a) infante for autorizado (a) para realizar visitas aos familiares, será de responsabilidade do 1º PARTICIPE, o traslado e o acompanhamento dos internos, por profissionais técnicos ou ainda responsáveis eleitos para tal finalidade.

4.3 DESABRIGAMENTO

4.3.1 O (a) infante só poderá ser desabrigado (a), mediante deliberação por escrito, da Promotoria Pública ou do Juizado da Infância, com antecedência mínima de três dias, para o devido desligamento, conforme preconiza o art. 92, inciso VIII do ECA, sendo de responsabilidade do 1º PARTICIPE o traslado e acompanhamento do (a) infante, por profissionais técnicos ou ainda responsáveis eleitos para tal finalidade.

CLAUSULA QUINTA - RELATÓRIOS

5.1 Relatórios institucionais ou psicológicos deverão ser solicitados por escrito.

CLAUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO 1º PARTICIPE

6.1 Repassar mensalmente a importância fixada no item 3.1, por criança acolhida.

6.2 Fiscalizar os serviços prestados e a aplicação dos recursos repassados.

CLÁUSULA SETIMA - DAS ABRIGAÇÕES DO 2º PARTICIPE

7.1 Aplicar os recursos recebidos exclusivamente para o desenvolvimento do objetivo proposto.

7.2 Prestar contas, no prazo máximo de 90(noventa) dias, a partir do recebimento mensal dos recursos, anexando documentos que comprovem a correta aplicação dos recursos, como notas fiscais e outros documentos.

CLÁUSULA OITAVA - DOS PRAZOS

8.1 O presente instrumento é firmado para ter a vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo.

CLAUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

9.1 A despesa do Município correrá por conta da seguinte dotação do orçamento vigente:

Órgão 11: Fundo Municipal da Criança e do Adolescente de Nova Trento

Proj./Ativ. 2.013: Manutenção do Programa da Criança e do Adolescente Assistido

Elemento: 3.3.90: Aplicações Diretas.

CLÁUSULA DECIMA - DO FORO E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 Elegem as partes o Foro da Comarca de São João Batista (SC), para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Convênio.

10.2 O presente convênio só poderá sofrer alteração, no todo ou em parte, mediante acordo entre as partes através de Termo

Aditivo.

10.3 Considerar-se-ão extintas as obrigações do presente CONVÊNIO, por manifestação expressa, de qualquer das partes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou ainda, pelo não cumprimento das obrigações financeiras previstas na CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS deste convênio. Fica entendido que o 2º PARTICIPE poderá fazer a solicitação de desabrigamento do (os) infante (s), mediante comunicação prévia, caso não sejam cumpridos os termos deste convênio.

10.4 E por estarem assim justas e acertadas, firmam as partes o presente Convênio em 03 (três) vias de igual forma e teor, na presença de duas testemunhas, responsabilizando-se por todos os seus termos, por si e sucessores, para que dele produzam seus devidos efeitos legais.

Município de Nova Trento, 22 de outubro de 2012.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

1º PARTICIPE

SUELI GATTIS

Coordenadora e Procuradora da Instituição

2º PARTICIPE

TESTEMUNHAS:

Nome: JULIANA MARA DALAGASPERINA

CPF: 037.853.589-70

Nome: ALINI DALLABRIDA

CPF: 053.408.929-13

Novo Horizonte

PREFEITURA

Lei Nº 464/2012 de 05 de Novembro de 2012

LEI Nº 464/2012 de 05 de Novembro de 2012

Estabelece a Política Municipal de Saneamento Básico do Município de Novo Horizonte e outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE, SANTA CATARINA, Santos Zilli no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Novo Horizonte aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

CAPÍTULO I

DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Seção I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º A Política Municipal de Saneamento Básico reger-se-á pelas disposições desta lei, de seus regulamentos e das normas administrativas deles decorrentes e tem por finalidade assegurar a proteção da saúde da população e a salubridade do meio ambiente urbano e rural, além de disciplinar o planejamento e a execução das ações, obras e serviços de saneamento básico do Município.

Art. 2º Para os efeitos desta lei considera-se:

I - saneamento básico: conjunto de serviços, infra-estruturas e instalações operacionais de:

a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades,



infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas;

II - universalização: ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados ao saneamento básico;

III - controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico;

IV - subsídios: instrumento econômico de política social para garantir a universalização do acesso ao saneamento básico, especialmente para populações e localidades de baixa renda;

V - localidade de pequeno porte: vilas, aglomerados rurais, povoados, núcleos, lugarejos e aldeias, assim definidos pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 3º Os recursos hídricos não integram os serviços públicos de saneamento básico.

Parágrafo único. A utilização de recursos hídricos na prestação de serviços públicos de saneamento básico, inclusive para disposição ou diluição de esgotos e outros resíduos líquidos, é sujeita a outorga de direito de uso, nos termos da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

Art. 4º Não constitui serviço público a ação de saneamento executada por meio de soluções individuais.

Art. 5º Compete ao Município organizar e prestar direta ou indiretamente os serviços de saneamento básico de interesse local.

§ 1º Os serviços de saneamento básico deverão integrar-se com as demais funções essenciais de competência municipal, de modo a assegurar prioridade para a segurança sanitária e o bem-estar de seus habitantes.

§ 2º A prestação de serviços públicos de saneamento básico no município poderá ser realizada por:

I - órgão ou pessoa jurídica pertencente à Administração Pública municipal, na forma da legislação;

II - pessoa jurídica de direito público ou privado, desde que atendidos os requisitos da Constituição Federal e da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

Seção II

Dos Princípios

Art. 6º A Política Municipal de Saneamento Básico orientar-se-á pelos seguintes princípios:

I - universalização do acesso;

II - integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;

III - abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente;

IV - disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais adequados à saúde

pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado; V - adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;

VI - articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;

VII - eficiência e sustentabilidade econômica;

VIII - utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;

IX - transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;

X - controle social;

XI - segurança, qualidade e regularidade;

XII - integração das infra-estruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

Seção III

Dos Objetivos

Art. 7º São objetivos da Política Municipal de Saneamento Básico:

I - contribuir para o desenvolvimento e a redução das desigualdades locais, a geração de emprego e de renda e a inclusão social;

II - priorizar planos, programas e projetos que visem à implantação e ampliação dos serviços e ações de saneamento básico nas áreas ocupadas por populações de baixa renda;

III - proporcionar condições adequadas de salubridade sanitária às populações rurais e de pequenos núcleos urbanos isolados;

IV - assegurar que a aplicação dos recursos financeiros administrados pelo poder público dê-se segundo critérios de promoção da salubridade sanitária, de maximização da relação benefício-custo e de maior retorno social;

V - incentivar a adoção de mecanismos de planejamento, regulação e fiscalização da prestação dos serviços de saneamento básico;

VI - promover alternativas de gestão que viabilizem a auto-sustentação econômica e financeira dos serviços de saneamento básico, com ênfase na cooperação com os governos estadual e federal, bem como com entidades municipalistas;

VII - promover o desenvolvimento institucional do saneamento básico, estabelecendo meios para a unidade e articulação das ações dos diferentes agentes, bem como do desenvolvimento de sua organização, capacidade técnica, gerencial, financeira e de recursos humanos contemplados as especificidades locais;

VIII - fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico, a adoção de tecnologias apropriadas e a difusão dos conhecimentos gerados de interesse para o saneamento básico;

IX - minimizar os impactos ambientais relacionados à implantação e desenvolvimento das ações, obras e serviços de saneamento básico e assegurar que sejam executadas de acordo com as normas relativas à proteção do meio ambiente, ao uso e ocupação do solo e à saúde.

Seção IV

Das Diretrizes Gerais

Art. 8º A execução da política municipal de saneamento básico será de competência da Secretaria Municipal da Administração, que distribuirá de forma transdisciplinar em todas as Secretarias e órgão da Administração Municipal respeitada as suas competências.

Art. 9º A formulação, implantação, funcionamento e aplicação dos instrumentos da Política Municipal de Saneamento Básico orientar-se-ão pelas seguintes diretrizes:

I - valorização do processo de planejamento e decisão sobre medidas preventivas ao crescimento caótico de qualquer tipo,

objetivando resolver problemas de dificuldade de drenagem e disposição de esgotos, poluição e a ocupação territorial sem a devida observância das normas de saneamento básico previstas nesta lei, no Plano Municipal de Saneamento Básico e demais normas municipais;

II - adoção de critérios objetivos de elegibilidade e prioridade, levando em consideração fatores como nível de renda e cobertura, grau de urbanização, concentração populacional, disponibilidade hídrica, riscos sanitários, epidemiológicos e ambientais;

III - coordenação e integração das políticas, planos, programas e ações governamentais de saneamento, saúde, meio ambiente, recursos hídricos, desenvolvimento urbano e rural, habitação, uso e ocupação do solo;

IV - atuação integrada dos órgãos públicos municipais, estaduais e federais de saneamento básico;

V - consideração às exigências e características locais, à organização social e às demandas sócio-econômicas da população;

VI - prestação dos serviços públicos de saneamento básico orientada pela busca permanente da universalidade e qualidade;

VII - ações, obras e serviços de saneamento básico planejados e executados de acordo com as normas relativas à proteção ao meio ambiente e à saúde pública, cabendo aos órgãos e entidades por elas responsáveis o licenciamento, a fiscalização e o controle dessas ações, obras e serviços, nos termos de sua competência legal;

VIII - a bacia hidrográfica deverá ser considerada como unidade de planejamento para fins de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, compatibilizando-se com o Plano Municipal de Saúde e de Meio Ambiente, com o Plano Diretor Municipal e com o Plano Diretor de Recursos Hídricos da região, caso existam;

IX - incentivo ao desenvolvimento científico na área de saneamento básico, a capacitação tecnológica da área, a formação de recursos humanos e a busca de alternativas adaptadas às condições de cada local;

X - adoção de indicadores e parâmetros sanitários e epidemiológicos e do nível de vida da população como norteadores das ações de saneamento básico;

XI - promoção de programas de educação sanitária;

XII - estímulo ao estabelecimento de adequada regulação dos serviços;

XIII - garantia de meios adequados para o atendimento da população rural dispersa, inclusive mediante a utilização de soluções compatíveis com suas características econômicas e sociais peculiares;

XIV - adoção de critérios objetivos de elegibilidade e prioridade, levando em consideração fatores como nível de renda e cobertura, grau de urbanização, concentração populacional, disponibilidade hídrica, riscos sanitários, epidemiológicos e ambientais;

CAPÍTULO II

DO SISTEMA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Seção I

Da Composição

Art. 10º A Política Municipal de Saneamento Básico contará, para execução das ações dela decorrentes, com o Sistema Municipal de Saneamento Básico.

Art. 11 O Sistema Municipal de Saneamento Básico fica definido como o conjunto de agentes institucionais que no âmbito das respectivas competências, atribuições, prerrogativas e funções, integram-se, de modo articulado e cooperativo, para a formulação das políticas, definição de estratégias e execução das ações de saneamento básico.

Art. 12 O Sistema Municipal de Saneamento Básico é composto dos seguintes instrumentos:

I - Plano Municipal de Saneamento Básico;

II - Conselho Municipal de Saneamento Básico;

III - Fundo Municipal de Saneamento Básico;

IV - Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico.

V - Conferência Municipal de Saneamento Básico

Seção II

Do Plano Municipal de Saneamento Básico

Art. 13 Fica instituído o Plano Municipal de Saneamento Básico, anexo único, documento destinado a articular, integrar e coordenar recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros, com vistas ao alcance de níveis crescentes de salubridade ambiental para a execução dos serviços públicos de saneamento básico, em conformidade com o estabelecido na Lei Federal nº 11.445/2007.

Art. 14 O Plano Municipal de Saneamento Básico contemplará um período de 20 (vinte) anos e contém, como principais elementos:

I - diagnóstico da situação atual e seus impactos nas condições de vida, com base em sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais, socioeconômicos e apontando as principais causas das deficiências detectadas;

II - objetivos e metas de curto, médio e longo prazo para a universalização, admitindo soluções graduais e progressivas, observando a compatibilidade com os demais planos setoriais;

III - programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais, identificando possíveis fontes de financiamento;

IV - ações para emergências e contingências;

V - mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas.

VI - Adequação legislativa conforme legislação federal vigente.

Art. 15 O Plano Municipal de Saneamento Básico, instituído por esta lei, será avaliado anualmente e revisado a cada 4 (quatro) anos.

§ 1º O Poder Executivo Municipal deverá encaminhar as alterações decorrentes da revisão prevista no caput à Câmara dos Vereadores, devendo constar as alterações, caso necessário, a atualização e a consolidação do plano anteriormente vigente.

§ 2º A proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico deverá seguir as diretrizes dos planos das bacias hidrográficas em que estiver inserido, bem como elaborada em articulação com a prestadora dos serviços.

§ 3º A delegação de serviço de saneamento básico não dispensa o cumprimento pelo prestador do respectivo Plano Municipal de Saneamento Básico em vigor à época da delegação.

§ 5º O Plano Municipal de Saneamento Básico, dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário engloba integralmente o território do ente do município.

Art. 16 Na avaliação e revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, tomar-se-á por base o relatório sobre a salubridade ambiental do município.

Art. 17 O processo de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico dar-se-á com a participação da população.

Seção III

Do Controle Social de Saneamento Básico

Art. 18 Fica criado o Conselho Municipal de Saneamento Básico, de caráter consultivo, sendo assegurada a representação de forma paritária das organizações nos termos da Lei Federal n. 11.445, de 05 de janeiro de 2007, conforme segue:

I - Representante da Secretária de Agricultura, Transportes, Obras e Serviços Urbanos;

II - Representante do Poder Legislativo;

I - Representante da Casan;

II - Representante dos usuários de saneamento básico;

III - Representantes de entidades ou organizações;

§ 1º Cada segmento, entidade ou órgão indicará um membro titular e um suplente para representá-lo no Conselho Municipal de Saneamento Básico.

§ 2º O mandato do membro do Conselho será de dois anos, podendo haver recondução.

Art. 19 O Conselho Municipal de Saneamento Básico terá como atribuição auxiliar o Poder Executivo na formulação da política municipal de saneamento básico.

Art. 20 O Conselho Municipal de Saneamento Básico será presidido pelo Secretário Secretária de Agricultura, Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Art. 21 O Conselho deliberará em reunião própria suas regras de funcionamento que comporão seu regimento interno, a ser homologado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, onde constará entre outras, a periodicidade de suas reuniões.

Art. 22 As decisões do Conselho dar-se-ão, sempre, por maioria absoluta de seus membros.

Seção III

Do Fundo Municipal de Saneamento Básico - FMSB

Art. 23 Fica criado o Fundo Municipal de Saneamento Básico - FMSB, como órgão da Administração Municipal, vinculado à Secretaria Municipal da Agricultura, Transportes, Obras e Meio Ambiente.

§1º Os recursos do FMSB serão aplicados exclusivamente em saneamento básico no espaço geopolítico do Município; após consulta ao Conselho Municipal de Saneamento

§2º A supervisão do FMSB será exercida na forma da legislação própria e, em especial, pelo recebimento sistemático de relatórios, balanços e informações que permitam o acompanhamento das atividades do FMS e da execução do orçamento anual e da programação financeira aprovados pelo Executivo Municipal.

Art. 24 Os recursos do FMSB serão provenientes de:

I - Repasses de valores do Orçamento Geral do Município;

II - Percentuais da arrecadação relativa a tarifas e taxas decorrentes da prestação dos serviços de captação, tratamento e distribuição de água, de coleta e tratamento de esgotos, resíduos sólidos e serviços de drenagem urbana;

III - Valores de financiamentos de instituições financeiras e organismos multilaterais públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros;

IV - Valores a Fundo Perdido, recebidos de pessoas jurídicas de direito privado ou público, nacionais ou estrangeiras;

V - Doações e legados de qualquer ordem.

Art. 25 O resultado dos recolhimentos financeiros será depositado em conta bancária exclusiva e poderão ser aplicados no mercado financeiro ou de capitais de maior rentabilidade, sendo que tanto o capital como os rendimentos somente poderão ser usados para as finalidades específicas descritas nesta LEI.

Art. 26 O Orçamento e a Contabilidade do FMSB obedecerão às normas estabelecidas pela Lei nº 4.320/64 e Lei Complementar 101/2000, bem como as instruções normativas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e as estabelecidas no Orçamento Geral do Município e de acordo com o princípio da unidade e universalidade.

Parágrafo único - Os procedimentos contábeis relativos ao FMS serão executados pela Contabilidade Geral do Município.

Art. 27 A administração executiva do FMS será de exclusiva responsabilidade do Município.

Art. 28 O Prefeito Municipal, por meio da Contadoria Geral do Município, enviará, mensalmente, o Balancete ao Tribunal de Contas do Estado, para fins legais.

Seção IV

Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico

Art. 29 Fica instituído Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico, que possui como objetivos:

I - coletar e sistematizar dados relativos às condições da prestação dos serviços públicos de saneamento básico;

II - disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e da oferta de serviços públicos de saneamento básico;

III - permitir e facilitar o monitoramento e avaliação da eficiência e da eficácia da prestação dos serviços de saneamento básico.

§ 1º As informações do Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico são públicas e acessíveis a todos, devendo ser publicadas por meio da internet.

§ 2º O Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico deverá ser regulamentado em 180 dias, contados da publicação desta lei.

Seção IV

Da Conferência Municipal de Saneamento Básico

Art. 30 A Conferência Municipal de Saneamento Básico, parte do processo de elaboração e revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, contará com a representação dos vários segmentos sociais e será convocada pelo Chefe do Poder Executivo ou pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico.

§ 1º Preferencialmente serão realizadas pré-conferências de saneamento básico como parte do processo e contribuição para a Conferência Municipal de Saneamento Básico.

§ 2º A Conferência Municipal de Saneamento Básico terá sua organização e normas de funcionamento definidas em regimento próprio, proposta pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico e aprovada pelo Chefe do Poder Executivo.

CAPÍTULO III

DIREITOS E DEVERES DOS USUÁRIOS

Art. 31 São direitos dos usuários dos serviços de saneamento básico prestados:

I - a gradativa universalização dos serviços de saneamento básico e sua prestação de acordo com os padrões estabelecidos pelo órgão de regulação e fiscalização;

II - o amplo acesso às informações constantes no Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico;

III - a cobrança de taxas, tarifas e preços públicos compatíveis com a qualidade e quantidade do serviço prestado;

IV - o acesso direto e facilitado ao órgão regulador e fiscalizador;

V - ao ambiente salubre;

VI - o prévio conhecimento dos seus direitos e deveres e das penalidades a que podem estar sujeitos;

VII - a participação no processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, nos termos do artigo 19 desta lei;

VIII - ao acesso gratuito ao manual de prestação do serviço e de atendimento ao usuário.

Art. 32 São deveres dos usuários dos serviços de saneamento básico prestados:

I - o pagamento das taxas, tarifas e preços públicos cobrados pela Administração Pública ou pelo prestador de serviços;

II - o uso racional da água e a manutenção adequada das instalações hidrossanitárias da edificação;

III - a ligação de toda edificação permanente urbana às redes públicas de abastecimento de água e esgotamento sanitário disponíveis;

IV - o correto manuseio, separação, armazenamento e disposição para coleta dos resíduos sólidos, de acordo com as normas estabelecidas pelo poder público municipal;

V - primar pela retenção das águas pluviais no imóvel, visando a sua infiltração no solo ou seu reúso;

VI - colaborar com a limpeza pública, zelando pela salubridade dos bens públicos e dos imóveis sob sua responsabilidade.

VII - participar de campanhas públicas de promoção do saneamento básico.

Parágrafo Único. Nos locais não atendidos por rede coletora de esgotos, é dever do usuário a construção, implantação e manutenção de sistema individual de tratamento e disposição final de esgotos, conforme regulamentação do poder público municipal, promovendo seu reúso sempre que possível.

CAPÍTULO IV PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Art. 33 A prestação dos serviços de saneamento básico atenderá a requisitos mínimos de qualidade, incluindo a regularidade, a continuidade e aqueles relativos aos produtos oferecidos, ao atendimento dos usuários e às condições operacionais e de manutenção dos sistemas, de acordo com as normas regulamentares e contratuais.

Art. 34 Toda edificação permanente urbana será conectada às redes públicas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário disponíveis e sujeita ao pagamento das tarifas e de outros preços públicos decorrentes da conexão e do uso desses serviços.

§ 1º Na ausência de redes públicas de água e esgotos, serão admitidas soluções individuais de abastecimento de água e de tratamento e disposição final dos esgotos sanitários, observadas as responsáveis pelas políticas ambiental, sanitária e de recursos hídricos.

§ 2º A instalação hidráulica predial ligada à rede pública de abastecimento de água não poderá ser também alimentada por outras fontes.

Art. 35 Em situação crítica de escassez ou contaminação de recursos hídricos que obrigue à adoção de racionamento, declarada pela autoridade gestora de recursos hídricos, o ente regulador poderá adotar mecanismos tarifários de contingência, com objetivo de cobrir custos adicionais decorrentes, garantindo o equilíbrio financeiro da prestação do serviço e a gestão da demanda.

Art. 36 Os prestadores de serviços de saneamento básico deverão elaborar manual de prestação de serviço e atendimento ao usuário e assegurar amplo e gratuito acesso ao mesmo.

CAPÍTULO V ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

Art. 37 Os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, mediante remuneração pela cobrança dos serviços:

I - de abastecimento de água e esgotamento sanitário: preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente;

II - de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos: taxas ou tarifas e outros preços públicos, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades;

III - de manejo de águas pluviais urbanas: na forma de tributos, inclusive taxas, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades.

Parágrafo único. Observado o disposto nos incisos I a III do caput deste artigo, a instituição das tarifas, preços públicos e taxas para os serviços de saneamento básico observarão as seguintes diretrizes:

I - prioridade para atendimento das funções essenciais relacionadas à saúde pública;

II - ampliação do acesso dos cidadãos e localidades de baixa renda aos serviços;

III - geração dos recursos necessários para realização dos investimentos, objetivando o cumprimento das metas e objetivos do serviço;

IV - inibição do consumo supérfluo e do desperdício de recursos;

V - recuperação dos custos incorridos na prestação do serviço, em regime de eficiência;

VI - remuneração adequada do capital investido pelos prestadores dos serviços;

VII - estímulo ao uso de tecnologias modernas e eficientes, compatíveis com os níveis exigidos de qualidade, continuidade e segurança na prestação dos serviços;

VIII - incentivo à eficiência dos prestadores dos serviços.

Art. 38 Os serviços de saneamento básico poderão ser interrompidos pelo prestador nas seguintes hipóteses:

I - situações de emergência que atinjam a segurança de pessoas e bens;

II - necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias de qualquer natureza nos sistemas;

III - negativa do usuário em permitir a instalação de dispositivo de leitura de água consumida, após ter sido previamente notificado a respeito;

IV - manipulação indevida de qualquer tubulação, medidor ou outra instalação do prestador, por parte do usuário; e

V - inadimplemento do usuário dos serviços de saneamento básico, do pagamento das tarifas, após ter sido formalmente notificado.

§ 1º As interrupções programadas serão previamente comunicadas ao regulador e aos usuários.

§ 2º A suspensão dos serviços prevista nos incisos III e V do caput deste artigo será precedida de prévio aviso ao usuário, não inferior a 30 (trinta) dias da data prevista para a suspensão.

§ 3º A interrupção ou a restrição do fornecimento de água por inadimplência a estabelecimentos de saúde, a instituições educacionais e de internação coletiva de pessoas e a usuário residencial de baixa renda beneficiário de tarifa social deverá obedecer a prazos e critérios que preservem condições mínimas de manutenção da saúde das pessoas atingidas, de acordo com as normas do órgão de regulação.

Art. 39 Os valores investidos em bens reversíveis pelos prestadores constituirão créditos perante o Município, a serem recuperados mediante a exploração dos serviços, nos termos das normas regulamentares e contratuais e, quando for o caso, observada a legislação pertinente às sociedades por ações.

§ 1º Não gerarão crédito perante o Município os investimentos feitos sem ônus para o prestador, tais como os decorrentes de exigência legal aplicável à implantação de empreendimentos imobiliários e os provenientes de subvenções ou transferências fiscais voluntárias.

§ 2º Os investimentos realizados, os valores amortizados, a depreciação e os respectivos saldos serão anualmente auditados e certificados pela entidade reguladora.

§ 3º Os créditos decorrentes de investimentos devidamente certificados poderão constituir garantia de empréstimos aos delegatários, destinados exclusivamente a investimentos nos sistemas de saneamento objeto do respectivo contrato.

CAPÍTULO VI REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Art. 40 O município poderá prestar diretamente ou delegar a organização, a regulação, a fiscalização e a prestação dos serviços de saneamento básico, nos termos da Constituição Federal, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, da Lei nº 11.079 de 30 de dezembro de 2004 e da Lei nº

11.445, de 5 de janeiro de 2007.

§ 1º As atividades de regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico poderão ser exercidas:

I - por autarquia com esta finalidade, pertencente à própria Administração Pública;

II - por órgão ou entidade de ente da Federação que o município tenha delegado o exercício dessas competências, obedecido ao disposto no art. 241 da Constituição Federal;

II - por consórcio público integrado pelos titulares dos serviços.

Art. 41 São objetivos da regulação:

I - estabelecer padrões e normas para a adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários;

II - garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas;

III - definir tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos como a modicidade tarifária, mediante mecanismos que induzam a eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade.

Art. 42 A entidade reguladora editará normas relativas às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços, que abrangerão, pelo menos, os seguintes aspectos:

I - padrões e indicadores de qualidade da prestação dos serviços;

II - requisitos operacionais e de manutenção dos sistemas;

III - as metas progressivas de expansão e de qualidade dos serviços e os respectivos prazos;

IV - regime, estrutura e níveis tarifários, bem como os procedimentos e prazos de sua fixação, reajuste e revisão;

V - medição, faturamento e cobrança de serviços;

VI - monitoramento dos custos;

VII - avaliação da eficiência e eficácia dos serviços prestados;

VIII - plano de contas e mecanismos de informação, auditoria e certificação;

IX - subsídios tarifários e não tarifários;

X - padrões de atendimento ao público e mecanismos de participação e informação;

XI - medidas de contingências e de emergências, inclusive racionamento;

§ 1º As normas a que se refere o caput deste artigo fixarão prazo para os prestadores de serviços comunicarem aos usuários as providências adotadas em face de queixas ou de reclamações relativas aos serviços.

§ 2º As entidades fiscalizadoras deverão receber e se manifestar conclusivamente sobre as reclamações que, a juízo do interessado, não tenham sido suficientemente atendidas pelos prestadores dos serviços.

Art. 43 Os prestadores dos serviços de saneamento básico deverão fornecer à entidade reguladora todos os dados e informações necessárias para o desempenho de suas atividades, na forma das normas legais, regulamentares e contratuais.

§ 1º Incluem-se entre os dados e informações a que se refere o caput deste artigo aquelas produzidas por empresas ou profissionais contratados para executar serviços ou fornecer materiais e equipamentos específicos.

§ 2º Compreendem-se nas atividades de regulação dos serviços de saneamento básico a interpretação e a fixação de critérios para a fiel execução dos contratos, dos serviços e para a correta administração de subsídios.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 44 Será instituído, em lei própria, o Fundo Municipal de Saneamento Básico, a ser administrado em conjunto pela Secretaria Municipal da Agricultura, Transportes, Obras e Meio Ambiente e o Conselho Municipal de Saneamento Básico.

Art. 45 Os órgãos e entidades municipais da área de saneamento

básico serão reorganizadas para atender o disposto nesta lei, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 46 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 47 Revogam-se as disposições em contrário.

NOVO HORIZONTE, 05 de Novembro de 2012.

SANTOS ZILLI

Prefeito Municipal

Extrato Contratual Ipam Nº 001/2012

EXTRATO CONTRATUAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

IPAM-INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUN. NOVO HORIZONTE

Contrato Nº.: 001/2012

Contratante.: IPAM-INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUN. NOVO HORIZONTE

Contratada : COPPINI E CIA LTDA - INFOPREV

Valor : 1.900,00 (um mil e novecentos reais)

Vigência : Início: 05/11/2012 Término: 05/11/2013

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Recursos: Dotação:2.008.3.3.90.00

Objeto : O presente termo contratual tem como objeto a Licença de Uso Anual do SICAP WEB, para uso exclusivo do LICENCIADO, oferecido por meio da Internet, no site <http://www.sicapweb.info-prev.com.br>.

NOVO HORIZONTE, 5 de Novembro de 2012

Palhoça

PREFEITURA

Ato Nº. 403/2012.

ATO Nº. 403/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO REJANE DA SILVA, para ocupar o cargo de Provimento em Co-missão de Assessor V, Nível AD-ASS-5, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/10/2012.

Palhoça, SC, em 24 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Ato Nº. 404/2012.

ATO Nº. 404/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO SALEZIO DE AZEVEDO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor IV, Nível AD-ASS-4, Quadro de Pessoal da Secretaria de Infra-Estrutura Transportes e Defesa Civil, da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/10/2012.

Palhoça, SC, em 24 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Ato Nº. 405/2012

ATO Nº. 405/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR LUCI TEREZINHA ESPINDOLA PIERRI, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor IV, Nível AD-ASS-4, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011, com efeitos a contar de 01/10/2012.

Palhoça, SC, em 24 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Ato Nº. 406/2012.

ATO Nº. 406/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR DÉCIO DAVID DA ROSA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor V, Nível AD-ASS-5, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011, com efeitos a contar de 01/10/2012.

Palhoça, SC, em 24 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Ato Nº. 407/2012.

ATO Nº. 407/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR LUCIAMAR BITTENCOURT ESPINDOLA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor I, Nível AD-ASS-1, Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da

Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011, com efeitos a contar de 05/10/2012.

Palhoça, SC, em 24 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Ato Nº. 408/2012.

ATO Nº. 408/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO JULIANO SOUZA DA SILVA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor IV, Nível AD-ASS-4, Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral do Município da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 09/10/2012.

Palhoça, SC, em 24 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Ato Nº. 409/2012.

ATO Nº. 409/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR LIDIANE ALVES ESPINDOLA OSELAME, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor III, Nível AD-ASS-3, Quadro de Pessoal da Secretaria de Governo da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011, com efeitos a contar de 01/10/2012.

Palhoça, SC, em 24 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Ato Nº. 417/2012.

ATO Nº. 417/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO ALINE DOS SANTOS FERNANDES, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Unidade Básica de Saúde da Ponte do Imaruim I, Nível AD-CH-8, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 09/10/2012.

Palhoça, SC, em 24 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

Ato Nº. 418/2012.

ATO Nº. 418/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR ARIANE EDUARDA GOMES, para ocupar o cargo de Provedor em Comissão de Assessor III, Nível AD-ASS-3, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011 e Decreto nº. 1.408, de 02 de julho de 2012, com efeitos a contar de 01/10/2012.

Palhoça, SC, em 24 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

Ato Nº. 419/2012.

ATO Nº. 419/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR MARCOS AURELIO MARTINS, para ocupar o cargo de Provedor em Comissão de Assessor II, Nível AD-ASS-2, Quadro de Pessoal da Secretaria de Desenvolvimento Regional do Sul da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011 e Decreto nº. 1.408, de 02 de julho de 2012, com efeitos a contar de 22/09/2012.

Palhoça, SC, em 24 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Ato Nº. 421/2012.

ATO Nº. 421/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR ELISARIANO CIPRIANO FERNANDES, para ocupar o cargo de Provedor em Comissão de Assessor II, Nível AD-ASS-2, Quadro de Pessoal da Secretaria de Planejamento, Habitação, Projetos, Lazer e Esportes I da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011 e Decreto nº. 1.408, de 02 de julho de 2012, com efeitos a contar de 01/10/2012.

Palhoça, SC, em 24 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Ato Nº. 422/2012.

ATO Nº. 422/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO MIRIAM RAIMUNDO DA SILVA, para ocupar o cargo de Provedor em Comissão de Secretária de Assistência Social, Nível NC, Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 08/10/2012.

Palhoça, SC, em 08 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Ato Nº. 423/2012.

ATO Nº. 423/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR MAURICIO ROQUE DA SILVA, para ocupar o cargo de Provedor em Comissão de Secretário de Assistência Social, Nível NC, Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011, com efeitos a contar de 08/10/2012.

Palhoça, SC, em 08 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Ato Nº. 424/2012.

ATO Nº. 424/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO TACIANA MOREIRA, para ocupar o cargo de Provedor em Comissão de Assessor I, Nível AD-ASS-1, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 31/10/2012.

Palhoça, SC, em 08 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

Ato Nº. 425/2012.

ATO Nº. 425/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO JESSICA DE SOUZA TEODORO, para ocupar o cargo de Provedor em Comissão de Assessor I, Nível AD-ASS-1, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 31/10/2012.

Palhoça, SC, em 08 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

Ato Nº. 426/2012.

ATO Nº. 426/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO AUGUSTO DA ROSA ROCHA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor I, Nível AD-ASS-1, Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral do Município da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 16/10/2012.

Palhoça, SC, em 08 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Ato Nº. 427/2012.

ATO Nº. 427/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO NIRLENE MARTINS ANGELO, para ocupar o cargo de Provi-mento em Comissão de Assessor IV, Nível AD-ASS-4, Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 22/10/2012.

Palhoça, SC, em 08 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Ato Nº. 428/2012.

ATO Nº. 428/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR EMANUELA DA SILVEIRA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor I, Nível AD-ASS-1, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011 e Decreto nº. 1.408, de 02 de julho de 2012, com efeitos a contar de 22/10/2012.

Palhoça, SC, em 08 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

Ato Nº. 429/2012.

ATO Nº. 429/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO GEOVANI DA SILVEIRA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor V, Nível AD-ASS-5, Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/11/2012.

Palhoça, SC, em 08 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Ato Nº. 433/2012.

ATO Nº. 433/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO MARCELO ANTONIO PIERRI JUNIOR, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor I, Nível AD-ASS-1, Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/11/2012.

Palhoça, SC, em 24 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2837/2012

PORTARIA Nº 2837/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) NIZETE FATIMA DE SOUZA, matrícula nº. 800149, ocupante da categoria funcional de Professor, lotado (a) na Secretaria de Educação e Cultura, averbar tempo de contribuição pelo INSS, totalizando 06 (seis) anos, 03 (três) meses e 07 (sete) dias, de acordo com artigo 197, 198 e 199, da Lei nº. 097/2010, com efeitos a 05/09/2012.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº 2838/2012

PORTARIA Nº 2838/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) MARIA GORETI DOS PASSOS FABRE, matrícula nº. 800827, ocupante da categoria funcional de Professor, lotado (a) na Se-cretaria de Educação e Cultura, averbar tempo de contribuição pelo INSS, totalizando 09 (no-ve) anos, 08 (oito) meses e 04 (quatro) dias, de acordo com artigo 197, 198 e 199, da Lei nº. 097/2010, com efeitos a 03/09/2012.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº 2839/2012

PORTARIA Nº 2839/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) CLEUSA CECILIA RACHADEL, matrícula nº. 200041, ocupante da categoria funcional de Técnico em Contabilidade, lotado (a) na Secretaria de Finanças, averbar tempo de contribuição pelo INSS, totalizando 04 (quatro) anos, 03 (três) meses e 15 (quinze) dias, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010, com efeitos a 04/09/2012.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Portaria Nº 2840/2012

PORTARIA Nº 2840/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) TEREZINHA DA SILVA, matrícula nº. 800111, ocupante da categoria funcional de Agente Administrativo Auxiliar, lotado (a) na Secretaria de Educação e Cultura, averbar tempo de contribuição pelo INSS, totalizando 08 (oito) anos, 08 (oito) meses e 21 (vinte e um) dias, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010, com efeitos a 18/09/2012.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº 2841/2012

PORTARIA Nº 2841/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) ZENIR APARECIDA DA SILVA SCHUCH, matrícula nº. 800482, ocupante da categoria funcional de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado (a) na Secretaria de Educação e Cultura, averbar tempo de contribuição pelo INSS, totalizando 03 (três) anos, 06 (seis) meses e 14 (quatorze) dias, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010, com efeitos a 19/06/2012.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº 2842/2012

PORTARIA Nº 2842/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) ANA BERNADETTE DE ESPINDO-LA, matrícula nº. 800905, ocupante da categoria funcional de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado (a) na Secretaria de Educação e Cultura, averbar tempo de contribuição pelo INSS, totalizando 03 (três) anos, 11 (onze) meses e 08 (oito) dias, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010, com efeitos a 05/09/2012.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº 2843/2012

PORTARIA Nº 2843/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) ELISABETE DA SILVA, matrícula nº. 600002, ocupante da categoria funcional de Assistente Administrativo, lotado (a) na Secretaria de Infra-Estrutura Transportes e Defesa Civil, averbar tempo de contribuição pelo INSS, totalizando 08 (oito) anos, 04 (quatro) meses e 13 (treze) dias, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010, com efeitos a 10/08/2012.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Portaria Nº 2844/2012

PORTARIA Nº 2844/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) SILVIO LUIZ OLIVEIRA MEN-DES, matrícula nº. 500431, ocupante da categoria funcional de Agente de Serviços Operacionais, lotado (a) na Secretaria de Receita e Regularização Fundiária, averbar tempo de contribuição pelo INSS, totalizando 02 (dois) anos, 02 (dois) meses e 21 (vinte e um) dias, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010, com efeitos a 23/07/2012.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2845/2012

PORTARIA Nº 2845/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) ARY PAULO DONATELLO FI-LHO, matrícula nº. 300011, ocupante da categoria funcional de Agente Administrativo Auxili-ar, lotado (a) na Secretaria de Administração, averbar tempo de contribuição pelo INSS, totalizando 04 (quatro) anos e 08 (oito) meses, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010, com efeitos a 12/07/2012.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2846/2012

PORTARIA Nº 2846/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) CELITO FRANCISCO DA SILVA, matrícula nº. 500418, ocupante da categoria funcional de Operador de Máquinas, lotado (a) na Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, averbar tempo de contribuição pelo INSS, totalizando 06 (seis) anos e 11 (onze) meses, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010, com efeitos a 23/06/2012.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

Portaria Nº 2923/2012.

PORTARIA Nº 2923/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER HORA ATIVIDADE de 20% (vinte por cento), de acordo

com o § 1º, II Lei nº. 2.559 de 19 de abril de 2007, para a servidora ELIANE NERI DE MORAIS, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, a contar de 04/09/2012.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº 2929/2012

PORTARIA Nº 2929/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIDOR PÚBLICO a servidora KARLA DE SOUZA, ocupante da categoria funcional de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Receita e Regularização Fundiária, da Administração Direta Desta Prefeitura, re-movida para Secretaria de Assistência Social, de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, a partir de 26/09/2012.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2930/2012

PORTARIA Nº 2930/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIDOR PÚBLICO o servidor RICARDO LUCIA-NO SCHMIDT NEVES, ocupante da categoria funcional de Administrador, do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral do Município, da Administração Direta Desta Prefeitura, removido para Superintendência da Águas de Palhoça, de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, a partir de 06/09/2012.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2933/2012

PORTARIA Nº 2933/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) MARLY PEREIRA, matrícula nº. 300145, ocupante da categoria funcional de Agente Administrativo I, lotado (a) na Secretaria de Infra-Estrutura Transportes e Defesa Civil, averbar tempo de contribuição pelo INSS, totalizando 06 (seis) anos, 05 (cinco) meses e 26 (vinte e seis)

dias, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010, com efeitos a 20/04/2012.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Portaria Nº 2934/2012

PORTARIA Nº 2934/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) ROSANA OLIVEIRA GEREMIAS, matrícula nº. 800098, ocupante da categoria funcional de Agente Administrativo Auxiliar, lotado (a) na Secretaria de Educação e Cultura, averbar tempo de contribuição pelo INSS, totalizando 07 (sete) anos e 02 (dois) meses, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010, com efeitos a 31/05/2012.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº 2935/2012

PORTARIA Nº 2935/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) MARIA DE LOURDES FRANCISCO DE AMTOS, matrícula nº. 800065, ocupante da categoria funcional de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado (a) na Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, averbar tempo de contribuição pelo INSS, totalizando 07 (sete) anos e 06 (seis) meses, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010, com efeitos a 04/09/2012.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

Portaria Nº 2937/2012

PORTARIA Nº 2937/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) MARIA GORETI DA SILVA, matrícula nº. 800358, ocupante da categoria funcional de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado (a) na Secretaria de Educação e Cultura, averbar tempo de contribuição pela Prefeitura

Municipal de Palhoça, totalizando 01 (um) ano, 09 (nove) meses e 03 (três) dias, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº 2946/2012

PORTARIA Nº 2946/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER GRATIFICAÇÃO para LUCI TEREZINHA ESPINDOLA PIERRI, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Assessor V, o percentual de 60% (sessenta por cento) do subsídio fixado para os cargos em comissão, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011, com efeitos a contar da data de admissão.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2800/2012.

PORTARIA Nº. 2800/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO DAIANE REGINA TAVARES GOMES, para ocupar o cargo da categoria funcional de Assistente Social, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do NASF da Secretaria Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 116, de 14 de dezembro de 2011, com efeitos a contar de 08/10/2012.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

Portaria Nº. 2801/2012.

PORTARIA Nº. 2801/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CESSAR LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES da servi-dora MARIA FERNANDA DEPIZZOLATI CRUZ, matrícula nº. 801065, titular do car-go de Fonoaudióloga, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Ad-ministração Direta, de acordo com o Artigo 185 da Lei 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 04/09/2012.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2802/2012

PORTARIA Nº. 2802/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, TAIS BAUNGARTNER CARVALHO, titular do cargo de Professor Colaborador, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 05/10/2012.

Palhoça, SC, em 17 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA
Diretora Executiva

Portaria Nº. 2803/2012.

PORTARIA Nº. 2803/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR MISLANIA DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 009/2011, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI José Miguel Ferreira, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 30/08/2012 a 15/12/2012. A presente admissão em VAGA TRANSITÓRIA, faz-se necessário tendo em vista, o desdobramento de classe.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2804/2012

PORTARIA Nº. 2804/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR IZABEL LAUS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 009/2011, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI José Miguel Ferreira, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 30/08/2012 a 15/12/2012. A presente admissão em VAGA TRANSITÓRIA, faz-se necessário tendo em vista, o desdobramento de classe.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2805/2012.

PORTARIA Nº. 2805/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR JULIANA ADRIANA DE SOUZA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 009/2011, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Argemira Farias da Silveira, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 17/09/2012 a 15/12/2012. face ao impedimento da titular Fabiana R. S. Ramos, que se encontra em Licença Premio.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2806/2012.

PORTARIA Nº. 2806/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR LUCINEIA BARDT, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 009/2011, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil,

no (a) CEI Romeu e Julieta, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 28/08/2012 a 28/10/2012. face ao impedimento da titular Maria Joselia H. Felisberto, que se encontra em Licença Tratamento de Saúde.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2807/2012.

PORTARIA Nº. 2807/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR DEVINELI STANCK GODOI, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 009/2011, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Romeu e Julieta, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 24/09/2012 a 24/10/2012. face ao impedimento da titular Maria Carmolina S. Silva, que se encontra em Licença Tratamento de Saúde.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2808/2012.

PORTARIA Nº. 2808/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR MÁRCIA PAULA TONIN MATOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 009/2011, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Nova Geração, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 09/08/2012 a 15/12/2012. face ao impedimento da titular Tania P. dos Santos, que se encontra em Licença Tratamento de Saúde.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2809/2012.

PORTARIA Nº. 2809/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR JESSICA DOS PASSOS DE SOUZA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 009/2011, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Artes, no (a) Grupo Escolar Maria Luzia de Souza, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 22/09/2012 a 22/10/2012, face ao impedimento da titular Emanuela D. Francisco, que se encontra em Licença Tratamento de Saúde.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2810/2012.

PORTARIA Nº. 2810/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR RAQUEL DORIS MATHIAS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 009/2011, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Artes, no (a) Escola Básica Adriana Weingartner, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 13/09/2012 a 15/12/2012, face ao impedimento da titular Ana Gabriela Silva, que se encontra em Licença Tratamento de Saúde.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2811/2012.

PORTARIA Nº. 2811/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR LUIS PAULO DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 009/2011, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina

Informá-tica, no (a) Escola Básica Adriana Weingartner, com carga horária de 30 (trinta) ho-ras/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 19/09/2012 a 15/12/2012, face ao impedimento da titular Alexandre G. Froes, que se encontra exercendo suas funções junto a SMEC.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2812/2012.

PORTARIA Nº. 2812/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR VANESSA JOSÉ, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 009/2011, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) GE Francisca Raimunda Farias da Costa, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 24/09/2012 a 15/12/2012, face ao impedimento da titular Aline C. Carvalho, que se encontra em Licença Tratamento de Saúde.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2813/2012.

PORTARIA Nº. 2813/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR DÉBORA ESPÍNDOLA DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 009/2011, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Artes, no (a) ER Daniel Carlos Weingartner, com carga horária de 10 (dez) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 06/09/2012 a 15/12/2012, face ao impedimento da titular Giovana P. Gomes, que pediu exoneração.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2814/2012.

PORTARIA Nº. 2814/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR KAROLYNE MOREIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 009/2011, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Maricota, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 27/08/2012 a 01/11/2012, face ao impedimento da titular Jaqueline Ramos, que se encontra em Licença Tratamento de Saúde.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2815/2012.

PORTARIA Nº. 2815/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR ANA CLAUDIA DO NASCIMENTO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 009/2011, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Padre Réus, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 12/09/2012 a 15/12/2012, face ao impedimento da titular Stela M. C. N. Rosa, Estado.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2816/2012.

PORTARIA Nº. 2816/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR GLAUCYA FRANCINI COLLAÇO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 009/2011, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina

Educação Infantil, no (a) CEI Padre Réus, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 17/08/2012 a 15/12/2012, face ao impedimento da titular Salete P. de Melo, Estado.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2817/2012.

PORTARIA Nº. 2817/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR ADRIANA DE MELO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 009/2011, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, no (a) ER Daniel Carlos Weingartner, com carga horária de 10 (dez) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 10/09/2012 a 10/10/2012, face ao impedimento da titular Janice L. Folster, que se encontra em Licença Tratamento de Saúde.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2818/2012.

PORTARIA Nº. 2818/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR JOSÉ ANTONIO DOS SANTOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 009/2011, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Ciências, no (a) EB Neri Brasileiro Martins, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 15/09/2012 a 15/10/2012, face ao impedimento da titular Suelen Bianchi-ni Donadel, que se encontra em Licença Tratamento de Saúde.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2826/2012.

PORTARIA Nº. 2826/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO BARBARA SANTOS REIMBERG DE SOUZA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Técnico em Enfermagem, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde do Cambirela da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 15/10/2012.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

Portaria Nº. 2827/2012.

PORTARIA Nº. 2827/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO ALESSANDRA MARIA PAMPLONA LUIZ, para ocupar o cargo da categoria funcional de Técnico em Enfermagem, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde do Brejarú da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 15/10/2012.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

Portaria Nº. 2828/2012.

PORTARIA Nº. 2828/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO KELLY FERREIRA MARCELINO, para ocupar o cargo da categoria funcional de Técnico em Enfermagem, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde do Jardim Eldorado da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 15/10/2012.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

Portaria Nº. 2829/2012.
PORTARIA Nº. 2829/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO ZENAIDE TEREZINHA DE LARA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Técnico em Enfermagem, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde do Madri da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 15/10/2012.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

Portaria Nº. 2830/2012.
PORTARIA Nº. 2830/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO ELIZETH ROSANE DA SILVA TEIXEIRA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Técnico em Enfermagem, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde da Pinheira da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 15/10/2012.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

Portaria Nº. 2831/2012.
PORTARIA Nº. 2831/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO JOANA FONTES NEGROMONTE, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012,

para ocupar o cargo de Médico Clínico Geral, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde Passa Vinte da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 01/10/2012 a 01/10/2013.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

Portaria Nº. 2832/2012.
PORTARIA Nº. 2832/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, MÁRCIA PETINGA IRALA, titular do cargo de Bibliotecarista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 14/10/2012.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2833/2012.
PORTARIA Nº. 2833/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO PAMMELA TURAZZI RICK, titular do cargo de Enfermeiro, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 11/10/2012.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretária de Saúde e Medicina Preventiva.

Portaria Nº. 2834/2012.
PORTARIA Nº. 2834/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO CHRISTIANE ANA CORREIA, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta

Prefeitura, com efeitos a contar de 05/10/2012.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretária de Saúde e Medicina Preventiva.

Portaria Nº. 2835/2012.

PORTARIA Nº. 2835/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, MARIANA SAVEDRA, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 08/10/2012.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2836/2012.

PORTARIA Nº. 2836/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, JULIA PETRY SARUBI, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 09/10/2012.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2847/2012.

PORTARIA Nº. 2847/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO ADRIANA CHAVES DE ANDRADE, titular do cargo de Enfermeiro, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/10/2012.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretária de Saúde e Medicina Preventiva.

Portaria Nº. 2848/2012.

PORTARIA Nº. 2848/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 79, IV e V da Lei Orgânica do Município,

Considerando Comunicações Internas nº 538/2012/GTS e 510/2012/GGT da Secretaria de Saúde de Palhoça;
Considerando Parecer Jurídico nº 01446/2012 -PGM

RESOLVE

1.0 Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, figurando como argüido o servidor público E.G., nos termos do art. 231, 235 e 236 da Lei Complementar nº 96, de 15 de dezembro de 2010. Haja vista que o servidor, matrícula 400872, ocupante do cargo de Agente de Endemias vem, supostamente, ferindo o artigo 214, inciso III, da Lei Complementar nº 096/2010.

2.0 Constituir, com o fim de dar cumprimento à determinação feita no item precedente, Comissão Processante que será integrada pelos membros, que vão a seguir individuados:

A) CLAUDIA MARTTINI DOS SANTOS- mat. 801097 - Presidente

B) PATRÍCIA ADELAIDE DA SILVA - mat.800230- Membro

C) TAMARA DE SOUZA DELFINO DA ROSA - mat. 801101 - Secretária

3.0 Fixar, por força do Diploma Legal, art. 237 da Lei Complementar nº 096/2010 para a conclusão dos trabalhos em 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente portaria, prorrogável em caso de força maior por mais 60 dias.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretária de Saúde e Medicina Preventiva.

Portaria Nº. 2849/2012.

PORTARIA Nº. 2849/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 79, IV e V da Lei Orgânica do Município,

Considerando Comunicações Internas nº 89/2012 e 72/GAB/2012 da Secretaria de Educação Palhoça;

Considerando nº 150/2012 da Superintendência de Gestão de Pessoas;

Considerando Comunicação Interna nº 373 -SAS/2012 da Secretaria de Assistência Social;

Considerando Ofício nº 107/2011 da Superintendência de Gestão de Pessoas;

Considerando Declaração da Associação Educacional e Tecnológica de Santa Catarina;

Considerando Comunicações Internas nº 93/2012; 019/2012; 53/2012 -1; 55/2012 do CAIC;

RESOLVE

1.0 Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, figurando como argüido o servidor público D.P.F., nos termos do art. 249, 250 e 252 da Lei Complementar nº 97, de 15 de dezembro de 2010. Haja vista que o servidor, matrícula 801654, ocupante do cargo de Professor de Informática vem, supostamente, ferindo o artigo 231, inciso III da Lei Complementar nº 097/2010.

2.0 Constituir, com o fim de dar cumprimento à determinação feita no item precedente, Comissão Processante que será integrada pelos membros, que vão a seguir individuados:

A) CLAUDIA MARTTINI DOS SANTOS- mat. 801097 - Presidente
B) PATRÍCIA ADELAIDE DA SILVA - mat.800230- Membro
C) TAMARA DE SOUZA DELFINO DA ROSA - mat. 801101 - Secretária

3.0 Fixar, por força do Diploma Legal, art. 237 da Lei Complementar nº 096/2010 para a conclusão dos trabalhos em 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente portaria, prorrogável em caso de força maior por mais 60 dias.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2850/2012

PORTARIA Nº. 2850/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 79, IV e V da lei Orgânica do Município,

Considerando Comunicações Internas nº 539/2012/GTS e 511/2012/GGT da Secretaria de Saúde de Palhoça;
Considerando Parecer Jurídico nº 01447/2012 -PGM

RESOLVE

1.0 Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, figurando como argüido o servidor público G.M.B., nos termos do art. 231, 235 e 236 da Lei Complementar nº 96, de 15 de dezembro de 2010. Haja vista que o servidor, matrícula 400350, ocupante do cargo de Agente de Endemias vem, supostamente, ferindo o artigo 214, inciso III, da Lei Complementar nº 096/2010.

2.0 Constituir, com o fim de dar cumprimento à determinação feita no item precedente, Comissão Processante que será integrada pelos membros, que vão a seguir individuados:

A) CLAUDIA MARTTINI DOS SANTOS- mat. 801097 - Presidente
B) PATRÍCIA ADELAIDE DA SILVA - mat.800230- Membro
C) TAMARA DE SOUZA DELFINO DA ROSA - mat. 801101 - Secretária

3.0 Fixar, por força do Diploma Legal, art. 237 da Lei Complementar nº 096/2010 para a conclusão dos trabalhos em 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente portaria, prorrogável em caso de força maior por mais 60 dias.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretária de Saúde e Medicina Preventiva.

Portaria Nº. 2851/2012.

PORTARIA Nº. 2851/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 79, IV e V da lei Orgânica do Município,

Considerando Comunicações Internas nº 420/2012/GTS e 422/2012/GGT da Secretaria de Saúde de Palhoça;
Considerando Parecer Jurídico nº 01067/2012 -PGM

RESOLVE

1.0 Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, figurando como argüido o servidor público A. M. de S., nos termos do art. 231, 235 e 236 da Lei Complementar nº 96, de 15 de dezembro de 2010. Haja vista que o servidor, matrícula 401060, ocupante do cargo de Agente de Serviços Operacionais vem, supostamente, ferindo o artigo 214, inciso XII, da Lei Complementar nº 096/2010.

2.0 Constituir, com o fim de dar cumprimento à determinação feita no item precedente, Comissão Processante que será integrada pelos membros, que vão a seguir individuados:

A) CLAUDIA MARTTINI DOS SANTOS- mat. 801097 - Presidente
B) LILIAN REGINA ALVES DA ROSA - mat. 800737- Membro
C) TAMARA DE SOUZA DELFINO DA ROSA - mat. 801101 - Secretária

3.0 Fixar, por força do Diploma Legal, art. 237 da Lei Complementar nº 096/2010 para a conclusão dos trabalhos em 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente portaria, prorrogável em caso de força maior por mais 60 dias.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretária de Saúde e Medicina Preventiva.

Portaria Nº. 2852/2012.

PORTARIA Nº. 2852/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, VERA LÚCIA FRAGA COUTO, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 15/10/2012.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2853/2012

PORTARIA Nº. 2853/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do

Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO ELIANE TEREZINHA GARCIA CORREA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Técnico em Enfermagem, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde do Passa Vinte da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 16/10/2012.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

Portaria Nº. 2854/2012.

PORTARIA Nº. 2854/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO ELIZABETE PIRES, para ocupar o cargo da categoria funcional de Técnico em Enfermagem, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde do Passa Vinte da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 15/10/2012.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

Portaria Nº. 2855/2012.

PORTARIA Nº. 2855/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO ELISANGELA CORREIA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Técnico em Enfermagem, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde do Médio Aririú da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 15/10/2012.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

Portaria Nº. 2856/2012.

PORTARIA Nº. 2856/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO FERNANDA SIMAS FRANÇA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Enfermeiro com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde do Brejaru da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 15/10/2012.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

Portaria Nº. 2857/2012.

PORTARIA Nº. 2857/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

RETIFICAR as Portarias, que Reenquadrou os servidores, no cargo de Agente de Serviços Operacionais e Merendeira, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao artigo da Lei nº 096/2010 que deverá ser Artigo 286, Inciso 8º., e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 2858/2012.

PORTARIA Nº. 2858/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, ELISANGELA GONÇALVES, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 11/10/2012.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2859/2012.

PORTARIA Nº. 2859/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER AGREGAÇÃO PARA CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES, para a servidora abaixo relacionado de acordo com o Inciso I e II, do Artigo nº. 290, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, conceder progressão aos servidores relacionados, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Curso	Percentual	A partir de
401424	Murilo dos Santos	Graduação	30%	10/05/2012

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 2860/2012.

PORTARIA Nº. 2860/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER AGREGAÇÃO PARA CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES, para a servidora abaixo relacionado de acordo com o Inciso I e II, do Artigo nº. 290, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, conceder progressão aos servidores relacionados, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Curso	Percentual	A partir de
800875	Graziela da Silva	Graduação	30%	29/06/2012

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 2861/2012.

PORTARIA Nº. 2861/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO GABRIELA BORTOLI, para ocupar o cargo da categoria funcional de Técnico em Enfermagem, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde do Alto Aririú da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 22/10/2012.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

Portaria Nº. 2862/2012.

PORTARIA Nº. 2862/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER AGREGAÇÃO PARA CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES, para a servidora abaixo relacionado de acordo com o Inciso I e II, do Artigo nº. 290, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, conceder progressão aos servidores relacionados, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Curso	Percentual	A partir de
401051	Thaise Me-deiros Mafra	Pós Graduação	15%	23/03/2012

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 2863/2012.

PORTARIA Nº. 2863/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER AGREGAÇÃO PARA CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES, para a servidora abaixo relacionado de acordo com o Inciso I e II, do Artigo nº. 290, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, conceder progressão aos servidores relacionados, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Curso	Percentual	A partir de
401055	Carla Greicy Lohn	Pós Graduação	15%	23/03/2012

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 2864/2012.

PORTARIA Nº. 2864/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER AGREGAÇÃO PARA CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES, para a servidora abaixo relacionado de acordo com o Inciso I e II, do Artigo nº. 290, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, conceder progressão aos servidores relacionados, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Curso	Percentual	A partir de
400930	Camila Meotti Figueiredo	Pós Graduação	15%	11/04/2012

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 2865/2012.

PORTARIA Nº. 2865/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 2948 de 03 de outubro de 2011, que Averbou Tempo de Serviço da servidora NELI TEREZINHA FIGUEIREDO, para ocupar o cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deverá ser 03 (três) anos, 02 (dois) meses e 11 (onze) dias, não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 2866/2012

PORTARIA Nº. 2866/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR HUGO DEL CISTIA ANDRADE, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 009/2011, no cargo de Professor ACT, Não Habilitado com Graduação, na Escola Básica Municipal Prefeito Reinaldo Weingartner, do quadro de pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, com carga horária de 15 (quinze) horas semanais, na Disciplina de Informática, com re-gência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 28/06/2012 à 15/12/2012.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2867/2012

PORTARIA Nº. 2867/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

DEMITIR A PEDIDO DA FUNÇÃO EXECUTIVA DE CONFIANÇA, a servidora VERA LUCIA DE JESUS TESSIANI, de Diretor de Políticas Públicas para Mulheres, AD-FEC7, do quadro de pessoal da Administração Direta, a contar de 01/10/2012.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 2868/2012.

PORTARIA Nº. 2868/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES para o servidor JOSÉ VANDERLEI FAGUDES, matrícula nº. 801079, titular do cargo de Vi-gia, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 170 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010, pelo período de 48 (quarenta e oito) meses, com efeitos a contar de 09/10/2012.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 2869/2012.

PORTARIA Nº. 2869/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO ALINE LIMA DE SOUZA BARROS, para ocupar o cargo da categoria funcional de Médico, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde do Madri da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 16/10/2012.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

Portaria Nº. 2870/2012.

PORTARIA Nº. 2870/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para VERA LUCIA DE JESUS TESSIANI, matrícula nº. 800160, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 25/04/2001 a 25/04/2006, por 03 (três) meses, a com efeitos a contar de 01/10/2012 à 30/12/2012.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2871/2012.

PORTARIA Nº. 2871/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LUCIANE SORES JUTTEL, matrícula nº. 800596, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 27/01/2000 a 27/01/2005, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 09/10/2012 à 09/11/2012.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2872/2012.

PORTARIA Nº. 2872/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para KARINA ZOLIA JACOMELLI ALVES, matrícula nº. 801099, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 04/06/2004 a 04/06/2009, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 08/10/2012 à 08/11/2012.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2873/2012.

PORTARIA Nº. 2873/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para IVONETE PIERRI DA SILVA, matrícula nº. 800043, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 16/02/2002 a 16/02/2007, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 10/10/2012 à 10/11/2012.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2874/2012.

PORTARIA Nº. 2874/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JULIA DIVANIR FERREIRA LEÃO, matrícula nº. 190090, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 07/02/2007 a 07/02/2012, por 03 (três) meses, a com efeitos a contar de 27/09/2012 à 27/12/2012.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2875/2012.

PORTARIA Nº. 2875/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CRISTIANE ISOLETE RODRIGUES, matrícula nº. 801059, titular do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 12/04/2004 a 12/04/2009, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 16/10/2012 à 16/11/2012.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2876/2012.

PORTARIA Nº. 2876/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA MATILDES CORREA, matrícula nº. 800718, titular do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 25/03/2004 a 25/03/2009, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 12/11/2012 à 12/12/2012.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2877/2012.

PORTARIA Nº. 2877/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ENI LOPES DA ROSA, matrícula nº. 800025, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 02/04/2005 a 02/04/2010, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 19/11/2012 à 19/12/2012.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2878/2012.

PORTARIA Nº. 2878/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para VANI MARIA SILVEIRA, matrícula nº. 300210, titular do cargo de Agente Administrativo I, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 19/05/2000 a 19/05/2005, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 08/10/2012 à 08/11/2012.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

Portaria Nº. 2879/2012.

PORTARIA Nº. 2879/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para DENIZE SILVEIRA DE SOUZA, matrícula nº. 400023, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 25/10/2001 a 25/10/2006, por 02 (dois) meses e referente ao quinquênio de 25/10/2006 a 25/10/2011, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 06/12/2012 à 06/03/2013.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 2880/2012.

PORTARIA Nº. 2880/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para NELSON MARTINS FILHO, matrícula nº. 100089, titular do cargo de Assistente Social, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 02/09/2002 a 02/09/2007, por 02 (dois) meses, a com efeitos a contar de 15/10/2012 à 15/12/2012.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 2881/2012.

PORTARIA Nº. 2881/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER REGÊNCIA DE CLASSE para VERA LÚCIA DE JESUS TESSIANI, matrícula nº. 800160, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 89 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 01/10/2012.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2882/2012.

PORTARIA Nº. 2882/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER REGÊNCIA DE CLASSE para ALDERI DE FÁTIMA VELHO BAR-ROS, matrícula nº. 800633, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 89 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 01/08/2012.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2883/2012.

PORTARIA Nº. 2883/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL VERTICAL - para os servidores abaixo relacionados com fundamento no Capítulo II, Seção I, Artigo 324, 325, 326, 327, 328 e 329 da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar da data abaixo, de acordo com processo judicial.

Matrícula	Nome	DE	Para	Pagar a partir de
800605	Maria Claudete Rogério da Silveira	DOC - II - E	DOC - III - E	06/12/2007

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2884/2012.

PORTARIA Nº. 2884/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO CAROLINE SCHMIDT, titular do cargo de Psicóloga, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 16/10/2012.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 2885/2012.

PORTARIA Nº. 2885/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO DENISE APARECIDA DOS SANTOS, titular do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 15/10/2012.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretária de Saúde e Medicina Preventiva.

Portaria Nº. 2886/2012.

PORTARIA Nº. 2886/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO SABRINA BLASIU FAUT, titular do cargo de Enfermeiro, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 17/10/2012.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretária de Saúde e Medicina Preventiva.

Portaria Nº. 2887/2012.

PORTARIA Nº. 2887/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para AMARILDO RICARDO LOPES, matrícula nº. 500231, titular do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/10/2003 a 01/10/2008, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 01/11/2012 à 01/12/2012.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2888/2012.

PORTARIA Nº. 2888/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, FABIANA RODRIGUES DE CAMPOS, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 15/10/2012.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2889/2012.

PORTARIA Nº. 2889/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO ALESSANDRO VIEIRA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Técnico em Enfermagem, com carga horária de 40 (quarenta) ho-ras/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde do Frei Damião da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 22/10/2012.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

Portaria Nº. 2890/2012.

PORTARIA Nº. 2890/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, JOCELENE SOARES DAHMER, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 09/10/2012.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 28912012.

PORTARIA Nº. 28912012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, MARCELA PURIFICAÇÃO, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a con-tar de 15/10/2012.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2892/2012

PORTARIA Nº. 2892/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL - para os servidores abaixo relacionados de acordo com a Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a con-tar da data abaixo.

Matrícula	Nome	DE	Para	Pagar a partir de
800300	Adriana da Silva Espíndola	DOC - 3 - E	DOC - 3 - F	04/05/2011
800641	Andreia Silveira Rodrigues	DOC - 2 - E	DOC - 2 - F	16/06/2011
800704	Casturina Aparecida M S Sell	DOC - 3 - B	DOC - 3 - C	16/01/2012
801042	Cátia Regina Stahelin	PED - 3 - D	PED - 3 - E	30/05/2012
800615	Celine Aparecida P. Martins	DOC - 3 - D	DOC - 3 - E	29/06/2011
800669	Clarete Kreuch	DOC - 3 - E	DOC - 3 - F	28/06/2011
800768	Cristiane Hillishein	DOC - 3 - D	DC - 3 - E	01/06/2012
800828	Daiany Soares de Souza	DOC - 3 - D	DOC - 3 - E	25/05/2012
800763	Deisi Schmitt	DOC - 3 - D	DOC - 3 - E	19/08/2011
800788	Denise Moreira Bonelli	DOC - 3 - D	DOC - 3 - E	29/06/2012
800781	Dioclécia dos Santos Réus	DOC - 3 - D	DOC - 3 - E	29/06/2012
800804	Doriam Vitor de Andrade	PED - 3 - B	PED - 3 - C	16/01/2012
800624	Edilene Maria Martins	DOC - 2 - C	DOC - 2 - D	28/05/2012
800751	Eliane Dilma de A. Scherer	DOC - 3 - D	DOC - 3 - E	16/01/2012
800784	Elisangela Metz	DOC - 3 - E	DOC - 3 - F	14/04/2012
800775	Eluza Inês Magro Lazare	DOC - 3 - D	DOC - 3 - E	29/06/2012
800591	Eunice Alaide Sotero Gaspar	DOC - 2 - D	DOC - 2 - E	15/04/2011
800809	Fabiola Dilboso Machado	DOC - 3 - D	DOC - 3 - E	21/06/2012
800773	Fatima Aparecida Rodrigues Campos Bastos	DOC - 3 - D	DOC - 3 - E	21/06/2012
190088	Fatima Regina de Souza Ramos	DOC - 3 - D	DOC - 3 - E	14/12/2011
800632	Fátima Teixeira de Medeiros da Silveira	DOC - 3 - D	DOC - 3 - E	20/07/2012
800717	Gianni Cristina Bunn da Rosa	Doc - 1 - E	Doc - 1 - F	25/05/2012
800552	Girlane da Silva Lima	PED - 3 - E	PED - 3 - F	13/02/2012

800787	Gisele Matos de Lima Ventura	DOC - 3 - D	DOC - 3 - E	16/01/2012
800823	Jerusa Aparecida da Silva de Lima	DOC - 3 - E	DOC - 3 - F	13/12/2011
800672	Joana D'arc Medeiros de M. Souza	DOC - 3 - E	DOC - 3 - F	08/09/2011
800847	Josiane Cristina Couto	DOC - 3 - E	DOC - 3 - F	19/03/2012
800802	Jucilda Santos	DOC - 3 - D	DOC - 3 - E	16/01/2012
800998	Kátia Regina da Silveira	PED - 3 - E	PED - 3 - F	01/10/2012
800141	Laurita Maria da Silva dos Santos	DOC - 3 - L	DOC - 3 - M	24/08/2011
800732	Leticia Lampert Hort Gonçalves	DOC - 2 - C	DOC - 2 - D	23/09/2011
190025	Lore Roedel Westphal	DOC - 3 - D	DOC - 3 - E	26/05/2011
800616	Luciana Afonso da Silva	DOC - 3 - D	DOC - 3 - E	28/05/2012
800596	Luciane Soares Juttel	DOC - 3 - E	DOC - 3 - F	17/04/2012
800657	Marcia Joa- nildes Antero Ferreira	DOC - 3 - D	DOC - 3 - E	18/07/2011
800727	Marcos Roberto Batista	DOC - 2 - A	DOC - 2 - B	01/02/2012
800819	Maria Celina Jorge	DOC - 3 - D	DOC - 3 - E	01/06/2012
80055	Maria Helena Santiago	PED - 3 - E	PED - 3 - F	04/05/2011
800557	Maria José Ávila	PED - 3 - E	PED - 3 - F	04/05/2011
800826	Maria Regina Nunes Lamim	DOC - 3 - E	DOC - 3 - F	25/05/2012
800389	Marisa de Melo	DOC - 3 - C	DOC - 3 - D	21/06/2012
800710	Marivone Maria Silveira	DOC - 3 - D	DOC - 3 - E	24/05/2011
800295	Marluci Souza Klein	DOC - 3 - D	DOC - 3 - E	30/05/2012
800619	Maura Helena de Melo	DOC - 3 - C	DOC - 3 - D	28/06/2011
800832	Maureci da Silva	DOC - 2 - D	DOC - 2 - E	26/06/2012
800438	Medianeira de Castro	DOC - 2 - D	DOC - 2 - E	27/10/2011
800423	Milene Domingues Batista Santini	DOC - 3 - E	DOC - 3 - F	15/12/2011
800748	Patrícia Santos Carlos	DOC - 3 - D	DOC - 3 - E	27/10/2011
800379	Paula Coelho Pierri	DOC - 3 - B	DOC - 3 - C	17/04/2012
800198	Reinaldo Silvio de Souza	PED - 2 - G	PED - 2 - H	02/07/2012
800766	Roselandia Zeneide Laurentino	DOC - 3 - E	DOC - 3 - F	30/05/2012
800603	Sandra Cristiane Saibert	DOC - 3 - D	DOC - 3 - E	16/01/2012

800613	Silvania Darci Souza	DOC - 3 - D	DOC - 3 - E	24/05/2011
800609	Soênia Medeiros Liberato	DOC - 3 - D	DOC - 3 - E	08/07/2011
800680	Sonia Regina Leal	DOC - 3 - D	DOC - 3 - E	17/10/2011
800600	Sueli Schutz Machado	DOC - 3 - D	DOC - 3 - E	16/01/2012
800601	Taysi Vieira de Souza	DOC - 3 - C	DOC - 3 - D	28/04/2011
800679	Terezinha Maria dos S. da Silva	DOC - 3 - D	DOC - 3 - E	05/06/2011
800810	Vilma de Jesus Pereira	DOC - 3 - E	DOC - 3 - F	30/08/2011

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2893/2012.

PORTARIA Nº. 2893/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, ROSILENE FRANCELINA DA SILVA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 17/10/2012.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2894/2012.

PORTARIA Nº. 2894/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO PRISCILLA KARLA SANTANA CORDEIRO, para ocupar o cargo da categoria funcional de Enfermeiro, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde do Rio Grande da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 17/10/2012.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

Portaria Nº. 2895/2012.

PORTARIA Nº. 2895/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARIA CRISTINA PACHECO DA COSTA FORTUNA, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Médico Clínico Geral, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde do Brejaru da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/10/2012 a 01/10/2013.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

Portaria Nº. 2896/2012

PORTARIA Nº. 2896/2012

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER FUNÇÃO EXECUTIVA DE CONFIANÇA, a servidora REJANE DA SILVA, de Diretor de Políticas Públicas para Mulheres, AD-FEC7, do quadro de pessoal da Administração Direta, a contar de 01/10/2012.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2897/2012.

PORTARIA Nº. 2897/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO JULIANA ALMEIDA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Psicóloga, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/10/2012 a 01/10/2013.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 2898/2012.

PORTARIA Nº. 2898/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ELAINE GARCIA PAES, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Psicóloga, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/10/2012 a 01/10/2013.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 2899/2012.

PORTARIA Nº. 2899/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO NAZARIO JOÃO DA SILVA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010 e Decreto nº. 1138 de 01 de julho de 2010, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Operacionais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/10/2012 a 31/12/2012, até o aprovado no concurso público tomar posse.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

Portaria Nº. 2900/2012.

PORTARIA Nº. 2900/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ALTAIR JOÃO DA ROSA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010 e Decreto nº. 1138 de 01 de julho de 2010, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Operacionais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/10/2012 a 31/12/2012, até o aprovado no concurso público tomar posse.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

Portaria Nº. 2901/2012.

PORTARIA Nº. 2901/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO PATRICIA MEDEIROS SALLES EI-RAS, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Sele-tivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Médico Clínico Geral, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde do Cambirela da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/10/2012 a 01/10/2013.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

Portaria Nº. 2902/2012.

PORTARIA Nº. 2902/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO MICHELLE VOGES DA LUZ, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 17/10/2012.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretária de Saúde e Medicina Preventiva.

Portaria Nº. 2903/2012.

PORTARIA Nº. 2903/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO ELIZIANE DANIELA SCHALM, titular do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 08/10/2012.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretária de Saúde e Medicina Preventiva.

Portaria Nº. 2904/2012.

PORTARIA Nº. 2904/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, DAYANA REGINA NECKEL, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/10/2012.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2905/2012.

PORTARIA Nº. 2905/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2074 de 10 de julho de 2012 dos servidores abaixo relacionados, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta desta Prefeitura.

Matricula	Servidor	Cargo	Até
260008	AMAURY MACHRY	MEDICO PEDIATRA (CEM)	31/01/2013
401583	ANA PAULA DA ROSA	PSICOLOGO	31/12/2012
251718	CAMILA BEC-THAUSER CALEGARI	MÉDICO	06/10/2012
401584	CAROLINE COELHO NUNES	PSICOLOGO	31/12/2012
401680	CAROLINE LEITE REZENDE MAIA	PSICOLOGA	31/12/2012
260047	DILMAR FRANCISCO LEONARDI	MEDICO CIRURGIA GERAL (CEM)	31/01/2013
260021	FABIANO ROSA AGOSTINHO	MEDICO CLINICO GERAL (CEM)	31/01/2013
260064	GUILHERME HENRIQUE WAWGINIAK	MEDICO CLINICO GERAL	31/01/2013
260060	ITALO DOS SANTOS	MEDICO RADIOLOGISTA	31/01/2013
370064	JULIANO CORDOVA VARGAS	MEDICO (CENTRI)	31/01/2013
401831	LEONARDO DUARTE SCOFIELD	PSICOLOGO	31/12/2012
260058	LIVIA RIBEIRO DA COSTA	MEDICO PEDIATRA (CEM)	31/12/2012
370105	MAIKON DA COSTA	MEDICO (CENTRI)	31/12/2012
401229	MARIA INES LICHTENFELZ	TECNICO EM ENFERMAGEM	31/12/2012
401722	MICHELLE AMARAL DE SOUZA	ENFERMEIRO	31/12/2012

401830	NEOMAR N. BORGES CEZAR JUNIOR	PSICOLOGO	31/12/2012
251729	PRISCILLA BASSO LANZA	MÉDICO	06/10/2012
370151	RODRIGO ALFREDO MARTIN DE SOUZA	MEDICO (CENTRI)	31/01/2013
401626	SANDRO ALBERTO ANTUNES	FARMACEUTICO	31/12/2012
401734	SILVANA DA ROSA	TECNICO EM ENFERMAGEM	31/12/2012

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

Portaria Nº. 2906/2012.

PORTARIA Nº. 2906/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXCLUIR da Portaria 2565 de 03 de setembro de 2012, que Concedeu Progressão Funcional Horizontal da servidora FLÁVIA CRISTINA GRAH DA SILVA, do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2907/2012.

PORTARIA Nº. 2907/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO RITA SALETE BEAL, de acordo com a Lei nº. 080, de 14 de dezembro de 2009, Lei nº. 2508/2088 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Médico Pediatra, com 10 (dez) horas/semanais, do Quadro de Pessoal Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/10/2012 a 08/10/2012.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

Portaria Nº. 2908/2012.

PORTARIA Nº. 2908/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA de conformidade com o art. 24, da Lei nº. 1683, de 08 de maio de 2003, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	Período
Clemilson da Rosa	15	30	17/09/2012 a 15/12/2012
Dayane Virtuoso do Nascimento	30	40	01/09/2012 a 15/12/2012
Mirian Ruth Diel	10	30	28/09/2012 a 27/10/2012
Patricia do Rosario Dantas	40	20	15/10/2012 a 15/12/2012
Rosilene Francelina da Silva	30	20	01/10/2012 a 15/12/2012

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2909/2012.

PORTARIA Nº. 2909/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para GRAZIELA DA SILVA, matrícula nº. 800875, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Receita e Regularização Fundiária, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 21/03/2003 a 21/03/2008, por 03 (três) meses, a com efeitos a contar de 01/11/2012 à 01/02/2013.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 2910/2012.

PORTARIA Nº. 2910/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL - para os servidores abaixo relacionados de acordo com a Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar da data abaixo.

Matrícula	Nome	DE	Para	Pagar a partir de
800295	Marluci Souza Klein	DOC - 3 - E	DOC - 3 - F	30/05/2012
800307	Flavia Cristina Grah da Silva	DOC - 3 - F	DOC - 3 - G	13/07/2012

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2911/2012.

PORTARIA Nº. 2911/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MAYSA GUTHIA, matrícula nº. 300154, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 16/01/2004 a 16/01/2009, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 20/11/2012 à 20/12/2012.

Palhoça, SC, em 17 de setembro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 2912/2012.

PORTARIA Nº. 2912/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 2773 de 17 de setembro de 2012, que Contratou por Tempo Determinado a servidora RAQUEL FERREIRA JOSÉ, para ocupar o cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina, da Administração Direta desta Prefeitura, referente local que deverá ser Pinheira 16 Horas, da Lei nº. 3239/2010, não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 2913/2012.

PORTARIA Nº. 2913/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2628 de 24 de setembro de 2010, que Contratou por Tempo Determinado a servidora JOSIANE CRISTINA DA SILVA, para ocupar o cargo de Psicóloga, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com Processo Seletivo nº. 001/2010,

pelo período de 06/10/2012 a 06/10/2014.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 2914/2012.

PORTARIA Nº. 2914/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3089 de 19 de novembro de 2010, que Contratou por Tempo Determinado a servidora NÁDIA DE FÁTIMA MAGGIONI, para ocupar o cargo de Assis-tente Social, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com Processo Seletivo nº. 001/2010, pelo período de 24/11/2012 a 24/11/2014.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 2915/2012.

PORTARIA Nº. 2915/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2812 de 08 de outubro de 2010, que Contratou por Tempo Determinado a servidora RENATA PAULA GARCIA DE ALMEIDA JORDANI, para ocupar o cargo de Assistente Social, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com Processo Seletivo nº. 001/2010, pelo período de 19/10/2012 a 19/10/2014.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 2916/2012.

PORTARIA Nº. 2916/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, LEIDE ACOSTA RAFAGNIN, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 31/10/2012.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2917/2012.

PORTARIA Nº. 2917/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, ELI-SANGELA BRUNO MARTINS, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 16/10/2012.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2918/2012.

PORTARIA Nº. 2918/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, TAMA-RA S. ALVES OKADA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/10/2012.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2920/2012.

PORTARIA Nº. 2920/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES para a servidora ZENEIDE NOEMIA WAGNER BOEING, matrícula nº. 800678, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 185 da Lei 097, de 15 de dezembro de 2010, pelo período de 36 (trinta e seis) meses, com efeitos a contar de 02/10/2012.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2921/2012.

PORTARIA Nº. 2921/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para NAIR MARIA COELHO, matrícula nº. 800348, titular do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 02/06/1998 a 02/06/2003, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 16/10/2012 à 16/11/2012.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2922/2012.

PORTARIA Nº. 2922/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para IVONETE MERCEDES VICENTE, matrícula nº. 800042, titular do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 14/03/2003 a 14/03/2008, por 03 (três) meses, a com efeitos a contar de 01/11/2012 à 01/02/2013.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2924/2012.

PORTARIA Nº. 2924/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

AUTORIZAR RENATA BATISTA, matrícula nº. 401162, portador da CNH 264878992, vencimento em 23/02/2015, categoria B, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta Desta Prefeitura, a dirigir veículo da Prefeitura.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

Portaria Nº. 2925/2012.

PORTARIA Nº. 2925/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria 2407 de 20 de agosto de 2012, que Concedeu Estágio Remunerado a MARIANE ESPÍNDOLA, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Planejamento, Habitação, Projetos e Trânsito da Administração Direta desta Prefeitura, tendo em vista que a mesma não se apresentou ao local para início do referido estágio.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 2926/2012.

PORTARIA Nº. 2926/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria 2548 de 03 de setembro de 2012, que Concedeu Estágio Remunerado a NADINI DE SOUZA, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça da Administração Indireta desta Prefeitura, tendo em vista que a mesma não se apresentou ao local para início do referido estágio.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 2927/2012.

PORTARIA Nº. 2927/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO JANICE REGINA VIEIRA, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 15/10/2012.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretária de Saúde e Medicina Preventiva.

Portaria Nº. 2928/2012.

PORTARIA Nº. 2928/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MIRIAM RAIMUNDO DA SILVA, matrícula nº. 800260, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 13/04/1995 a 13/04/2000, por 02 (dois) meses, a com efeitos a contar de 08/10/2012 à 08/12/2012.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2931/2012.

PORTARIA Nº. 2931/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO FERNANDA MARGARETE FRANCISCO, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 21/10/2012.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretária de Saúde e Medicina Preventiva.

Portaria Nº. 2932/2012.

PORTARIA Nº. 2932/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ALINE SOUZA KRACIK, de acordo com a Lei nº. 3239/2010, Lei nº. 2508/2088 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Médico Clínico Geral, com 120 (cento e vinte) horas/mensais, do Quadro de Pessoal da Pinheira 16 Horas, da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/10/2012 a 01/10/2013.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

Portaria Nº. 2936/2012.

PORTARIA Nº. 2936/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER REGÊNCIA DE CLASSE para MIRIAM RAIMUNDO DA SILVA, ma-trícula nº. 800633, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 89 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 08/10/2012.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2938/2012.

PORTARIA Nº. 2938/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional Definitiva de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora KARLA DA SILVA ALBINO, matrícula nº. 801940, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2939/2012.

PORTARIA Nº. 2939/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REENQUADRAR de acordo com o Artigo 69, Parágrafo Único da Lei 097 de 15 de dezembro de 2011, a servidora ADRIANA SALAZAR MATIAS, matrícula nº. 800693, no cargo de Assistente de Educação, nomeada através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, com efeitos a contar de 01/11/2012.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2940/2012.

PORTARIA Nº. 2940/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do

Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO FERNANDA MARGARETE FRANCISCO, para ocupar o cargo da categoria funcional de Técnico em Enfermagem, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde do Cambirela da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 22/10/2012.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

Portaria Nº. 2941/2012.

PORTARIA Nº. 2941/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder licença para tratamento de Saúde aos servidores abaixo relacionados:

Nome do Funcionário	Cargo	Dias	Contar de	CID
Adriana Maria F. da Silva	Professor	15	25/09/12	I - Z 54-0, II - I 83-9
Adriana Schreiber Cardoso	ASO	30	06/10/12	I - S 93-4
Alexandre Mattos	Professor	10	01/10/12	I - M 25-5
Aline Soares Suares	Enfermeiro	05	01/10/12	I - S 93-4
Alyne Sarabas Duarte	Professor	180	01/10/12	I - Z 33
Ana Cristina de Jesus dos Santos	ASO	08	05/10/12	I - Z 54-0
Ana Lucia do Nascimento	Merendeira	05	24/09/12	I - Z 08-9, II - M 25
Ana Lucia do Nascimento	Merendeira	07	09/10/12	I - Z 08-9, II - M 25
Ana Maria de Souza Vieira	ASG	10	03/10/12	I - M 54, II - F 41, III - M 17
Ana Maria de Souza Vieira	ASG	33	15/10/12	I - M 54, II - F 41, III - M 17
Andre Luiz Cunha Filho	Artífice	15	07/10/12	I - S 43
Andrea Suzana Sgrott	Enfermeira	07	03/10/12	I - O 20
Anelia Mariano dos Santos	ASG	90	02/10/12	I - M 54, II - F 79, III - M 77
Anelori Poletti	Professor	15	01/10/12	I - F 32-2
Angela Maria Sarmento	ASG	75	04/10/12	I - M 54-5, II - M 55-5
Angelita Rodrigues Schmitz	ACS	60	14/10/12	I - Z 54-0, II - S 52-5
Bianca do Nascimento	Merendeira	30	01/10/12	I - M 75, II - M 65
Bruna Gomes dos Santos Corte	Professor	14	27/09/12	I - O 20
Bruna Rosar Ventura	Assessor	180	01/10/12	I - Z 33

Claionara Maria Camilo	Fiscal de Obras	60	23/09/12	I - F 31-0
Claudiana Ap. Back Fuck	ACS	180	21/09/12	I - Z 33
Cleomar Aparecida Goçalves	Merendeira	10	27/09/12	I - Z 54-0
Cleusa Cristina Rosmansk	ASO	15	01/10/12	I - M 22
Cristiano Cipriano	ACS	30	25/09/12	I - M 54-2
Denise Perpetua Natividade	Assistente Administrativo	10	27/09/12	I - F 33
Doriel Soares de Souza	Agente Administrativo I	08	28/09/12	I - Z 54-0
Eliane Maria da Silva Rosa	ACS	06	14/10/12	I - Z 54-0
Eliane Maria da Silva Rosa	ACS	05	09/10/12	I - Z 54-0
Eliete Agostinha de Medeiros	ACS	60	04/10/12	I - M 23, II - C 73
Everton Carlos da Silva Sotero	Professor	10	02/10/12	I - M 54-4
Fabiane Cecília Sulzbach	Odontologo	15	08/10/12	I - K 58-9
Flavia de Souza Branco	Assistente Técnico Pedag	05	30/09/12	I - M 54-4
Gidele G. C. Dirksen	Professor	30	02/10/12	I - F 32-1, II - F 41-1
Gladet M Parisotto	Agente Adm. Auxiliar	15	04/10/12	I - R 07-3
Grazielli P. da Silva Schmitz	Professor	72	05/10/12	I - C 50-9
Ivonesia Adelia Silva	Auxiliar de Enfermagem	07	05/10/12	I - M 65-9
Ivone Francisco Torquato	Merendeira	10	03/10/12	I - F 41-2
Jucilda dos Santos	Professor	30	02/10/12	I - Z 76-3
Karine Zuleide P. Abromovicz	ACS	08	01/10/12	I - S 93-4
Karolini Lanzoni B. Werner	Técnico em Enfermagem	30	17/09/12	I - F 60-3
Kátia de Souza	Assessor	10	24/09/12	I - Z 76-3
Kátia Regina da Silva Albino	Merendeira	30	12/10/12	I - M 79-5
Lea Rosa Peres Silva	Professor	20	15/10/12	I - M 65, II - M 75, III - M 77
Leonardo Souza Valverde	Assistente Administrativo	05	01/10/12	I - M 54-4
Letícia Lampert Gonçalves	Professor	30	28/09/12	I - Z 76-3
Lidia Maria Zacchi	Professor	60	17/10/12	
Maggie de Farias Vieira da Silva	Assessor	04	14/09/12	
Maggie de Farias Vieira da Silva	Assessor	04	01/10/12	
Marcilane Hilário Alves	Merendeira	03	24/09/12	I - T 78-4
Marcilane Hilário Alves	Merendeira	03	02/10/12	I - T 78-4
Maria Claudete da Silva	ASG	120	16/10/12	I - M 54-2, II - M 65
Marilu Ivete Savedra Barreto	ASO	60	28/09/12	I - Z 54-0

Mary Lucia Souza da Silva	Professor	30	07/10/12	I - M 54
Medianeira de Castro	Professor	90	24/09/12	I - F 34-1, II - F 41-1
Miriam Josiane Silveira Souza	Merendeira	08	18/09/12	I - Z 76-3
Neiva de Farias V. Silva	Monitor	45	01/10/12	I - Z 76-3
Nila Maria Coelho	ASO	120	15/10/12	I - F 31-5
Pedro Jorge de Oliveira	Professor	15	23/09/12	I - J 90-8
Roseli Alves Oliveira Rosa	ASG	30	03/10/12	I - M 77, II - S 86
Sebastião Natalino da Silveira	ASO	90	26/10/12	I - F 20-9
Silvio Edson Oliveira	ASO	90	28/09/12	I - Z 54-0
Silvio Luiz O. Mendes	ASO	05	01/10/12	I - M 54-4
Simone Maria da Silva	Professor	180	01/10/12	I - Z 33
Solange Hanger	Professor	07	26/09/12	I - J 38
Sonia Regina Leal	Professor	30	05/10/12	I - F 41
Sueli Correa Freitas da Silva	Assistente Tec. Pedag	05	03/09/12	I - Z 76-3, II - I 10
Tereza Filomena da Silva	ASG	60	08/10/12	I - I 10, II - F 32
Thatiany Fernandes Miranda	Técnico em Enfermagem	05	08/10/12	I - R 42
Valdeci Martins	ASO	60	03/10/12	I - F 32-9
Vera de Souza da Silva	Merendeira	13	26/09/12	I - M 54-2
Vera Lúcia Diniz	Assistente Administrativo	60	07/10/12	I - S 62-4
Zila Rosar Ventura	Professor	15	09/10/12	I - F 41-1

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 2942/2012.

PORTARIA Nº. 2942/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO VALDIRENE MARCOS DA SILVA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Técnico em Enfermagem, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde do Madri da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 22/10/2012.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

Portaria Nº. 2943/2012.

PORTARIA Nº. 2943/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do

Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO CAROLINE FERREIRA GARCIA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Cirurgião Dentista, com carga horária de 40 (quarenta) ho-ras/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde da Pinheira da Secretaria de Saú-de e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Con-curso Público Edital nº. 001/2012, homo-logado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 22/10/2012.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

Portaria Nº. 2944/2012.

PORTARIA Nº. 2944/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Mu-nicípio,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO DANIELA GOMES AGUIAR, para ocupar o cargo da categoria funcional de Enfermeiro, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Uni-dade de Saúde do Jardim Eldorado da Secretaria de Saúde e Me-dicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, admi-tido através de Concurso Pú-blico Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 22/10/2012.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

Portaria Nº. 2945/2012.

PORTARIA Nº. 2945/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Mu-nicípio,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO ELAINE CRISTINA HENRIQUE, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente de Serviços Ope-acionais, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Admi-nistração Indireta desta Prefeitura, admitida através de Concurso Público Edital nº. 001/2011, homologado em 10/05/2011, con-forme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 22/10/2012.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA

Diretora Executiva

Portaria Nº. 2947/2012.

PORTARIA Nº. 2947/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Muni-cípio, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora JANICE LEONILA FOLSTER, matrícula nº. 800653, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Edu-cação e Cultu-ra, da Administração Direta desta Prefeitura.

A servidora encontra-se desempenhando a função de acordo com relatório as folhas 01, item 03.

Pelo período de 80 (oitenta) dias, a contar de 10/10/2012, de acordo com às folhas 03, 05.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2948/2012.

PORTARIA Nº. 2948/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Muni-cípio, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora ADRIANA DA SILVA ESPINDOLA SCHEIDT, matrícula nº. 800300, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Edu-cação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura.

A servidora encontra-se desempenhando a função de acordo com relatório as folhas 01, item 03.

Pelo período de 125 (cento e vinte e cinco) dias, a contar de 03/09/2012, de acordo com às folhas 27, 29.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2949/2012.

PORTARIA Nº. 2949/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora SANDRA SCHMIDT WAGNER, matrícula nº. 800506, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura. A servidora encontra-se desempenhando a função de acordo com relatório as folhas 04, item 03.

Pelo período de 01 (um) ano, a contar de 09/10/2012, de acordo com as folhas 19, 20.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2950/2012.

PORTARIA Nº. 2950/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora DEISE SCHMIDT, matrícula nº. 800763, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura.

A servidora encontra-se desempenhando a função de acordo com relatório as folhas 05, item 03.

Pelo período de 70 (setenta) dias, a contar de 05/10/2012, de acordo com as folhas 15, 16.

Palhoça, SC, em 05 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº2819/2012.

PORTARIA Nº2819/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR CLAUDINEIA DARIA VIEIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 009/2011, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, disciplina Dança, no (a) Atividades Complementar no PETI, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, da Secretaria de Educação e Cultura, no período de 01/08/2012 a 15/12/2012.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº2820/2012.

PORTARIA Nº2820/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR RENATA VERANI BEHR, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 009/2011, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, disciplina Dança, no (a) Atividades Complementar no PETI, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, da Secretaria de Educação e Cultura, no período de 01/09/2012 a 15/12/2012.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº2821/2012.

PORTARIA Nº2821/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR GIOVANA VIEIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 009/2011, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, disciplina Cultura, no (a) Atividades Complementar no PETI, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, da Secretaria de Educação e Cultura, no período de 01/09/2012 a 15/12/2012.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº2822/2012.

PORTARIA Nº2822/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR JANETE BOLZAN, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo

Simplificado nº. 009/2011, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, disciplina Cultura, no (a) Atividades Complementar no PETI, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, da Secretaria de Educação e Cultura, no período de 01/09/2012 a 15/12/2012.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº2823/2012.

PORTARIA Nº2823/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR RICARDO BACIQUET VASQUES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 009/2011, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, disciplina Dança, no (a) Atividades Complementar no PETI, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, da Secretaria de Educação e Cultura, no período de 01/09/2012 a 15/12/2012.

Palhoça, SC, em 28 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Termo de Cessão de Uso Nº 001/2012.

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 001/2012.

Termo de Cessão de Uso que entre si celebram o Município de Palhoça e o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, situado na Av. Hilza Terezinha Pagnani, nº 289, inscrito no CNPJ nº 82.892.316/0001-08, doravante denominado CEDENTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Ronério Heiderscheidt, portador da Carteira de Identidade nº 415792/SSPSC, CPF nº 179.763.839-49, e o ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina - CBMSC, situado à Rua Almirante Lamego, 381, Centro - Florianópolis, inscrito no CNPJ nº 06.096.391/0001-76, doravante denominado CESSIONÁRIO, neste ato representado por seu Comandante-Geral Coronel BM Marcos de Oliveira, portador do CPF nº 454.919.259-34, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Termo de Cessão de Uso, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente termo é a cessão de uso pelo CEDENTE em favor do CESSIONÁRIO, a título gratuito, o(s) seguinte(s) bem(ns) móvel(eis) adquiridos com recursos do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina:

I - marca FORD, modelo Courier L 1.6 Flex, tipo Pick up, combustível Álcool/Gasolina, ano de fabricação/modelo 2011/2012, cor

vermelha, chassi nº 9BFZC52P7CB911642, placa MIR 9815, com todos os equipamentos obrigatórios, avaliado em R\$ 39.260,00 (trinta e nove mil e duzentos e sessenta reais); e

II - marca FORD, modelo Fiesta 1.6 Flex, tipo Hatch, combustível Álcool/Gasolina, ano de fabricação/modelo 2011/2012, cor vermelha, chassi nº 9BFZF55P8C8222371, placa MIO 9705, com todos os equipamentos obrigatórios, avaliado em R\$ 38.300,00 (trinta e oito mil e trezentos reais).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESTINAÇÃO

O(s) bem(ns) destina(am)-se a manutenção e execução dos serviços de bombeiro militar no Município de Palhoça, ficando o CESSIONÁRIO responsável pelo fornecimento do pessoal necessário à execução desse serviço.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO E DAS OBRIGAÇÕES

I - DO CESSIONÁRIO:

- a) Usar o(s) bem(ns) exclusivamente para o fim a que se destina;
- b) Não transferir ou ceder o(s) bem(ns) a terceiros;
- c) Zelar pela guarda do(s) bem(ns), comunicando ao CEDENTE a ocorrência de qualquer acidente;
- d) Responsabilizar-se por eventuais transgressões à legislação de trânsito (ou análoga) e pelos efeitos dessas;
- e) Arcar com os custos de conservação, manutenção e reposição das peças necessárias à conservação e uso do(s) bem(ns), além de pagar todos os impostos e taxas incidentes sobre os bens deste termo.

II - DO CEDENTE:

- a) Arcar com os custos elencados na letra "e", item I, da cláusula terceira em casos de justificada emergência administrativo-operacional através do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina ou da conta convênio entre o município e o CBMSC.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento do Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros - FUMCBM.

CLÁUSULA QUINTA - DA CARACTERIZAÇÃO

Enquanto durar a presente Cessão de Uso o(s) bem(ns) integrará(ão) a frota do CESSIONÁRIO, caracterizado por suas cores, símbolos e placas (licenças) específicos.

CLÁUSULA SEXTA - DA DEPRECIAÇÃO

Por conta do presente acordo, o objeto desta Cessão de Uso será utilizado no serviço de bombeiro, o qual será devolvido, quando da rescisão ou expiração deste instrumento, no estado que se encontrar, desgastado pelo seu uso.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA LEGISLAÇÃO

Este Termo de Cessão de Uso reger-se-á, no que couber, pelas normas estabelecidas no inciso IX do Artigo 8º da Constituição Estadual, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações e na Lei Municipal nº 3.628 de 07 de março de 2012.

CLÁUSULA OITAVA - PRAZO E VIGÊNCIA

O presente Termo de Cessão de Uso vigorará por 5 (cinco) anos, a contar da data de assinatura, podendo ser denunciado a qualquer tempo se assim for do interesse de qualquer dos acordantes,

mediante comunicação prévia de no mínimo 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA NONA - DOS TERMOS ADITIVOS

Este Termo de Cessão de Uso poderá ser alterado e/ou prorrogado através de Termos Aditivos, de comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Para qualquer ação judicial que se originar deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Capital, renunciando as partes a qualquer outro, mesmo que mais privilegiado.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 3 (três) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Palhoça - SC, 01 de outubro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal de Palhoça

Coronel BM - MARCOS DE OLIVEIRA

Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina

Testemunhas:

Maj BM - DANIEL FERNANDES

Função: Cmt 2ª/10º BBM

CPF nº 784.889.239-53

Sgt BM - NAZARIO OSVALDO SANTANA

Função: Ch B4 2ª/10º BBM

CPF nº 471.346.909-20

Porto Belo

PREFEITURA

Edital de Convocação

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Município de Porto Belo, através da Fundação Municipal de Turismo, vem através do presente, convocar os interessados proprietários dos veículos, tipo "Vans" com capacidade de até 16 passageiros e veículo de transporte do tipo "RECREATIVO" com capacidade acima de 25 (vinte e cinco) e até 35 (trinta e cinco) passageiros, para o Processo Seletivo que o habilitará ao transporte de passageiros dos Transatlânticos.

O cadastramento será realizado nos dias 05 à 12 de novembro do corrente ano, no horário compreendido das 14:00 às 18:00 na Fundação Municipal de Turismo, com endereço na Avenida Governador Celso Ramos, nº. 1492, Centro, Porto Belo, SC. A vistoria do veículo ocorrerá no ato da inscrição.

A seleção dos veículos obedecerá ao disposto no Decreto Municipal nº 1.032/2012, que se encontra disponível na página www.portobelo.sc.gov.br.

Porto Belo, 5 de Novembro de 2012.

Porto União

PREFEITURA

Decreto Nº 969/2012

DECRETO Nº 969, de 25 de outubro de 2012.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 3.892, de 30 de junho de 2011 (LDO) e 3.939, de 29 de novembro de 2011 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Geral do Município a dotação orçamentária a seguir especificada, no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais):

ÓRGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0204 – SEC. ADMINISTRAÇÃO, ESPORTE E CULTURA		
ATIVIDADE	2005 – Manutenção Secretaria de Administração		
MODALIDADE	3190 – 100 – Aplicações Diretas	10	30.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			30.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0204 – SEC. ADMINISTRAÇÃO, ESPORTE E CULTURA		
ATIVIDADE	2005 – Manutenção Secretaria de Administração		
MODALIDADE	3390 – 100 – Aplicações Diretas	11	30.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			30.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 25 de outubro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Decreto Nº 970/2012

DECRETO Nº 970, de 31 de outubro de 2012.

Estabelece limitação de empenho no âmbito dos órgãos do Poder Executivo Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, com fundamento no disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e

CONSIDERANDO a necessidade da limitação de empenho e movimentação financeira, com o objetivo de manter, na execução

orçamentária, o equilíbrio das contas públicas e o cumprimento das metas fiscais estabelecidas;

CONSIDERANDO o comportamento das receitas do Município;

CONSIDERANDO o limite de comprometimento com pessoal, conforme determina a Lei Complementar 101/2000 (LRF), alínea b, inciso III do art. 20 e parágrafo único do art. 20 da mesma LEI; CONSIDERANDO que os gastos com pessoal atingiu o limite prudencial previsto em Lei, o que determina a readequação das despesas com pessoal para se enquadrar na legislação prevista;

CONSIDERANDO os efeitos do art. 41 da Lei Municipal nº 3.892, de 30 de junho de 2011 (LDO); e

CONSIDERANDO parecer contábil e financeiro anexo,

DECRETA:

Art. 1º Fica limitado o empenho da movimentação financeira, devendo ser limitadas e readequadas as despesas decorrentes do previsto nos artigos 17 e 31 com seu parágrafo único, da Lei Complementar 101/2000 (LRF) e as previstas para atendimento de despesas com material de consumo, serviços de terceiros e encargos, diversas despesas de custeio, investimentos e inversões financeiras, podendo ser paralisadas temporariamente as atividades caracterizadas como não essenciais, ressaltando-se aquelas que constituam obrigações constitucionais e legais, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida e as despesas com pessoal.

Art. 2º São responsáveis pela implementação das ações necessárias ao cumprimento deste Decreto os Secretários Municipais.

Parágrafo único. As Unidades Orçamentárias e Administrativas competentes adotarão as medidas e procedimentos, inclusive com relação aos contratos e às licitações, necessários à redução das despesas e a sua adequação aos limites fixados neste Decreto.

Art. 3º Ficam ainda estabelecidas as seguintes medidas administrativas e de restrições orçamentárias para o efetivo controle da despesa pública, sem prejuízos de outras análogas:

I- Redução da utilização de uso da frota de veículos municipais, bem como a sua utilização após as 18 horas, ressaltados os casos emergenciais e aqueles expressamente autorizados pelo Prefeito Municipal;

II- Fica vedada a realização de horas extras a todo o quadro de servidores municipais, ressaltados os casos com prévia justificativa do Secretário da respectiva pasta e expressa autorização do Prefeito Municipal;

III- Ficam suspensos de forma temporária:

a) novos investimentos no Município, com exceção dos necessários para o cumprimento dos percentuais mínimos estabelecidos pela Constituição Federal nas áreas de Educação e Saúde e de obras previamente autorizadas pelo Prefeito Municipal;

b) novas nomeações de servidores efetivos em comissão, contratações, convocações para regime especial e contratações de estágios, ressaltados as situações de realocação de pessoal e de necessidade excepcional prévia e devidamente justificada;

c) novos afastamentos ou cedências de servidores, com ônus para o Município, para órgãos federais, estaduais ou municipais;

d) concessão de diárias e ajuda de custo, salvo expressamente autorizadas pelo Prefeito Municipal;

e) concessão de novas gratificações;

f) concessão de licenças para tratar de interesses particulares e licença prêmio, quando implicarem em nomeações para substituição.

IV- Contenção do consumo de energia elétrica, água e telefone em todas as unidades administrativas;

V- Fica vedada a cessão de veículos para realização de viagens de quaisquer naturezas em atividades da municipalidade ou de instituições não governamentais, ressalvados os casos determinados e autorizados por Lei, elencados em Convênios ou competições e eventos oficiais, previamente autorizadas pelo Prefeito Municipal;

VI- Intensificar o controle da frota oficial de veículos, de modo a racionalizar o uso de todo e qualquer veículo dentro da estrita e real necessidade;

VII- Suspensão, por tempo indeterminado, de novos eventos que importem em realização de qualquer tipo de despesa ao erário, exceto os de caráter obrigatório, que deverão ser realizados com redução drástica de custos;

VIII- Suspensão de novos auxílios para realização de eventos promovidos por quaisquer instituições;

IX- Controle e racionalização da aquisição e utilização de materiais de expediente de informática e consumo geral;

X- Controle rigoroso do uso de linhas telefônicas e inativação de linhas excedentes;

XI- Nas atividades administrativas e operacionais no que couber, poderá ser adotado o expediente reduzido, durante os meses de novembro e dezembro do corrente, como excepcionalidade;

XII- Redução de 50% (cinquenta por cento) no mínimo, dos contratos de bolsas estágio, como excepcionalidade, até o fim do presente exercício;

XIII- Suspensão de Funções Gratificadas que não sejam essenciais ao desenvolvimento das atividades administrativas;

XIV- Redução mínima em pelo menos 20% (Vinte por cento) das despesas com cargos em comissão e funções de confiança nos termos do que dispõe o artigo 169 da Constituição Federal;

XV- Deverá o Departamento Municipal de Esportes manter somente as atividades que anteriormente já estavam assumidas, não aceitando novas solicitações, bem como suspendendo ou cancelando os demais apoios ou participações avulsas em torneios e competições, campeonatos ou outras atividades esportivas;

XVI- Deverão os Secretários Municipais de Educação e Saúde apresentar impreterivelmente no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a publicação deste Decreto, um Plano de Contingência de Despesas, considerando as especificidades dos serviços prestados por essas duas Secretarias;

Art. 4º Fica expressamente determinado aos Secretários Municipais a estrita observação e cumprimento das disposições contidas no presente Decreto, cabendo aos mesmos a adoção das medidas necessárias para implementação em suas respectivas pastas.

Parágrafo único. Ficará sob a responsabilidade pessoal dos Secretários Municipais, a prática ou autorização de ato ou despesa em desacordo com o estabelecido nos incisos I, II, IV, V, VI, VII, X, XII, e XIII do art. 3º deste Decreto.

Art. 5º As medidas de que trata o presente Decreto terão vigência até 31 de dezembro de 2012.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 31 de outubro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI RUY BREYER DE CARVALHO

Secretário Municipal de Finanças Secretário Municipal de Transportes, e Contabilidade Obras e Serviços Públicos

BENTO TRINDADE JÚNIOR ALCEMIR TEIXEIRA

Secretário Municipal de Educação Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

CLAÚDIO TILGNER DE SOUZA JAIR GIRARDI

Secretário Municipal de Planejamento Secretário Municipal de Saúde

LUIZ ALFREDO STROEBERL JÚLIO ILSOMAR CHAICOWSKI

Secretário Municipal de Indústria, Secretário Municipal de Comércio e Turismo Desenvolvimento Social

Decreto Nº 971/2012

DECRETO Nº 971, de 1º de novembro de 2012.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 3.892, de 30 de junho de 2011 (LDO) e 3.939, de 29 de novembro de 2011 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Geral do Município a dotação orçamentária a seguir especificada, no valor de R\$ 27.000,00 (Vinte e sete mil reais):

ÓRGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0210 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
ATIVIDADE	2030 – Convênio Polícia Militar		
MODALIDADE	4490 – 167 – Aplicações Diretas	147	27.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			27.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro ocorrido no exercício 2011, na Fonte 100.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 1º de novembro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Decreto Nº 972/2012

DECRETO Nº 972, de 1º de novembro de 2012.

Dispõe sobre Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto no art. 40, § 1º, inc. III, letra a, da Constituição Federal, devidamente combinado com o art. 31, inc. I, da Lei Municipal nº 2.108, de 09 de junho de 1995, com redação dada pela Lei Municipal nº 3.079, de 06 de julho de 2005,

DECRETA:

Art. 1º CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO com proventos integrais ao Servidor Público Municipal Sr. JAIR SILVA PINTO, portador do RG nº 11.465.490-6 e CPF nº 482.062.618-34, no Cargo de Agente de Serviços públicos - Nível 02, vinculado à Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, sob o Regime Estatutário, preenchendo todos os requisitos exigidos pela Constituição Federal, Legislação Federal e Legislação Municipal vigentes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 1º de novembro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

ADÉLIA SALETE DE OLIVEIRA

Presidente do IMPRESS

Decreto Nº 973/2012

DECRETO Nº 973, de 05 de novembro de 2012.

Nomeia Subcomissão Técnica para auxiliar Comissão Permanente de Licitação no julgamento das propostas técnicas das licitações para seleção de agências de publicidade e propaganda, conforme especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64 da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto nas Leis Federais nºs 8.666/1993 e 12.232/2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Subcomissão Técnica responsável para auxiliar Comissão Permanente de Licitação no julgamento das propostas técnicas das licitações para seleção de agências de publicidade e propaganda, para prestação de serviços de comunicação à Administração Direta e Indireta do Município de Porto União - SC, de acordo com as exigências contidas no Art. 10 da Lei Federal nº 12.232, de 29 de abril de 2010.

Art. 2º A Subcomissão será composta pelos seguintes membros:

Marcelo Daniel Storck;

Sidnei Muran.

Art. 3º A participação dos membros não resultará em ônus para o Município, tendo os participantes direito, ao final do processo, de receber comprovante de participação expedido pelo Município em que constará relação de atividades desenvolvidas, conforme consta no subitem 8.1, do item 3, do Edital de Chamada Pública 002/2012.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 05 de novembro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Extrato de Edital de Pregão Presencial 077/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 134/2012

Extrato de Edital de Pregão presencial 077/2012

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, menor preço por item, do tipo presencial, para aquisição de duas motocicletas destinadas a Polícia Militar de Porto União. O recebimento dos envelopes se dará até as 10:00 do dia 19 de Novembro de 2012, na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 10:15 horas, no mesmo local e dia. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 06 de Novembro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 072/2012 Edu

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 072/2012 EDU

Partes: Município de Porto União e Fundo de Materiais, Publicações e Impressos.

Objeto: Publicação dos atos oficiais do município.

Valor total R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

Vigência: é de 12 (doze) meses, após assinatura contratual, podendo ser prorrogado por igual período.

Base legal: Dispensa 005/2012 EDU, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02

Porto União SC, 01 de Novembro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS.

Contratada

Extrato de Contrato 190/2012

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 190/2012

Partes: Município de Porto União e Fundo de Materiais, Publicações e Impressos.

Objeto: Publicação dos atos oficiais do município.

Valor total R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

Vigência: é de 12 (doze) meses, após assinatura contratual, podendo ser prorrogado por igual período.

Base legal: Dispensa 016/2012, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02

Porto União SC, 01 de Novembro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS.

Contratada

Justificativa de Dispensa de Licitação N.º 005/2012

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ref. Processo Licitatório 033/2012 - EDUCAÇÃO

Dispensa de Licitação n.º 005/2012

Caracterização da Situação: O Município nos termos do que determina a Lei 8.666/93, necessita fazer algumas publicações (extrato de contratos, extratos de editais de licitações) no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, para que desta forma de cumprimento ao princípio da publicidade dos seus atos previstos no art 37, caput da Constituição Federal.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a contratação com o Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais SC" (Diário Oficial).

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre a empresa Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais SC (Diário Oficial do Estado), tendo em vista que é a empresa do Governo do Estado, que presta serviços desta natureza.

Do Preço: O valor total estimado a ser cobrado é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), estando portanto, dentro do valor de mercado.

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos da Dotação Orçamentária n.o:

Atividade - 2010 Manutenção Servs. Administrativos de Ensino

Modalidade - 3390-104 Aplicações diretas COD. 17

Complemento - 33903990 Serviços de Publicidade Legal

Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24 e inciso VIII, da Lei 8.666/93, face os motivos já expostos.

Porto União, 24 de outubro de 2012.

ROBERTO BONFLEUR

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Decreto 737/2012

Justificativa de Dispensa de Licitação N.º 016/2012

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ref. Processo Licitatório 132/2012

Dispensa de Licitação n.º 016/2012

Caracterização da Situação: O Município nos termos do que determina a Lei 8.666/93, necessita fazer algumas publicações (atos do Executivo, extrato de contratos, extratos de editais de licitações) no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, para que desta forma de cumprimento ao princípio da publicidade dos seus atos previstos no art 37, caput da Constituição Federal.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a contratação com o Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais SC" (Diário Oficial).

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre a empresa Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais SC (Diário Oficial do Estado), tendo em vista que é a empresa do Governo do Estado, que presta serviços desta natureza.

Do Preço: O valor total estimado a ser cobrado é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), estando portanto, dentro do valor de mercado.

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:

Atividade - 2033 ENCARGOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO R\$

14.000,00
Modalidade - 3390-100 Aplicações diretas COD. 114

Atividade - 2026 MANUT.SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL R\$ 6.000,00
Modalidade 3390-100 Aplicações diretas COD. 93

Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24 e inciso VIII, da Lei 8.666/93, face os motivos já expostos.

Porto União, 24 de outubro de 2012.
ROBERTO BONFLEUR
Presidente da Comissão Permanente de Licitações
Decreto 737/2012

Rio do Sul

PREFEITURA

Decreto 2933/12

DECRETO Nº 2.933, de 19 de outubro de 2012.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 038/2012-FMS."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 2.254/11, o resultado do Pregão Presencial para Registro de Preço nº 038/2012, de 27/09/2012, do Fundo Municipal de Saúde, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes EXPRESSÃO COM.DE MAT.DE INF.E SERV. LTDA, J.P.DE LIMA COMÉRCIO-EPP, CELIA REGINA WAMBOMMEL-ME, TAF DISTRIBUIDORA LTDA, AP OESTE COMERCIO LTDA-EPP, TAYU QUIMICA LTDA, DIALSUPRI DISTRIBUIDORA LTDA-ME e AMANDA COMERCIO DE PAPEIS E EMBALAGENS LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal
19 de outubro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

SUELI TERESINHA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Saúde

ANEXO AO DECRETO Nº 2.933/2012

Pregão Presencial Para Registro de Preço nº 038/2012 de 27.09.2012-FMS

Objeto da Licitação: Registro de Preço para aquisição de 55 (cincoenta e cinco) itens de material de higiene, limpeza e cozinha para atender necessidades dos PSFs e demais setores da Sec. de Saúde

Preço: por item

Participantes: JLM COM.DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA, STARPLAST IND.DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA-ME, EXPRESSÃO COM.DE MAT.DE INF.E SERV. LTDA, J.P.DE LIMA COMÉRCIO-EPP, CELIA REGINA WAMBOMMEL-ME, TAF DISTRIBUIDORA LTDA, AP OESTE COMERCIO LTDA-EPP, TAYU QUIMICA LTDA, DIALSUPRI DISTRIBUIDORA LTDA-ME e AMANDA COMERCIO DE PAPEIS E EMBALAGENS LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedores os licitantes EXPRESSÃO COM.DE MAT.DE INF.E SERV. LTDA nos itens 019,020,026,040,043 e 044; J.P.DE LIMA COMÉRCIO -EPP nos itens 010,015,017,018,022,030,042,046,047 e 050; CELIA REGINA WAMBOMMEL-ME nos itens 002,006,009,014,034,036,037,045 e 048; TAF DISTRIBUIDORA LTDA nos itens 003,007,016,023,024,025,031 e 038; AP OESTE COMERCIO LTDA-EPP nos itens 001, 004, 005, 008, 033, 039, 041, 049,052,054 e 055; TAYU QUIMICA LTDA nos itens 021 e 032; DIALSUPRI DISTRIBUIDORA LTDA-ME no item 056 e AMANDA COMERCIO DE PAPEIS E EMBALAGENS LTDA nos itens 011,012,013,027,028,029,035,051 e 053.

Decreto 2937/12

DECRETO Nº 2.937, de 23 de outubro de 2012

"DEFINE OS SUBSÍDIOS PARA A PAVIMENTAÇÃO DA RUA JOÃO PASQUALINI, BAIRRO CANTA GALO, NOS TERMOS DA LEI Nº 5.092, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso VI, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art.1º -Nos termos da Lei nº 5.092/2010, os subsídios concedidos pelo Executivo Municipal para a pavimentação da RUA JOÃO PASQUALINI, bairro Canta Galo, são os seguintes:

- I - Fornecimento de projetos e orientação técnica
- II - Participação financeira sobre o orçamento global da obra.

Art. 2º - O custo estimado dos subsídios são de R\$ 71.553,51.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal
23 de outubro de 2012
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Decreto 2938/12

DECRETO Nº 2.938, de 24 de outubro de 2012.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 112/12."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 2.254/11, o resultado do Pregão Presencial nº 112/12, de 04/10/2012, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada

a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes EJC VEICULOS LTDA e UNIDAS VEICULOS LTDA .

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal
24 de outubro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

RODRIGO ANTONIO F.F.S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração

ANEXO AO DECRETO Nº 2.938/2012

Pregão Presencial nº 112 de 04/10/2012

Objeto da Licitação: Aquisição de 02(dois) veículos novos motor 1.4 e 01(um) veículo novo motor 1.8. -Polícia Civil.

Preço: por item

Participantes: EJC VEICULOS LTDA, UNIDAS VEICULOS LTDA e RUMAR AUTOMOVEIS LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedores os licitantes EJC VEICULOS LTDA e UNIDAS VEICULOS LTDA.

Decreto 2942/12

DECRETO Nº 2.942, de 26 de outubro de 2012
"CONCEDE APOSENTADORIA VONTUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO Sr. LUIZ CEZAR PHILIPPI"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das prerrogativas previstas no inciso VI, do Art. 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o disposto no artigo 240 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, letra "c" inciso I do artigo 3º e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001, letra "c" inciso I do Artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005.

DECRETA:

Art.1º- Fica concedida aposentadoria voluntária por tempo de contribuição ao servidor público Sr. Luiz Cezar Philippi, portador da Cédula de Identidade nº 529.593 e CPF nº 164.087.219-15, domiciliado e residente na Rua XV de Novembro 839, bairro Centro em Rio do Sul - SC, no cargo de Operador de Equipamentos, nível E-, matrícula nº 1210/01 com proventos integrais e adicional de 26 %, com paridade a partir de 1º de Novembro de 2012.

Art.2º- A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE.

Art.3º - A aposentadoria foi concedida de conformidade com o disposto no artigo 240 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010; letra "c" inciso I do artigo 3º e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001; letra "c" inciso I do Artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005.

Art.4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.5º- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal
26 de outubro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

RODRIGO ANTONIO F.F.S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração

Decreto 2943/12

DECRETO Nº 2.943, de 26 de outubro de 2012.
"CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE A Sra. EDIT ROCHA"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das prerrogativas previstas no inciso VI, do Art. 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o disposto no artigo 240 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, letra "d", inciso I do artigo 3º e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001, letra "d" inciso I do Artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e § 1º inciso III alínea "b" do artigo 40 da Constituição Federal.

DECRETA:

Art.1º - Fica concedida aposentadoria por idade a Sra. Edit Rocha, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 279.920 e CPF nº 219.643.789-15 domiciliada e residente na Rua Rodrigues Alves, 105, Bairro Santana, Rio do Sul - SC, no cargo de Telefonista, nível C-1, matrícula nº 2348/01, com proventos proporcionais calculados pela média das 80% maiores remunerações, sem paridade, a partir de 1º de Novembro de 2012.

Art.2º - A aposentadoria é concedida em conformidade com o disposto no artigo 240 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, letra "d", inciso I do art. 3º e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001, letra "d" inciso I do Artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e § 1º inciso III alínea "b" do artigo 40 da Constituição Federal.

Art.3º - A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE.

Art.4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal
26 de outubro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

RODRIGO ANTONIO F.F.S. MORATELLI
Secretario Municipal de Administração

Decreto 2947/12

DECRETO Nº 2.947 de 29 de outubro de 2012
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR TENDÊNCIA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso I da Lei Orçamentária nº 5.227 de 06/12/11.

DECRETA:

Art. 1º – Fica suplementada na importância de R\$ 261.077,00 (duzentos e sessenta e um mil e setenta e sete reais), por conta da tendência do excesso de arrecadação em decorrência de repasses para o Transporte Escolar do Ensino Fundamental do Estado e do Programa Nacional de Alimentação Escolar Mais Educação, as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
08.02	DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO
2.058	Transporte Escolar Ensino Fundamental - Estado

3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	240.000,00
2.126	Programa Nacional de Alimentação – PNAE Fundamental Mais Educação		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	21.077,00
TOTAL		R\$	261.077,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

29 de outubro de 2012

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Decreto 2948/12

DECRETO Nº 2.948 de 29 de outubro de 2012

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO DE RIO DO SUL.”

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso I da Lei Orçamentária nº 5.227 de 06/12/11.

DECRETA:

Art. 1º – Fica suplementada na importância de R\$ 160.148,06 (cento e sessenta mil, cento e quarenta e oito reais e seis centavos), por conta do excesso de arrecadação nas Receitas Próprias, a seguinte dotação do orçamento vigente da Fundação Municipal de Desporto de Rio do Sul:

30.00	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS		
30.01	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS		
2.073	Manutenção da Fundação Municipal de Esportes		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	160.148,06
TOTAL		R\$	160.148,06

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

29 de outubro de 2012

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Decreto 2954/12

DECRETO Nº 2.954, de 01 de novembro de 2012

“DISPÕE SOBRE O PROCESSO DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL.”

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas nos incisos VI e VIII, alínea “a” do art. 37 da Lei Orgânica do Município, considerando:

O resultado da eleição majoritária no âmbito municipal realizado no dia 07/10/2012, que impõe a necessidade da realização de uma transição entre o atual e o novo governo, com o fim de garantir a transparência, o interesse público e a continuidade dos

serviços prestados a sociedade;

A necessidade de facilitar o acesso à informação sobre a atual situação da administração pública municipal direta e indireta, para que o novo governo possa, desde o início de seus trabalhos, exercer com eficiência os atos administrativos necessários e os que julgarem conveniente, evitando a descontinuidade administrativa; Os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4/05/2000);

Por analogia a aplicação da Lei Federal 10.609, de 20/12/2002; Que a transição não poderá prejudicar o andamento dos trabalhos do atual governo municipal até o fim do mandato.

DECRETA:

Art. 1º -O atual governo municipal, através do seu Gabinete, Procuradoria Jurídica, Controle Interno, Secretarias, Fundos e Fundações, realizará processo que objetiva propiciar condições para que o candidato eleito para o cargo de Prefeito Municipal, Garibaldi Antonio Ayroso, possa interar-se do dos dados e do funcionamento dos órgãos que compõem a Administração Pública do Executivo Municipal, necessário para a implementação do seu programa de governo.

§ 1º - Representará o atual governo municipal o Secretário Municipal de Administração, Rodrigo Antonio Ferreira Foster Soares Moratelli, que coordenará as atividades de transição do atual governo e a transição governamental.

§ 2º - Representará o candidato eleito o senhor Roberto Schulze, inscrito no CPF sob o nº 419.458.169-53, Vereador da atual legislatura, que coordenará as atividades de transição do novo governo.

§ 3º - O representante do candidato eleito designará por ofício encaminhado ao atual Prefeito Municipal, uma equipe composta de 10 (dez) pessoas para auxiliá-lo.

Art. 2º -O processo de transição governamental terá início no dia 05/11/2012, encerrando-se no dia 31/12/2012, respeitando o calendário de funcionamento do centro administrativo da Prefeitura Municipal de Rio do Sul.

Art. 3º - O Gabinete de transição será instalado nas dependências da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo.

Art. 4º - As reuniões entre as equipes de transição e servidores convocados para prestar informações serão realizadas no horário compreendido entre 14:00h e 18:00h, no local definido no art. 3º deste decreto.

Art. 5º -Os pedidos de acesso às informações deverão ser formulados por escrito e encaminhados ao Coordenador da equipe de transição do atual governo, a quem competirá requisitar aos órgãos e entidades da Administração do Poder Executivo Municipal, Fundos e Fundações, os dados solicitados pela equipe de transição do novo governo.

§ 1º - O órgão, a entidade ou o servidor instado a se manifestar deverá fazê-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, salvo determinação diversa, ou necessidade maior de levantamento das informações.

§ 2º - As informações serão prestadas à comissão de transição do novo governo, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de protocolo da solicitação, salvo necessidade maior de levantamento das informações.

§ 3º - O representante do atual governo poderá convocar qualquer servidor, agente político, superintendente e gestor de fundos, para prestar todas as informações imprescindíveis ao novo gestor, conforme determina o art. 157, incisos III e IV da Lei Complementar

207, de 28/09/2010 e art. 11 da Lei 8.429, de 02/06/1992 (Lei da Improbidade Administrativa).

§ 4º - Os convocados ficam obrigados a fornecer as informações solicitadas pelo coordenador da equipe de transição, bem como a prestar-lhe o apoio técnico e administrativo necessários aos seus trabalhos.

§ 5º - Se o servidor convocado pelo coordenador da equipe de transição se negar a prestar as informações requeridas, ou apresentá-las fora do prazo determinado poderá incidir nas penas previstas no art. 168 e seguintes da Lei Complementar 207, de 28/09/2010.

§ 6º - Em nenhuma hipótese, serão prestadas informações protegidas por sigilo bancário, fiscal ou de justiça.

Art. 6º - Todos os integrantes do atual governo estarão à disposição do novo governo até a sua posse.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

01 de novembro de 2012

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Decreto 2955/12

DECRETO Nº 2955, de 01 de novembro de 2012.

DISPÕE SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso VI, do art. 37 da Lei Orgânica do Município, considerando:

A necessidade de mecanismos necessários para o encerramento do mandato;

Os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4/05/2000), da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000 (Lei de Crimes Fiscais);

Por analogia a aplicação da Lei Federal 10.609, de 20/12/2002.

DECRETA:

Art. 1º - Cessar as emissões de ordem de compra e ordem de serviço, a partir de 09/11/2012, com a finalidade de que as despesas remanescentes de liquidação possam ser liquidadas até o dia 14/12/2012, permitindo que até o dia 30/12/2012 não existam pendências de pagamento para que todas as contas bancárias sejam conciliadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

01 de novembro de 2012

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1180/RH

PORTARIA Nº 1180/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 22 e §§, da Lei

Complementar n. 207 de 28/09/2010, instituir Comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório do Centro Educacional Ruth Schroeder Ohf, da Secretaria Municipal de Educação e, designar como membros: Jaqueline Michele Alexandre Bet, matrícula 6548/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe "A" e designada para exercer as funções do cargo de Diretor, Janete Schmidt Hoeller, matrícula 3522/04, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe "B", Anelore Buzzi, matrícula 21768/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe "B" e, designar como seus respectivos suplentes: Silene Schmitz Contezini, matrícula 20575/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe "C" e Cristiane Rassini, matrícula 23698/06, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe "B".

Art. 2º Esta comissão será responsável pelo acompanhamento e monitoramento do desempenho dos servidores pertencentes ao Centro Educacional supracitado, devendo obrigatoriamente manifestarem-se nos prazos e forma estabelecidos na presente lei e regulamento específico.

Art. 3º O mandato da comissão é de 03 (três) anos.

Parágrafo Único - Se antes de findo o prazo do mandato houver mudança da chefia imediata e/ou dos demais membros titulares que integram a Comissão ora instituída, deve o Secretário da unidade administrativa indicar novo nome para completar o prazo do respectivo mandato.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de outubro de 2012

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Mglb

Portaria Nº 1181/RH

PORTARIA Nº 1181/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 22 e §§, da Lei Complementar n. 207 de 28/09/2010, instituir Comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório do Centro Educacional Willy Schleumer, da Secretaria Municipal de Educação e, designar como membros: Edelise Lippel, matrícula 4413/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe "D" e designada para exercer as funções do cargo de Diretor, Veronica Werlich Felix Leite, matrícula 31275/03, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe "A", Viviana de Oliveira Burigo, matrícula 33014/03, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível II, classe "A" e, designar como seus respectivos suplentes: Aparecida das Gracas Silva, matrícula 1040/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível II, classe "D" e Cleyde Maria Guchert Weise, matrícula 30252/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe "B".

Art. 2º Esta comissão será responsável pelo acompanhamento e monitoramento do desempenho dos servidores pertencentes ao Centro Educacional supracitado, devendo obrigatoriamente manifestarem-se nos prazos e forma estabelecidos na presente lei e regulamento específico.

Art. 3º O mandato da comissão é de 03 (três) anos.

Parágrafo Único - Se antes de findo o prazo do mandato houver mudança da chefia imediata e/ou dos demais membros titulares que integram a Comissão ora instituída, deve o Secretário da unidade administrativa indicar novo nome para completar o prazo do respectivo mandato.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de outubro de 2012
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Mglb

Portaria Nº 1183/RH
PORTARIA Nº 1183/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 22 e §§, da Lei Complementar n. 207 de 28/09/2010, instituir Comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório do Centro de Educação Infantil Favinho de Mel I, da Secretaria Municipal de Educação e, designar como membros: Josemeri Carvalho, matrícula 16799/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe "C" e designada para exercer as funções do cargo de Diretor, Nilva Wessner, matrícula 2062/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe "B", Vania Jochem Alves, matrícula 35398/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe "A" e, designar como seus respectivos suplentes: Andreia Becker, matrícula 35299/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe "A" e Bianca Neckel Back, matrícula 23299/05, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível II, classe "A".

Art. 2º Esta comissão será responsável pelo acompanhamento e monitoramento do desempenho dos servidores pertencentes ao Centro de Educação Infantil supracitado, devendo obrigatoriamente manifestarem-se nos prazos e forma estabelecidos na presente lei e regulamento específico.

Art. 3º O mandato da comissão é de 03 (três) anos.

Parágrafo Único - Se antes de findo o prazo do mandato houver mudança da chefia imediata e/ou dos demais membros titulares que integram a Comissão ora instituída, deve o Secretário da unidade administrativa indicar novo nome para completar o prazo do respectivo mandato.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 29 de outubro de 2012
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Mglb

Concorrência Pública 164/2012
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 164/2012

O Município de Rio do Sul/SC, torna público, que fará realizar na sede da Secretaria de Administração, sita na Praça 25 de Julho, 01, licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA, do tipo "TECNICA E PREÇO", para outorga de Termo de Permissão para exploração dos serviços funerários no município de Rio do Sul, conforme definido na Lei Municipal nº 4.993, de 20 de maio de 2010 e no Decreto nº 2.729 de 05/07/2012 e suas alterações, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, pelas normas, especificações e condições contidas no edital e seus anexos. OBTENÇÃO DO EDITAL: O edital estará disponível na Internet no endereço <http://www.riodosul.sc.gov.br> sem qualquer custo, e estarão à disposição dos interessados para verificação, no Departamento de Compras e Licitações do Município, na Pç. 25 de Julho, 01, centro, das 07:30 às 13:30 horas de segunda a sexta feira. Os envelopes contendo as documentações de habilitação e propostas serão recebidos até às 09:00 horas do dia 21 de dezembro de 2012, devendo ser protocolados no Departamento de Licitações da Prefeitura. A abertura dos envelopes de habilitação será efetuada às 09:00 horas do dia 21 de dezembro de 2012, na Sala de Licitações do Prédio Central.

Rio do Sul, 31 de outubro de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

São Bento do Sul

PREFEITURA

Lei Nº 3086/12

LEI Nº 3086, DE 05 de Novembro de 2012.

RATIFICA OS AJUSTES ADMINISTRATIVOS CELEBRADOS ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E DIVERSAS ENTIDADES.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam ratificados os ajustes administrativos nº 001, 002, 003 004, 006, 008, 009, 010, 011, 012, 014, 015, 017, 020, 021, 022, 024, 025, 026, 027, 028, 029/12 nos termos do art. 18, inciso XI, da Lei Orgânica Municipal, cujas cópias fazem parte integrante da presente lei autorizativa.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 05 de novembro de 2012.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Publicação dos extratos dos ajustes administrativos de conformidade com o art. 61, Parágrafo Único; art. 116, caput e §2º da Lei n. 8666/93, conforme seguem abaixo:
EXTRATO DO TERMO DE PARCERIA Nº 001/2012

DA ESPÉCIE: Termo de Parceria que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e ASSOCIAÇÃO DE TRANSPORTE DO NORTE CATARINENSE - ASTRAN.

DO OBJETO: O presente termo tem por objeto a informatização do Município -Sistema Data Health.
DA VIGÊNCIA: 24 meses a partir da data de assinatura (17/01/2012).

São Bento do Sul, 17 de janeiro de 2012.

ASS: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.
CARLOS ALBERTO ZULAUF, pela ASTRAN.
EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 002/2012

DA ESPÉCIE: Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e o ESTADO DE SANTA CATARINA.

DO OBJETO: O presente termo tem por objeto a cessão de salas de aula e banheiros ao Segundo Conveniente, existentes nas escolas da Rede Municipal de Ensino destinada a realização de Educação de Jovens e Adultos na modalidade Supletivo Modularizado para o Ensino Médio.

DA VIGÊNCIA: 14 de fevereiro de 2012 até 30 de junho de 2012.

São Bento do Sul, 07 de março de 2012.

ASS: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.
WELLINGTON ROBERTO BIELECKI e ALCIONE TERESINHA HINKE, pelo Estado e pela 25ª Gerência Regional de Educação de SBS.
EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 003/2012

DA ESPÉCIE: Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e o SENAC - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL.

DO OBJETO: Implantação da Unidade Móvel de Informática, com participação da Prefeitura de São Bento do Sul, visando à qualificação e o aperfeiçoamento profissional de adolescentes, jovens e mulheres do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social.
DO VALOR: As despesas decorrentes deste Convênio correrão por conta do SENAC, não gerando quaisquer ônus ao Município.
DA VIGÊNCIA: 01.04.2012 até 30.09.2012.

São Bento do Sul, 08 de março de 2012.

ASS: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.
RUDNEY RAULINO, pelo SENAC.
EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 004/2012

DA ESPÉCIE: Termo de Convênio de Cooperação Financeira que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e o SENAC - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL.

DO OBJETO: Cooperação financeira com aplicação de recursos no "Projeto de Apoio ao Comércio", investindo na capacitação de pessoas, visando promover conhecimento e a formação de mão de obra para o comércio em geral, bem como geração imediata de renda, através de cursos diversos, com duração de 315 horas/aula, conforme Dispensa de Licitação nº 87/2012.

DO VALOR: R\$ 36.200,00 - valor repassado pelo Município
R\$ 5.600,00 - valor contrapartida financeira pelo SENAC
DA VIGÊNCIA: 09 (nove) meses e 23 (vinte e três) dias, a contar desta data.

São Bento do Sul, 08 de março de 2012.

ASS: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.
RUDNEY RAULINO, pelo SENAC.
EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 006/2012

DA ESPÉCIE: Termo de Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a ASSOCIAÇÃO DE TRANSPORTE DO NORTE CATARINENSE - ASTRAN.

DO OBJETO: Projeto de Educação Complementar voltado para educação básica, direcionado aos alunos do 7º e/ou 8º ano do Ensino Fundamental Básico, que pretende aprofundar temas já desenvolvidos, tais como Educação Ambiental, Ética e Cidadania, Civismo, visando contribuir para o desenvolvimento dos valores e do caráter do indivíduo.

DA VIGÊNCIA: 09 (nove) meses e 17 (dezessete) dias, a contar desta data.

São Bento do Sul, 14 de março de 2012.

ASS: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.
CARLOS ALBERTO ZULAUF, pela Astran.
EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO Nº 008/2012

DA ESPÉCIE: Termo Unilateral de Cessão de Bem Público Imóvel que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e o COMÉRCIO E INDÚSTRIA BREITHAUP T S/A.

DO OBJETO: Concede o uso da Torre de Telecomunicações, estabelecida na Rua Estevão Buschle no Bairro 25 de julho, neste Município, mediante as seguintes condições:

1) A Cessionária realizará as reformas necessárias na torre, conforme projeto complementar, memorial descritivo e projeto elétrico, sem ônus para o CONCEDENTE, sendo que o projeto complementar compreende em: 08 (oito) pontos de entrada de energia elétrica, reforma do alambrado e pintura na torre, após retiradas de equipamentos inoperantes por parte do CONCEDENTE, com o prazo de execução em 02 (dois) meses, a contar da data de assinatura da Ordem de Serviço;

2) Serão instalados 08 (oito) equipamentos destinados exclusivamente para transmissão de dados da Cessionária, sendo que este equipamento apenas permanecerá ao período vigente e não poderá ceder ou transferir a terceiros no todo ou em parte desta Cessão de Bem Público Imóvel;

3) Serão utilizados 100 metros de cabos e conectores marca Furukawa, blindado.

DA VIGÊNCIA: 10 (dez) anos, a contar desta data.

São Bento do Sul, 03 de abril de 2012.

ASS: MAGNO BOLLMANN e ALUÍSIO MOREIRA, pelo Município.
EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 009/2012

DA ESPÉCIE: Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e o SENAC - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL.

DO OBJETO: Contratação de empresa para realização de curso Workshop para Gestores, com carga horária de 48 horas/aula, conforme Dispensa de Licitação nº 150/2012.

DO VALOR: R\$ 36.000,00 - valor repassado pelo Município

R\$ 12.000,00 - valor contrapartida financeira pelo SENAC

DA VIGÊNCIA: 08 (oito) meses e 19 (dezenove) dias, a contar de 12.04.2012 até 31.12.2012.

São Bento do Sul, 12 de abril de 2012.

ASS: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.
RUDNEY RAULINO, pelo SENAC.
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 010/2012 AO CONVÊNIO Nº 010/2011

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 010/2011, celebrado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a ABAM - ASSOCIAÇÃO BLUMENAUENSE DE AMPARO AOS MENORES.

Fica prorrogada a vigência do Convênio por 12 (doze) meses, a contar de 11 de maio de 2012 e com término em 10 de maio de 2013, devido que os serviços são de natureza contínua e passíveis de prorrogação, com base no Art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93 e conforme Art. 6º - DOS PRAZOS do Convênio.

As demais cláusulas e condições previstas no Convênio primitivo, firmado em 10 de maio de 2011, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 09 de maio de 2012.

ASS: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.
MARIA CECILIA DE SOUZA, pela ABAM.
EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 011/2012

DA ESPÉCIE: Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e o INSTITUTO EDUCACIONAL SANTA CATARINA.

DO OBJETO: O objeto do presente convênio é regular as condições de realização de Estágio e ou Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais de alunos regularmente matriculados na graduação do Primeiro Conveniente, tanto remunerado através de bolsa estágio, quanto não remunerado.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 15.05.2012 até 14.05.2013.

São Bento do Sul/SC, 15 de maio de 2012.

ASS: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.

LUIZ CARLOS DUARTE DE SOUZA, pelo Instituto.

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 012/2012

DA ESPÉCIE: Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a FUNDAÇÃO DE ENSINO, TECNOLOGIA E PESQUISA - FETEP.

DO OBJETO: Recursos financeiros para manutenção da estrutura administrativa da Incubadora Tecnológica do Alto Vale do Rio Negro - ITFETEP, para fomentar os empreendimentos de inovação tecnológica no âmbito de incubadora tecnológica.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 21.05.2012 e com término em 20.05.2013.

São Bento do Sul/SC, 21 de maio de 2012.

ASS: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.

ADELINO DENK, pela FETEP.

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 014/2012

DA ESPÉCIE: Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO DO PLANALTO NORTE DE SANTA CATARINA LTDA.

DO OBJETO: Implantação do Projeto Piloto Coral Unimed, tendo a Cooperativa de Trabalho Médico do Planalto Norte de Santa Catarina Ltda em parceria com o Município de São Bento do Sul, por meio da Secretaria de Educação, cumprindo sua responsabilidade social, realizada na Escola Básica Municipal Maria Waltrudes de Vasconcellos Krüger, a implantação do Coral Unimed, sendo o profissional contratado e mantido pela Unimed, conforme projeto.

DA VIGÊNCIA: 06 (seis) meses e 16 (dezesesseis) dias, a contar de 15.06.2012 até 31.12.2012.

São Bento do Sul/SC, 15 de junho de 2012.

ASS: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN, pela UNIMED.

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 015/2012

DA ESPÉCIE: Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

DO OBJETO: Cessão de serviço profissional de Assistência Social e de Psicologia, através dos servidores municipais, para prestar atendimento aos policiais militares do PMSC/23º BPM e seus familiares.

DA VIGÊNCIA: 1 (um) ano, a contar da data de publicação no DOE.

São Bento do Sul/SC, 14 de maio de 2012.

ASS: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.

NAZARENO MARCINEIRO, pelo PMSC

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 017/2012

DA ESPÉCIE: Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ - UNIVALI.

DO OBJETO: Viabilizar a realização de estágio obrigatório não remunerado, entendido enquanto ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, e definido como tal no projeto pedagógico do Curso, relacionada ao estágio de estudantes, conforme cláusulas e períodos previamente estabelecidos.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 02.07.2012 até 01.07.2013.

São Bento do Sul/SC, 02 de julho de 2012.

ASS: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.

CÁSSIA FERRI, pela UNIVALI.

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 020/2012

DA ESPÉCIE: Termo de Carta Acordo que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e o CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGÁ LTDA - CESUMAR.

DO OBJETO: O CESUMAR compromete-se a fornecer aos integrantes do quadro funcional, dependentes destes e associados do Município, o desconto de 15% (quinze por cento), sendo 5% (cinco por cento) de pontualidade, para os cursos de graduação e pós-graduação exclusivamente na modalidade à distância, desde que ministrado exclusivamente pelo CESUMAR.

DA VIGÊNCIA: 01 (um) ano, a contar de 01.08.2012 até 31.07.2013.

São Bento do Sul, 01 de agosto de 2012.

ASS: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.

CLÁUDIO FERDINANDI, pelo CESUMAR.

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 021/2012

DA ESPÉCIE: Termo de Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO N. S. AUXILIADORA LTDA.

DO OBJETO: Proporcionar condições de execução do Programa de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório dos acadêmicos dos cursos de graduação das Faculdades Integradas FACVEST e da Faculdade de Tecnologia e Profissional Catarinense, sendo que as partes conveniadas celebram acordo de cooperação para realização de estágios de acadêmicos de estabelecimentos de ensino superior profissionalizante, sem vínculo empregatício, nos termos da Lei nº 11.788, de 25.09.2008.

DA VIGÊNCIA: 01 (um) ano, a contar desta data.

São Bento do Sul, 21 de agosto de 2012.

ASS: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.

GEOVANI BROERING, pela Sociedade de Educação N. S. Auxiliadora Ltda.

EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO Nº 022/2012

DA ESPÉCIE: Termo de Autorização de Uso que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a USINA RIO VERMELHO DE ENERGIA LTDA.

DO OBJETO: Cessão de espaço na torre de telecomunicação instalada no imóvel de propriedade do OUTORGANTE, localizado na Rua Estevão Busche, s/nº, Bairro 25 de Julho, no município de São Bento do Sul/SC, matriculado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob o nº 4.952 a fls 138 no livro 3C.

DA VIGÊNCIA: 10 (dez) anos, a contar desta data.

São Bento do Sul, 03 de setembro de 2012.

ASS: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.

DEMITRY ALEXANDRE WEBER, pela Usina.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 024/2012 AO CONVÊNIO Nº 012/2012

DA ESPÉCIE: Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a FUNDAÇÃO DE ENSINO, TECNOLOGIA E PESQUISA - FETEP.

DO OBJETO: Recursos financeiros para manutenção da estrutura administrativa da Incubadora Tecnológica do Alto Vale do Rio Negro - ITFETEP.

TOTAL GERAL: 184.000,00

São Bento do Sul/SC, 13 de setembro de 2012.

ASS: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.

ADELINO DENK, pela FETEP.

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 025/2012

DA ESPÉCIE: Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a FUNDAÇÃO DE ENSINO, TECNOLOGIA E PESQUISA - FETEP.

DO OBJETO: Fomentar os empreendimentos de inovação tecnológica no âmbito de incubadora tecnológica. Para a consecução do objeto, o Município de São Bento do Sul, irá repassar, em parcelas, as verbas suficientes para cobrirem as despesas com a execução dos Programas (premição da segunda parcela aos ganhadores do Prêmio Desafio ITFETEP - Programa de Promoção do Empreendedorismo e Inovação Tecnológica Empresarial aplicado no município de São Bento do Sul).

DO VALOR: R\$ 78.300,00 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 10 (dez) meses, a contar desta data.

São Bento do Sul/SC, 13 de setembro de 2012.

ASS: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.

ADELINO DENK, pela FETEP.

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 026/2012

DA ESPÉCIE: Termo de Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e o LIONS CLUBE DE SÃO BENTO DO SUL.

DO OBJETO: Exploração de serviços de gastronomia (restaurante e barracas lanches diversos) na 19ª Edição da Expoama nos dias 22 e 23 de setembro de 2012, conforme plano de trabalho e demais anexos ao Edital de Chamada Pública nº 319/2012.

DO VALOR: 20% do lucro obtido com a exploração da atividade para o Fundo Municipal de Agricultura e Abastecimento.

DA VIGÊNCIA: 15 (quinze) dias, a contar desta data.

São Bento do Sul, 14 de setembro de 2012.

ASS: ALISSON ANTONIO HASTREITER, pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município.

FERNANDO VILICZINSKI, pelo LIONS.

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 027/2012

DA ESPÉCIE: Termo de Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE SÃO BENTO DO SUL.

DO OBJETO: Exploração de serviços de gastronomia (café colonial) na 19ª Edição da Expoama nos dias 22 e 23 de setembro de 2012, conforme plano de trabalho e demais anexos ao Edital de Chamada Pública nº 319/2012.

DO VALOR: 20% do lucro obtido com a exploração da atividade para o Fundo Municipal de Agricultura e Abastecimento.

DA VIGÊNCIA: 15 (quinze) dias, a contar desta data.

São Bento do Sul, 14 de setembro de 2012.

ASS: ALISSON ANTONIO HASTREITER, pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município.

PAULA LIEBL, pela RFCC.

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 028/2012

DA ESPÉCIE: Termo de Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO BENTO DO SUL - APAE.

DO OBJETO: Exploração de serviços de gastronomia (bebidas) na 19ª Edição da Expoama nos dias 22 e 23 de setembro de 2012, conforme plano de trabalho e demais anexos ao Edital de Chamada Pública nº 319/2012.

DO VALOR: 20% do lucro obtido com a exploração da atividade

para o Fundo Municipal de Agricultura e Abastecimento.
DA VIGÊNCIA: 15 (quinze) dias, a contar desta data.

São Bento do Sul, 14 de setembro de 2012.

ASS: ALISSON ANTONIO HASTREITER, pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município.

NEWTON MENDES JUNIOR, pela APAE.

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 029/2012

DA ESPÉCIE: Termo de Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e o ROTARACT CLUB SÃO BENTO DO SUL.

DO OBJETO: Exploração de serviços de estacionamento na 19ª Edição da Expoama nos dias 22 e 23 de setembro de 2012, conforme plano de trabalho e demais anexos ao Edital de Chamada Pública nº 319/2012.

DO VALOR: 20% do lucro obtido com a exploração da atividade para o Fundo Municipal de Agricultura e Abastecimento.

DA VIGÊNCIA: 15 (quinze) dias, a contar desta data.

São Bento do Sul, 14 de setembro de 2012.

ASS: ALISSON ANTONIO HASTREITER, pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município.

LEONARDO JOSÉ HERMES DE OLIVEIRA, pelo ROTARACT.

Lei Nº 3087/12

LEI Nº 3087, DE 05 de Novembro de 2012.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Especial será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social

Atividade: 08.244.0013.4.080 - Manut. Serv. Proteção Social Básica

3.3.90.47.00.00.00.00.0152 - Obrig. Trib. e Contributivas

R\$ 3.000,00

Art. 2º Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará a seguinte dotação orçamentária no orçamento vigente:

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 - Assistência Social

Atividade: 08.243.0013.2.039 - Ações Voltadas à Criança e ao Adolescente

3.3.90.48.00.00.00.00.0100 - Outros Aux. Financ. PF R \$ 17.000,00

Art. 3º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado como fonte de recurso à anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social
Atividade: 08.244.0013.4.080 - Manut. Serv. Proteção Social Básica
3.3.90.30.00.00.00.00.0152 - Material de Consumo R\$ 1.200,00
3.3.90.36.00.00.00.00.0152 - Outros Serv. Terc. PF R\$ 1.800,00

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 01 - Assistência Social
Atividade: 08.243.0013.2.037 - Manutenção da Assistência Social
4.4.90.51.00.00.00.00.0100 - Obras e Instalações R\$ 17.000,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 05 de novembro de 2012.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Decreto Nº 1277/12

DECRETO Nº 1277, DE 29 de Outubro de 2012
ALTERA O DECRETO Nº 0771 DE 03 DE AGOSTO DE 2011 QUE
NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO
SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º O Decreto nº 0771 de 03 de agosto de 2011 passa a ter a seguinte redação:

“II - Conselheiros não Governamentais

c) Representantes do Instituto de Desenvolvimento Integral - IDI
Daguimar Nogueira - titular e Wiegand Link- suplente;”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 29 de outubro de 2012
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Decreto Nº 1278/12

DECRETO Nº 1278, DE 29 de Outubro de 2012
NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO -
CMI

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 1847 de 06 de junho de 2007, resolve,

NOMEAR:

Art. 1º Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal do Idoso - CMI, como segue:

Representantes Governamentais

I - Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social
INGRID MALLON DO NASCIMENTO - Titular
IRACEMA DA SILVA - Suplente

II - Representantes da Secretaria Municipal de Saúde
MARILENE STRAPASSONI - Titular
CLEUNICE ALVES CAVANI - Suplente

III - Representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento

Econômico - Departamento de Turismo
RAFAELA HAMARA JAEPELT GOULART - Titular
RICARDO ANTONIO BUENO - Suplente

IV - Representantes da Fundação Municipal de Desportos
AMARILDO EDMUNDO PICKOSK - Titular
FERNANDA SPITZNER - Suplente

V- Representantes da Fundação Cultural
MARCIO BROSOWSKI - Titular
IVANA LAMPE - Suplente

VI - Representantes da Procuradoria Jurídica
MIGUEL BAPTISTA - Titular
GIANCARLO GROSSI- Suplente

Representantes Não Governamentais

VII - Representantes da Associação de Apoio aos Surdos e Deficientes Visuais
MARÍLIA LILLA - Titular
MARIA JUCÉLIA TINFLE ANDRUCHECHEM - Suplente

VIII - Representantes da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
MARILÉIA DO RÓCIO PRESTES GONÇALVES - Titular
EUNICE CRISTINA BORBA HÄNSCH - Suplente

IX - Representantes da Associação São Bentense da Terceira Idade
ELIZETE TERESINHA FOLETTO - Titular
OLÍVIA GORTLER - Suplente

X - Representantes do Hospital e Maternidade Sagrada Família
NILVA APARECIDA CARDOSO - Titular
KATLYN CHAVES WITT - Suplente

XI - Representantes do Instituto de Desenvolvimento Integral
ANDRÉIA FURST TABERT - Titular
WIEGAND LINK - Suplente

XII - Representantes do Lions Clube de São Bento do Sul
CLEUSA PICCOLI VIEIRA - Titular
JURACY HOFMANN - Suplente

Art. 2º O mandato do Conselho nomeado pelo presente é de 02 (dois) anos, compreendendo o período de 26/11/2012 a 26/11/2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 26 de novembro de 2012.

São Bento do Sul, 29 de outubro de 2012.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Decreto Nº 1279/12

DECRETO Nº 1279, DE 29 de Outubro de 2012
HOMOLOGA RESOLUÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam homologadas as Resoluções nº 10, 11 e 12, todas de 18 de outubro de 2012, do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 29 de outubro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 10/2012.

APROVA A INSCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E AÇÕES DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE NO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO BENTO DO SUL - CMAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal nº. 513, de 12 de dezembro de 1995; pela Lei Municipal nº 2818, de 09 de junho de 2011 e, pelo Decreto Municipal nº. 878, de 08 de novembro de 2011, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e, de acordo com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária em 18 de outubro de 2012.

CONSIDERANDO:

- a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de nº 8.742/93, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;

- a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), que estabelece as atribuições dos Conselhos no Controle Social da Política Municipal de Assistência Social, em consonância com o art. 18, da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS);

- a Resolução CNAS nº. 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

- a Resolução CNAS nº. 016, de 05 de maio de 2010, que define os parâmetros nacionais para inscrição das entidades e organizações de assistência social e, dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social dos municípios e do Distrito Federal;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a Inscrição da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS APAE, CNPJ 83.172.478/0001-26, com sede à Rua Henrique Schwarz 294, no município de São Bento do Sul/SC, sob o nº. 01/2012 no CMAS, e as ações e serviços conforme abaixo:

I - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;

II - Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;

III - Serviço de Benefícios Assistenciais Eventuais de Vulnerabilidade temporária para enfrentamento de situações de riscos, perdas e danos a integridade da pessoa e/ou de sua família;

IV - Estímulo ao desenvolvimento integral sustentável das comunidades, cadeias organizativas, redes de empreendimentos e à geração de renda;

V - Promoção da defesa e direitos já estabelecidos através de distintas formas de ação e reivindicação na esfera política e no contexto da sociedade, inclusive por meio da articulação com órgãos públicos e privados de defesa de direitos;

VI - Assessoramento político, técnico, administrativo e financeiro;

VII - Formação político cidadã de grupos populares, nela incluindo capacitação de conselheiros/as e lideranças populares;

VIII - Ações de habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária nos termos da Resolução CNAS nº34/2011;

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 18 de outubro de 2012.

MÁRCIO BROSOWSKY

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DE SÃO BENTO DO SUL

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO Nº 01/2012

A entidade ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS APAE, CNPJ 83.172.478/0001-26, com sede à Rua Henrique Schwarz 294, Bairro Centro, no Município de São Bento do Sul/SC, fica inscrita neste Conselho sob número 01/2012, desde 18/10/2012.

A Entidade executará os seguintes serviços e ações: Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculo; Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; Serviço de Benefícios Assistenciais Eventuais de Vulnerabilidade temporária para enfrentamento de situações de riscos, perdas e danos a integridade da pessoa e/ou de sua família; e as AÇÕES conforme a ordem abaixo: Estímulo ao desenvolvimento integral sustentável das comunidades, cadeias organizativas, redes de empreendimentos e à geração de renda; Promoção da defesa e direitos já estabelecidos através de distintas formas de ação e reivindicação na esfera política e no contexto da sociedade, inclusive por meio da articulação com órgãos públicos e privados de defesa de direitos; Assessoramento político, técnico, administrativo e financeiro; Formação político cidadã de grupos populares, nela incluindo capacitação de conselheiros/as e lideranças populares e Ações de habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária nos termos da Resolução CNAS nº34/2011.

A presente inscrição é por tempo indeterminado.

São Bento do Sul, 18 de outubro de 2012.

MÁRCIO BROSOWSKY

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 11/2012.

APROVA A INSCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E AÇÕES DA ENTIDADE ASSOCIAÇÃO DE TRANSPORTE DO NORTE CATARINENSE - ASTRAN NO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO BENTO DO SUL - CMAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal nº. 513, de 12 de dezembro de 1995; pela Lei Municipal nº 2818, de 09 de junho de 2011 e, pelo Decreto Municipal nº. 878, de 08 de novembro de 2011, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e, de acordo com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária em 18 de outubro de 2012.

CONSIDERANDO:

- a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de nº 8.742/93, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;

- a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), que estabelece as atribuições dos Conselhos no Controle Social da Política Municipal de Assistência Social, em consonância com o art. 18, da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS);

- a Resolução CNAS nº. 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

- a Resolução CNAS nº. 016, de 05 de maio de 2010, e suas alterações, que define os parâmetros nacionais para inscrição das entidades e organizações de assistência social e, dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social dos municípios e do Distrito Federal;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a Inscrição da ASSOCIAÇÃO DE TRANSPORTE DO NORTE CATARINENSE - ASTRAN, CNPJ 10.437.997/0001-03,

com sede à SC 301, nº 889 - Sala 01, Bairro Oxford, no município de São Bento do Sul/SC, sob o nº. 02/2012, e as ações e serviços conforme abaixo:

- I - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
- II - Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;
- III - Serviços de Benefícios Assistenciais Eventuais de Vulnerabilidade temporária para enfrentamento de situações de riscos, perdas e danos a integridade da pessoa e/ou de sua família;
- IV - Assessoramento político, técnico, administrativo e financeiro;
- V - Sistematização e disseminação de projetos inovadores de inclusão cidadã, que possam apresentar soluções alternativas para enfrentamento da pobreza, a serem incorporadas nas políticas públicas;
- VI - Desenvolvimento de ações de monitoramento e controle popular sobre o alcance de direitos socioassistenciais e a existência de suas violações, tornando públicas as diferentes formas em que se expressam e requerendo do poder público serviços, programas e projeto de assistência social;
- VII - Produção e socialização de estudos e pesquisas que ampliem o conhecimento da sociedade sobre os seus direitos de cidadania e da política de assistência social, bem como dos gestores públicos, trabalhadores e entidades com atuação preponderante ou não na assistência social subsidiando-os na formulação, implementação e avaliação da política de assistência social;
- VIII - Estímulo ao desenvolvimento integral sustentável das comunidades, cadeias organizativas, redes de empreendimentos e à geração de renda;
- IX - Ações de habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária nos termos da Resolução CNAS nº34/2011 da Entidade

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir da presente data.

São Bento do Sul, 18 de outubro de 2012.

MÁRCIO BROSOWSKY

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DE SÃO BENTO DO SUL

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO Nº 02/2012

A Entidade ASSOCIAÇÃO DE TRANSPORTE DO NORTE CATARIENSE - ASTRAN, CNPJ 10.437.997/0001-03, com sede à SC 301, nº 889 - Sala 01, Bairro Oxford, no município de São Bento do Sul/SC, fica inscrita neste Conselho sob o número 02/2012, desde 18/10/2012.

A Entidade executará os seguintes serviços e ações: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; Serviço de Benefícios Assistenciais Eventuais de Vulnerabilidade temporária para enfrentamento de situações de riscos, perdas e danos a integridade da pessoa e/ou de sua família; e as AÇÕES conforme a ordem abaixo: Assessoramento político, técnico, administrativo e financeiro; Sistematização e disseminação de projetos inovadores de inclusão cidadã, que possam apresentar soluções alternativas para enfrentamento da pobreza, a serem incorporadas nas políticas públicas; Desenvolvimento de ações de monitoramento e controle popular sobre o alcance de direitos socioassistenciais e a existência de suas violações, tornando públicas as diferentes formas em que se expressam e requerendo do poder público serviços, programas e projeto de assistência social; Produção e socialização de estudos e pesquisas que ampliem o conhecimento da sociedade sobre os seus direitos de cidadania e da política de assistência social, bem como dos gestores públicos,

trabalhadores e entidades com atuação preponderante ou não na assistência social subsidiando-os na formulação, implementação e avaliação da política de assistência social; Estímulo ao desenvolvimento integral sustentável das comunidades, cadeias organizativas, redes de empreendimentos e à geração de renda; Ações de habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária nos termos da Resolução CNAS nº34/2011.

A presente inscrição é por tempo indeterminado.

São Bento do Sul, 18 de outubro de 2012.

MÁRCIO BROSOWSKY

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 12/2012.

APROVA A INSCRIÇÃO DO SERVIÇO DA ENTIDADE GRUPO DE ESTUDO E APOIO À ADOÇÃO GERANDO AMOR NO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO BENTO DO SUL - CMAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal nº. 513, de 12 de dezembro de 1995; pela Lei Municipal nº 2818, de 09 de junho de 2011 e, pelo Decreto Municipal nº. 878, de 08 de novembro de 2011, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e, de acordo com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária em 18 de outubro de 2012.

CONSIDERANDO:

- a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de nº 8.742/93, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;
- a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), que estabelece as atribuições dos Conselhos no Controle Social da Política Municipal de Assistência Social, em consonância com o art. 18, da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS);
- a Resolução CNAS nº. 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;
- a Resolução CNAS nº. 016, de 05 de maio de 2010, e suas alterações, que define os parâmetros nacionais para inscrição das entidades e organizações de assistência social e, dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social dos municípios e do Distrito Federal;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a Inscrição do GRUPO DE ESTUDO E APOIO À ADOÇÃO GERANDO AMOR, CNPJ 03.775.700/0001-46, com sede à Avenida São Bento, 401, Bairro Rio Negro, no município de São Bento do Sul/SC, sob o nº. 03/2012, e o Serviço conforme abaixo:

I - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir da presente data.

São Bento do Sul, 18 de outubro de 2012.

MÁRCIO BROSOWSKY

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DE SÃO BENTO DO SUL

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO Nº 03/2012

A Entidade GRUPO DE ESTUDO E APOIO À ADOÇÃO GERANDO AMOR, CNPJ 03.775.700/0001-46, com sede à Avenida São Bento, 401, Bairro Rio Negro, no município de São Bento do Sul/SC, fica inscrita neste conselho sob o nº. 03/2012, desde 18/10/2012.

A entidade executará o seguinte serviço: Serviço de Convivência e

Fortalecimento de Vínculos.

A presente inscrição é por tempo indeterminado.

São Bento do Sul, 18 de outubro de 2012.

MÁRCIO BROSOWSKY

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Decreto Nº 1282/12

DECRETO Nº 1282, DE 05 de Novembro de 2012.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 3087, de 05 de novembro de 2012

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e incluirá a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social

Atividade: 08.244.0013.4.080 - Manut. Serv. Proteção Social Básica

3.3.90.47.00.00.00.00.0152 - Obriga. Trib. e Contributivas
R\$ 3.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado como fonte de recurso à anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social

Atividade: 08.244.0013.4.080 - Manut. Serv. Proteção Social Básica

3.3.90.30.00.00.00.00.0152 - Material de Consumo R\$ 1.200,00
3.3.90.36.00.00.00.00.0152 - Outros Serv. Terc. PF R\$ 1.800,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 05 de novembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Decreto Nº 1283/12

DECRETO Nº 1283, DE 05 de Novembro de 2012.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 3087, de 05 de novembro de 2012

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação orçamentária no orçamento vigente:

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 - Assistência Social

Atividade: 08.243.0013.2.039 - Ações Voltadas à Criança e ao Adolescente

3.3.90.48.00.00.00.00.0100 - Outros Aux. Financ. PF R\$ 17.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado como fonte de recurso à anulação parcial da seguinte dotação

orçamentária:

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 - Assistência Social

Atividade: 08.243.0013.2.037 - Manutenção da Assistência Social
4.4.90.51.00.00.00.00.0100 - Obras e Instalações R\$ 17.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 05 de novembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Decreto Nº 1284/12

DECRETO Nº 1284, DE 05 de Novembro de 2012.

DECRETA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO ÁREAS URBANAS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º. Ficam declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação, as seguintes áreas:

I - uma área com 386,00 m2 de propriedade de Mario José Veiga, parte de uma área maior de 2.993,04 m2, matriculada no Cartório de Registro de Imóveis nº 6.799 situado no final da Rua Paulo Tschoeke, lado esquerdo, confronta-se na frente com a Rua Paulo Tscheke, por 15,15m, fundos com imóvel de propriedade de Maicon Patric Machado e Implantec Incorporadora de Imóveis Ltda. por 23,25m lado direito com imóvel de propriedade de Tereza Hermann por 20,92m, lado esquerdo com área remanescente por 20,27m, no bairro Mato Preto;

II - uma área de 360,00 m2 de propriedade de Implantec Incorporadora de Imóveis Ltda, matriculada no Cartório de Registro de Imóveis sob nº 34.490, identificado pelo lote n. 50 da quadra A do loteamento Jardim Residencial Müller, situado À Rua Ilka Frantz bairro Mato Preto confronta-se frente com a Rua Ilka Frantz, por 12,00m, fundos com o imóvel de propriedade de Mario José Veiga por 12,00m, lado direito com imóvel de propriedade de Lilian Gusatto Pedrozo por 30,00m lado esquerdo com o imóvel de Maicon Patric Machado, por 30,00m, no bairro Mato Preto;

III - uma área com 820 m2, de propriedade de Mario José Veiga parte de uma área maior de 2993,04 m2, matriculada no Cartório de Registro de Imóveis nº 6.799 situado no final da Rua Paulo Tschoeke, lado esquerdo, confronta-se com a Rua Paulo Tschoeke, por 7,57 metros, fundos confronta-se com o imóvel de propriedade de Mario José Veiga matrícula nº 06.799, por 7,57 metros, lado direito, confronta-se com o imóvel de propriedade de Paulo Rodrigues, matrícula nº 21.244, por 112,77 metros, lado esquerdo, confronta-se com a área remanescente, matrícula nº 06.799, por 113,87 metros, bairro Mato Preto, neste Município.

Art. 2º. As áreas a que se referem os incisos do artigo 1º deste Decreto destinam-se a abertura de vias públicas e a execução de planos de urbanização, configurando a utilidade pública prevista na alínea "i" do art. 5º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º. É declarada de urgência as desapropriações, para efeito de emissão provisória do Município na posse do bem referido no artigo 1º deste Decreto.

Art. 4º. Fica a Procuradoria autorizada a adotar as providências necessárias à efetivação da desapropriação de que trata o presente Decreto, por via negociada ou judicial, consignando a indenização à conta das dotações próprias do orçamento municipal.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 05 de novembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Decreto Nº 1285/12

DECRETO Nº 1285, DE 05 de Novembro de 2012.

DECRETA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO ÁREAS URBANAS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º. Ficam declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação, as seguintes áreas:

I - uma área com 515,23 m2 de propriedade de Roseli Rosenscheck e Nelson Rosenscheck, matriculada no Cartório de Registro de Imóveis nº 41.124 situado no bairro Colonial, distante 394,95 metros da esquina com a Rua Papa João Paulo II, fazendo frente para a Rua Rothenbaum, lado par, por 21,85 metros, fundos com a COHAB/SC, por 7,50 metros, lado direito com o Município de São Bento do Sul, por 35,40 metros, lado esquerdo com Roseli Rosenscheck Schlöhl e Nelson Rosenscheck por 36,48 metros; e
II - uma área com 6.336,50 m2 de propriedade de Roseli Rosenscheck e Nelson Rosenscheck, matriculada no Cartório de Registro de Imóveis nº 41.125 situado no bairro Colonial, distante 177,70 metros da esquina com a Rua Papa João Paulo II, fazendo frente para a Rua Rothenbaum, lado par, por três linhas quebradas de 155,00, 6,00 e 49,77 metros, fundos com a COHAB/SC, por 214,90 metros, lado direito com Roseli Rosenscheck Schlöhl e Nelson Rosenscheck por 36,41 metros lado esquerdo novamente com Roseli Rosenscheck Schlöhl e Nelson Rosenscheck por 28,70 metros.

Art. 2º. As áreas a que se referem os incisos do artigo 1º deste Decreto destinam-se a abertura de vias públicas e a execução de planos de urbanização, configurando a utilidade pública prevista na alínea "i" do art. 5º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º. É declarada de urgência as desapropriações, para efeito de imissão provisória do Município na posse do bem referido no artigo 1º deste Decreto.

Art. 4º. Fica a Assessoria Jurídica da Empresa Municipal de Habitação-EMHAB autorizada a adotar as providências necessárias à efetivação da desapropriação de que trata o presente Decreto, por via negociada ou judicial, consignando a indenização à conta das dotações próprias do orçamento municipal.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 05 de novembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Decreto Nº 1286/12

DECRETO Nº 1286, DE 05 de Novembro de 2012.

DISPÕE SOBRE A MOVIMENTAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

O PREFEITO MUNICIPAL no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 228, de 28 de dezembro de 2001

DECRETA

Art. 1º. É obrigatório na Administração Direta e Indireta, a prévia avaliação de Engenharia de Segurança do Trabalho para a movimentação de servidores públicos municipais efetivos, tais como a relocação e cedências para outros órgãos públicos ou privados, nos termos da legislação municipal vigente.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 05 de novembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Listagem de Portarias

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 13922, de 23 de outubro de 2012. Nomeia Coordenador de Serviços de Atendimento e Serviços Gerais, a partir de 14 de outubro de 2012. Patricia Narlock Krueger. SEPLU.

Portaria nº 13923, de 24 de outubro de 2012. Nomeia Servidor Público, a partir de 23 de outubro de 2012. Cibeli Cristina de Lara Castro. Médico Pediatra, Grupo Ocupacional 8, Nível I, Classe A, com regime de 10 horas semanais na Secretaria Municipal de Saúde.

Portaria nº 13926, de 29 de outubro de 2012. Concede Licença Prêmio, relativa ao triênio 2007/2010. Marcos Geovane Loch da Silva. Motorista II. SEMUS.

Portaria nº 13927, de 29 de outubro de 2012. Concede Licença Prêmio, relativa ao triênio 2009/2012. Marcelo Leandro Nenevê. Odontólogo. SEMUS.

Portaria nº 13928, de 29 de outubro de 2012. Concede Licença Prêmio, relativa ao triênio 2009/2012. Osvaldir Sestren. Vigia. SECAD.

Portaria nº 13930, de 29 de outubro de 2012. Admite Servidor Temporário, a partir de 16 de outubro de 2012. Marilda Peres de Lima Martins, para atuar na PEM Cantinho do Céu, na função de Professor Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 13931, de 29 de outubro de 2012. Admite Servidor Temporário, a partir de 24 de outubro de 2012. Bruna Hermes, para atuar na EBM Baselisse Virmond, na função de Professor Educação Física, com carga horária de 20 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 13932, de 29 de outubro de 2012. Admite Servidor Temporário, a partir de 29 de outubro de 2012. Elaine Liebl Keiser, para atuar no CEIM Neide de Fátima Lobermeyer, na função de Atendente Educativo, com carga horária de 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 13933, de 29 de outubro de 2012. Nomeia Servidor Público, a partir de 29 de outubro de 2012. Jose Luiz de Souza Guerra. Médico Ortopedista, Grupo Ocupacional 8, Nível I, Classe A, com regime de 20 horas semanais na Secretaria Municipal de Saúde.

Portaria nº 13934, de 29 de outubro de 2012. Nomeia Servidor Público, a partir de 29 de outubro de 2012. Cilene da Trindade Barbosa. Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 1, Nível I, Classe A, com regime de 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 06 de novembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN,
Prefeito Municipal

Portaria Nº 13924/12

PORTARIA Nº 13924, DE 29 de Outubro de 2012

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a servidora ALICE CLENIANI DE FARIAS, ocupante do cargo de Assistente Social, na Empresa Municipal de Habitação, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos da Empresa Municipal de Habitação abaixo relacionados:

- FORD/ Courier, placa MCY 8903
- GM/Corsa, placa MBP 0676
- GM/ Corsa, placa MBD 3494

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 29 de outubro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Portaria Nº 13925/12

PORTARIA Nº 13925, DE 29 de Outubro de 2012
NOMEIA DIRETOR FINANCEIRO

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e de conformidade com o art. 57-A da Lei nº 228/2001; e § 1º e § 2º Incisos I, II e III do art. 116 da Lei nº 1718/2006

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, a partir de 22 de outubro de 2012, LUCILENE ZÉLIA DOS SANTOS HAIDAR BARBOSA, para exercer o cargo de Diretor Financeiro, símbolo CC-2, lotada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS.

Art. 2º As contas do IPRESBS serão movimentadas e os cheques assinados pelo seu Diretor Presidente e pelo seu Diretor Financeiro.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 29 de outubro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Portaria Nº 13929/12

PORTARIA Nº 13929, DE 29 de Outubro de 2012
CONCEDE ABONO DE PERMANÊNCIA

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 23 de maio de 2012, Abono de Permanência à servidora SECLINDES RUTH MEY LEVANDOSKI, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, na Secretaria Municipal de Administração, conforme consta no Processo nº 6258, de 18 de setembro de 2012.

São Bento do Sul, 29 de outubro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA**Aviso de Licitação Nº 171/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 20/11/2012, às 17:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 171/2012, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 108/2012. CONTRATAÇÃO DE LINK DEDICADO E REDUNDANTE DE INTERNET COM WEBFILTER PARA FILTRAGEM DE ACESSOS E CONTEÚDOS DE NAVEGAÇÃO E SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO PARA UTILIZAÇÃO NO PROGRAMA CIDADE DIGITAL.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Nº 172/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 20/11/2012, às 15:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 172/2012, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/2012. AQUISIÇÃO DE POSTES DE AÇO CÔNICO CONTÍNUO CIRCULAR RETO DE 3,5 METROS DE ALTURA LIVRE DO SOLO, COMPLETO COM LUMINÁRIA, PARA O CENTRO DE ATIVIDADES CULTURAIS DE SÃO LOURENÇO DO OESTE.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato de Parceria de Pavimentação Asfáltica.

EXTRATO DO CONTRATO DE PARCERIA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA.

Origem: Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Contratante: Pedro Angelo Pan, CPF nº 547.606.159-20.

Contratada: GAIA RODOVIAS LTDA, CNPJ nº 03.257.777/0001-24.

Município: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Parceria para realização de pavimentação asfáltica da via pública confrontante ao imóvel de propriedade da CONTRATANTE, mediante anuência do MUNICÍPIO, nos termos da Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Data de Assinatura: 08/10/2012.

Vigência: 90 (noventa) dias a contar da viabilidade da obra.

Signatários: Pedro Angelo Pan (pelo Contratante, Renato Adriano Seibt (pela Contratada e Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo Município.

Extrato do Contrato de Parceria de Pavimentação Asfáltica.

EXTRATO DO CONTRATO DE PARCERIA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA.

Origem: Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Contratante Luiz Fernandes Ferrarese, CPF nº 473.131.709-63.

Contratada: GAIA RODOVIAS LTDA, CNPJ nº 03.257.777/0001-24.

Município: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Parceria para realização de pavimentação asfáltica da via pública confrontante ao imóvel de propriedade da CONTRATANTE, mediante anuência do MUNICÍPIO, nos termos da Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Data de Assinatura: 08/10/2012.

Vigência: 90 (noventa) dias a contar da viabilidade da obra.

Signatários: Luiz Fernandes Ferrarese LTDA ME (pelo Contratante, Renato Adriano Seibt (pela Contratada e Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo Município.

Extrato do Contrato de Parceria de Pavimentação Asfáltica..

EXTRATO DO CONTRATO DE PARCERIA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA..

Origem: Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Contratante: Asterio Jacir Zanette, CPF nº 249.648.329-53

Contratada: GAIA RODOVIAS LTDA, CNPJ nº 03.257.777/0001-24.

Município: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Parceria para realização de pavimentação asfáltica da via pública confrontante ao imóvel de propriedade da CONTRATANTE, mediante anuência do MUNICÍPIO, nos termos da Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Data de Assinatura: 08/10/2012.

Vigência: 90 (noventa) dias a contar da viabilidade da obra.

Signatários: Asterio Jacir Zanette (pelo Contratante, Renato Adriano Seibt (pela Contratada e Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo Município.

Extrato do Contrato de Parceria de Pavimentação Asfáltica..

EXTRATO DO CONTRATO DE PARCERIA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA..

Origem: Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Contratante: Jandir Bortoluzzi, CPF nº 526.393.209-04.

Contratada: GAIA RODOVIAS LTDA, CNPJ nº 03.257.777/0001-24.

Município: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Parceria para realização de pavimentação asfáltica da via pública confrontante ao imóvel de propriedade da CONTRATANTE, mediante anuência do MUNICÍPIO, nos termos da Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Data de Assinatura: 08/10/2012.

Vigência: 90 (noventa) dias a contar da viabilidade da obra.

Signatários: Jandir Bortoluzzi (pelo Contratante, Renato Adriano Seibt (pela Contratada e Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo Município.

Extrato do Contrato de Parceria de Pavimentação Asfáltica..

EXTRATO DO CONTRATO DE PARCERIA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA..

Origem: Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Contratante: Peromar Representações Comerciais LTDA, CNPJ nº 01.463.402/0001-95.

Contratada: GAIA RODOVIAS LTDA, CNPJ nº 03.257.777/0001-24.

Município: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Parceria para realização de pavimentação asfáltica da via pública confrontante ao imóvel de propriedade da CONTRATANTE, mediante anuência do MUNICÍPIO, nos termos da Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Data de Assinatura: 08/10/2012.

Vigência: 90 (noventa) dias a contar da viabilidade da obra.

Signatários: Peromar Representações Comerciais LTDA (pelo Contratante, Renato Adriano Seibt (pela Contratada e Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo Município.

Extrato do Contrato de Parceria de Pavimentação Asfáltica..

EXTRATO DO CONTRATO DE PARCERIA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA..

Origem: Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Contratante: Wilibaldo Rubi Artmann, CPF nº 212.101.529-91.

Contratada: GAIA RODOVIAS LTDA, CNPJ nº 03.257.777/0001-24.

Município: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Parceria para realização de pavimentação asfáltica da via pública confrontante ao imóvel de propriedade da CONTRATANTE, mediante anuência do MUNICÍPIO, nos termos da Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Data de Assinatura: 08/10/2012.

Vigência: 90 (noventa) dias a contar da viabilidade da obra.

Signatários: Wilibaldo Rubi Artmann (pelo Contratante, Renato Adriano Seibt (pela Contratada e Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo Município.

Extrato do Contrato de Parceria de Pavimentação Asfáltica..

EXTRATO DO CONTRATO DE PARCERIA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA..

Origem: Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Contratante: Afonso Sozo, CPF nº 346.440.329-72.

Contratada: GAIA RODOVIAS LTDA, CNPJ nº 03.257.777/0001-24.

Município: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Parceria para realização de pavimentação asfáltica da via pública confrontante ao imóvel de propriedade da CONTRATANTE, mediante anuência do MUNICÍPIO, nos termos da Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Data de Assinatura: 08/10/2012.

Vigência: 90 (noventa) dias a contar da viabilidade da obra.

Signatários: Afonso Sozo (pelo Contratante, Renato Adriano Seibt (pela Contratada e Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo Município.

Extrato do Contrato de Parceria de Pavimentação Asfáltica..

EXTRATO DO CONTRATO DE PARCERIA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA..

Origem: Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Contratante: Delcio Egidio Lombardi, CPF nº 196.049.479-15.

Contratada: GAIA RODOVIAS LTDA, CNPJ nº 03.257.777/0001-24.

Município: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Parceria para realização de pavimentação asfáltica da via pública confrontante ao imóvel de propriedade da CONTRATANTE, mediante anuência do MUNICÍPIO, nos termos da Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Data de Assinatura: 08/10/2012.

Vigência: 90 (noventa) dias a contar da viabilidade da obra.

Signatários: Delcio Egidio Lombardi (pelo Contratante, Renato Adriano Seibt (pela Contratada e Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo Município.

Extrato do Contrato de Parceria de Pavimentação Asfáltica..

EXTRATO DO CONTRATO DE PARCERIA DE PAVIMENTAÇÃO AS-FÁLTICA..

Origem: Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Contratante: Alfeu Avila, CPF nº 533.523439-34.

Contratada: GAIA RODOVIAS LTDA, CNPJ nº 03.257.777/0001-24.

Município: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Parceria para realização de pavimentação asfáltica da via pública confrontante ao imóvel de propriedade da CONTRATANTE, mediante anuência do MUNICÍPIO, nos termos da Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Data de Assinatura: 08/10/2012.

Vigência: 90 (noventa) dias a contar da viabilidade da obra.

Signatários: Alfeu Avila (pelo Contratante, Renato Adriano Seibt (pela Contratada e Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo Município.

Extrato do Contrato de Parceria de Pavimentação Asfáltica..

EXTRATO DO CONTRATO DE PARCERIA DE PAVIMENTAÇÃO AS-FÁLTICA..

Origem: Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Contratante: Isete Meneguetti Teixeira, CPF nº 533.523439-34.

Contratada: GAIA RODOVIAS LTDA, CNPJ nº 03.257.777/0001-24.

Município: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Parceria para realização de pavimentação asfáltica da via pública confrontante ao imóvel de propriedade da CONTRATANTE, mediante anuência do MUNICÍPIO, nos termos da Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Data de Assinatura: 08/10/2012.

Vigência: 90 (noventa) dias a contar da viabilidade da obra.

Signatários: Isete Meneguetti Teixeira (pelo Contratante, Renato Adriano Seibt (pela Contratada e Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo Município.

Extrato do Contrato de Parceria de Pavimentação Asfáltica..

EXTRATO DO CONTRATO DE PARCERIA DE PAVIMENTAÇÃO AS-FÁLTICA..

Origem: Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Contratante: Elisabete Meneguetti da Silva, CPF nº 081.589.037-03.

Contratada: GAIA RODOVIAS LTDA, CNPJ nº 03.257.777/0001-24.

Município: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Parceria para realização de pavimentação asfáltica da via pública confrontante ao imóvel de propriedade da CONTRATANTE, mediante anuência do MUNICÍPIO, nos termos da Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Data de Assinatura: 08/10/2012.

Vigência: 90 (noventa) dias a contar da viabilidade da obra.

Signatários: Elisabete Meneguetti da Silva (pelo Contratante, Renato Adriano Seibt (pela Contratada e Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo Município.

Extrato do Contrato de Parceria de Pavimentação Asfáltica..

EXTRATO DO CONTRATO DE PARCERIA DE PAVIMENTAÇÃO AS-FÁLTICA..

Origem: Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Contratante: Jose Paludo, CPF nº 285.628.109-59.

Contratada: GAIA RODOVIAS LTDA, CNPJ nº 03.257.777/0001-24.

Município: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Parceria para realização de pavimentação asfáltica da via pública confrontante ao imóvel de propriedade da CONTRATANTE, mediante anuência do MUNICÍPIO, nos termos da Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Data de Assinatura: 08/10/2012.

Vigência: 90 (noventa) dias a contar da viabilidade da obra.

Signatários: Jose Paludo (pelo Contratante, Renato Adriano Seibt (pela Contratada e Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo Município.

Extrato do Contrato de Parceria de Pavimentação Asfáltica..

EXTRATO DO CONTRATO DE PARCERIA DE PAVIMENTAÇÃO AS-FÁLTICA..

Origem: Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Contratante: Sergio Luiz Janczeski, CPF nº 106.546.409-63.

Contratada: GAIA RODOVIAS LTDA, CNPJ nº 03.257.777/0001-24.

Município: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Parceria para realização de pavimentação asfáltica da via pública confrontante ao imóvel de propriedade da CONTRATANTE, mediante anuência do MUNICÍPIO, nos termos da Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Data de Assinatura: 08/10/2012.

Vigência: 90 (noventa) dias a contar da viabilidade da obra.

Signatários: Sergio Luiz Janczeski (pelo Contratante, Renato Adriano Seibt (pela Contratada e Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo Município.

Extrato do Contrato de Parceria de Pavimentação Asfáltica..

EXTRATO DO CONTRATO DE PARCERIA DE PAVIMENTAÇÃO AS-FÁLTICA..

Origem: Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Contratante: Sandro Aruélis Lazon, CPF nº 780.442.199-00.

Contratada: GAIA RODOVIAS LTDA, CNPJ nº 03.257.777/0001-24.

Município: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Parceria para realização de pavimentação asfáltica da via pública confrontante ao imóvel de propriedade da CONTRATANTE, mediante anuência do MUNICÍPIO, nos termos da Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Data de Assinatura: 08/10/2012.

Vigência: 90 (noventa) dias a contar da viabilidade da obra.

Signatários: Sandro Aruélis Lazon (pelo Contratante, Renato Adriano Seibt (pela Contratada e Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo Município.

Extrato do Contrato de Parceria de Pavimentação Asfáltica..

EXTRATO DO CONTRATO DE PARCERIA DE PAVIMENTAÇÃO AS-FÁLTICA..

Origem: Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Contratante: Claudinei Tesk, CPF nº 477.100.809-44.

Contratada: GAIA RODOVIAS LTDA, CNPJ nº 03.257.777/0001-24.

Município: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Parceria para realização de pavimentação asfáltica da via pública confrontante ao imóvel de propriedade da CONTRATANTE, mediante anuência do MUNICÍPIO, nos termos da Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Data de Assinatura: 08/10/2012.

Vigência: 90 (noventa) dias a contar da viabilidade da obra.

Signatários: Claudinei Tesk (pelo Contratante, Renato Adriano Seibt (pela Contratada e Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo Município.

Extrato do Contrato de Parceria de Pavimentação Asfáltica..

EXTRATO DO CONTRATO DE PARCERIA DE PAVIMENTAÇÃO AS-FÁLTICA..

Origem: Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Contratante: Delires Piovesan Galeazzi, CPF nº 593.944.209-91.

Contratada: GAIA RODOVIAS LTDA, CNPJ nº 03.257.777/0001-24.

Município: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Parceria para realização de pavimentação asfáltica da via pública confrontante ao imóvel de propriedade da CONTRATANTE, mediante anuência do MUNICÍPIO, nos termos da Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Data de Assinatura: 08/10/2012.

Vigência: 90 (noventa) dias a contar da viabilidade da obra.

Signatários: Delires Piovesan Galeazzi (pelo Contratante, Renato Adriano Seibt (pela Contratada e Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo Município.

Extrato do Contrato de Parceria de Pavimentação Asfáltica..

EXTRATO DO CONTRATO DE PARCERIA DE PAVIMENTAÇÃO AS-FÁLTICA..

Origem: Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Contratante: Luciano Roberto Ioris, CPF nº 023.427.919-25.

Contratada: GAIA RODOVIAS LTDA, CNPJ nº 03.257.777/0001-24.

Município: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Parceria para realização de pavimentação asfáltica da via pública confrontante ao imóvel de propriedade da CONTRATANTE, mediante anuência do MUNICÍPIO, nos termos da Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Data de Assinatura: 08/10/2012.

Vigência: 90 (noventa) dias a contar da viabilidade da obra.

Signatários: Luciano Roberto Ioris (pelo Contratante, Renato Adriano Seibt (pela Contratada e Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo Município.

Extrato do Contrato de Parceria de Pavimentação Asfáltica..

EXTRATO DO CONTRATO DE PARCERIA DE PAVIMENTAÇÃO AS-FÁLTICA..

Origem: Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Contratante: Camilo Ioris, CPF nº 219.930.689-53.

Contratada: GAIA RODOVIAS LTDA, CNPJ nº 03.257.777/0001-24.

Município: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Parceria para realização de pavimentação asfáltica da via pública confrontante ao imóvel de propriedade da CONTRATANTE, mediante anuência do MUNICÍPIO, nos termos da Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Data de Assinatura: 08/10/2012.

Vigência: 90 (noventa) dias a contar da viabilidade da obra.

Signatários: Camilo Ioris (pelo Contratante, Renato Adriano Seibt (pela Contratada e Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo Município.

Extrato do Contrato de Parceria de Pavimentação Asfáltica..

EXTRATO DO CONTRATO DE PARCERIA DE PAVIMENTAÇÃO AS-FÁLTICA..

Origem: Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Contratante: Cladimir Lasarotto, CPF nº 371.576.399-04.

Contratada: GAIA RODOVIAS LTDA, CNPJ nº 03.257.777/0001-24.

Município: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Parceria para realização de pavimentação asfáltica da via pública confrontante ao imóvel de propriedade da CONTRATANTE, mediante anuência do MUNICÍPIO, nos termos da Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Data de Assinatura: 08/10/2012.

Vigência: 90 (noventa) dias a contar da viabilidade da obra.

Signatários: Cladimir Lasarotto (pelo Contratante, Renato Adriano Seibt (pela Contratada e Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo Município.

Extrato do Contrato de Parceria de Pavimentação Asfáltica..

EXTRATO DO CONTRATO DE PARCERIA DE PAVIMENTAÇÃO AS-FÁLTICA..

Origem: Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Contratante: Edson Luiz Rodrigues Leal, CPF nº 374.150.429-72.

Contratada: GAIA RODOVIAS LTDA, CNPJ nº 03.257.777/0001-24.

Município: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Parceria para realização de pavimentação asfáltica da via pública confrontante ao imóvel de propriedade da CONTRATANTE, mediante anuência do MUNICÍPIO, nos termos da Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Data de Assinatura: 08/10/2012.

Vigência: 90 (noventa) dias a contar da viabilidade da obra.

Signatários: Edson Luiz Rodrigues Leal (pelo Contratante, Renato Adriano Seibt (pela Contratada e Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo Município.

Extrato do Contrato de Parceria de Pavimentação Asfáltica..

EXTRATO DO CONTRATO DE PARCERIA DE PAVIMENTAÇÃO AS-FÁLTICA..

Origem: Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Contratante: Darcio Antonio Bamberg, CPF nº 753.170.369-68.

Contratada: GAIA RODOVIAS LTDA, CNPJ nº 03.257.777/0001-24.

Município: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Parceria para realização de pavimentação asfáltica da via pública confrontante ao imóvel de propriedade da CONTRATANTE, mediante anuência do MUNICÍPIO, nos termos da Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Data de Assinatura: 08/10/2012.

Vigência: 90 (noventa) dias a contar da viabilidade da obra.

Signatários: Darcio Antonio Bamberg (pelo Contratante, Renato Adriano Seibt (pela Contratada e Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo Município.

Extrato do Contrato de Parceria de Pavimentação Asfáltica..

EXTRATO DO CONTRATO DE PARCERIA DE PAVIMENTAÇÃO AS-FÁLTICA..

Origem: Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Contratante: Jaci Zilli, CPF nº 250.764.269-68.

Contratada: GAIA RODOVIAS LTDA, CNPJ nº 03.257.777/0001-24.

Município: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Parceria para realização de pavimentação asfáltica da via pública confrontante ao imóvel de propriedade da CONTRATANTE, mediante anuência do MUNICÍPIO, nos termos da Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Data de Assinatura: 08/10/2012.

Vigência: 90 (noventa) dias a contar da viabilidade da obra.

Signatários: Jaci Zilli (pelo Contratante, Renato Adriano Seibt (pela Contratada e Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo Município.

Extrato do Contrato de Parceria de Pavimentação Asfáltica..

EXTRATO DO CONTRATO DE PARCERIA DE PAVIMENTAÇÃO AS-FÁLTICA..

Origem: Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Contratante: Antonio Carlos Fergutz, CPF nº 772.727.309-00.

Contratada: GAIA RODOVIAS LTDA, CNPJ nº 03.257.777/0001-24.

Município: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Parceria para realização de pavimentação asfáltica da via pública confrontante ao imóvel de propriedade da CONTRATANTE, mediante anuência do MUNICÍPIO, nos termos da Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Data de Assinatura: 08/10/2012.

Vigência: 90 (noventa) dias a contar da viabilidade da obra.

Signatários: Antonio Carlos Fergutz (pelo Contratante, Renato Adriano Seibt (pela Contratada e Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo Município.

Extrato do Contrato de Parceria de Pavimentação Asfáltica..

EXTRATO DO CONTRATO DE PARCERIA DE PAVIMENTAÇÃO AS-FÁLTICA..

Origem: Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Contratante: Izoete Sanagiotto, CPF nº 532.221.489-53.

Contratada: GAIA RODOVIAS LTDA, CNPJ nº 03.257.777/0001-24.

Município: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Parceria para realização de pavimentação asfáltica da via pública confrontante ao imóvel de propriedade da CONTRATANTE, mediante anuência do MUNICÍPIO, nos termos da Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Data de Assinatura: 08/10/2012.

Vigência: 90 (noventa) dias a contar da viabilidade da obra.

Signatários: Izoete Sanagiotto (pelo Contratante, Renato Adriano Seibt (pela Contratada e Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo Município.

Extrato do Contrato de Parceria de Pavimentação Asfáltica..

EXTRATO DO CONTRATO DE PARCERIA DE PAVIMENTAÇÃO AS-FÁLTICA..

Origem: Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Contratante: Vitalcir Pietta, CPF nº 023.326.819-73.

Contratada: GAIA RODOVIAS LTDA, CNPJ nº 03.257.777/0001-24.

Município: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Parceria para realização de pavimentação asfáltica da via pública confrontante ao imóvel de propriedade da CONTRATANTE, mediante anuência do MUNICÍPIO, nos termos da Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Data de Assinatura: 08/10/2012.

Vigência: 90 (noventa) dias a contar da viabilidade da obra.

Signatários: Vitalcir Pietta (pelo Contratante, Renato Adriano Seibt (pela Contratada e Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo Município.

Extrato do Contrato de Parceria de Pavimentação Asfáltica..

EXTRATO DO CONTRATO DE PARCERIA DE PAVIMENTAÇÃO AS-FÁLTICA..

Origem: Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Contratante: Jose Furlaneto Netto, CPF nº 346.439.669-04.

Contratada: GAIA RODOVIAS LTDA, CNPJ nº 03.257.777/0001-24.

Município: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Parceria para realização de pavimentação asfáltica da via pública confrontante ao imóvel de propriedade da CONTRATANTE, mediante anuência do MUNICÍPIO, nos termos da Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Data de Assinatura: 08/10/2012.

Vigência: 90 (noventa) dias a contar da viabilidade da obra.

Signatários: Jose Furlaneto Netto (pelo Contratante, Renato Adriano Seibt (pela Contratada e Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo Município.

Extrato do Contrato de Parceria de Pavimentação Asfáltica..

EXTRATO DO CONTRATO DE PARCERIA DE PAVIMENTAÇÃO AS-FÁLTICA..

Origem: Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Contratante: Clederso Bortolini, CPF nº 037.448.029-06.

Contratada: GAIA RODOVIAS LTDA, CNPJ nº 03.257.777/0001-24.

Município: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Parceria para realização de pavimentação asfáltica da via pública confrontante ao imóvel de propriedade da CONTRATANTE, mediante anuência do MUNICÍPIO, nos termos da Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Data de Assinatura: 08/10/2012.

Vigência: 90 (noventa) dias a contar da viabilidade da obra.

Signatários: Clederso Bortolini (pelo Contratante, Renato Adriano Seibt (pela Contratada e Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo Município.

Extrato do Contrato de Parceria de Pavimentação Asfáltica..

EXTRATO DO CONTRATO DE PARCERIA DE PAVIMENTAÇÃO AS-FÁLTICA..

Origem: Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Contratante: Carlos Francisco Santin, CPF nº 024.308.780-20.

Contratada: GAIA RODOVIAS LTDA, CNPJ nº 03.257.777/0001-24.

Município: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Parceria para realização de pavimentação asfáltica da via pública confrontante ao imóvel de propriedade da CONTRATANTE, mediante anuência do MUNICÍPIO, nos termos da Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Data de Assinatura: 08/10/2012.

Vigência: 90 (noventa) dias a contar da viabilidade da obra.

Signatários: Carlos Francisco Santin (pelo Contratante, Renato Adriano Seibt (pela Contratada e Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo Município.

Extrato do Contrato de Parceria de Pavimentação Asfáltica..

EXTRATO DO CONTRATO DE PARCERIA DE PAVIMENTAÇÃO AS-FÁLTICA..

Origem: Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Contratante: Gelson Grob, CPF nº 065.805.219-53.

Contratada: GAIA RODOVIAS LTDA, CNPJ nº 03.257.777/0001-24.

Município: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Parceria para realização de pavimentação asfáltica da via pública confrontante ao imóvel de propriedade da CONTRATANTE, mediante anuência do MUNICÍPIO, nos termos da Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Data de Assinatura: 08/10/2012.

Vigência: 90 (noventa) dias a contar da viabilidade da obra.

Signatários: Gelson Grob (pelo Contratante, Renato Adriano Seibt (pela Contratada e Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo Município.

Extrato do Contrato de Parceria de Pavimentação Asfáltica..

EXTRATO DO CONTRATO DE PARCERIA DE PAVIMENTAÇÃO AS-FÁLTICA..

Origem: Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Contratante: Vilson Roberto, CPF nº 305.015.559-00.

Contratada: GAIA RODOVIAS LTDA, CNPJ nº 03.257.777/0001-24.

Município: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Parceria para realização de pavimentação asfáltica da via pública confrontante ao imóvel de propriedade da CONTRATANTE, mediante anuência do MUNICÍPIO, nos termos da Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Data de Assinatura: 08/10/2012.

Vigência: 90 (noventa) dias a contar da viabilidade da obra.

Signatários: Vilson Roberto (pelo Contratante, Renato Adriano Seibt (pela Contratada e Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo Município.

Extrato do Contrato de Parceria de Pavimentação Asfáltica..

EXTRATO DO CONTRATO DE PARCERIA DE PAVIMENTAÇÃO AS-FÁLTICA..

Origem: Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Contratante: Altair Mezari, CPF nº 808.187.819-04.

Contratada: GAIA RODOVIAS LTDA, CNPJ nº 03.257.777/0001-24.

Município: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Parceria para realização de pavimentação asfáltica da via pública confrontante ao imóvel de propriedade da CONTRATANTE, mediante anuência do MUNICÍPIO, nos termos da Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Data de Assinatura: 08/10/2012.

Vigência: 90 (noventa) dias a contar da viabilidade da obra.

Signatários: Altair Mezari (pelo Contratante, Renato Adriano Seibt (pela Contratada e Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo Município.

Extrato do Contrato de Parceria de Pavimentação Asfáltica..

EXTRATO DO CONTRATO DE PARCERIA DE PAVIMENTAÇÃO AS-FÁLTICA..

Origem: Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Contratante: Nelson Antonio Stask, CPF nº 192.639.969-20.

Contratada: GAIA RODOVIAS LTDA, CNPJ nº 03.257.777/0001-24.

Município: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Parceria para realização de pavimentação asfáltica da via pública confrontante ao imóvel de propriedade da CONTRATANTE, mediante anuência do MUNICÍPIO, nos termos da Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Data de Assinatura: 08/10/2012.

Vigência: 90 (noventa) dias a contar da viabilidade da obra.

Signatários: Nelson Antonio Stask (pelo Contratante, Renato Adriano Seibt (pela Contratada e Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo Município.

Extrato do Contrato de Parceria de Pavimentação Asfáltica..

EXTRATO DO CONTRATO DE PARCERIA DE PAVIMENTAÇÃO AS-FÁLTICA..

Origem: Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Contratante: Nevio Antonio Wittmann, CPF nº 472.864.829-04.

Contratada: GAIA RODOVIAS LTDA, CNPJ nº 03.257.777/0001-24.

Município: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Parceria para realização de pavimentação asfáltica da via pública confrontante ao imóvel de propriedade da CONTRATANTE, mediante anuência do MUNICÍPIO, nos termos da Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Data de Assinatura: 08/10/2012.

Vigência: 90 (noventa) dias a contar da viabilidade da obra.

Signatários: Nevio Antonio Wittmann (pelo Contratante, Renato Adriano Seibt (pela Contratada e Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo Município.

Extrato do Contrato de Parceria de Pavimentação Asfáltica..

EXTRATO DO CONTRATO DE PARCERIA DE PAVIMENTAÇÃO AS-FÁLTICA..

Origem: Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Contratante: Claudir Antonio Suzin, CPF nº 729.874.729-00.

Contratada: GAIA RODOVIAS LTDA, CNPJ nº 03.257.777/0001-24.

Município: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Parceria para realização de pavimentação asfáltica da via pública confrontante ao imóvel de propriedade da CONTRATANTE, mediante anuência do MUNICÍPIO, nos termos da Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Data de Assinatura: 08/10/2012.

Vigência: 90 (noventa) dias a contar da viabilidade da obra.

Signatários: Cladir Antonio Suzin (pelo Contratante, Renato Adriano Seibt (pela Contratada e Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo Município.

Extrato do Contrato de Parceria de Pavimentação Asfáltica..

EXTRATO DO CONTRATO DE PARCERIA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA..

Origem: Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Contratante: Lasarotto Automotive LTDA ME, CNPJ nº 81.577.041/0001-47.

Contratada: GAIA RODOVIAS LTDA, CNPJ nº 03.257.777/0001-24.

Município: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Parceria para realização de pavimentação asfáltica da via pública confrontante ao imóvel de propriedade da CONTRATANTE, mediante anuência do MUNICÍPIO, nos termos da Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Data de Assinatura: 08/10/2012.

Vigência: 90 (noventa) dias a contar da viabilidade da obra.

Signatários: Lasarotto Automotive LTDA ME (pelo Contratante, Renato Adriano Seibt (pela Contratada e Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo Município.

Extrato do Contrato de Parceria de Pavimentação Asfáltica..

EXTRATO DO CONTRATO DE PARCERIA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA..

Origem: Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Contratante: Cladimir Lasarotto, CPF nº 371.576.399-04.

Contratada: GAIA RODOVIAS LTDA, CNPJ nº 03.257.777/0001-24.

Município: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Parceria para realização de pavimentação asfáltica da via pública confrontante ao imóvel de propriedade da CONTRATANTE, mediante anuência do MUNICÍPIO, nos termos da Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Data de Assinatura: 08/10/2012.

Vigência: 90 (noventa) dias a contar da viabilidade da obra.

Signatários: Cladimir Lasarotto (pelo Contratante, Renato Adriano Seibt (pela Contratada e Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo Município.

Extrato do Contrato de Parceria de Pavimentação Asfáltica.

EXTRATO DO CONTRATO DE PARCERIA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA.

Origem: Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Contratante: Jose Pedro Echer, CPF nº 052.529.259-20.

Contratada: GAIA RODOVIAS LTDA, CNPJ nº 03.257.777/0001-24.

Município: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Parceria para realização de pavimentação asfáltica da via pública confrontante ao imóvel de propriedade da CONTRATANTE, mediante anuência do MUNICÍPIO, nos termos da Lei Municipal nº 1.958, de 16 de setembro de 2011.

Data de Assinatura: 08/10/2012.

Vigência: 90 (noventa) dias a contar da viabilidade da obra.

Signatários: Jose Pedro Echer (pelo Contratante, Renato Adriano Seibt (pela Contratada e Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pelo Município.

Extrato da Rescisão do Termo de Cessão de Uso Nº 871, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 871, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário- Aluno: de matrícula nº 902873814, Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Andrino da Rocha, CPF nº 425.504.839-87.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso nº 871, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570VN6C, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10071, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 871, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 12 de julho de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Andrino da Rocha - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato da Rescisão do Termo de Cessão de Uso Nº 871, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 871, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário- Aluno: de matrícula nº 902873814, Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Andrino da Rocha, CPF nº 425.504.839-87.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso nº 871, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570VN6C, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10071, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 871, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 12 de julho de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Andrino da Rocha - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato da Rescisão do Termo de Responsabilidade Pelo Uso de Bem Publico Nº 14, de 17 de Maio de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PUBLICO Nº 14, DE 17 DE MAIO DE 2012.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08 e a servidora municipal Maria Neusa Pieta Peruzzo, CPF: 601.731.149-20.

Objeto: O presente Termo tem por objeto a Rescisão do Termo de Responsabilidade pelo Uso de Bem Público nº 14, de 17 de maio de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A038RG6X, com registro no patrimônio do Município sob nº 6890, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Responsabilidade pelo Uso de Bem Público nº 14, de 17 de maio de 2012.

Data da assinatura: 19 de outubro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São

Lourenço do Oeste e Maria Neusa Pieta Peruzzo - servidora pública municipal.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 1181, de 13 de Agosto de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 1181, DE 13 DE AGOSTO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 1181, de 13 de agosto de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A569VL83, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9828, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 1181, de 13 de agosto de 2012.

Data da assinatura: 13 de agosto de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 578, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 578, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 578, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570SN27, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9798, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 578, de 12 de julho.

Data da assinatura: 12 de julho de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 762, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 762, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 762, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570V94W, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10030, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 762, de 12 de julho.

Data da assinatura: 12 de julho de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 867, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 867, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 867, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570SR1E, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9827, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 867, de 12 de julho de 2012.

Data da assinatura: 12 de julho de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 882, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 882, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 882, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A569VB1A, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9843, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso nº 882, de 12 de julho.

Data da assinatura: 12 de julho de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 1231, de 17 de Outubro de 2012.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 1231, DE 17 de Outubro de 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário- Aluno: de matrícula nº 405723806 da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: José Bressão Junior, CPF nº 025.552.169-36.

Objeto: Cessão de Uso do bem: Laptop Positivo, N/S: 1A570VN6C, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10071, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 1231, de 17 de outubro de 2012.

Data da assinatura: 17 de outubro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e José Bressão Junior - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 1232, de 26 de Outubro de 2012.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 1232, DE 26 de Outubro de 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário- Aluno: de matrícula nº 502355891 da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Andrino da Rocha, CPF nº 010.057.389-47.

Objeto: Cessão de Uso do bem: Laptop Positivo, N/S: 1A570SB12, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10309, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 1232, de 26 de outubro de 2012.

Data da assinatura: 26 de outubro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Andrino da Rocha - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Schroeder

PREFEITURA

Decreto Nº 002527/12 de 30 de Outubro de 2012

DECRETO Nº 002527/12 DE 30 de Outubro de 2012

Abre Crédito Adicional Suplementar - Superavit Financeiro no Orçamento programa de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a

Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001863/11 de 8 de Novembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 291.000,00 para a(s) seguinte(s)

dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

03.01 - SETOR CONTÁBIL E FINANCEIRO

03.01.04.123.0003.2.005 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE CONTABILIDADE, PATRIMÔNIO E FINANÇAS.

3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 78.000,00.

3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigacoes Patronais R\$ 20.000,00.

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01.08.243.0020.2.062 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 17.000,00.

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.04 - SETOR DE EDUCAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR

05.04.12.361.0005.2.008 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 150.000,00.

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

07.02 - SETOR DE AGRICULTURA

07.02.20.606.0010.2.039 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE AGRICULTURA

3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigacoes Patronais R\$ 26.000,00.

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair superávit financeiro	R\$ 141.000,00.
Subtrair superávit financeiro	R\$ 150.000,00.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 30 de Outubro de 2012

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

DENILSON WEISS

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças.

Publicado na mesma data.

GELSON STEIN

Auxiliar de Expediente

Decreto Nº 002528/12 de 31 de Outubro de 2012

DECRETO Nº 002528/12 DE 31 de Outubro de 2012

Abre crédito especial superavit financeiro no Orçamento programa de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a

Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001902/12 de 31 de Outubro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 199.000,00 para a(s) seguinte(s)

dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.04 - SETOR DE EDUCAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR

05.04.12.361.0005.2.010 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - SALÁRIO EDUCAÇÃO/PDDE

3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 199.000,00.

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos

proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair superávit financeiro R\$ 199.000,00.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 31 de Outubro de 2012

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

DENILSON WEISS

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças.

Publicado na mesma data.

GELSON STEIN

Auxiliar de Expediente

Decreto Nº 002529/12 de 31 de Outubro de 2012

DECRETO Nº 002529/12 DE 31 de Outubro de 2012

Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a

Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001903/12 de 31 de Outubro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 271.000,00 para a(s) seguinte(s)

dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.01 - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO URBANO

06.01.15.451.0008.1.005 - CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS E DEMAIS OBRAS

4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações R\$ 206.000,00

4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações R\$ 65.000,00.

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos

proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
 05.04 - SETOR DE EDUCAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR
 05.04.12.361.0005.1.002 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS NAS ESCOLAS
 4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações R\$ 206.000,00.

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
 06.03 - ASSESSORIA DE OBRAS
 06.03.15.451.0008.1.006 - CONSTRUÇÃO DE PONTES/GALERIAS/PAVIMENTAÇÃO
 4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações R\$ 65.000,00.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 31 de Outubro de 2012
 FELIPE VOIGT
 Prefeito Municipal

DENILSON WEISS
 Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças.
 Publicado na mesma data.

GELSON STEIN
 Auxiliar de Expediente

Decreto Nº 2.530/2012, de 1º de Novembro de 2012.
 DECRETO Nº 2.530/2012, de 1º de novembro de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando o disposto nos artigos 27 e 28, da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010, que trata da Progressão por Capacitação Profissional;

Considerando a avaliação realizada pelo Conselho Municipal de Educação (COMED), em 25 de outubro de 2012;
 DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado o acesso de uma classe do cargo de professor para outra, do funcionário abaixo relacionado, conforme disposto no art. 27 do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério do Município de Schroeder - LC nº. 096/2010, de 14/12/2010, e suas alterações:

Nome	Nível Anterior	Nível Atual
Ana Paula da Silva	C-2	C-2-I
Diviê Roberta Welter Carvalho	C-3	C-3-I
Eberton Vargas Trentin	B-1	B-1-I
Ivone Fátima Taffarel dos Santos	C-6-IV	C-6-V
Miriam Kreutzfeldt Vogel	C-16-II	C-16-III
Sérgio Rosnir Voigt	C-7	C-7-I

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 1º de novembro de 2012.
 FELIPE VOIGT
 Prefeito Municipal

ARMELINDA WALZ SCHMITT
 Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicado na mesma data.

GELSON STEIN
 Auxiliar de Expediente

Decreto Nº 2.531/2012, de 1º de Novembro de 2012.
 DECRETO Nº 2.531/2012, de 1º de novembro de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o nível salarial do cargo efetivo dos funcionários abaixo relacionados, conforme disposto no art. 15 do Plano de Carreira e Remuneração do Pessoal da Administração do Município de Schroeder - LC nº. 004/98, de 19/05/1998:

Nome	Nível Anterior	Nível Atual
Ana Paula Queiroz	07	08

Art. 2º Fica alterado o nível salarial do cargo efetivo dos funcionários abaixo relacionados, conforme disposto no art. 25 do Plano de Carreira e Remuneração do Pessoal do Magistério do Município de Schroeder - LC nº. 096/2010, de 14/12/2010:

Nome	Nível Anterior	Nível Atual
Diviê Roberta Welter Carvalho	C-3-I	C-4-I
Margid Stein	C-2-I	C-3-I
Rosélia Alves Lisboa Madalena Gonzaga	B-1	B-2

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 1º de novembro de 2012.
 FELIPE VOIGT
 Prefeito Municipal

Publicado na mesma data.

GELSON STEIN
 Auxiliar de Expediente

Decreto Nº 2.532/2012, 5 de Novembro de 2012

DECRETO Nº 2.532/2012, 5 de novembro de 2012

AUTORIZA CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL PARA ATENDER A NECESSIDADE DE ESPECIAL INTERESSE PÚBLICO, NA SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o disposto no art. 2º, IV, da Lei Municipal nº 1.690/2008, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público;

Considerando a necessidade inadiável de manter em funcionamento o serviço público essencial de promoção da assistência médica;

Considerando que a ausência de profissional médico para a

assistência da população é uma situação insustentável que inibe a Administração de cumprir seus objetivos essenciais

Considerando a permissão legal do art. 73, V, "d" da lei nº 9.504/97, e a necessidade de expressa autorização do Chefe do Executivo Municipal;

Considerando o dever do município em prestar serviços de atendimento à saúde da população previsto no art. 30, VII da Constituição Federal;

Considerando que, mesmo após a realização de processo seletivo, edital nº 02/2012, encerrado em julho de 2012, não houve candidatos aprovados na quantidade que suprisse a atual demanda;

Considerando a atual demanda de substituição ao profissional que compõe a equipe de atendimento responsável pela manutenção do atendimento na unidade de saúde do centro da cidade que saiu em decorrência do término do contrato de prazo determinado;

Considerando que a situação fática exposta foi relatada pela Secretaria de Saúde e Assistência Social por meio do ofício nº 253/12-SMS e confirmada pela Diretora de Recursos Humanos por meio de manifestação no próprio ofício;

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu art. 6º, a saúde como direito social pétreo do cidadão,

Decreta:

Art. 1º Autoriza-se a contratação, em caráter emergencial, pelo Poder Executivo Municipal de 1 (um) profissional Médico Clínico Geral com carga horária de 20h, para atuar no Posto de Saúde do centro, pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da efetiva contratação.

Art. 2º Fica determinado que, no prazo consignado para a contratação, a respectiva Secretaria realize novo Concurso Público destinado a suprir as vagas referidas, nos termos da Lei Municipal nº 1.690/2008;

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 5 de novembro de 2012.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal.

NÁDIA CRISTIANE HEFTER TAMBOSI
Secretária de Saúde e Assistência Social

Publicado na mesma data.

GELSON STEIN
Auxiliar de Expediente

Portaria Nº 4.805/2012, de 1º de Novembro de 2012
PORTARIA Nº 4.805/2012, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2012
DESIGNA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA O EXERCÍCIO DE 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 5 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora IVANDRA DE SOUZA, inscrita no

CPF sob o nº 047.563.299-00 e portadora da Carteira de Identidade nº 8.369.638-9, como PRIMEIRO PREGOEIRO da Prefeitura Municipal de Schroeder.

Art. 2º DESIGNAR os servidores PAULO ROBERTO DOS SANTOS LIMA, inscrito no CPF sob o nº 460.066.569-49 e portador da Carteira de Identidade nº 927.790-8, ELOIR JOSÉ WENDT, inscrito no CPF sob o nº 845.494.249-15 e portadora da Carteira de Identidade nº 12R-2.852.26, GELSON STEIN, inscrito no CPF sob o nº 861.467.859-20 e portador da Carteira de Identidade nº 3.112.478, para comporem a Equipe de Apoio ao Pregoeiro.

Art. 3º DELEGAR COMPETÊNCIA ao PREGOEIRO, para praticar os ATOS previstos no Art. 11, do Decreto Municipal nº 1.781/2007 e aos preceitos da Lei nº 10.520/2002, de 17/7/2002.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 1º de novembro de 2012.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

DENILSON WEISS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN
Auxiliar de Expediente

Portaria Nº 4.806/2012, de 1º de Novembro de 2012
PORTARIA Nº 4.806/2012, de 1º de novembro de 2012

REESTRUTURA A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES PARA O EXERCÍCIO DE 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 5 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º Reestruturar a Comissão Permanente de Licitações, para o exercício de 2012, de acordo com o Art. 51, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, sem prejuízo de suas atribuições normais, e, sob a presidência do primeiro nomeado:

EFETIVOS:

- Alessandro Martins Viana - Presidente
- Eloir José Wendt - Membro
- Paulo Roberto dos Santos Lima - Membro
- Gelson Stein - Membro

SUPLENTE:

- Paulo Roberto Ferreira
- Valderi Rocha de Camargo

SECRETÁRIA:

- Ivandra de Souza - Secretária

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 1º de novembro de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

DENILSON WEISS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN

Auxiliar de Expediente

Portaria Nº 4.804/2012, de 1º de Novembro de 2012.

PORTARIA Nº 4.804/2012, de 1º de novembro de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR o servidor, Sr. José Luiz Sacoman, do cargo comissionado de Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças, a partir desta data.

Art. 2º O servidor voltará a exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Expediente, percebendo nível salarial nº 25, com carga horária de 40 (quarenta) horas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 1º de novembro de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

DENILSON WEISS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN

Auxiliar de Expediente

Portaria Nº 4.807/2012, de 1º de Novembro de 2012.

PORTARIA Nº 4.807/2012, de 1º de novembro de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR o servidor, Sr. Edson Dubiela, do cargo comissionado de Assessor de Obras e Serviços Urbanos, a partir desta data.

Art. 2º O servidor voltará a exercer o cargo efetivo de Motorista de Caminhão, percebendo nível salarial nº 33, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos

do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 1º de novembro de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

RUBENS FIEDLER

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN

Auxiliar de Expediente

Portaria Nº 4.808/2012, de 1º de Novembro de 2012.

PORTARIA Nº 4.808/2012, de 1º de novembro de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR o servidor, Sr. Flavio Pegoraro, do cargo comissionado de Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças, a partir desta data.

Art. 2º O servidor voltará a exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Contabilidade, percebendo nível salarial nº 25, com carga horária de 40 (quarenta) horas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 1º de novembro de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

DENILSON WEISS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN

Auxiliar de Expediente

Portaria Nº 4.809/2012, de 1º de Novembro de 2012.

PORTARIA Nº 4.809/2012, de 1º de novembro de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora, Sra. Marilene Busch, do cargo comissionado de Assessora de Planejamento, Gestão e Finanças, a partir desta data.

Art. 2º A servidora voltará a exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Administração, percebendo nível salarial nº 26, com carga horária de 40 (quarenta) horas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 1º de novembro de 2012.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

DENILSON WEISS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN
Auxiliar de Expediente

Portaria Nº 4.810/2012, de 1º de Novembro de 2012.

PORTARIA Nº 4.810/2012, de 1º de novembro de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora, Sra. Franciele Salete Mella, do cargo comissionado de Assessora de Saneamento e Gestão Ambiental, a partir desta data.

Art. 2º A servidora voltará a exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Administração, percebendo nível salarial nº 26, com carga horária de 40 (quarenta) horas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 1º de novembro de 2012.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

JOSÉ DA CRUZ
Secretário de Saneamento e Gestão Ambiental

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN
Auxiliar de Expediente

Portaria Nº 4.811/2012, de 1º de Novembro de 2012.

PORTARIA Nº 4.811/2012, de 1º de novembro de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora, Sra. Daniela Samulescki, do cargo comissionado de Assessora de Planejamento, Gestão e Finanças, a partir desta data.

Art. 2º A servidora voltará a exercer o cargo efetivo de Auxiliar de

Administração, percebendo nível salarial nº 27, com carga horária de 40 (quarenta) horas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 1º de novembro de 2012.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

DENILSON WEISS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN
Auxiliar de Expediente

Portaria Nº 4.812/2012, de 05 de Novembro de 2012.

PORTARIA Nº 4.812/2012, de 05 de novembro de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR a forma de remuneração da Sra. Diviê Roberta Welter Carvalho, excluindo-se o pagamento da Função Gratificada de nível FG-2, passando a ser remunerada pelo Cargo Comissionado de Diretora de Unidade de Ensino, a partir desta data.

Art. 2º Revoga-se a Portaria nº 4.304/2012, de 1º de Fevereiro de 2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

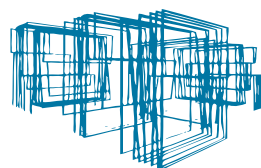
Schroeder (SC), 05 de novembro de 2012.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

ARMELINDA WALZ SCHMITT
Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN
Auxiliar de Expediente



Programa de
Gestão de Obras



Dispensa Nº 17/2012-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 17/2012 - DL**

Processo Nr.: 140/2012
Data: 05/11/2012

Folha: 1/2

Fornecedor: DETZEL ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA
Endereço: Rua RUA AUGUSTO BAUER, S/N
Cidade: Brusque - SC
CNPJ: 04.932.770/0001-23

Código: 9769

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Serviço de assessoria, para atualização do patrimônio, bens móveis e imóveis, de acordo com as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público, referente critérios de reconhecimento, mensuração e avaliação dos ativos, métodos de depreciação, estimativa de vida útil econômica e valor residual, valor depreciável e valor líquido contábil dos bens. Taxa de depreciação, reavaliação, redução do valor recuperável, caracterização dos bens intangíveis, segundo critérios adotados pela Secre

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	serviço de assessoria, para atualização do patrimônio, bens móveis e imóveis, de acordo com as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público, referente critérios de reconhecimento, mensuração e avaliação dos ativos, métodos de depreciação, estimativa de vida útil econômica e valor residual, valor depreciável e valor líquido contábil dos bens. Taxa de depreciação, reavaliação, redução do valor recuperável, caracterização dos bens intangíveis, segundo critérios adotados pela Secretaria do Tesouro Nacional e Tribunal de Contas de Santa Catarina. Assessoramento na elaboração de atas, notas explicativas e relatório da controladoria interna referente a atualização do patrimônio.	UN	7.600,00	7.600,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93:**

É dispensável a licitação.

- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

FUNDAMENTO LEGAL: Art 24 da Lei 8.666/93: É dispensável a Licitação. II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez. JUSTIFICATIVA: Justifica-se a contratação pela necessidade de atender as Normas Brasileiras de Contabilidade e o prazo estabelecido pelo Cronograma da Portaria STN 828/11 e 231/12, e ainda Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional, vê a necessidade de contratação de empresa especializada de assessoria, para tratar da atualização contábil dos bens móveis e imóveis do Município de Schroeder, abordando fatores como ajuste a valor recuperável, método e cálculo da depreciação, estimativa de vida útil econômica, valor residual, valor depreciável e valor líquido, atualização dos cadastros dos bens e lançamentos contábeis no sistema informatizado.

SCHROEDER, 5 de Novembro de 2012

FELIPE VOIGT
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO**Nr.: 17/2012 - DL****Processo Nr.: 140/2012****Data: 05/11/2012**

Folha: 2/2

DESPACHO FINAL:

Em vista das justificativas e fundamentações retro relatadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, aprovo a realização da despesa, independente de licitação.

SCHROEDER, 30 de Novembro de 2012

Valor da Despesa: 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



Extrato de Contrato Nº. 189/2012-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato de Contrato nº. 189/2012-PMS
Dispensa de Licitação nº. 17/2012-PMS
Processo nº. 140/2012-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: DETZEL ASSESSORIA CONSULTORIA E DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.932.770/0001-23, estabelecida na rua Nereu Ramos, nº 163, Bairro Maluche, na cidade de Brusque, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.354-200.

Objeto: Constitui o presente contrato a contratação de empresa especializada para serviço de assessoria, para atualização do patrimônio, bens móveis e imóveis, de acordo com as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público, referente critérios de reconhecimento, mensuração e avaliação dos ativos, métodos de depreciação, estimativa de vida útil econômica e valor residual, valor depreciável e valor líquido contábil dos bens. Taxa de depreciação, reavaliação, redução do valor recuperável, caracterização dos bens intangíveis, segundo critérios adotados pela Secretaria do Tesouro Nacional e Tribunal de Contas de Santa Catarina. Assessoramento na elaboração de atas, notas explicativas e relatório da controladoria interna referente a atualização do patrimônio

Valor do contrato: R\$ 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais).
Data da Assinatura: 05/11/2012 - Vigência: 31/12/2012

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº. A78/2012 - PMS

TERMO ADITIVO Nº. A78/2012 - PMS
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 205/2011 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt.

CONTRATADA: FREITAG ANÁLISES AMBIENTAIS E ALIMENTOS LTDA inscrita no CNPJ sob o nº. 10.743.183/0001-99, estabelecida na Avenida Nereu Ramos, nº 95, 1º andar, Centro, na cidade de Timbó, Estado de Santa Catarina, CEP: 89120-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Guilherme Freitag, inscrito no CPF sob o nº. 006.778.399-60 e portador da carteira de Identidade nº. 3.067.486-7-SSSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 205/2011-PMS, celebrado em 05 de dezembro de 2011, proveniente Processo Licitatório nº. 147/2011-PMS, Pregão Presencial Registro de Preço nº. 66/2011-PMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de coleta e análise de água, bruta (dos mananciais de captação) e tratada (da rede de distribuição) para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental da Prefeitura de Schroeder/SC,

pelo período de 12 meses, regido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas e conforme proposta apresentada.

Enquadra-se nos termos do artigo 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental aditivo de 38 unidades, totalizando o valor em R\$ 1.314,80 (um mil, trezentos e quatorze reais e oitenta centavos), para os itens 08, 09, 10 e 11 do contrato nº 205/2011-PMS, para quantidades não previstas inicialmente para efetuar as coletas e análises mensalmente.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - A partir deste fica alterada a Cláusula Primeira (do objeto do contrato, e descrição) nos itens 08, 09, 10 e 11, aditivada a quantidade de 38 unidades cada, no valor total de R\$ 1.314,80 (um mil, trezentos e quatorze reais e oitenta centavos), conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE. LICITADA	VALOR R\$ LICITADO	UNID.	QTDE. ADITIVA-DA	VALOR R\$ ADITIVA-DO
08	COLETA E ANÁLISE de Cor aparente (Conforme necessidade. Esporádico)	152	5,90	Unidade	38	224,20
09	COLETA E ANÁLISE da turbidez (Conforme necessidade. Esporádico)	152	5,90	Unidade	38	224,20
10	COLETA E ANÁLISE de fluoretos (Conforme necessidade. Esporádico)	152	17,90	Unidade	38	680,20
11	COLETA E ANÁLISE de pH (Conforme necessidade. Esporádico)	152	4,90	Unidade	38	186,20

Cláusula 2ª - Fica a partir deste, alterado a Cláusula Quarta "do valor do contrato", sendo aditivado o valor de R\$ 1.314,80 (um mil, trezentos e quatorze reais e oitenta centavos), passando o valor total do contrato para o valor de R\$ 46.008,00 (quarenta e seis mil e oito reais).

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 205/2011-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 05 de novembro de 2012.
Contratada:

Freitag Análises Ambientais E Alimentos LTDA
GUILHERME FREITAG,
CPF no 006.778.399-60

Contratante:
Município De Schroeder
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª Nome: IVANDRA DE SOUZA 2ª Nome: MARILENE BUSCH
CPF nº. 047.563.299-00 CPF nº. 037.813.699-27

Edital de Praça Nº 01 _2012 Contribuição de Melhoria Rua 67 Florianópolis

EDITAL DE PRAÇA Nº 01/2012

O MUNICÍPIO DE SCHROEDER, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 001/95, Código Tributário Municipal de Schroeder e demais legislações pertinentes, especialmente o decreto Lei nº. 195/67, através do presente edital, torna público, e notifica os senhores proprietários, que executará o lançamento legal da Contribuição de Melhoria, para ressarcimento ao erário, dos valores referentes a de Pavimentação Asfáltica da Rua 67-Florianópolis, perfazendo a área total de 5.522,70m², localizada no Centro Norte, do Município de Schroeder/SC, ficando assim determinado.

I – DELIMITAÇÕES DOS TRECHOS BENEFICIADOS:

Está sendo beneficiada a seguinte área:

Imóveis localizados na Rua 67-Florianópolis com extensão total de 0.5km.

Diante da constatação da ocorrência do fato gerador da Contribuição de Melhoria será cobrado dos proprietários de imóveis lindeiros, situados na área diretamente beneficiada pela obra, ou seja, será cobrada contribuição dos imóveis confrontantes com a rua que foram valorizados.

É importante esclarecer que também foram considerados lindeiros os imóveis que tenham acesso à via ou logradouro beneficiado pela pavimentação, por ruas de passagens particulares, entradas de vila, servidores de passagens e outros do gênero.

Todos imóveis estão localizados no Centro Norte, do Município de Schroeder/SC, conforme projetos, memoriais descritivos, e relação dos imóveis nas tabelas seguintes.

IMÓVEL	MATRÍCULA	PROPRIETÁRIO	ÁREA
822	2.898	Ademir Fischer	1.849,00
831	8.697	Celso Tomaselli	2.115,00
833	8.698	Milano Export Legno	1.047,15
4318	7.833	Milano Export Legno	1.755,00
821	11.420	Heins Volles	675,00
820	11.266	Alcir Duwe	675,00
819	9.210	Valdecir Steinert	675,00
818	15.213	Leandro Bauer	675,00
817	15.214	Genecir Raimundo Grando Scorsato	675,00
816	8.858	Alvaro Lange	675,00
815	9.028	Mayron Pavanello e Aline Pavanello	675,00
814	9.211	Albertina Rosa Borinelli	1.350,00
812	10.374	Adelar Rabuske	675,00

811	10.375	Geralito Antônio de Andrade	675,00
810	10.376	Marlindo Reinoldo Volles	675,00
3542	13.554	Marlindo Reinoldo Volles	675,00
3540	13.555	Vanderlei da Silva	675,00
3539	13.556	Rui Marciel Correa	675,00
3563	14.681	Lucia Klaumann Panstein	620,00
*	*	Semar Administradora de Bens Próprios EPP - Imóveis 836 e 837	15.327,70
868	7.932	Comércio de Derivados de Petróleo Junior Ltda	781,25
838	9.898	Décio Seidel	454,30
840	7.796	Eunice Gielow	454,30
842	9.948	Nelson Volles	450,00
10490	25.983	Osvin Jurck	9.642,84
4468	17.060	Hilário Rabuske	720,00
843	17.059	Nelson Pavanello	570,60
844	12.118	Amarildo Lange	588,37
6155	23.560	Germano Fischer	736,50
6157	23.562	Germano Fischer	349,70
6158	23.563	Germano Fischer	345,00
6159	23.564	Germano Fischer	882,05
6156	23.561	Leandro Fischer	640,64
845	10.993	Mario Ender	900,00
8029	23.509	Semar Administradora de Bens Próprios EPP	420,00
8030	23.510	Orival Pires	812,00
9092	25.230	Rancho Bom Supermercados Ltda	3.598,50
*	*	Erico Borinelli - Imóveis 916, 3565, 4662	9.803,62
4983	21.929	Rudimar Hilger	569,38

II - MEMORIAL DESCRITIVO PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA FLORIANÓPOLIS

APRESENTAÇÃO

Esse memorial que consta na íntegra no Processo de Licitação nº 34/2011-PMS, Tomada de Preço nº 04/2011, tem o objetivo de fornecer os elementos técnicos, especificações de serviços que foram realizados na execução de serviços e obras de DRENAGEM, TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E OBRAS COMPLEMENTARES na RUA 67-FLORIANÓPOLIS, pertencente ao Município de SCHROEDER, Santa Catarina.

NORMAS GERAIS DE TRABALHO

GENERALIDADES

ABREVIACÕES

Foram empregados os termos e abreviações abaixo, deverão ser interpretados como a seguir indicado.

PMS - Prefeitura Municipal de SCHROEDER.

DNIT - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes.
DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - em extinção

DER/SC - Departamento de Estradas de Rodagem de SC.

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

NBR - Norma Brasileira

EB - Especificação Brasileira.



TERMOS

CONTRATADA: A sociedade mercantil adjudicatária do objeto da Licitação, com a qual foi celebrado o contrato de execução.

CONTRATO: O contrato de execução de obras e serviços de terraplanagem, pavimentação, drenagem pluvial, sinalização viária e obras complementares, em vias urbanas no município de SCHROEDER, nos termos definidos no Edital.

LICITANTE: A pessoa jurídica que participou da Licitação.

MUNICÍPIO: O município de SCHROEDER.

PODER PÚBLICO MUNICIPAL: O município, nos termos previstos na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

FISCALIZAÇÃO: A Prefeitura Municipal de SCHROEDER através da Diretoria de Planejamento e Serviços Urbanos e/ou empresa designada/contratada.

CONSIDERAÇÕES

A empresa CONTRATADA vencedora da licitação deverá submeter-se à FISCALIZAÇÃO e aos projetos apresentados.

Os serviços deverão obedecer ao traçado, cotas, seções transversais, dimensões, tolerância e exigências de qualidade dos materiais indicados pela FISCALIZAÇÃO nos Projetos e nas Especificações de Serviços. Embora as medições, amostragem e ensaios possam ser considerados como evidência dessa observação, ficará a exclusivo critério da FISCALIZAÇÃO, julgar se os serviços e materiais apresentam desvio em relação ao projeto e às especificações de serviços. Sua decisão, quanto aos desvios permissíveis dos mesmos, deverá ser final.

A CONTRATADA será considerada responsável pelos danos por ela causados nos serviços.

A CONTRATADA deverá, durante todo o tempo, proporcionar supervisão adequada, mão-de-obra e equipamentos suficientes para executar os serviços até a sua conclusão, dentro do prazo requerido no contrato.

Todo o pessoal da CONTRATADA e ou das empresas subcontratadas deverá possuir habilitação e experiência para executar adequadamente os serviços que lhe forem atribuídos.

Qualquer encarregado, operário ou empregado da CONTRATADA ou de qualquer subcontratante que na opinião da FISCALIZAÇÃO não executar o seu trabalho de maneira correta e adequada, ou seja, desrespeitoso, temperamental, desordenado ou indesejável por outros motivos deverá, mediante solicitação por escrito da FISCALIZAÇÃO, ser afastado imediatamente pela CONTRATADA.

A CONTRATADA deverá fornecer equipamentos do tipo, tamanho e quantidade que venham a ser necessários para executar satisfatoriamente os serviços. Todos os equipamentos usados deverão ser adequados de modo a atender as exigências dos serviços e produzir qualidade e quantidade satisfatória dos mesmos. A FISCALIZAÇÃO poderá ordenar a remoção e exigir a substituição de qualquer equipamento não satisfatório.

Todos os materiais utilizados devem estar de acordo com as especificações. Caso a FISCALIZAÇÃO julgue necessário, poderá solicitar da CONTRATADA a apresentação de informações, por escrito, dos locais de origem dos materiais acompanhados, quando necessário, dos ensaios de laboratório.

A CONTRATADA deverá efetuar todos os controles necessários para assegurar que a qualidade dos materiais empregados está de conformidade com as especificações. Os ensaios e verificação a seu cargo serão executados pelo laboratório designado pela CONTRATADA ou, quando necessário e justificado, pelo laboratório designado pela FISCALIZAÇÃO.

SEGURANÇA E CONVENIÊNCIA PÚBLICA

A CONTRATADA deverá durante a obra tomar o necessário cuidado em todas as operações de uso de equipamentos para proteger o público e para facilitar o tráfego. Nos locais onde os projetos exigirem que qualquer base, revestimento ou pavimento sejam

construídos, deverão ser feitos numa faixa de cada vez e a faixa que não estiver sendo utilizada pelas obras deverá ser aberta ao tráfego público, sob controle e direção única alternadamente, visando tão somente facilitar o tráfego.

Se a CONTRATADA julgar conveniente poderá, com a prévia aprovação da FISCALIZAÇÃO, e sem remuneração extra, utilizar e conservar variantes para desviar o tráfego do local das obras e serviço. Deverá, ainda, conservar em perfeitas condições de segurança, pontes provisórias de desvios, acessos provisórios, cruzamentos com ferrovias ou outras vias, etc.

Quando a FISCALIZAÇÃO exigir, a CONTRATADA deverá fornecer sinalizadores, a fim de possibilitar passagem do tráfego, sob os controles de direção única. Essa exigência também não gerará nenhum tipo de remuneração extra.

Só será permitida a circulação de qualquer equipamento carregado durante o tempo de realização das obras, com no máximo 25 toneladas brutas. Passagens isoladas de equipamentos com peso superior ao permitido, só serão autorizadas com a prévia anuência da FISCALIZAÇÃO.

Não será permitido o derramamento de materiais resultantes de operação de transporte ao longo das vias públicas. Acontecendo tal infração, os mesmos deverão ser imediatamente removidos pela e as expensas da CONTRATADA.

As operações de construção e ou serviço deverão ser executadas de tal forma que causem o mínimo possível de transtornos e incômodo às propriedades vizinhas as obras ou serviços.

A CONTRATADA deverá prontamente instalar e manter as barreiras necessárias, sinais vermelhos, sinais de alerta e perigo, sinalização de desvios e outros, em número suficiente, bem como tomar todas as demais precauções necessárias para a proteção do seu trabalho e segurança do público. Toda sinalização deverá rigorosamente seguir os padrões da legislação vigente e o seu pagamento não será feito diretamente, mas sim através da inclusão de seus custos nos preços propostos para os itens de serviços do contrato.

A sinalização poderá compor-se de:

Placas informativas ou indicativas (60 x 80 cm, 80 cm x 80 cm, 150 x 80 cm, 30 cm x 150 cm) executadas sobre painel metálico, plástico ou de madeira, com fundo na cor amarela, letras e sinais refletivos.

Cavaletes de madeira pintados com fundo amarelo e letras e faixas na cor preta;

Guias ("gelo baiano") em concreto pintados na cor amarela;

Cones refletivos de plástico

Cones refletivos de plástico com sinalizador (tipo giroflex) alimentado por bateria;

Faixas plásticas delimitadoras na cor amarela, letras e símbolos na cor preta. Largura mínima da faixa = 10 cm.

Todos os materiais devem satisfazer às especificações aprovadas pela PMS.

Na eventualidade do uso de explosivo para a execução dos trabalhos, os cuidados deverão ser redobrados, afim de não pôr em perigo vidas ou propriedades, e a responsabilidade por quaisquer danos de inteira responsabilidade da CONTRATADA, desta forma, previamente deverá fornecer e implantar sinais especiais para aviso ao público das operações de explosão. Essa sinalização especial também não gerará qualquer tipo de remuneração extra, e, portanto deverá estar inclusa nos preços propostos para os itens de serviços do contrato.

Todos os explosivos deverão ser armazenados de maneira segura, recebendo em todos os locais de armazenamento o letreiro "Perigo Explosivo". Os locais de armazenamento deverão ficar localizados sempre numa distância superior a 350m da via pública, prédios ou áreas de acampamento.

A CONTRATADA será responsável pela proteção de toda propriedade pública e privada, linhas de transmissão de energia elétrica, telefones, redes de água, TV a cabo e outros serviços, ao longo ou adjacentes ao trecho em serviços ou obras. O ônus será exclusivo da CONTRATADA.

MANEJO AMBIENTAL

Quando houver excesso de material de cortes e for impossível incorporá-los ao corpo dos aterros, serão constituídos bota-foras, devidamente compactados e os taludes deverão ter inclinação suficiente para evitar escorregamentos.

Os bota-foras deverão ser executados de forma a evitar que o escoamento das águas pluviais possa carrear o material depositado, causando assoreamentos.

Deverá ser feito revestimento vegetal dos bota-foras, inclusive os de 3ª categoria, após conformação final, a fim de incorporá-los à paisagem local.

O trânsito dos equipamentos e veículos de serviço fora das áreas de trabalho deverá ser evitado tanto quanto possível, principalmente onde houver alguma área com relevante interesse paisagístico ou ecológico.

O revestimento vegetal dos taludes, quando previsto, deverá ser executado imediatamente após o corte.

É proibido o tráfego desordenado dos equipamentos fora do corpo estradal, para evitar danos desnecessários à vegetação e interferências na drenagem natural.

As áreas destinadas ao estacionamento e aos serviços de manutenção dos equipamentos devem ser localizadas de forma que, resíduos de lubrificantes e/ou combustíveis, não sejam levados até cursos d'água.

RESPONSABILIDADE PELOS SERVIÇOS E OBRAS

A FISCALIZAÇÃO deverá decidir as questões que venham surgir quanto à qualidade e aceitabilidade dos materiais usados na obra/serviço, do andamento, da interpretação dos projetos e especificações e ao cumprimento satisfatório das cláusulas do Contrato.

É vedado o início de qualquer operação de relevância sem o consentimento por escrito da FISCALIZAÇÃO ou sem a notificação por escrito da empresa CONTRATADA, apresentada com antecedência suficiente para que a FISCALIZAÇÃO tome as providências de inspeção antes do início das operações. Os serviços/obras iniciados sem a observância destas exigências poderão ser rejeitados pela FISCALIZAÇÃO.

A FISCALIZAÇÃO terá livre acesso aos trabalhos durante a execução do serviço/obra, e deverá ter todas as facilidades razoáveis para poder determinar se os materiais e mão de obra empregada são compatíveis com as especificações.

A inspeção dos serviços/obra não isentará a CONTRATADA de quaisquer das suas obrigações prescritas no Contrato.

Até que a FISCALIZAÇÃO não seja notificada por escrito sobre a aceitação e entrega final dos serviços/obras, a CONTRATADA será responsável pela conservação dos mesmos e deverá tomar as precauções contra prejuízos ou danos que possam ser causados por qualquer tipo de ação proposital, e os danos deverão reparados ou restaurados pela CONTRATADA, exceto os involuntários ou imprevisíveis fora de controle humano.

A empresa CONTRATADA só poderá usar materiais previamente aprovados pela FISCALIZAÇÃO e não deverá executar qualquer serviço/obra antes que as cotas e alinhamentos tenham sido satisfatoriamente estabelecidos.

Os serviços/obras executados com materiais fora das especificações/normas/projetos deverão ser removidos, substituídos ou reparados, obedecendo às instruções e a maneira que a FISCALIZAÇÃO determinar, tudo por conta da CONTRATADA.

A CONTRATADA não deverá realizar qualquer serviço/obra de remoção, desvio ou reconstrução de serviços de utilidade pública, antes de consultar a FISCALIZAÇÃO, companhias de serviços públicos, autoridades e proprietários, a fim de determinar a sua localização exata. A CONTRATADA deverá notificar por escrito as entidades acima mencionadas, da natureza de qualquer serviço que possa afetar suas instalações, serviços ou propriedades.

Quando o desvio ou substituição dos serviços de utilidade pública não for essencial para prosseguimento dos serviços/obras como

projetados, mas for feita por única conveniência da CONTRATADA, a mesma responderá por todos os custos incidentes no desvio ou substituição. Quando relocação ou substituição dos serviços de utilidade pública for essencial para o prosseguimento dos serviços/obras como projetado, a PMS ou a Companhia de Serviços Públicos, responderá pelos custos decorrentes da substituição.

Antes do recebimento final dos serviços a via urbana deverá ser limpa. Todas as obras de arte, valetas, dispositivos de drenagem superficial, deverão ser limpos e conservados de quaisquer depósitos resultantes do serviço até que a inspeção final tenha sido feita.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**SERVIÇOS PRELIMINARES****SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM****ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE DE MATERIAL****OBJETIVO**

Fixar as condições exigíveis para as operações de escavação, carga, transporte e classificação dos materiais escavados para a implantação da plataforma, em conformidade com o projeto.

MATERIAL

Para os efeitos desta Norma são adotadas as definições seguintes: Material de 1ª categoria - compreendem os solos em geral, residual ou sedimentar, seixos rolados ou não, com diâmetro máximo inferior a 0,15m, qualquer que seja o teor da umidade apresentado. Material de 2ª categoria - compreende os de resistência ao desmonte mecânico inferior à rocha não alterada, cuja extração se processe por combinação de métodos que obriguem a utilização do maior equipamento de escarificação exigido contratualmente; a extração eventualmente poderá envolver o uso de explosivos ou processo manual adequado. Incluídos nesta classificação os blocos de rocha, de volume inferior a 2m³ e os matacões ou pedras de diâmetro médio entre 0,15m e 1,00m.

Material de 3ª categoria - compreende os de resistência ao desmonte mecânico equivalente à rocha não alterada e blocos de rocha, com diâmetro médio superior a 1,00m, ou de volume igual ou superior a 2m³, cuja extração e redução, a fim de possibilitar o carregamento se processem com o emprego contínuo de explosivos.

EQUIPAMENTO

A escavação do corte será executada mediante a utilização racional de equipamento adequado, que possibilite a execução dos serviços sob as condições especificadas e produtividade requerida. A seleção do equipamento obedecerá às indicações seguintes:

Corte em solo - utilizam-se, em geral, tratores equipados com lâminas, escavo-transportadores, ou escavadores conjugados com transportadores diversos. A operação incluirá a utilização de tratores e motoniveladoras, para escarificação, manutenção de caminhos de serviço e áreas de trabalho, além de tratores empurradores ("pushers").

Corte em rochas - empregadas perfuratrizes pneumáticas ou elétricas para o preparo das minas, tratores equipados com lâmina para a operação de limpeza da praça de trabalho e carregadores conjugados com transportadores, para a carga e transporte do material extraído. Nesta operação utilizam-se explosivos e detonadores adequados à natureza da rocha e as condições do canteiro de serviço;

Remoção de solos orgânicos, turfa ou similares, inclusive execução de corta-rios, com emprego de escavadeiras do tipo "dragline", complementado por outros equipamentos citados nas alíneas

anteriores.

EXECUÇÃO

As operações de cortes compreendem:

Escavação dos materiais constituintes do terreno natural, de acordo com as indicações técnicas de projeto.

Transporte dos materiais escavados para aterros ou bota-foras.

Retirada das camadas de má qualidade visando o preparo das fundações dos aterros, de acordo com as indicações do projeto. Estes materiais serão transportados para locais previamente indicados, de modo a não causar transtorno à obra, em caráter temporário ou definitivo.

O desenvolvimento da escavação se dará em face da utilização adequada, ou da rejeição dos materiais extraídos. Assim, apenas serão transportados para constituição dos aterros aqueles que, pela classificação e caracterização efetuadas nos cortes sejam compatíveis com as especificações da execução dos aterros, em conformidade com o projeto.

Constatada a conveniência técnica e econômica de reserva de material escavado nos cortes, para a confecção das camadas superficiais da plataforma, será depositado em local previamente escolhido para sua oportuna utilização.

Atendido o projeto e, sendo técnica e economicamente aconselhável, as massas em excesso, removidas desde a etapa inicial dos serviços, que resultariam em bota-foras, poderão ser integradas aos aterros, mediante compactação adequada, constituindo alargamentos de plataforma, com suavização dos taludes ou bermas de equilíbrio.

As massas excedentes, que não se destinarem ao fim indicado no parágrafo anterior, serão objeto de remoção, de modo a não constituírem ameaça à estabilidade da via, e nem prejudicarem o aspecto paisagístico ou meio ambiente da região.

Quando, ao nível da plataforma dos cortes, for verificada ocorrência de rocha, sã ou em decomposição, ou de solos de expansão maior que 2%, baixa capacidade de suporte ou de solos orgânicos, promove-se o rebaixamento, respectivamente, da ordem de 0,40m e 0,60m, e execução de novas camadas, constituídas de materiais selecionados, objeto de indicação nas especificações.

Não será permitida a presença de blocos de rocha nos taludes que possam colocar em risco a segurança do trânsito.

Nos pontos de passagem de corte para aterro, precedendo este último, a escavação transversal ao eixo deverá ser executada até profundidade necessária para evitar recalques diferenciais.

As valetas de proteção dos cortes serão obrigatoriamente executadas e revestidas, independentemente das demais obras de proteção projetadas.

Nos cortes de altura elevada é prevista a implantação de terraceamento, com banquetas de largura mínima de 3m, valetas revestidas e proteção vegetal.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

A medição considera o volume extraído, medido no corte. Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes: Os serviços serão medidos em m³ executados.

REFORÇO DO SUBLEITO

GENERALIDADES

Esta especificação tem por objetivo fixar as condições gerais e o método construtivo para a execução de reforço do subleito, constituído de camadas de materiais selecionados, previstos em projeto sempre que ocorrer materiais de baixo poder de suporte. Para tanto, são apresentados os requisitos concernentes a materiais, equipamentos, execução e controle da qualidade dos materiais empregados e da execução, além dos critérios para aceitação, rejeição e pagamento dos serviços.

MATERIAIS

O material (seixo) será fornecido para extração pela municipalidade em jazida distante até 10 km da obra e deverão ter ISC ☐ 60% e com expansão máxima de 1%.

EQUIPAMENTO

Os equipamentos serão escolhidos de acordo com o tipo de material empregado e constarão de :

Motoniveladora;

Carro-tanque distribuidor de água;

Rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;

Grade de discos;

Entre outros.

EXECUÇÃO

Preliminarmente será feita a remoção dos materiais inadequados e de baixo poder de suporte.

Não se admitirá, em nenhuma das fases executivas que os equipamentos de escavação ou transporte se apoiem ou trafeguem sobre o subleito escavado. Deverá, também, ser evitada a acumulação de água no fundo das escavações.

Quando não for possível o escoamento natural deverá ser previsto o esgotamento manual ou por bombeamento.

O reforço deverá ser colocado, espalhado e compactado em camadas de espessuras compatíveis com o equipamento de compactação a ser empregado que, por sua vez, não poderá exercer esforços de compactação superior à capacidade de suporte do subleito. Assim, as primeiras camadas com equipamentos leves - placas vibratórias - ou ser empregado material que não exija grandes esforços de compactação - materiais granulares.

CONTROLE

CONTROLE GEOMÉTRICO

A camada de reforço do subleito, prevista em projeto, devidamente acabada e antes da colocação da camada subsequente, deverá apresentar as seguintes condições geométricas:

Largura : não inferior à largura do projeto mais 0,25 m para cada lado;

Cotas : ☐ 0,02 m das cotas do projeto;

Espessura verificada por ocasião da determinação da densidade "in situ" ou pelo levantamento topográfico : ☐ 5% da espessura do projeto.

MEDIÇÃO

A medição dos serviços de reforço do subleito com materiais selecionados, será procedida através da determinação dos volumes executados, medidos na pista, expressa em metros cúbicos.

PAVIMENTAÇÃO

REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO

OBJETIVO

Esta especificação se aplica a regularização e compactação do subleito da via a pavimentar, compreendendo cortes a aterros, com o objetivo de dar-lhe as condições previstas no projeto e sempre a juízo da FISCALIZAÇÃO, executados após a terraplanagem.

MATERIAIS

Os materiais empregados na regularização do subleito serão os

do próprio subleito. No caso de substituição ou adição de material, estes deverão ser provenientes de ocorrências de materiais indicados no projeto; ter um diâmetro máximo de partícula igual ou inferior a 76 mm; um índice de suporte Califórnia, determinado com a energia do método DNER-ME 47-64, igual ou superior ao do material considerado no dimensionamento do pavimento e expansão inferior a 2%.

EQUIPAMENTO

São indicados os seguintes tipos de equipamentos para execução da regularização :

Trator com lâmina frontal;

Carregador frontal;

Caminhões basculantes;

Motoniveladora pesada, com escarificador;

Rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;

Carro-tanque com barra distribuidora de água;

Grade de discos;

Pulvi-misturador

Os equipamentos de compactação e mistura serão escolhidos de acordo com o tipo de material empregado.

EXECUÇÃO

A superfície do subleito deverá ser regularizada de modo que assuma a forma determinada pela seção transversal e demais elementos de projeto.

Após a execução de cortes e adição de material necessário para atingir o greide de projeto, proceder-se-á a uma escarificação geral na profundidade de 15 cm, seguida de pulverização, umedecimento ou secagem, compactação e acabamento.

Na compactação deverá obter-se densidade mínima de 95% do ensaio Normal de compactação.

No caso de cortes em rocha, deverá ser previsto o rebaixamento em profundidade adequada, com substituição por material granular apropriado. Neste caso, proceder-se-á à regularização pela maneira já descrita.

CONTROLE

CONTROLE GEOMÉTRICO

Após a regularização e compactação, deve proceder-se a relocação do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias: ± 2 cm em relação as cotas de projeto; ± 5 cm quanto a largura da plataforma.

MEDIÇÃO

A medição dos serviços de regularização do subleito será feita por metro quadrado de plataforma concluída, com os dados fornecidos pelo projeto.

SUB-BASE COM MATERIAL DE JAZIDA

OBJETIVO

Esta especificação se aplica a execução da camada de sub-base com material de jazida com o objetivo de dar-lhe as condições previstas no projeto e sempre a juízo da FISCALIZAÇÃO.

MATERIAIS

O material de jazida deverá ser isento de matérias orgânicas, micáceas, e diatomáceas.

O material será fornecido para extração pela municipalidade em jazida distante até 10 km da obra e deverá apresentar capacidade

de suporte ($ISC < 20\%$) e expansão máxima de 0,5%.

EQUIPAMENTO

A execução da sub-base deverá prever a utilização racional de equipamento apropriado, atendidas às condições locais e a produtividade exigida.

Poderão ser empregados:

Tratores de lâmina;

Escavo-transportadores;

Caminhões basculantes;

Moto-niveladoras;

Rolos lisos, de pneus, pés de carneiro, estáticos ou vibratórios.

EXECUÇÃO

As operações de execução da sub-base subordinam-se aos elementos técnicos, constantes do projeto, e compreenderão:

Extração, transporte, Descarga, espalhamento, homogeneização, conveniente umedecimento ou aeração, compactação dos materiais selecionados, para a construção do corpo da sub-base até a cota correspondente ao greide de projeto.

O lançamento do material para a construção da sub-base deve ser feito em camadas sucessivas, em toda a largura da seção transversal, e em extensões tais, que permitam seu conveniente umedecimento ou aeração e compactação. Para o corpo da sub-base a espessura da camada compactada não deverá ultrapassar 0,20m. Para as camadas finais essa espessura não deverá ultrapassar 0,10m.

INSPEÇÃO

CONTROLE DA EXECUÇÃO

Ensaio de umidade higroscópica do material, imediatamente antes da compactação por camada, para cada 100m de pista a ser compactado em locais escolhidos aleatoriamente. (método DNER-ME 052 ou DNER-ME 088). As tolerâncias admitidas para a umidade higroscópica serão de $\pm 2\%$ em torno da umidade ótima.

Ensaio de massa específica aparente seca "in situ" em locais escolhidos aleatoriamente, por camada, para cada 100m de extensão, pelo método DNER-ME 092, DNER-ME 036. Para pistas de extensão limitada, com no máximo 4000m² de material, deverão ser feitas pelo menos 5 determinações para o cálculo do grau de compactação - GC.

Os cálculos do grau de compactação, $GC > 100\%$, serão realizadas utilizando-se os valores da massa específica aparente seca, obtidas no laboratório e da massa específica aparente "in situ" obtida no campo.

O número de determinações do Grau de Compactação - GC - será definido em função do risco de rejeição de um serviço de boa qualidade a ser assumido pelo Executante.

CONTROLE GEOMÉTRICO

Após a execução da sub-base, proceder a relocação e ao nivelamento do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias:

± 10 cm, quanto à largura da plataforma;

Até 20%, em excesso, para a flecha de abaulamento, não se tolerando falta;

$\pm 10\%$, quanto a espessura do projeto da camada.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços aceitos, serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

A sub-base será medida em metros cúbicos de material espalhado e compactado na pista, conforme a seção transversal do projeto.

BASE ESTABILIZADA GRANULOMETRICAMENTE**OBJETIVO**

Esta especificação se aplica à execução de bases granulares, constituídas de camadas de solos, misturas de solos, misturas de solo e materiais britados, ou produtos totais de britagem.

As bases constituídas de solo e material britado são comumente designadas de "solo-brita", e as constituídas exclusivamente de produto de britagem, bases de brita granulada.

MATERIAIS

A base será executada com materiais que preencham os seguintes requisitos :

Deverão possuir composição granulométrica enquadrada em uma das faixas do quadro abaixo:

PENEIRAS		F A I X A			
	mm	A	B	C	D
2"	50,8	100	100	-	-
1"	25,4	-	-	100	100
3/8"	9,5	30 - 65	40 - 75	50 - 85	60 - 100
Nº 4	4,8	25 - 55	30 - 60	35 - 65	50 - 85
Nº 10	2,0	15 - 40	20 - 45	25 - 50	40 - 70
Nº 40	0,42	8 - 20	15 - 30	15 - 30	25 - 45
Nº 200	0,074	15 - 40	2 - 8	5 - 15	5 - 20

A fração que passa na peneira Nº 40 deverá apresentar limite de liquidez inferior ou igual a 25% e índice de plasticidade inferior ou igual a 6%; quando esses limites forem ultrapassados, o equivalente de areia deverá ser maior que 30%;

A porcentagem do material que passa na peneira nº 200 não deve ultrapassar 2/3 da porcentagem que passa na peneira Nº 40;

O índice de suporte Califórnia não deverá ser inferior a 60% e a expansão máxima será de 0,5%, determinadas segundo o método do DNER-ME 49-64 e, com a energia do método DNER-ME 48-64.

O limite de liquidez deverá ser inferior ou igual a 35% e o índice de plasticidade inferior a 10%.

Deverão ser obedecidas todas as demais características exigidas para a base.

Para qualquer tráfego, a fração retida na peneira n.º 10 constituída de pedregulho laterítico, deverá apresentar no ensaio Los Angeles um desgaste máximo de 65%.

Para os fins desta especificação, entende-se como solo laterítico o solo cuja a fração coloidal (abaixo de 2 micra) apresenta relação molecular sílica/sesquióxidos menor que 2 e, em conjunto, as seguintes características : presença apreciável de sesquióxidos de ferro, tendência para o concrecionamento e endurecimento sob exposição ao sol, baixa expansibilidade e fraco teor de matéria orgânica..

EQUIPAMENTO

São indicados os seguintes tipos de equipamento para execução da base :

Motoniveladora pesada, com escarificador;

Carro-tanque distribuidor de água;

Rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;

Grade de discos;

Pulvi-misturador

Central de mistura.

Além desses, poderão ser usados outros equipamentos aceitos pela Fiscalização.

EXECUÇÃO

Compreendem as operações de fornecimento, espalhamento,

mistura e pulverização, umedecimento ou secagem, compactação e acabamento dos materiais utilizados, realizadas na pista, devidamente preparada na largura desejada, nas quantidades que permitam, após a compactação, atingir a espessura projetada de 10cm.

Os materiais de base serão explorados, preparados e espalhados de acordo com Especificações Complementares.

Quando houver necessidade de executar camadas de base com espessura final superior a 20 cm, estas serão subdivididas em camadas parciais, nenhuma delas excedendo a espessura de 20 cm. A espessura mínima de qualquer camada de base será de 10 cm, após a compactação.

O grau de compactação deverá ser, no mínimo, 100%, em relação à massa específica aparente, seca, máxima, obtida no ensaio DNER-ME 48-64, e o teor de umidade deverá ser a umidade ótima do ensaio citado □ 2 %.

CONTROLE**CONTROLE GEOMÉTRICO**

Após a execução do reforço da sub-base, proceder-se-á à relocação e ao nivelamento do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias :

□ 10 cm, quanto à largura da plataforma;

Até 20%, em excesso, para a flecha de abaulamento, não se tolerando falta. Na verificação do desempenho longitudinal da superfície não se tolerarão flechas maiores que 1,5 cm, quando determinadas por meio de régua de 3,00 m.

Não deve ser menor do que a espessura do projeto menos 1 cm quando projetado acima de 10cm.

Na determinação de X serão utilizados pelo menos 9 valores de espessuras individuais X, obtidas por nivelamento do eixo e bordos, de 20 em 20 m, antes e depois das operações de espalhamento e compactação.

Não se tolerará nenhum valor individual de espessura fora do intervalo de □ 2 cm, em relação à espessura do projeto.

No caso de se aceitar, dentro das tolerâncias estabelecidas, uma camada de base com espessura média inferior à de projeto, o revestimento será aumentado de uma espessura estruturalmente equivalente à diferença encontrada.

No caso da aceitação de camada de base, dentro das tolerâncias, com espessura média superior à do projeto, a diferença não será deduzida da espessura do revestimento.

IMPRIMAÇÃO**OBJETIVO**

Esta especificação se aplica à execução da imprimação com material betuminoso.

Consiste a imprimação na aplicação de uma camada de material betuminoso sobre a superfície de uma base concluída, antes da execução de um revestimento betuminoso qualquer, objetivando : Aumentar a coesão da superfície da base, pela penetração do material betuminoso empregado;

Promover condições de aderência entre a base e o revestimento; Impermeabilizar a base.

MATERIAIS

Deve ser empregado asfalto diluído tipo CM-30.

A taxa de aplicação é aquela que pode ser absorvida pela base em 24 horas, devendo ser determinada experimentalmente, no canteiro da obra. A taxa de aplicação varia de 0,8 a 1,6 l/m², conforme o tipo e textura da base do material betuminoso escolhido.

EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado pela FISCALIZAÇÃO, devendo estar de acordo com esta especificação, sem o que não será dada a ordem para o início do serviço.

Para a varredura da superfície da base, usam-se, de preferência, vassouras mecânicas rotativas, podendo entretanto, ser manual esta operação. O jato de ar comprimido poderá, também ser usado.

A distribuição do ligante deve ser feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade uniforme.

As barras de distribuição devem ser do tipo de circulação plena, com dispositivo que possibilite ajustamentos verticais e larguras variáveis de espalhamento do ligante.

Os carros distribuidores devem dispor de tacômetro, calibradores e termômetros, em locais de fácil observação e, ainda, de um espargidor manual, para tratamento de pequenas superfícies e correções localizadas.

O depósito de material betuminoso, quando necessário, deve ser equipado com dispositivo que permita o aquecimento adequado e uniforme do conteúdo do recipiente. O depósito deve ter uma capacidade tal que possa armazenar a quantidade de material betuminoso a ser aplicado em, pelo menos, um dia de trabalho.

EXECUÇÃO

Após a perfeita conformação geométrica da base, procede-se à varredura da sua superfície, de modo a eliminar o pó e o material solto existentes.

Aplica-se, a seguir, o material betuminoso adequado, na temperatura compatível com o seu tipo, na quantidade certa e de maneira mais uniforme. O material betuminoso não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente estiver abaixo de 10°C, ou em dias de chuva, ou, quando estiver iminente. A temperatura de aplicação do material betuminoso deve ser fixada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. Deve ser escolhida a temperatura que proporcione a melhor viscosidade para espalhamento. As faixas de viscosidade recomendadas para espalhamento são de 20 a 60 segundos. Saybolt-Furol, para asfaltos diluídos, e de 6 a 20 graus, Engler, para alcatrões.

Deve-se imprimir a pista inteira em um mesmo turno de trabalho e deixá-la, sempre que possível, fechada ao trânsito. Quando isto não for possível, trabalhar-se-á em meia pista, fazendo a imprimação da adjacente, assim que a primeira for permitida a sua abertura ao trânsito. O tempo de exposição da base imprimida ao trânsito será condicionado pelo comportamento da primeira, não devendo ultrapassar a 30 dias.

A fim de evitar a superposição, ou excesso, nos pontos inicial e final das aplicações, devem-se colocar faixas de papel transversalmente, na pista, de modo que o início e o término da aplicação do material betuminoso situem-se sobre essas faixas, as quais serão, a seguir, retiradas. Qualquer falha na aplicação do material betuminoso deve ser, imediatamente, corrigida. Na ocasião da aplicação do material betuminoso, a base deve se encontrar levemente úmida.

MEDIÇÃO

A imprimação será medida através da área executada, em metros quadrados.

PINTURA DE LIGAÇÃO

OBJETIVO

Consiste a pintura de ligação na aplicação de uma camada de material betuminoso sobre a superfície de uma base ou de um pavimento, antes da execução de um revestimento betuminoso

qualquer, objetivando promover a aderência entre este revestimento e a camada subjacente.

MATERIAIS

Todos os materiais devem satisfazer às especificações aprovadas pelo DNER. Deve ser empregado o seguinte material betuminoso: Emulsões asfálticas, tipos RR-1, RR-2, RR-1C e RR-2C

A taxa de aplicação será função do tipo de material betuminoso empregado, devendo-se situar-se em torno de 0,5 l/m².

EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado pela Fiscalização, devendo estar de acordo com esta Especificação, sem o que não será dada a ordem para o início do serviço.

Para a varredura da superfície da base, usam-se, de preferência, vassouras mecânicas rotativas, podendo entretanto, ser manual esta operação. O jato de ar comprimido poderá, também ser usado.

A distribuição do ligante deve ser feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade uniforme.

As barras de distribuição devem ser do tipo de circulação plena, com dispositivo que possibilite ajustamentos verticais e larguras variáveis de espalhamento do ligante.

Os carros distribuidores devem dispor de tacômetro, calibradores e termômetros, em locais de fácil observação e, ainda, de um espargidor manual, para tratamento de pequenas superfícies e correções localizadas.

O depósito de material betuminoso, quando necessário, deve ser equipado com dispositivo que permita o aquecimento adequado e uniforme do conteúdo do recipiente. O depósito deve ter uma capacidade tal que possa armazenar a quantidade de material betuminoso a ser aplicado em, pelo menos, um dia de trabalho.

EXECUÇÃO

Após a perfeita conformação geométrica da camada que irá receber a pintura de ligação, procede-se à varredura da sua superfície, de modo a eliminar o pó e o material solto existente.

Aplica-se, a seguir, o material betuminoso adequado, na temperatura compatível com o seu tipo, na quantidade certa e de maneira mais uniforme. O material betuminoso não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente estiver abaixo de 10°C, ou em dias de chuva, ou, quando estiver iminente. A temperatura de aplicação do material betuminoso deve ser fixada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. Deve ser escolhida a temperatura que proporcione a melhor viscosidade para espalhamento. As faixas de viscosidade recomendadas para espalhamento são as seguintes :

Para emulsões asfálticas : 25 a 100 segundos, Saybolt-Furol.

Deve-se executar a pintura de ligação na pista inteira em um mesmo turno de trabalho e deixá-la, sempre que possível, fechada ao trânsito. Quando isto não for possível, trabalhar-se-á em meia pista, fazendo a pintura de ligação da adjacente, logo que a pintura permita sua abertura ao trânsito.

A fim de evitar a superposição, ou excesso, nos pontos inicial e final das aplicações, devem-se colocar faixas de papel transversalmente, na pista, de modo que o início e o término da aplicação do material betuminoso situem-se sobre essas faixas, as quais serão, a seguir, retiradas. Qualquer falha na aplicação do material betuminoso deve ser, imediatamente, corrigida.

Antes da aplicação do material betuminoso, no caso de bases de solo-cimento ou concreto magro, a superfície da base deve ser irrigada, afim de saturar os vazios existentes, não se admitindo excesso de água sobre a superfície. Essa operação não é aplicável quando se empregam materiais betuminosos, com temperaturas

de aplicação superior a 100□C.

MEDIÇÃO

A pintura de ligação será medida através da área executada, em metros quadrados.

CONCRETO BETUMINOSO – FAIXA “C”

OBJETIVO

Estabelecer a sistemática a ser empregada na fabricação e execução de misturas betuminosas para a construção de camadas do pavimento de acordo com os alinhamentos, greide e seção transversal de projeto.

Para os efeitos desta Norma é adotada a definição seguinte:
Concreto betuminoso - mistura executada em usina apropriada, com características específicas composta de agregado mineral graduado, material de enchimento (filer) e ligante betuminoso espalhado e comprimido à quente.

MATERIAL

Os materiais constituintes de concreto betuminoso são: agregado graúdo, agregado miúdo, material de enchimento filer e ligante betuminoso.

LIGANTE BETUMINOSO

Podem ser empregados os seguintes ligantes betuminosos:
Cimento asfáltico de petróleo, CAP-30/45, CAP-50/60, CAP-85/100, CAP-150/200 (classificação por penetração), CAP-7, CAP-20 e CAP-40 (classificação por viscosidade);

AGREGADO GRAÚDO

O agregado graúdo pode ser pedra, escória, seixo rolado, ou outro material indicado nas Especificações Complementares. O agregado graúdo deve se constituir de fragmentosãos, duráveis, livres de torrões de argila, e substâncias nocivas e apresentar as características seguintes:

Desgaste Los Angeles igual ou inferior a 40% (DNER-ME 035);
admitindo-se agregados com valores maiores, no caso de terem apresentado desempenho satisfatório em utilização anterior;
Índice de forma superior a 0,5 (DNER-ME 086);
Durabilidade, perda inferior a 12% (DNER-ME 89);

AGREGADO MIÚDO

O agregado miúdo pode ser areia, pó-de-pedra ou mistura de ambos. Suas partículas individuais deverão ser resistentes, apresentar moderada angulosidade, estando livres de torrões de argila e de substâncias nocivas. Deverá apresentar equivalente de areia igual ou superior a 55%. (DNER-ME 054).

MATERIAL DE ENCHIMENTO (FILER)

Deve ser constituído por materiais minerais finamente divididos, tais como cimento Portland, cal extinta, pós calcários, cinza volante, etc., e que atendam a seguinte granulometria (DNER-ME 083):

Peneira	% mínima, passando
Nº 40	100
Nº 80	95
Nº 200	65

Quando da aplicação deverá estar seco e isento de grumos.

MELHORADOR DE ADESIVIDADE

Não havendo boa adesividade entre o ligante betuminoso e os agregados (DNER-ME 078, DNER-ME 079), poderá ser empregado melhorador de adesividade na quantidade fixada no projeto.

COMPOSIÇÃO DA MISTURA

A composição de concreto betuminoso deve satisfazer os requisitos do quadro seguinte com as respectivas tolerâncias no que diz respeito a granulometria e aos percentuais do ligante betuminoso.

Peneira de malha quadrada		% passando, em peso das faixas			
Discriminação	Abertura (mm)	A	B	C	Tolerâncias fixas de projeto
2"	50,8	100	-	-	-
1 1/2"	38,1	95-100	100	-	+- 7%
1"	25,4	75-100	95-100	-	+- 7%
3/4"	19,1	60-90	80-100	100	+- 7%
1/2"	12,7	-	-	85-100	+- 7%
3/8"	9,5	35-65	45-80	75-100	+- 7%
Nº 4	4,8	25-50	28-60	50-85	+- 5%
Nº 10	2,0	20-40	20-45	30-75	+- 5%
Nº 40	0,42	10-30	10-32	15-40	+- 5%
Nº 80	0,18	5-20	8-20	8-30	+- 2%
Nº 200	0,074	1-8	3-8	5-10	+- 2%
Betume solúvel no CS2 (+) %		4,0 – 7,0	4,5 – 7,5	4,5 – 9,0	+- 3%
		Camada de ligação	Camada de ligação e rolamento	Camadas de rolamento	

A faixa usada deve ser aquela, cujo diâmetro máximo é igual ou inferior a 2/3 da espessura da camada de revestimento.

Na escolha da curva granulométrica, para camada de rolamento, deverá ser considerada a segurança do usuário.

As porcentagens de betume se referem a mistura de agregados, considerada como 100%. Para todos os tipos, a fração retida entre duas peneiras consecutivas não deverá ser inferior a 4% do total. Deverá ser adotado o Ensaio Marshall (DNER-ME 043) para verificação das condições de vazios, estabilidade e fluência da mistura betuminosa, segundo os valores seguintes:

Discriminação	Camada de rolamento	Camada de ligação (Binder)
Porcentagem de vazios	3 a 5	4 a 6
Relação betume/vazios	75-82	65-72
Estabilidade, mínima	350 kgf (75 golpes)	350 kgf (75 golpes)
Fluência	250 kgf (50 golpes)	250 kgf (50 golpes)
	2,0 – 4,5	2,0 – 4,5

As Especificações Complementares fixarão a energia de compactação;

As misturas devem atender as especificações da relação betume/vazios ou aos mínimos de vazios do agregado mineral, dados pela linha inclinada do seguinte ábaco:

EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado, devendo estar de acordo com esta especificação. Os equipamentos requeridos são os seguintes:

DEPÓSITO PARA LIGANTE BETUMINOSO

Os depósitos para o ligante betuminoso deverão possuir dispositivos capazes de aquecer o ligante nas temperaturas fixadas nesta Especificação. Estes dispositivos também deverão evitar qualquer

superaquecimento localizado. Deverá ser instalado um sistema de recirculação para o ligante betuminoso, de modo a garantir a circulação, desembaraçada e contínua, do depósito ao misturador, durante todo o período de operação. A capacidade dos depósitos deverá ser suficiente para, no mínimo, três dias de serviço.

DEPÓSITO PARA AGREGADOS

Os silos deverão ter capacidade total de, no mínimo, três vezes a capacidade do misturador e serão divididos em compartimentos, dispostos de modo a separar e estocar, adequadamente, as frações apropriadas do agregado. Cada compartimento deverá possuir dispositivos adequados de descarga. Haverá um silo adequado para o filer, conjugado com dispositivos para a sua dosagem.

USINA PARA MISTURAS BETUMINOSAS

A usina deverá estar equipada com uma unidade classificadora de agregados, após o secador, dispor de misturador capaz de produzir uma mistura uniforme. Um termômetro, com proteção metálica e escala de 90° a 210 °C (precisão ± 1 °C), deverá ser fixado no dosador de ligante ou na linha de alimentação do asfalto, em local adequado, próximo a descarga do misturador. A usina deverá ser equipada além disto, com pirômetro elétrico, ou outros instrumentos termométricos aprovados, colocados na descarga do secador, com dispositivos para registrar a temperatura dos agregados, com precisão de ± 5 °C.

Poderá, também, ser utilizada uma usina do tipo tambor/secador/misturador, provida de coletor de pó, alimentador de filer sistema de descarga da mistura betuminosa com comporta, ou alternativamente, em silos de estocagem. A usina deverá possuir silos de agregados múltiplos, com pesagem dinâmica (precisão de $\pm 5\%$) e assegurar a homogeneidade das granulometrias dos diferentes agregados.

CAMINHÕES PARA TRANSPORTE DA MISTURA

Os caminhões, tipo basculante, para o transporte do concreto betuminoso, deverão ter caçambas metálicas robustas, limpas e lisas, ligeiramente lubrificadas com água e sabão, óleo cru fino, óleo parafínico, ou solução de cal, de modo a evitar a aderência da mistura às chapas. A utilização de produtos susceptíveis de dissolver o ligante betuminoso (óleo diesel, gasolina, etc.) não será permitida.

EQUIPAMENTO PARA ESPALHAMENTO

O equipamento para espalhamento e acabamento deverá ser constituído de pavimentadoras automotrizes, capazes de espalhar e conformar a mistura no alinhamento, cotas e abaulamento requeridos. As acabadoras deverão ser equipadas com parafusos sem fim, para colocar a mistura exatamente nas faixas, e possuir dispositivos rápidos e eficientes de direção, além de marchas para frente e para trás. As acabadoras deverão ser equipadas com alisadores e dispositivos para aquecimento, à temperatura requerida, para a colocação da mistura sem irregularidade.

EQUIPAMENTO PARA A COMPRESSÃO

O equipamento para a compressão será constituído por rolo pneumático e rolo metálico liso, tipo tandem ou rolo vibratório. Os rolos pneumáticos, autopropulsores, devem ser dotados de dispositivos que permitam a calibragem de variação da pressão dos pneus de 2,5kgf/cm² a 8,4kgf/cm² (35 a 120 psi).

O equipamento em operação deve ser suficiente para comprimir a mistura à densidade requerida, enquanto esta se encontrar em condições de operacionalidade.

EXECUÇÃO

Sendo decorridos mais de sete dias entre a execução da imprimação e a do revestimento, ou no caso de ter havido trânsito sobre a superfície imprimada, ou, ainda ter sido a imprimação recoberta com areia, pó-de-pedra, etc., deverá ser feita uma pintura de ligação.

A temperatura de aplicação do cimento asfáltico deve ser determinada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. A temperatura conveniente é aquela na qual o asfalto apresenta uma viscosidade situada dentro da faixa de 75 e 150 segundos, "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004), indicando-se, preferencialmente, a viscosidade de 85 a 95 segundos. Entretanto, a temperatura do ligante não deve ser inferior a 107 °C e nem exceder a 177 °C.

A temperatura de aplicação do alcatrão será aquela na qual a viscosidade "Engler" (ASTM D 1665) situa-se em uma faixa de 25 □ 3. A mistura, neste caso, não deve deixar a usina com temperatura superior a 106 °C.

Os agregados devem ser aquecidos a temperaturas de 10 °C a 15 °C, acima da temperatura do ligante betuminoso.

PRODUÇÃO DO CONCRETO BETUMINOSO

A produção do concreto betuminoso é efetuada em usinas apropriadas, conforme anteriormente especificado.

TRANSPORTE DO CONCRETO BETUMINOSO

O concreto betuminoso produzido deverá ser transportado, da usina ao ponto de aplicação, nos veículos basculantes especificados. Quando necessário, para que a mistura seja colocada na pista à temperatura especificada, cada carregamento deverá ser coberto com lona ou outro material aceitável, com tamanho suficiente para proteger a mistura.

DISTRIBUIÇÃO E COMPRESSÃO DA MISTURA

A distribuição do concreto betuminoso deve ser feita por máquinas acabadoras.

Caso ocorram irregularidades na superfície da camada, estas deverão ser sanadas pela adição manual de concreto betuminoso, sendo esse espalhamento efetuado por meio de ancinhos e rolos metálicos.

Após a distribuição do concreto betuminoso, tem início a rolagem. Como norma geral, a temperatura de rolagem é a mais elevada que a mistura betuminosa possa suportar, temperatura essa fixada, experimentalmente, para cada caso.

A temperatura recomendável para a compressão da mistura é aquela na qual o ligante apresenta uma viscosidade, "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004), de 140 ± 15 segundos, para o cimento asfáltico ou uma viscosidade específica, "Engler" (ASTM-D 1665), de 40 ± 5 , para o alcatrão.

Caso sejam empregados rolos de pneus, de pressão variável, inicia-se a rolagem com baixa pressão, a qual será aumentada à medida que a mistura vai sendo compactada, e, conseqüentemente, suportando pressões mais elevadas.

A compressão será iniciada pelos bordos, longitudinalmente, continuando em direção ao eixo da pista. Nas curvas, de acordo com a superelevação, a compressão deve começar sempre do ponto mais baixo para o mais alto. Cada passada do rolo deve ser recoberta na seguinte de, pelo menos, metade da largura rolada. Em qualquer caso, a operação de rolagem perdurará até o momento em que seja atingida a compactação especificada.

Durante a rolagem não serão permitidas mudanças de direção e inversões bruscas de marcha, nem estacionamento do equipamento sobre o revestimento recém-rolado. As rodas do rolo deverão ser umedecidas adequadamente, de modo a evitar a aderência da mistura.

ABERTURA AO TRÁFEGO

Os revestimentos recém-acabados deverão ser mantidos sem tráfego, até o seu completo resfriamento.

INSPEÇÃO

LIGANTE BETUMINOSO

O controle de qualidade do ligante betuminoso poderá constar de::

Para cimento asfálticos:

01 ensaio de viscosidade absoluta a 60 °C (ABNT MB-827) quando o asfalto for classificado por viscosidade ou 01 ensaio de penetração a 25° (DNER-ME 003) quando o asfalto for especificado por penetração para todo carregamento que chegar a obra;

01 ensaio de ponto de fulgor, para todo carregamento que chegar a obra (DNER-ME 148);

01 índice de susceptibilidade térmica para cada 100t determinado pelos ensaios DNER-ME 003 e ABNT NBR 6560;

01 ensaio de espuma, para todo carregamento que chegar à obra;

01 ensaio de viscosidade "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004) para todo carregamento que chegar à obra

01 ensaio de viscosidade "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004) a diferentes temperaturas para o estabelecimento da curva viscosidade x temperatura, para cada 100t.

AGREGADOS

O controle de qualidade dos agregados poderá constar de:

02 ensaios de granulometria do agregado, de cada silo quente, por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 083);

01 ensaio de desgaste Los Angeles, por mês, ou quando houver variação da natureza do material (DNER-ME 035);

01 ensaio de índice de fôrma, para cada 900m³ (DNER-ME 086);

01 ensaio de equivalente de areia do agregado miúdo, por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 054);

01 ensaio de granulometria do material de enchimento (filer), por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 083).

CONTROLE DA EXECUÇÃO

O controle da execução será exercido através de coleta de amostras, ensaios e determinações feitas de maneira aleatória.

CONTROLE DA QUANTIDADE DE LIGANTE NA MISTURA

Devem ser efetuadas extrações de betume, de amostras coletadas na saída do misturador (DNER-ME 053). A porcentagem de ligante poderá variar, no máximo, $\pm 0,3\%$, da fixada no projeto.

CONTROLE DA GRADUAÇÃO DA MISTURA DE AGREGADOS

Será procedido o ensaio de granulometria (DNER-ME 083) da mistura dos agregados resultantes das extrações citadas no item anterior. A curva granulométrica deve manter-se contínua, enquadrando-se dentro das tolerâncias, especificadas no projeto.

CONTROLE DE TEMPERATURA

Serão efetuadas medidas de temperatura, durante a jornada de 8 horas de trabalho, em cada um dos itens abaixo discriminados:

Do agregado, no silo quente da usina;

Do ligante, na usina;

Da mistura, no momento, da saída do misturador.

As temperaturas devem apresentar valores de ± 5 °C das temperaturas especificadas.

TEMPERATURA DE COMPRESSÃO

Deverão ser efetuadas medidas de temperatura durante o

espalhamento da massa imediatamente, antes de iniciada a compressão.

Estas temperaturas deverão ser as indicadas para compressão, com uma tolerância de ± 5 °C.

CONTROLE DO GRAU DE COMPRESSÃO

O controle do grau de compressão - GC da mistura betuminosa deverá ser feito, preferencialmente, medindo-se a densidade aparente de corpos-de-prova extraídos da mistura espalhada e comprimida na pista, por meio de brocas rotativas.

Poderão ser empregados outros métodos para determinação da densidade aparente na pista, desde que indicada no projeto.

Devem ser realizadas determinações em locais escolhidos aleatoriamente durante a jornada de trabalho, não sendo permitidos - GC inferiores a 97%.

O controle do grau de compressão poderá, também, ser feito medindo-se as densidades aparentes dos corpos-de-prova extraídos da pista e comparando-se com as densidades aparentes de corpos-de-prova moldados no local. As amostras para a moldagem destes corpos-de-prova, deverão ser colhidas bem próximas ao local onde serão realizados os furos e antes da sua compactação. O número de determinações das temperaturas de compressão do grau de compactação - GC é definido em função do risco de rejeição de um serviço de boa qualidade a ser assumido pelo Executante.

ESPESSURA DA CAMADA

Será medida a espessura por ocasião da extração dos corpos-de-prova na pista, ou pelo nivelamento, do eixo e dos bordos, antes e depois do espalhamento e compressão da mistura. Admiti-se a variação de $\pm 5\%$ em relação às espessuras de projeto.

ALINHAMENTOS

A verificação do eixo e bordos é feita durante os trabalhos de locação e nivelamento nas diversas seções correspondentes às estações da locação. Poderá também ser a trena. Os desvios verificados não deverão exceder ± 5 cm.

ACABAMENTO DA SUPERFÍCIE

Durante a execução deverá ser feito em cada estaca da locação o controle de acabamento da superfície do revestimento, com o auxílio de duas réguas, uma de 3,00m e outra de 1,20m, colocadas em ângulo reto e paralelamente ao eixo da estrada, respectivamente. A variação da superfície, entre dois pontos quaisquer de contato, não deve exceder a 0,5cm, quando verificada com qualquer das réguas.

O acabamento da superfície deverá, ser verificado por "aparelhos medidores de irregularidade tipo resposta" devidamente calibrados (DNER-PRO 164 e DNER-PRO 182). Neste caso o acabamento ao Quociente de Irregularidade - QI deverá apresentar valor inferior a 35 contagens/km.

CONDIÇÕES DE SEGURANÇA

O revestimento acabado deverá apresentar VRD, Valor de Resistência a Derrapagem, superior a 55, medido com auxílio do Pêndulo Britânico SRT (Método HD 15/87 e HD 36/87 British Standard), ou outros similares.

O projeto da mistura deverá ser verificado experimentalmente através de trecho experimental com extensão da ordem de 100m. Poderá, também, ser empregado outro processo para avaliação da resistência à derrapagem, quando indicado no projeto. Os ensaios de controle da execução serão realizados para cada 200m de pista, em locais escolhidos de maneira aleatória.

Fica a construtora responsável pelo controle tecnológico das

obras, devendo apresentar Laudo Técnico de Controle Tecnológico e os resultados dos ensaios em conformidade com as exigências normativas do DNIT.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

O concreto betuminoso será medido, em m³ através da mistura efetivamente aplicada na pista.

DRENAGEM PLUVIAL

OBJETIVO

Estabelecer os procedimentos para construção de dispositivos de drenagem urbana envolvendo galerias, bocas-de-lobo, poços de visita, e caixas de ligação destinados a coleta de águas superficiais e condução subterrânea para locais de descarga mais favorável. Para os efeitos desta Norma, são adotadas as definições seguintes:

Galerias/Tubos - dispositivos destinados à condução dos deflúvios que se desenvolvem na plataforma da via para os coletores de drenagem, através de canalizações subterrâneas, integrando o sistema de drenagem da via ao sistema urbano, de modo a permitir a livre circulação de veículos.

Bocas-de-lobo - dispositivos de captação, localizados junto aos bordos dos acostamentos ou meios-fios da malha viária urbana que, através de ramais, transferem os deflúvios para as galerias ou outros coletores. Por se situarem em área urbana, por razões de segurança, são capeados por grelhas metálicas ou placas de concreto.

Caixa de Ligação - caixas intermediárias que se localizam ao longo da rede para permitir modificações de alinhamento, dimensões, declividade ou alterações de quedas.

MATERIAL

TUBOS DE CONCRETO

Os tubos de concreto deverão ser do tipo e dimensões indicados no projeto e serão de encaixe tipo ponta e bolsa, devendo obedecer às exigências da EB-6, MB-227, EB-103 e MB-228 da ABNT, consolidadas pela ABNT NBR-9794.

Qualificação da tubulação com relação à resistência à compressão diametral e adoção de tubos e tipos de berço e reaterro das valas.

MATERIAL DE REJUNTAMENTO

Geotêxtil

Geotêxtil não-tecido fabricado a partir de filamentos contínuos 100% poliéster, sendo resistente à tração, ao rasgo, à punção e ao estouro, além de ser isotrópico e permeável, cumprindo assim as funções de filtração, separação, drenagem transversal, proteção e reforço. Tendo densidade superficial igual a 300 g/m².

Argamassa de rejuntamento

Caso não seja possível a utilização de geotêxtil, poderá ser executado o rejunte interno e externo com argamassa de cimento e areia no traço 1:3.

MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO DE BOCAS-DE-LOBO, CAIXAS DE VISITA E SAÍDAS

Os materiais a serem empregados na construção das caixas, berços, bocas e demais dispositivos de captação e transferência de deflúvios, deverão atender às prescrições e exigências previstas pelas normas da ABNT.

EQUIPAMENTO

Os equipamentos necessários à execução dos serviços são os mesmos utilizados para obras com materiais utilizados nas obras de arte correntes, estabelecidos nas especificações antes mencionadas.

Recomenda-se, no mínimo, os seguintes equipamentos:

Caminhão basculante;

Caminhão de carroceria fixa;

Betoneira ou caminhão betoneira;

Motoniveladora;

Pá carregadeira;

Rolo compactador metálico;

Retroescavadeira ou valetadeira;

Guincho ou caminhão com grua ou Munck;

Serra elétrica para formas;

Vibradores de placa ou imersão.

EXECUÇÃO

GALERIAS

Em geral, os coletores urbanos são constituídos por galerias com tubos de concreto, exigindo para a sua execução o atendimento à DNER- ES 284/97.

Os tubos deverão satisfazer às especificações da ABNT NBR-9794. No caso de galerias celulares, em geral de forma retangular, serão atendidas as prescrições da DNER-ES 286/97.

As escavações deverão ser executadas de acordo com as cotas e alinhamentos indicados no projeto e com a largura superando o diâmetro da canalização, no mínimo, em 60cm.

O fundo das cavas deverá ser compactado mecanicamente até atingir a resistência prevista no projeto.

Nas áreas trafegáveis a tubulação será assente em berço de concreto.

O assentamento dos tubos poderá ser feito sobre berço de concreto ciclópico com 30% de pedra-de-mão, lançado sobre o terreno natural, quando este apresentar condições de resistência adequadas, adotando-se (fckmin), aos 28 dias de 11MPa.

No caso de execução de bases em concreto armado, ou berços de concreto simples, deverá ser adotado concreto com resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15MPa.

Quando o material local for de baixa resistência deverá ser prevista sua substituição ou a execução de camada de reforço com colocação de pedra-de-mão ou rachão.

As juntas dos tubos:

Serão envoltas por um retalho de geotêxtil com largura mínima de 30 cm e transpasse em volta do tubo de no mínimo 30 cm, essas juntas deverão ser empregadas nas tubulações de ponta e bolsa.

Os tubos terão suas bolsas assentadas no lado de montante para captar os deflúvios no sentido descendente das águas.

O assentamento dos tubos deverá obedecer às cotas e alinhamentos indicados no projeto.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação.

Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização. Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO.

A CONTRATADA só poderá reaterrar as valas após o assentamento de a tubulação ter sido vistoriada e liberada pela FISCALIZAÇÃO.

BOCAS-DE-LOBO

As bocas-de-lobo, as caixas de visita, as de ligação e as de saídas deverão obedecer às indicações do projeto.

As escavações deverão ser feitas de modo a permitir a instalação dos dispositivos previstos, adotando-se uma sobre largura

conveniente nas cavas de assentamento.

Concluída a escavação e preparada a superfície do fundo será feita a compactação para fundação da boca-de-lobo.

As bocas-de-lobo serão assentes sobre base de concreto dosada para a resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15 MPa. As paredes serão executadas com alvenaria de tijolo maciço recozido ou tijolo de concreto (em conformidade com a NBR 6136-94), assentes com argamassa de cimento-areia no traço 1:3, sendo internamente revestidas com a mesma argamassa, desempenada e alisada à colher.

A parte superior da alvenaria será fechada com uma cinta (9 x 10cm) de concreto armado com armadura longitudinal 6,3mm e estribos de 5.0mm (conforme detalhado no projeto), dosado para uma resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15MPa, sobre a qual será fixado o quadro para assentada a tampa.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação.

Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização. Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO.

CAIXA DE LIGAÇÃO

As caixas de ligação destinam-se a estabelecer ligações entre duas ou mais linhas de tubo, proporcionando mudança de diâmetro, sentido e declividade. Deverão proporcionar condições de acesso para remoção dos materiais carregados pelas águas pluviais e depositados nos seus interiores.

As caixas de ligação deverão ser executadas de acordo com os detalhes de projeto (prancha 04/04)

Onde houver necessidade, as cavas deverão ser esgotadas e devidamente escoradas.

Os caixas serão assentes sobre a superfície resultante da escavação regularizada e compactada, executando-se o lastro com concreto magro dosado para resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 11MPa.

Em seguida procede-se à colocação das armaduras e a concretagem do fundo da caixa (mesma da tampa – vide prancha 04/04), com a conseqüente vibração, utilizando-se concreto com (fckmin), aos 28 dias de 15 MPa.

As paredes serão executadas com alvenaria de tijolo maciço recozido ou tijolo de concreto (em conformidade com a NBR 6136-94), assentes com argamassa de cimento-areia no traço 1:3, sendo internamente revestidas com a mesma argamassa, desempenada e alisada à colher.

A parte superior da alvenaria será fechada com uma cinta (9 x 10cm) de concreto armado com armadura longitudinal 6,3mm e estribos de 5.0mm (conforme detalhado no projeto), dosado para uma resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15MPa, sobre a qual será fixado o quadro para assentamento da tampa de concreto.

A instalação da caixa de ligação será concluída com a colocação do tampão especificado no projeto (detalhe prancha 04/04).

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação.

Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização. Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO.

SARJETAS REVESTIDAS DE CONCRETO

As sarjetas e valetas revestidas de concreto poderão ser moldadas “in loco” ou pré-moldadas atendendo ao disposto no projeto.

A execução das sarjetas de corte deverá ser iniciada após a conclusão de todas as operações de pavimentação que envolva atividades na faixa anexa.

No caso de banquetas de escalonamento e valetas de proteção, quando revestidas, as sarjetas serão executadas logo após a conclusão das operações de terraplenagem.

O preparo e regularização da superfície de assentamento serão executados com operação manual envolvendo cortes, aterros ou acertos, de forma a atingir a geometria projetada para cada dispositivo.

No caso de valetas de proteção de aterros ou cortes admite-se, opcionalmente, a associação de operações manual e mecânica, mediante emprego de lâmina de Motoniveladora, pá carregadeira equipada com Retroescavadeira ou valetadeira adequadamente dimensionada para o trabalho.

Os materiais empregados serão os próprios solos existentes no local, ou mesmo, material excedente da pavimentação, no caso de sarjetas de corte.

De qualquer modo, a superfície de assentamento deverá resultar firme e bem desempenada

Os materiais escavados e não utilizados nas operações de escavação e regularização da superfície de assentamento serão destinados a bota-fora, cuja localização será definida de modo a não prejudicar o escoamento das águas superficiais.

Para as valetas os materiais escavados serão aproveitados na execução de uma banquetas de material energeticamente compactado, a jusante da valeta de proteção de corte, ou para conformar o terreno de aterro, na região situada entre o lado de jusante da valeta de proteção de aterro e os “off-sets” do aterro.

Para marcação da localização das valetas serão implantados gabaritos constituídos de guias de madeira servindo de referência para concretagem, cuja seção transversal corresponde às dimensões e forma de cada dispositivo, e com a evolução geométrica estabelecida no projeto, espaçando-se estes gabaritos em 2m.

A concretagem envolverá um plano executivo, prevendo o lançamento do concreto em panos alternados.

O espalhamento e acabamento do concreto serão feitos mediante o emprego de ferramentas manuais, em especial de uma régua que, apoiada nas duas guias adjacentes permitirá a conformação da sarjeta ou valeta à seção pretendida.

A retirada das guias dos panos concretados será feita logo após constatar-se o início do processo de cura do concreto.

O espalhamento e acabamento do concreto dos panos intermediários serão feitos com apoio da régua de desempenho no próprio concreto dos panos adjacentes.

A cada segmento com extensão máxima de 12m será executada uma junta de dilatação, preenchida com cimento Asfáltico aquecido, de modo a se obter a fluidez necessária.

Quando especificado no projeto será aplicado revestimento vegetal de forma complementar no material apiloado contíguo ao dispositivo.

As saídas d'água das sarjetas serão executadas de forma idêntica às próprias sarjetas, sendo prolongadas por cerca de 10m a partir do final do corte, com deflexão que propicie o seu afastamento do bordo da plataforma (bigodes).

Esta extensão deverá ser ajustada às condições locais de modo a evitar os efeitos destrutivos de erosão.

O concreto utilizado deverá ser preparado em betoneiras, com fator água/cimento apenas suficiente para alcançar trabalhabilidade, em quantidade suficiente para uso imediato, não se permitindo o lançamento após mais de 1 hora do seu preparo, e nem o seu retemperamento.

INSPEÇÃO

CONTROLE DA EXECUÇÃO

O controle qualitativo dos dispositivos será feito de forma visual avaliando-se as características de acabamento das obras executadas, acrescentando-se outros processos de controle, para garantir que não ocorra prejuízo à operação hidráulica da canalização. Da mesma forma, será feito o acompanhamento das camadas de embasamento dos dispositivos, acabamento das obras e enchimento das valas.

CONTROLE GEOMÉTRICO

O controle geométrico da execução das obras será feito através de levantamentos topográficos, auxiliados por gabaritos para execução das canalizações e acessórios.

Os elementos geométricos característicos serão estabelecidos em Notas de Serviço com as quais será feito o acompanhamento da execução.

As dimensões das seções transversais avaliadas não difiram das de projeto de mais do que 1%, em pontos isolados.

Todas as medidas de espessuras efetuadas encontrem-se situadas no intervalo de $\pm 10\%$ em relação à espessura de projeto.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

As tubulações de drenagem serão medidas por metro linear efetivamente executado, incluindo o fornecimento e colocação de materiais, bem como a mão-de-obra e respectivos encargos, equipamentos, ferramentas e eventuais necessários à sua execução.

No caso de utilização de dispositivos pontuais acessórios, como caixas de ligação, bocas de lobo, as obras serão medidas por unidade, cujas quantidades foram estabelecidas nos projetos específicos.

SINALIZAÇÃO VIÁRIA

SINALIZAÇÃO HORIZONTAL e VERTICAL

OBJETIVO

Este item destina-se a apresentação da sistemática utilizada na implantação da sinalização horizontal e vertical, abrangendo o recebimento dos materiais, execução, inspeção, critério de medição e pagamento.

DEFINIÇÃO

Para os efeitos desta Norma é adotada a definição seguinte:

Sinalização horizontal - conjunto de marcas, símbolos e legendas aplicados sobre o revestimento de uma rodovia, obedecendo a um projeto desenvolvido para atender às condições de segurança e conforto do usuário.

Sinalização vertical - É um conjunto de placas verticais de regulamentação que tem por finalidade transmitir aos usuários as condições, proibições, obrigações ou restrições no uso das vias urbanas e rurais. Assim, o desrespeito aos sinais de regulamentação constitui infrações, previstas no capítulo XV do Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

SINALIZAÇÃO HORIZONTAL

CONDIÇÕES GERAIS

Todos os materiais devem previamente satisfazer às exigências das especificações aprovadas pela PMS.

No projeto de sinalização deverão estar definidos os seguintes elementos:

local da aplicação, extensão e largura;

Dimensões das faixas;

Espessura úmida da tinta a ser aplicada, em uma só passada 0,4mm ou 0,6mm;

Outras espessuras poderão ser aplicadas, desde que o projeto assim o determine.

Pode ser aplicada nas cores branca e amarela:

a) amarelas: destinadas à regulamentação de fluxos de sentidos opostos e aos controles de estacionamentos e paradas;

b) brancas - usadas para a regulamentação de fluxos de mesmo sentido, para a delimitação das pistas destinadas à circulação de veículos, além de regular movimento de pedestres, pinturas de símbolos, legendas e outros.

MATERIAL

A tinta consiste em uma mistura bem proporcionada de resina, pigmentos e cargas, solvente e aditivos, formando um produto líquido com características termoplásticas, de secagem física, sem reações prejudiciais ao revestimento.

Microesferas de vidro para sinalização rodoviária - elementos esféricos de vidro incolor com características fixadas nesta Norma, com diâmetro máximo de 0,6mm, para serem adicionadas a materiais de sinalização viária a fim de produzir retrorefletorização da luz incidente.

A tinta deve ser fornecida para uso em superfície betuminosa ou de concreto de cimento Portland.

A tinta, logo após a abertura do recipiente, não deve apresentar sedimentos, nata e grumos, que não possam ser facilmente redispersos por agitação manual, após a qual deve apresentar aspecto homogêneo.

A tinta deve ser apresentada nas cores branco-neve e amarelo-médio, de acordo com o especificado na Tabela 2.

A tinta deve ter condições para ser aplicada, nas seguintes condições de ambiente:

a) temperatura entre 10°C e 40°C;

b) umidade relativa do ar até 90%.

A tinta deve ter condições para ser aplicada por máquinas apropriadas e vir na consistência especificada, sem adição de aditivos. No caso de adição de micro esfera de vidro tipo "premix" (I B) pode ser adicionado, no máximo, 5% (cinco por cento) em volume de solvente sobre a tinta, compatível com a mesma, para acerto da consistência.

O material deve estar apto ou suscetível à adição de microesferas de vidro tipo "premix" (I B).

A sua aplicação deve ser feita na proporção de:

Tipo premix (IA) - 200g/l a 250g/l;

A tinta deve recobrir perfeitamente o pavimento e permitir a liberação do tráfego a partir de 30 minutos após aplicação.

A tinta deve manter integralmente a sua coesão e cor, após sua aplicação sobre superfície betuminosa ou de concreto de cimento Portland.

As microesferas de vidro devem satisfazer a especificação de microesferas de vidro para sinalização rodoviária horizontal - DNER-EM 373/97.

Após secagem física total, deve apresentar plasticidade e características de adesividade às microesferas de vidro e ao revestimento, produzir película seca, fosca, de aspecto uniforme, sem apresentar fissuras, gretas ou descascamento durante o período de vida útil que deve ser, no mínimo, de dois anos.

A tinta, quando aplicada sob superfície betuminosa, não deve apresentar sangramento, nem exercer qualquer ação que danifique o revestimento.

A tinta não deve modificar as suas características, ou deteriorar-se, quando estocada por um período mínimo de 6 meses, após a data de entrega do material.

Podem ser empregados aditivos à tinta, em quantidades suficientes para produzir uma perfeita dispersão e suspensão dos componentes sólidos no líquido; o agente ligante (resina sólida) deve se

enquadrar nas características da resina acrílica (isenta de estireno) e/ou vinílica.

A tinta deve ser suscetível de rejuvenescimento mediante aplicação de nova camada.

A tinta, depois de aplicada, deve apresentar ótimas condições de aparência durante o dia, visibilidade noturna e durabilidade.

A unidade de compra é o litro.

Salvo combinação em contrário, entre o DNER e o fornecedor, a tinta deve ser fornecida embalada em recipientes metálicos, cilíndricos, possuindo tampa removível com diâmetro igual ao da embalagem.

Os recipientes devem trazer no seu corpo, bem legível, as seguintes identificações:

a) nome do produto: "Tinta para Sinalização Rodoviária Horizontal";

b) nome comercial e/ou numeração;

c) cor da tinta : branca ou amarela;

d) referência quanto à natureza química da resina;

e) data da fabricação;

f) prazo de validade;

g) identificação da partida de fabricação;

h) nome e endereço do fabricante;

i) quantidade contida no recipiente, em litros.

Os recipientes devem encontrar-se em bom estado de conservação.

Tintas

O tipo de tinta empregada na sinalização horizontal:

Tinta estireno acrilato ou estireno butadieno e alquídica borracha clorada;

Devem atender às exigências das Especificações DNER-EM 368/97 e DNER-EM 372/97

Quando utilizadas microesferas de vidro as tintas adquirem retrorrefletorização.

Materiais Termoplásticos

Os materiais termoplásticos podem ser aplicados por aspersão ("spray") ou por extrusão.

Deve obedecer a Especificação DNER-EM 372/97.

Como parte constituinte dos materiais termoplásticos, são utilizadas microesferas do tipo "innermix" para fornecimento de retrorrefletorização ao longo da vida útil da sinalização.

As espessuras de aplicação dos materiais termoplásticos, em função do seu tipo, são as seguintes:

1,5mm de espessura - aplicado por "spray";

3,0mm de espessura - aplicado por extrusão.

Microesferas de Vidro

As microesferas de vidro são constituídas de partículas esféricas, de vidro de alta qualidade, do tipo soda-cal e devem obedecer à Especificação DNER-EM 373/97.

"Premix" - as incorporadas às tintas antes da sua aplicação, fornecendo retrorrefletorização somente após o desgaste da superfície aplicada, quando tornam-se expostas;

As microesferas deverão atender aos seguintes requisitos:

Resistência à solução de cloreto de cálcio - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 011, não devem apresentar superfície embaçada.

Resistência ao ácido clorídrico - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 014, não devem apresentar superfície embaçada.

Resistência à umidade - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 015, devem fluir ou escoar livremente, sem interrupção, no funil do ensaio.

Resistência à água - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 023, não devem apresentar superfície embaçada, e não devem gastar mais do que 4,5ml de HCl 0,10 N para neutralização da solução.

Resistência à solução de sulfeto de sódio - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 022, não devem apresentar superfície embaçada.

Teor de sílica - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 057, não devem apresentar teor de sílica menor do que 65%.

Aparência e defeitos - Devem ser limpas, claras, redondas, incolores e isentas de defeitos e de matérias estranhas. No máximo

3% em peso podem ser quebradas ou conter partículas de vidro não fundido e elementos estranhos, no máximo 30% em peso, podem ser fragmentos ovóides, deformados, geminados ou com bolhas gasosas.

Índice de refração - Não devem ter índice de refração menor de que 1,50, quando ensaiadas conforme DNER-ME 110.

Massa específica - Devem ter massa específica entre 2,3g/cm³ e 2,6g/cm³, quando ensaiadas conforme DNER-ME 013.

Granulometria - As microesferas, conforme sua classificação, devem apresentar as faixas granulométricas da tabela, quando ensaiada conforme DNER-ME 058.

EQUIPAMENTO

Os equipamentos de aplicação dos materiais de sinalização devem possuir todas as condições necessárias para uma boa aplicação, tais como: reservatório para o material e para as microesferas ("drop-on"), pistolas que possibilitem a pintura simultânea ou sucessiva de faixas contínuas e/ou interrompidas, compressor de ar, sistema de homogeneização, direção do tipo automático para alinhamento preciso da máquina, lança-guia com pontas finais ajustáveis, sistema de controle para o espaçamento das faixas, luzes traseiras, sinaleiro rotativo, pisca-pisca e reguladores de pressão. Além disto, para a aplicação dos materiais termoplásticos, os equipamentos devem possuir reservatórios com aquecimento, do tipo caldeira com controle de aquecimento.

EXECUÇÃO

A fase de aplicação engloba as etapas de pré-marcação e pintura. A pré-marcação consiste no alinhamento dos pontos, locados pela topografia, pelo qual o operador da máquina irá se guiar para a aplicação do material. A locação topográfica tem por base o projeto da sinalização, que norteará a aplicação de todas as faixas, símbolos, legendas.

A pintura consiste na aplicação do material por equipamentos adequados de acordo com o alinhamento fornecido pela pré-marcação e pelo projeto de sinalização.

Pode ser adicionado à tinta, no máximo, 5% (cinco por cento) em volume de solvente compatível com a mesma, para ajustagem da viscosidade.

SINALIZAÇÃO VERTICAL

CONDIÇÕES GERAIS – PLACAS DE REGULAMENTAÇÃO :

Em conformidade com especificado na Resolução nº 180 de agosto de 2005 e alterações, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, (Anexo - Volume I – Sinalização Vertical de Regulamentação, do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito) as placas de regulamentação do objeto do presente pleito licitatório são do tipo R1 – "Pare" e R19 – "Velocidade Permitida" – "40 Km/h". Assim, no que concerne a sua instalação e composição deverão obedecer a todas as determinações da citada resolução e as abaixo especificadas:

MATERIAL

1.1 - Substrato: Cada chapa deverá ter no mínimo 270 gramas de zinco por metro quadrado, material encruado, semi manufaturação na espessura de 1,25mm, nº 18 conforme a norma NBR 11904.

Tratamento da Chapa: após corte e furação a chapa deverá ser desengraxada, recebendo pintura eletrostática em epóxi com secagem em estufa 160°C na face posterior (verso) da placa na cor preto fosco.

As chapas deverão apresentar boa aderência a fixação de películas refletivas ou películas vinílicas.

As chapas deverão apresentar durabilidade mínima de 7 (sete)

anos.

1.2 - Película refletiva com esferas inclusas – Tipo I-A –NBR-14644 (a ser usada para confecção de símbolos, letras, tarjas, orlas, e/ou revestimento de chapa).

1.3 - As películas refletivas tipo I-A deverão ser constituídas tipicamente por lentes micro esferas, agregadas a uma resina sintética, espelhadas por filme metalizado e recobertas por um plástico transparente e flexível, que lhe confere uma superfície lisa e plana, que permite apresentar a mesma cor, que durante o dia quer a noite, quando observadas a luz dos faróis de um veículo.

Deverá ter valores mínimos de retrorrefletância descritas abaixo:

Ângulo de Observação	Ângulo de Entrada	Branca (Cd/lux/m2)	Vermelha (Cd/lux/m2)
0,2°	-4°	70	14
0,2°	+30°	30	6
0,5°	-4°	30	7,5
0,5°	+30°	15	3

Como os outros componentes da placa de sinalização a película deverá apresentar performance e durabilidade de no mínimo 7 (sete) anos.

Películas Não Refletivas Tipo IV- NBR-14644

São constituídos tipicamente por um filme plástico opaco e são destinados a produção de tarjas, legenda de símbolos, em placas de sinalização. As películas devem possuir um adesivo reativável ao calor ou a um ativador químico, resultando em adesão efetiva a superfície, ou um adesivo sensível a pressão, o qual é protegido por um filme siliconizado, de fácil remoção. É utilizada na cor preta e destinada a aplicação sobre superfície de películas tipo I-A.

A durabilidade mínima com desempenho satisfatório será de 07(sete)anos, em exposição normal, vertical e estacionário.

Observação: No que concerne ao dimensionamento, a placa de regulação R-19 como via urbana -demais vias- (diâmetro = 0,50m; tarja = 0,050m e orla = 0,050) em conformidade com o item 4.6 –Dimensões - da referida resolução (tabelas - página 28 e Apêndice de diagramação páginas 165 e 192).

INSPEÇÃO

CONTROLE DA EXECUÇÃO

A aplicação dos materiais só deve ser realizada após as seguintes observações:

A superfície a ser demarcada deve estar limpa, seca e isenta de detritos, óleos, etc.;

A pré-marcação deve estar perfeitamente de acordo com o projeto;

A pré-marcação deve estar perfeitamente reta nas tangentes, e acompanhando o ângulo nas curvas.

O controle de qualidade da aplicação é realizado, no decorrer da implantação da sinalização, quando devem ser verificados e anotados os parâmetros listados a seguir:

Consumo dos materiais;

Espessura do material aplicado;

Tempo de secagem, para a liberação ao tráfego;

Dimensões das faixas e sinais (largura e comprimento);

Linearidade das faixas;

Temperatura de aquecimento do material termoplástico;

Sinalização para o serviço de obras;

Atendimento ao projeto de sinalização;

Retrorrefletorização integral das faixas, sinais, etc.

Placas verticais em conformidade com o acima especificado.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços de sinalização (horizontal e vertical) serão medidos pela área efetivamente aplicada expressa em m² e unidades de placas instaladas.

III- ORÇAMENTO TOTAL DA OBRA:

A obra compreende os seguintes serviços técnicos e com os custos abaixo especificados, conforme Proposta Vencedora e demais aditivos necessários para a execução total da referida obra:

PLANILHA CUSTO - RUA 67 - FLORIANÓPOLIS

CONTRATO Nº 63/2011 – PMS

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UN	QUANT.	CUSTO UNIT. R\$	CUSTO TOTAL R\$
1	SERVIÇOS PRELIMINARES				
1.1	Placa de obra em chapa de aço galvanizado (3,00m x 1,50m)	m ²	4,50	R\$ 184,00	R\$ 828,00
SUBTOTAL					R\$ 828,00
2	SERVIÇOS PRELIMINARES				
2.1	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria para bota fora, DMT < 5,0km	m ³	469,32	R\$ 8,00	R\$ 3.754,56
2.2	Tubulação de drenagem urbana sem berço para Ø 40cm	m	670,45	R\$ 33,50	R\$ 22.460,08
2.3	Extração, carga, transporte e espalhamento de seixo para reaterro apiloado, DMT até 10,0 km	m ³	337,74	R\$ 15,00	R\$ 5.066,10
2.4	Caixa coletora com tampa de concreto armado, corpo em tijolos maciços	Unid.	38,00	R\$ 411,00	R\$ 15.618,00
SUBTOTAL					R\$ 47.628,74
3	TERRAPLENAGEM				
3.1	Escavação, carga e transporte de inservíveis nos bordos para bota fora, DMT < 5,0km (2,50km de cada lado da via)	m ³	1.380,68	R\$ 9,80	R\$ 13.530,66
3.2	Extração, carga, transporte e espalhamento de seixo, para preenchimento das remoções, DMT até 10,0km	m ³	1.380,68	R\$ 15,00	R\$ 20.710,20
3.3	Compactação de seixo à 95% do P.N.	m ³	1.380,68	R\$ 1,80	R\$ 2.485,22
3.4	Extração, carga, transporte e espalhamento de seixo para sub-base e=0,25 m - DMT até 10,0km	m ³	1.380,68	R\$ 15,00	R\$ 20.710,20
SUBTOTAL					R\$ 57.436,29
4	PAVIMENTAÇÃO				

4.1	Regularização e compactação da sub-base a 100% PN	m²	5.522,70	R\$ 0,99	R\$ 5.467,47
4.2	Fornecimento, carga, transporte, espalhamento e compactação de base de brita graduada, e=10 cm	m³	552,27	R\$ 79,00	R\$ 43.629,33
4.3	Imprimação com CM 30	m²	5.522,70	R\$ 2,20	R\$ 12.149,94
4.4	Pintura de ligação com RR-2C	m²	5.522,70	R\$ 0,86	R\$ 4.749,52
4.5	Revestimento em C.B.U.Q. "Faixa C" DNER				
4.5.1	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e= 5,0 cm	m³	193,29	R\$ 405,00	R\$ 78.282,45
4.5.2	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e= 2,5 cm	m³	41,42	R\$ 405,00	R\$ 16.775,10
SUBTOTAL				R\$	161.053,82
5	SERVIÇOS COMPLEMENTARES				
5.1	Meio fio moldado in loco	m	1.074,54	R\$ 11,20	R\$ 12.034,85
5.2	Fornecimento e espalhamento de material para preenchimento de encosto do meio fio = (2x (552,27m - 15,00 m) x 0,20 m x 2,00 m)	m³	429,82	R\$ 9,00	R\$ 3.868,38
SUBTOTAL				R\$	15.903,23
6	SINALIZAÇÃO VIÁRIA				
6.1	Sinalização horizontal				
6.1.1	Pintura de faixas, setas e zebrados com tinta retro refletiva a base de resina acrílica com microesferas de vidros e durabilidade de 2 anos	m²	167,90	R\$ 14,00	R\$ 2.350,60
6.2	Sinalização Vertical				
6.2.1	Blocos de concreto simples - (30 x 30 x 40 cm) + escavação	m³	0,29	R\$ 317,00	R\$ 91,93
6.2.2	Placa de sinalização vertical - tipo A - 32 "Faixa de pedestre" + Suporte (Instalada)	Unid.	2,00	R\$ 134,00	R\$ 268,00
6.2.3	Placa de sinalização vertical - tipo R - 19 "Velocidade Máxima" + Suporte (Instalada)	Unid.	4,00	R\$ 134,00	R\$ 536,00
6.2.4	Placa de sinalização vertical - tipo R - 1 "Pare" + Suporte (Instalada)	Unid.	1,00	R\$ 134,00	R\$ 134,00
SUBTOTAL				R\$	3.380,53
BDI ADOTADO =					

TOTAL GERAL	R\$ 286.230,60
-------------	----------------

ADITIVO CONTRATUAL NºA55/2011 - PMS

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNIT.(R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
1.1	Escavação, carga e transporte de solos inservíveis para bota fora, DM< 5,0 km	m³	1.104,60	R\$ 9,80	R\$ 10.825,08
1.2	Extração, carga, transporte, espalhamento de seixo, para preenchimento das remoções, DMT até 10,0 km	m³	1.104,60	R\$ 15,00	R\$ 16.569,00
SUBTOTAL					R\$ 27.394,08

ADITIVO CONTRATUAL Nº42/2012 - PMS

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNIT.(R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
2	DRENAGEM				
2.1	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria para bota fora, DMT < 5,0 km	m³	32,00	R\$ 8,00	R\$ 256,00
2.2	Tubulação de drenagem urbana sem berço ø 40 cm	m	109,00	R\$ 33,50	R\$ 3.651,50
2.3	Escavação e retirada de tubulação existente ø 40 cm	m	67,00	R\$ 18,60	R\$ 1.246,20
2.4	Extração, carga e transporte e espalhamento de seixo para reaterro apilado, DMT até 10,0 km	m³	51,36	R\$ 15,00	R\$ 770,40
2.5	Caixas de ligação				
2.5.1	1,3 x 1,1 x 1,2	Unid.	1,00	R\$ 1.168,00	R\$ 1.168,00
2.5.2	1,9 x 4,0 x 1,6	Unid.	1,00	R\$ 3.049,78	R\$ 3.049,78
2.5.3	2,2 x 1,2 x 1,2	Unid.	1,00	R\$ 1.654,67	R\$ 1.654,67
2.5.4	2,0 x 1,5 x 1,2	Unid.	1,00	R\$ 1.703,33	R\$ 1.703,33
2.5.5	1,5 x 1,2 x 1,0	Unid.	1,00	R\$ 1.095,00	R\$ 1.095,00
2.5.6	1,5 x 2,2 x 1,2	Unid.	1,00	R\$ 1.800,67	R\$ 1.800,67
2.5.7	1,5 x 1,2 x 1,2	Unid.	1,00	R\$ 1.314,00	R\$ 1.314,00

2.5.8	1,7 x 2,2 x 1,0	Unid.	1,00	R\$ 1.013,89	R\$ 1.013,89
2.5.9	1,6 x 1,1 x 1,4	Unid.	1,00	R\$ 1.533,00	R\$ 1.533,00
2.5.10	1,8 x 1,2 x 1,2	Unid.	1,00	R\$ 1.460,00	R\$ 1.460,00
2.6	Caixa coletora com tampa de concreto armado, corpo em tijolos maciços	Unid.	5,00	R\$ 411	R\$ 2.055,00
SUBTOTAL				R\$ 23.771,44	
3	TERRAPLENAGEM				
3.1	Escavação, carga e transporte de solos inservíveis nos bordos para bota fora, DMT < 5,0 km (2,50m de cada lado da rua)	m³	56,75	R\$ 9,80	R\$ 556,15
3.2	Extração, carga, transporte, espalhamento de seixo, para preenchimento das remoções, DMT até 10,0 km	m³	56,75	R\$ 15,00	R\$ 851,25
3.3	Compactação de seixo à 95% do PN	m³	56,75	R\$ 1,80	R\$ 102,15
3.4	Extração, carga, transporte e espalhamento de seixo para sub-base e= 0,25m – DMT até 10,0 km	m³	56,75	R\$ 15,00	R\$ 851,25
SUBTOTAL				R\$ 2.360,80	
4	PAVIMENTAÇÃO				
4.1	Regularização e compactação da sub-base a 100% PN	m²	310,70	R\$ 0,99	R\$ 307,59
4.2	Fornecimento, carga, transporte, espalhamento e compactação de base de brita graduada, e=10 cm	m³	31,07	R\$ 79,00	R\$ 2.454,53
4.3	Imprimação com CM 30	m²	310,70	R\$ 2,20	R\$ 683,54
4.4	Pintura de ligação com RR-2C	m²	310,70	R\$ 0,86	R\$ 267,20

4.5	Revestimento em C.B.Q.U. "Faixa C" DNER				
4.5.1	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e= 5,0 cm	m³	12,87	R\$ 405,00	R\$ 5.214,17
4.5.2	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e= 2,5 cm	m³	1,33	R\$ 405,00	R\$ 539,76
SUBTOTAL				R\$ 9.466,80	
TOTAL GERAL				R\$ 35.599,04	

RESUMO DO CUSTO DA OBRA:

TOTAL DO CUSTO DA PAVIMENTAÇÃO DA RUA SÃO PAULO E RUA AMAZONAS

DOCUMENTO	VALOR R\$
Contrato nº 63/2011 – PMS	R\$ 286.230,60
Aditivo Contratual A55/2011- PMS	R\$ 27.394,08
Aditivo Contratual Nº 48/2012 - PMS	R\$ 35.599,04
TOTAL GERAL DA OBRA	R\$ 349.223,72

IV - FATOR DE ABSORÇÃO:

Para a presente obra, a municipalidade absorverá 94,49% (setenta e quatro por cento) do valor do benefício constado em cada imóvel. Essa absorção corresponderá à 70% do valor total da obra.

Absorção em relação a valorização auferida:

Valorização da zona beneficiada	VALOR R\$
Total valorizado	R\$ 1.891.574,53
Valorização absorvida (94,49%)	R\$ 1.787.348,77
Valorização lançada (5,51%)	R\$ 104.225,76

Valor lançado em relação ao custo da obra

Valorização da zona beneficiada	VALOR R\$
Valor total da obra	R\$ 349.223,72
Valor lançado (30%)	R\$ 104.225,76
Valor absorvido pelo Município (70%)	R\$ 244.997,96

V - PARCELA TRIBUTARIA DEVIDA PELOS CONTRIBUÍNTES

O valor cobrado a título de Contribuição de Melhoria dos imóveis beneficiados, conforme Artigo 242, inciso IV, da LC 001/95 (Código Tributário Municipal), DEVIDA pelos Lindeiros, corresponde à valorização do imóvel decorrente da obra pública apurada por meio de Parecer Técnico de Engenheiro da Prefeitura Municipal de Schroeder, em anexo, deduzindo-se o fator de absorção disposto no item IV deste edital. Os valores a serem despendidos pelos lindeiros em favor do Município, por conta da valorização do imóvel decorrente da obra pública são os seguintes:

IMÓVEL	MATRÍCULA	PROPRIETÁRIO	VALOR VENAL		VALORIZAÇÃO	VALOR ABSORVIDO	VALOR CONTRIBUIÇÃO
			ANTES OBRA	DEPOIS OBRA			
822	2.898	Ademir Fischer	R\$ 304.209,96	R\$ 365.051,95	R\$ 60.841,99	R\$ 57.489,60	R\$ 3.352,39
831	8.697	Celso Tomaselli	R\$ 222.487,06	R\$ 266.984,47	R\$ 44.497,41	R\$ 42.045,60	R\$ 2.451,81
833	8.698	Milano Export Legno	R\$ 165.868,56	R\$ 199.042,27	R\$ 33.173,71	R\$ 31.345,84	R\$ 1.827,87
4318	7.833	Milano Export Legno	R\$ 286.331,76	R\$ 343.598,11	R\$ 57.266,35	R\$ 54.110,98	R\$ 3.155,38
821	11.420	Heins Volles	R\$ 103.495,39	R\$ 124.194,47	R\$ 20.699,08	R\$ 19.558,56	R\$ 1.140,52
820	11.266	Alcir Duwe	R\$ 101.442,53	R\$ 121.731,03	R\$ 20.288,51	R\$ 19.170,61	R\$ 1.117,90
819	9.210	Valdecir Steinert	R\$ 106.920,00	R\$ 128.304,00	R\$ 21.384,00	R\$ 20.205,74	R\$ 1.178,26
818	15.213	Leandro Bauer	R\$ 103.050,29	R\$ 123.660,35	R\$ 20.610,06	R\$ 19.474,44	R\$ 1.135,61
817	15.214	Genecir Raimundo Grandó Scorsato	R\$ 102.977,42	R\$ 123.572,91	R\$ 20.595,48	R\$ 19.460,67	R\$ 1.134,81
816	8.858	Alvaro Lange	R\$ 101.005,34	R\$ 121.206,41	R\$ 20.201,07	R\$ 19.087,99	R\$ 1.113,08
815	9.028	Mayron Pavanello e Aline Pavanello	R\$ 104.075,14	R\$ 124.890,16	R\$ 20.815,03	R\$ 19.668,12	R\$ 1.146,91
814	9.211	Albertina Rosa Borinelli	R\$ 206.059,39	R\$ 247.271,27	R\$ 41.211,88	R\$ 38.941,10	R\$ 2.270,77
812	10.374	Adelar Rabuske	R\$ 101.518,56	R\$ 121.822,27	R\$ 20.303,71	R\$ 19.184,98	R\$ 1.118,73
811	10.375	Geralito Antônio de Andrade	R\$ 104.588,35	R\$ 125.506,02	R\$ 20.917,67	R\$ 19.765,11	R\$ 1.152,56
810	10.376	Marlindo Reinoldo Volles	R\$ 93.353,04	R\$ 112.023,65	R\$ 18.670,61	R\$ 17.641,86	R\$ 1.028,75
3542	13.554	Marlindo Reinoldo Volles	R\$ 111.424,90	R\$ 133.709,88	R\$ 22.284,98	R\$ 21.057,08	R\$ 1.227,90
3540	13.555	Vanderlei da Silva	R\$ 105.027,12	R\$ 126.032,54	R\$ 21.005,42	R\$ 19.848,03	R\$ 1.157,40
3539	13.556	Rui Marciel Correa	R\$ 101.841,70	R\$ 122.210,04	R\$ 20.368,34	R\$ 19.246,04	R\$ 1.122,30
3563	14.681	Alcides Pereira Viana	R\$ 98.946,79	R\$ 118.736,15	R\$ 19.789,36	R\$ 18.698,97	R\$ 1.090,39
*	*	Semar Administradora de Bens Próprios EPP – Imóveis 836 e 837	R\$ 1.889.472,69	R\$ 2.267.367,23	R\$ 377.894,54	R\$ 357.072,55	R\$ 20.821,99
868	7.932	Comércio de Derivados de Petróleo Junior Ltda	R\$ 109.888,42	R\$ 131.866,10	R\$ 21.977,68	R\$ 20.766,71	R\$ 1.210,97
838	9.898	Décio Seidel	R\$ 69.798,96	R\$ 83.758,75	R\$ 13.959,79	R\$ 13.190,61	R\$ 769,18
840	7.796	Eunice Gielow	R\$ 72.224,06	R\$ 86.668,88	R\$ 14.444,81	R\$ 13.648,90	R\$ 795,91
842	9.948	Nelson Volles	R\$ 75.328,70	R\$ 90.394,44	R\$ 15.065,74	R\$ 14.235,62	R\$ 830,12
10490	25.983	Osvin Jurck	R\$ 1.493.058,77	R\$ 1.791.670,53	R\$ 298.611,75	R\$ 282.158,25	R\$ 16.453,51
4468	17.060	Hilário Rabuske	R\$ 109.145,52	R\$ 130.974,62	R\$ 21.829,10	R\$ 20.626,32	R\$ 1.202,78
843	17.059	Nelson Pavanello	R\$ 85.987,44	R\$ 103.184,93	R\$ 17.197,49	R\$ 16.249,91	R\$ 947,58
844	12.118	Amarildo Lange	R\$ 111.583,30	R\$ 133.899,96	R\$ 22.316,66	R\$ 21.087,01	R\$ 1.229,65
6155	23.560	Germano Fischer	R\$ 119.761,73	R\$ 143.714,07	R\$ 23.952,35	R\$ 22.632,57	R\$ 1.319,77
6157	23.562	Germano Fischer	R\$ 47.082,26	R\$ 56.498,71	R\$ 9.416,45	R\$ 8.897,61	R\$ 518,85
6158	23.563	Germano Fischer	R\$ 47.362,31	R\$ 56.834,78	R\$ 9.472,46	R\$ 8.950,53	R\$ 521,93
6159	23.564	Germano Fischer	R\$ 45.801,84	R\$ 54.962,20	R\$ 9.160,37	R\$ 8.655,63	R\$ 504,74
6156	23.561	Leandro Fischer	R\$ 104.805,58	R\$ 125.766,70	R\$ 20.961,12	R\$ 19.806,16	R\$ 1.154,96
845	10.993	Mario Ender	R\$ 128.449,57	R\$ 154.139,48	R\$ 25.689,91	R\$ 24.274,40	R\$ 1.415,51
8029	23.509	Semar Administradora de Bens Próprios EPP	R\$ 68.523,84	R\$ 82.228,61	R\$ 13.704,77	R\$ 12.949,64	R\$ 755,13
8030	23.510	Orival Pires	R\$ 128.620,80	R\$ 154.344,96	R\$ 25.724,16	R\$ 24.306,76	R\$ 1.417,40
9092	25.230	Rancho Bom Supermercados Ltda	R\$ 570.002,40	R\$ 684.002,88	R\$ 114.000,48	R\$ 107.719,05	R\$ 6.281,43

		Erico Borinelli – Imóveis 916, 3565 e 4662	R\$ 1.463.455,68	R\$ 1.756.146,82	R\$ 292.691,14	R\$ 276.563,85	R\$ 16.127,28
4983	21.929	Rudimar Hilger	R\$ 92.895,49	R\$ 111.474,58	R\$ 18.579,10	R\$ 17.555,39	R\$ 1.023,71
			TOTAL		R\$ 1.891.574,53	R\$ 1.787.348,77	R\$ 104.225,76

VI – DO PRAZO PARA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

O prazo para contestação dos itens deste edital é de 30 (trinta) dias, contados a partir da última publicação do presente Edital, através de petição dirigida ao Prefeito Municipal, nos termos do Art. 246 e parágrafos, da Lei Complementar n.º 001/95 e alterações.

A impugnação deverá ser dirigida à Administração competente, através de petição.

Os requerimentos de impugnação de reclamação, como também quaisquer recursos administrativos não suspendem o início ou prosseguimento das obras e nem terão efeito de obstar a administração a prática dos atos necessários ao lançamento e cobrança da contribuição de melhoria. (Redação dada pela Lei Complementar n.º 74/2009)

VII – DA ARRECADAÇÃO

A arrecadação da contribuição far-se-á nos seguintes prazos:

Em parcela única, com prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular notificação do débito, com 15% (quinze por cento) de abatimento sobre o valor total;

Em até 03 (três) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, com 15% (quinze por cento) de abatimento sobre o valor total, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular notificação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas;

Em até 24 (vinte e quatro) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, corrigidas pela UFM, com juros de 1,0% (um por cento) ao mês, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular notificação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas;

Em até 36 (trinta e seis) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, corrigidas pela UFM, com juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular notificação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas, quando tratar-se de condição especial referente à renda familiar do contribuinte, a ser analisada por comissão designada especialmente para tal fim, pela Administração Municipal, composta por no mínimo 05 (cinco) membros, sendo necessariamente um deles Assistente Social.

VIII - TEMPO DE VIDA ÚTIL DA OBRA

O Tempo de vida útil da obra será de no mínimo 5 (cinco) anos.

IX - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada por propriedade, levando-se em conta a valorização do imóvel diretamente beneficiado em virtude da obra pública realizada.

O laudo que apurou a valorização auferida por cada imóvel está no processo administrativo que teve o acompanhamento da comissão de acompanhamento do lançamento da contribuição instituída pela portaria nº 4755/2012 de 11 de setembro de 2012. O laudo faz parte do presente edital (anexo I)

Cientificamos aos proprietários beneficiados pela obra pública que a distribuição tributária devida por cada proprietário está exposta no Mural da Prefeitura Municipal, publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e no site www.schroeder.sc.gov.br.

Schroeder, 1º de novembro de 2012.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

MILTON TRAPP JUNIOR
Fiscal de Tributos Municipais
Matrícula 1.559

ANEXO I

Laudo de Avaliação 01
Rua Florianópolis

Sumário

1. Preliminares 45
 - a. Objetivo 45
 - b. Objetivo 45
 - c. Do solicitante 45
 - d. Do Logradouro 45
 - e. Do levantamento fotográfico 45
2. Avaliação 47
 - a. Critérios 47
 - b. Metodologia 47
 - d. Dos Conceitos 47
 - e. Pesquisa de valores 48
 - f. Construções existentes 48
 - g. Índice de Desvalorização/Valorização 50
 - h. Dados coletados 53
3. Apresentação dos dados dos Imóveis pesquisados 54
4. Dos Imóveis em serem Avaliados 64
5. Notações, simbologia e convenções 68
6. Bibliografia 74
7. Anexos 75

Preliminares

Objetivo

Esta avaliação tem como objetivo analisar os imóveis localizados na Rua Florianópolis, no Município de Schroeder, a fim de verificar a valorização após a execução dos serviços de pavimentação asfáltica.

Do Avaliador

Walter Egídio Mukai
Engenheiro Civil – CREA 065.488-5 SC
Município de Schroeder/SC

Do solicitante

A Prefeitura Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, situado na Rua Marechal Castelo Branco, 3.201, CNPJ: 83.102.491/0001-09, representada para todos os fins de direito pelo seu Prefeito Municipal, senhor Felipe Voigt, CPF: 352.318.319-72, solicita este laudo de avaliação de bem tangível.

Do Logradouro

O logradouro foi denominado pela Lei Nº 536/1986 (Anexo 1), e contemplado pelo processo de pavimentação asfáltica conforme Tomada de Preços Nº 04/2011 PMS numa extensão total de 552,27m., cobrindo uma área de 5.522,70m2, atendendo diretamente 42 imóveis.

Do levantamento fotográfico
Anterior a Pavimentação

Após a Pavimentação

Avaliação

Critérios

Foram utilizados para a produção deste a ABNT NBR 5676/89 Avaliação de Imóveis Urbanos, NBR 14653-1:2001 Versão Corrigida

2:2005 Avaliação de bens Parte 1: Procedimentos gerais, e ABNT NBR 14653-2:2011 Avaliação de bens Parte 2: Imóveis urbanos, de onde procederão os quesitos para elaboração deste laudo, a matrícula do imóvel e na falta dela as informações contidas no Cadastro Imobiliário do Município, de onde procederão as dimensões do imóvel, e avaliações de corretoras de imóveis e anúncios particulares de imóveis a venda no período de 30/08/2012 a 19/10/2012, de onde se obterá o Valor Genérico Unitário (VGU) do metro quadrado de terreno, e dele resultarão os valores do imóvel anterior e posterior, utilizando-se os fatores na fórmula de cálculo:

$$V_{\text{Iant}} = \text{VGU} \times \text{At} \times \text{FI} \times \text{Fp} \times \text{Ce} \times \text{Cf} \times \text{Fg}$$

$$V_{\text{Ipos}} = \text{VGU} \times \text{At} \times \text{FI} \times \text{Fp} \times \text{Ce} \times \text{Cf} \times \text{Fg}$$

onde

V_{Iant} – Valor do imóvel anterior

V_{Ipos} – Valor do imóvel posterior

VGU – Valor Genérico Unitário do m² do terreno, (R\$/m²)

At – Área do lote (terreno), (m²)

FI – Fator de localização

Fp – Fator de pavimentação

Fg – Fator Gleba

Ce – Fator numero de frentes

Cf – Coeficiente de frente

Metodologia

No intuito de contemplar o maior número de amostras, utilizou-se o Método Comparativo de Custo de Reprodução e o Método Direto de Comparação, onde o valor do imóvel é obtido através de comparação de dados de mercado relativos a outros de características similares, contemplados ou não com a pavimentação asfáltica.

Nível de Rigor da Avaliação

A avaliação adotada foi a de Nível Normal, contemplando algum grau de subjetividade, com fontes de dados idôneas, atuais e assemelhados aos imóveis avaliados. Com os dados homogeneizados através de fatores ou ponderações empíricas, assim como estatística descritiva que leva a convicção de valor.

Dos Conceitos

Valor

Corresponde a relação da quantidade de bens disponíveis para satisfazer as necessidades econômicas do homem, que é a expressão monetária do bem.

Na engenharia de avaliações, seguimos a escola monovalente, em que o valor determinado pelo avaliador é único, não existindo diferença de avaliação para quem quer que seja, vendedor ou comprador.

Preço

Representa a quantidade de moeda (dinheiro) pela qual se efetua uma transação.

Seu valor nem sempre representa um perfeito equilíbrio entre fatores sociais e econômicos, devido a necessidades e desejos pessoais, desta forma seu valor poderá ser menor ou maior que o valor de mercado.

Valorização

Resultante da diferença do valor anterior e posterior do imóvel após um benefício, que nessa situação é a pavimentação da via. Conforme significado da língua portuguesa: v.t. Aumentar o valor ou preço de: a abertura de estradas valoriza grandes regiões.

Representado por:

Valorização = $V_{\text{Ipos}} - V_{\text{Iant}}$

Pesquisa de valores

A Determinação do Valor Genérico Unitário (VGU) por metro quadrado dos terrenos objeto da avaliação é oriundo da amostragem realizada no Município de Schroeder. Amostras consideradas:

8 (oito) ofertas de imobiliárias (anuncio em mídia impressa e eletrônica), conforme Anexo 2.

10 (dez) ofertas particulares (coleta a campo), conforme Anexo 3. Com os dados das amostragens foram aplicadas variáveis

considerando vários elementos que influenciam na composição da avaliação a fim de se aferir a real valorização dos imóveis avaiados.

Construções existentes

A fim de identificar a valorização dos imóveis em função da pavimentação (melhoria), foram consideradas todas as pesquisas de mercado contendo ou não construções para atingirmos um índice satisfatório de pesquisas.

Para a avaliação foi necessário estimar o valor da construção para os imóveis que neles existissem edificações, desta forma, adotou-se o índice CUB (Custo Unitário Básico) para o Estado de Santa Catarina (Anexo 4) – link: http://www.sinduscon-fpolis.org.br/MyFiles/CUB2006_2008/2012/CUB2006_Agosto2012.pdf, utilizando-se a classificação quanto a ocupação, padrão de construção e obsolescência, conforme segue abaixo:

Ocupação/Padrão de Construção

Entenda-se ocupação do imóvel, o regime de utilização, podendo ele ser:

+ Residencial Unifamiliar(R);

+ Prédio Popular (PP);

+ Projeto Interesse Social (PIS);

+ Residencial Multifamiliar até 8 pavimentos (R8);

+ Residencial Multifamiliar até 16 pavimentos (R16);

+ Comercial/salas/serviços;

+ Galpão (CSL), conforme quadro a seguir:

CUB Santa Catarina - Agosto/2012 - R\$/m²

Tabela 1: PROJETOS - PADRÃO RESIDENCIAIS

R (Residência Unifamiliar); PP (Prédio Popular) e PIS (Projeto De Interesse Social)

PADRÃO BAIXO	PADRÃO NORMAL	PADRÃO ALTO
R-1 1.067,99	R-1 1.272,11	R-1 1.542,46
PP-4 1.001,35	PP-4 1.200,14	R-8 1.254,16
R-8 954,93	R-8 1.064,18	R16 1.345,21
PIS 756,10	R-16 1.029,28	

Tabela 2: PROJETOS - PADRÃO COMERCIAIS

CAL (Comercial Andares Livres) e CSL (Comercial Salas e Lojas)

PADRÃO NORMAL	PADRÃO ALTO
CAL - 8 1.224,58	CAL - 8 1.296,99
CSL - 8 1.070,90	CSL - 8 1.167,71
CSL - 16 1.167,71	CSL - 16 1.554,97

Tabela 3: PROJETOS - PADRÃO RESIDÊNCIA POPULAR (RP1Q) E GALPÃO INDUSTRIAL (GI)

RP1Q 1.137,03

GI 604,30

Legenda:

R1(Residencial 1 pavimento)

R8(8 pavimentos)

R16(16 pavimentos)

PP4(Projeto padrão)

B(Baixo) - N(Normal) - A(Alto Padrão)

PIS(Projeto de interesse social)

RP1Q(Residencial popular de 1 quarto)

Legenda:

CCAL(Comercial andar livre)

CSL(Comercial salas e lojas)

GI(Galpão Industrial)

Fonte: Sindicon Santa Catarina

Conservação

Entenda-se como estado de conservação/manutenção, a situação da edificação quanto a sua possibilidade de ocupação e conservação conforme o método de Ross-Heidecke e o método da idade (vida útil), assim classificado:

Em Construção

Considera-se imóvel em construção aquele que está em construção propriamente dito, sem condições de habitação.

Ruim

Considera-se imóvel em estado de conservação ruim aquele que é passível de uso (ocupação), porém necessitando de reforma.

Normal

Considera-se imóvel em estado de conservação normal, aquele que é passível de uso (ocupação) e não necessitando de reforma.

Ótimo

Considera-se imóvel em estado de conservação ótimo, aquele que é passível de uso (ocupação), não necessitando de reformas e com padrão de acabamento e conservação em perfeita qualidade.

Para a classificação, adotou-se índice (fator) de conservação (Fc), em função do estado de conservação, como observa-se na Tabela 4 abaixo

Tabela 4: Estado de Conservação do imóvel:

Estado de Conservação	Fc(%)
Em Construção	50
Ruim	65
Normal	85
Ótimo	100

Índice de Desvalorização/Valorização

Ao se avaliar as características dos imóveis de uma cidade, procura-se identificar a normalidade de uma situação, que no caso do objeto é o terreno.

Notoriamente entende-se que a comercialização de imóveis de características distintas seguem por caminhos diferenciados. Com o objetivo de posicionar por igual os imóveis, foram adotados critérios de homogeneização de informações, assim foram adotados os índices que seguem:

Localização (FI)

Entenda-se como fator de localização do imóvel, a posição geográfica do imóvel em relação a via principal ou região central do município, sendo a característica do ordenamento territorial do Município de Schroeder a linear onde se tem uma via principal de acesso (tornando-se via principal de comércio) irradiando para suas laterais. Por esse motivo adotou-se os seguintes fatores de localização:

De primeira grandeza

Imóveis localizados a menos de 200m. da rua Marechal Castelo Branco.

De segunda grandeza

Imóveis localizados entre 200 e 500m. da rua Marechal Castelo Branco.

De terceira grandeza

Imóveis localizados entre 500 e 1.000m. da rua Marechal Castelo Branco.

De quarta grandeza

Imóveis localizados acima de 1.000m. da rua Marechal Castelo Branco.

Para a classificação, adotou-se índice (fator) de localização (FI), em função da localização, como se observa na tabela 5, abaixo:

Tabela 5: Localização do Imóvel:

Localização	FI (%)
1ª Grandeza (1G)	100
2ª Grandeza (2G)	90
3ª Grandeza (3G)	85
4ª Grandeza (4G)	80

Numero de Frentes (Ce)

O numero de frentes, pode interferir na sua valorização, sendo

um fator ligado diretamente a sua localização, onde um imóvel comercial certamente será mais valorizado do que um imóvel residencial, e em função do padrão de desenvolvimento da zona onde se localiza o imóvel, conforme (Soller,2000), adotou-se o fator de interferência como segue na tabela 6 :

Tabela 6: Fator numero de frentes em função da sua localização

	Reduzida	Média	Elevada
Zona Residencial ou de Comércio Incipiente	1,03	1,05	1,08
Zona Comercial ou de Incorporação imobiliária	1,12	1,15	1,18

Fator Gleba (Área)

Devido a existência de imóveis com áreas acima do limite tolerável do padrão do município, observa-se a necessidade de utilizar o fator de gleba, que tem a função de homogeneizar as pesquisas em torno da área, com fatores conforme segue:

Tabela 7: Fator de Gleba

Limite de área	Fator Gleba (Fg)
Menor que 4999,99m ²	1,00
de 5000,00 a 9.999,99m ²	0,85
De 10.000,00 a 19.999,99m ²	0,75
De 20.000,00 a 49.999,99m ²	0,60
De 50.000,00 a 99.999,99m ²	0,50
Acima de 100.000m ²	0,40

Pavimentação

Ao se comparar um lote com melhoramentos públicos com outro sem os mesmos melhoramentos. Conforme tabela de pesos de melhoramentos públicos sugerida pelo Eng. Ruy Canteiro e seguida por Norberto Hochheim (IBAPE/SC – Apostila Curso de Engenharia de Avaliações), adotou-se o peso de 20% de valorização em função da característica do município não contemplar via não calçada com meio fio, assim reduziu-se o índice indicado de 30% para 20%.

Frente Irregular

Para situações oriundas da configuração de testada fora da legislação, em que a testada mínima é de 12,00 metros, empiricamente adotou-se o Coeficiente de Frente Irregular (Ce), visando corrigir as pesquisas e posteriormente chegar ao valor do imóvel, através da verificação da relação existente entre testada/profundidade, conforme tabela 8:

Tabela 8: Frente Irregular

Testada/Profundidade	Fator Irregular (Fi)
Menor ou igual a 0,15	0,85
Maior que 0,15	1,00

Demais fatores não considerados

Em virtude das características da região serem homogêneas no que tange a topologia e a pedologia, esses fatores não foram considerados para a presente avaliação.

Dados coletados

Conforme pesquisas efetuadas pela equipe técnica do município, considerando apenas as ofertas incluídas no raio de 1km (conforme Anexo I - Mapa com o raio da área considerada) e levantamento fotográfico (Anexo II – Levantamento fotográfico das ofertas), agrupou-se as informações, para melhor entendimento e

análise de informações, como segue na tabela 9:

Tabela 9: Estado de Conservação do imóvel:

	Data	Anuncio	Contato	Cod. Insc.	Logradouro	Proprietário	Valor (R\$)	Ocupação
1	2/9/2012	MG Imoveis	3374-0096	1989	Guilherme Zastron	Dirceu Lenhard	200.000,00	Residência
2	2/9/2012	Proprietário	8819-2571	1954	Carlos Eggert	Rivael dos Santos Castilhos	185.000,00	Residência
3	2/9/2012	Proprietário	3374-0760	4327	Otoli Peschke	José Fossile	85.000,00	Terreno
4	2/9/2012	Proprietário	3275-0455	3845	XV de Novembro	Adelar Antonio Herbert	115.000,00	Residência
5	2/9/2012	Proprietário	3374-0449	1992	XV de Novembro	Pedro Paulo Adriano	280.000,00	Residência
6	8/10/2012	Proprietário	9973-3489	7906	Otoli Peschke	Ervin Zils	95.000,00	Terreno
8	10/10/2012	Eliane Corretora	9998-4404	956	01 de Maio	Adi Vogel Klitzke	112.000,00	Terreno
7	8/10/2012	Engetec Imoveis	3374-2135	2963	Santa Catarina	Noemia Muller Mascke	225.000,00	Residência
9	2/9/2012	Proprietário	9973-3489	6118	Otoli Peschke	Ervin Zils	95.000,00	Terreno
10	8/10/2012	Forte Imoveis	3273-7966	1350	Antonio Zoz	Daniel Volles	200.000,00	Residência
11	2/9/2012	Proprietário	9973-3489	6122	Otoli Peschke	Ervin Zils	95.000,00	Terreno
13	8/10/2012	Proprietário	3374-0354	4023	Carlos Eggert	Odair Antonio Domingues	120.000,00	Residência
14	10/10/2012	Jaragua Imoveis	3370-9849	6016	Luiza Mascke	Hilbert Mascke	85.000,00	Terreno
12	8/10/2012	Proprietário	9186-9249	10645	03 de Outubro	Jose da Cruz	80.000,00	Terreno
15	2/9/2012	Engetec Imoveis	3374-2135	4750	Guilherme Zastron	Claudemir Lucas Alves	240.000,00	Residência
16	2/9/2012	Engetec Imoveis	3374-2135	846	Jorge Lacerda	Roselia Flohr Pasquali	270.000,00	Residência
17	10/10/2012	Leier Imoveis	2107-0500	682	03 de Outubro	Pedro Dellagius-tina	213.000,00	Residência
18	2/9/2012	Proprietário	8809-4508	8029	Florianópolis	Domingos da Silva	110.000,00	Terreno

Apresentação dos dados dos Imóveis pesquisados

Apresentação dos dados pesquisados

Através das pesquisas de campo e cruzamento das informações do Cadastro Imobiliário do Município, incluiu-se demais dados necessários, como segue na tabela 10:

Tabela 10: Informações adicionais dos imóveis

	Valor (R\$)	Ocupação	Logradouro	Pavimentação	Numero de Frentes (Nf)	Área Terreno (At) (m2)	Área Construída (Ab) (m2)
1	200.000,00	Residência	Guilherme Zastron	Não	2,00	531	128,00
2	185.000,00	Residência	Carlos Eggert	Não	2,00	494	156,00
3	85.000,00	Terreno	Otoli Peschke	Não	1,00	480	-
4	115.000,00	Residência	XV de Novembro	Não	1,00	440	70,00
5	280.000,00	Residência	XV de Novembro	Não	1,00	666	304,00
6	95.000,00	Terreno	Otoli Peschke	Não	1,00	488	-
7	225.000,00	Residência	Santa Catarina	Não	1,00	512	130,00
8	112.000,00	Terreno	01 de Maio	Não	2,00	600	-
9	95.000,00	Terreno	Otoli Peschke	Não	1,00	461	-

10	200.000,00	Residência	Antonio Zoz	Não	1,00	625	100,00
11	95.000,00	Terreno	Ottoli Peschke	Não	1,00	449	-
12	80.000,00	Terreno	03 de Outubro	Sim	1,00	408	-
13	120.000,00	Residência	Carlos Eggert	Não	1,00	400	50,00
14	85.000,00	Terreno	Luiza Mascke	Não	2,00	371	-
15	240.000,00	Residência	Guilherme Zastron	Não	2,00	422	131,00
16	270.000,00	Residência	Jorge Lacerda	Sim	1,00	430	250,00
17	213.000,00	Residência	03 de Outubro	Sim	1,00	450	159,00
18	110.000,00	Terreno	Florianópolis	Sim	2,00	450	-

Homogeneização das informações quanto à ocupação/conservação

Conforme descrito anteriormente no item 2 – Avaliação (f) Avaliação das construções, valores referentes às áreas construídas foram levantados e suprimidos da amostragem, resultando assim o valor referente a parcela do terreno sem benfeitorias (Vsc), abaixo indicado na tabela 11:

Tabela 11: Valor do m2 do terreno sem a construção (Vsc)

	Logradouro	Valor (V)	Ocupação	Área Terreno (m2) = (At)	Área Construída (m2) = (Ab)	Classificação 08/2012	CUB SC	Fator Conservação - (Fc)	Valor Terreno sem Construção - (Vsc)	Valor do m2 Terreno sem Construção - (Vsc)
						Classificação	CUB			
1	Guilherme Zastron	200.000,00	Residência	531	128	R1A	1.067,99	0,85	83.802,69	157,82
2	Carlos Eggert	185.000,00	Residência	494	156	PIS	756,10	0,85	84.741,14	171,54
3	Ottoli Peschke	85.000,00	Terreno	480			-	-	85.000,00	177,08
4	XV de Novembro	115.000,00	Residência	440	70	PIS	756,10	0,65	80.597,45	183,18
5	XV de Novembro	280.000,00	Residência	666	304	PP4	756,10	0,65	130.594,64	196,09
6	Ottoli Peschke	95.000,00	Terreno	488			-	-	95.000,00	194,67
7	Santa Catarina	225.000,00	Residência	512	130	PIS	1.067,00	0,85	107.096,50	209,17
8	01 de Maio	112.000,00	Terreno	600			-	-	112.000,00	186,67
9	Ottoli Peschke	95.000,00	Terreno	461			-	-	95.000,00	206,07
10	Antonio Zoz	200.000,00	Residência	625	100	PIS	1.067,00	0,65	130.645,00	209,03
11	Ottoli Peschke	95.000,00	Terreno	449			-	-	95.000,00	211,58
12	03 de Outubro	80.000,00	Terreno	408			-	-	80.000,00	196,08
13	Carlos Eggert	120.000,00	Residência	400	50	PIS	756,10	0,65	95.426,75	238,57
14	Luiza Mascke	85.000,00	Terreno	371			-	-	85.000,00	229,11
15	Guilherme Zastron	240.000,00	Residência	422	131	R1B	1.272,11	0,85	98.350,55	233,06
16	Jorge Lacerda	270.000,00	Residência	430	250	R1A	1.067,99	0,65	96.451,63	224,31
17	03 de Outubro	213.000,00	Residência	450	159	PIS	756,10	0,85	110.813,09	246,25
18	Florianópolis	110.000,00	Terreno	450			-	-	110.000,00	244,44

Formula considerada para obter o Valor do m2 do terreno sem a construção (Vsc) para os imóveis na homogeneização quanto à ocupação:

Quando Edificado: $V_{sc} = V - \frac{(Ab \times CUB \times Fc)}{At}$

Quando não edificado: $V_{sc} = \frac{V}{At}$

Fator Gleba

Nas amostras consideradas, não foi necessário a atribuição do fator devido as ofertas estarem dentro do limite de até 4.999,99m2

Fator de localização (Fl)

Conforme descrito, em função da localização do imóvel, foram atribuídos índices as amostras:

Tabela 12: Fator de localização do imóvel

Localização			
Oferta	Logradouro	Grandeza	(Fl) Fator localização
1	Guilherme Zastron	3	0,85
2	Carlos Eggert	4	0,80
3	Ottoli Peschke	3	0,85
4	XV de Novembro	3	0,85
5	XV de Novembro	4	0,80
6	Ottoli Peschke	3	0,85
7	Santa Catarina	4	0,80
8	01 de Maio	2	0,90
9	Ottoli Peschke	3	0,85
10	Antonio Zoz	3	0,85
11	Ottoli Peschke	3	0,85
12	03 de Outubro	4	0,80
13	Carlos Eggert	4	0,80
14	Luiza Mascke	3	0,85
15	Guilherme Zastron	3	0,85
16	Jorge Lacerda	2	0,90
17	03 de Outubro	3	0,85
18	Florianópolis	2	0,90

Fator de Pavimentação (Fp)

Conforme descrito anteriormente, em função da pavimentação do logradouro onde está localizado o imóvel, foram atribuídos índices as amostras:

Tabela 13: Fator de pavimentação

Oferta	Logradouro	Pavimentação	(Fp) Fator Pavimentação
1	Guilherme Zastron	Não	1,00
2	Carlos Eggert	Não	1,00
3	Ottoli Peschke	Não	1,00
4	XV de Novembro	Não	1,00
5	XV de Novembro	Não	1,00
6	Ottoli Peschke	Não	1,00
7	Santa Catarina	Não	1,00
8	01 de Maio	Não	1,00
9	Ottoli Peschke	Não	1,00

10	Antonio Zoz	Não	1,00
11	Ottoli Peschke	Não	1,00
12	03 de Outubro	Sim	1,20
13	Carlos Eggert	Não	1,00
14	Luiza Mascke	Não	1,00
15	Guilherme Zastron	Não	1,00
16	Jorge Lacerda	Sim	1,20
17	03 de Outubro	Sim	1,20
18	Florianópolis	Sim	1,20

Coefficiente de numero de frentes (Ce)

Tabela 14: Fator numero de Frentes

Oferta	Logradouro	Número de Frentes	(Ce) Fator frentes
1	Guilherme Zastron	2	1,03
2	Carlos Eggert	2	1,03
3	Ottoli Peschke	1	1,00
4	XV de Novembro	1	1,00
5	XV de Novembro	1	1,00
6	Ottoli Peschke	1	1,00
7	Santa Catarina	2	1,03
8	01 de Maio	1	1,00
9	Ottoli Peschke	1	1,00
10	Antonio Zoz	1	1,00
11	Ottoli Peschke	1	1,00
13	Carlos Eggert	1	1,00
14	Luiza Mascke	1	1,00
12	03 de Outubro	2	1,05
15	Guilherme Zastron	2	1,03
16	Jorge Lacerda	1	1,00
17	03 de Outubro	1	1,00
18	Florianópolis	2	1,03

Fator Frente Irregular (Cf)

Tabela 15: Frente Irregular

Oferta	Logradouro	Testada / Profundidade	Numero de imóveis	Frente Irregular Cf
1	Guilherme Zastron	0,61	1	1,00
2	Carlos Eggert	0,59	1	1,00
3	Ottoli Peschke	0,53	1	1,00
4	XV de Novembro	0,51	1	1,00
5	XV de Novembro	0,38	1	1,00
6	Ottoli Peschke	0,52	1	1,00
7	Santa Catarina	0,78	1	1,00
8	01 de Maio	0,67	1	1,00
9	Ottoli Peschke	0,56	1	1,00
10	Antonio Zoz	0,41	1	1,00
11	Ottoli Peschke	0,57	1	1,00

13	Carlos Eggert	0,90	1	1,00
14	Luiza Mascke	0,39	1	1,00
12	03 de Outubro	0,41	1	1,00
15	Guilherme Zastron	0,61	1	1,00
16	Jorge Lacerda	0,52	1	1,00
17	03 de Outubro	0,50	1	1,00
18	Florianópolis	0,50	1	1,00

Valor do m2 do terreno homogeneizado

Resultado e Fórmula de Cálculo do valor do m2 do terreno, utilizando a homogeneização de informações:

Fórmula de Cálculo do Valor por M2 do terreno:

$Vh (R\$/m^2) = Vsc \times Fl \times Ce \times Cf \times Fp \times Fg$

Tabela com os valores por metro quadrado (R\$/m2) das pesquisas homogeneizadas:

Tabela 16: Valor m2 do terreno homogeneizado

	Area (At)	Valor m2 terreno	Fator de	Fator Numero	Fator Frente	Fator	Valor m2
Oferta	Terreno (m2)	Sem Construção (Vsc)	Localização (Fl)	de Frentes (Ce)	Irregular (Cf)	Pavimentação (Fp)	Terreno (Vh)
1	531	157,82	0,85	1,03	1,00	1,00	138,17
2	494	171,54	0,80	1,03	1,00	1,00	141,35
3	480	177,08	0,85	1,00	1,00	1,00	150,52
4	440	183,18	0,85	1,00	1,00	1,00	155,70
5	666	196,09	0,80	1,00	1,00	1,00	156,87
6	488	194,67	0,85	1,00	1,00	1,00	165,47
7	512	209,17	0,80	1,00	1,00	1,00	167,34
8	600	186,67	0,90	1,03	1,00	1,00	173,04
9	461	206,07	0,85	1,00	1,00	1,00	175,16
10	625	209,03	0,85	1,00	1,00	1,00	177,68
11	449	211,58	0,85	1,00	1,00	1,00	179,84
12	408	196,08	0,80	1,00	1,00	1,20	188,24
13	400	238,57	0,80	1,00	1,00	1,00	190,85
14	371	229,11	0,85	1,05	1,00	1,00	204,48
15	422	233,06	0,85	1,03	1,00	1,00	204,04
16	430	224,31	0,90	1,00	1,00	1,20	242,25
17	450	246,25	0,85	1,00	1,00	1,20	251,18
18	450	244,44	0,90	1,03	1,00	1,20	271,92

Tratamento estatístico:

No trabalho estatístico para a avaliação de imóveis, busca-se o valor médio que seja válido (representativo) para toda a população de imóveis semelhantes a imóvel que buscamos avaliar, para isso

utiliza-se normalmente uma amostra.

Após definida a população e a amostra, deve-se encontrar valores que possam representar a população e a amostra, Esses valores são representados são a média e o desvio padrão, definidos também como parâmetros populacionais e da amostra, representando assim a Estatística Descritiva.

Médias sem homogeneização

Média Aritmética da População – R\$ 206,37

Média Aritmética da Amostra sem Pavimentação – R\$ 200,26

Média Aritmética da Amostra com Pavimentação – R\$ 227,77

Mediana da População – R\$ 206,38

Moda da População – sem representatividade devido a não repetição.

Médias homogeneizadas

Média Aritmética da População – R\$ 185,21

Média Aritmética da Amostra sem Pavimentação – R\$ 169,34

Média Aritmética da Amostra com Pavimentação – R\$ 240,75

Mediana da População – R\$ 185,21

Moda da População – sem representatividade devido a não repetição.

Dispersão

Amplitude Total – R\$ 133,75

Desvio Médio – R\$ 28,46

Variância da População – 1.322,61

Variância da Amostra – 1.831,31

Desvio Padrão da População – 36,37

Desvio Padrão da Amostra – 42,79

Coefficiente de variação – 23,11%

Exclusão de dados da amostra

O procedimento de exclusão de dados, tem por objetivo eliminar os elementos atípicos que não representam uma situação normal de mercado, pois sua presença pode distorcer a representatividade da amostra. Sua presença pode ser oriunda do fornecimento de valores falseados (fontes não confiáveis) ou ao erro de coleta.

Tipo do critério adotado: Critério da Dispersão média

Consiste em eliminar as amostras que estejam afastadas mais de um desvio médio da média da amostra, assim os dados que estiverem fora do intervalo serão eliminados.

Desvio Médio – R\$ 28,46/m2

Valor Médio – R\$ 185,21/m2

Limite inferior – R\$ 156,75/m2

Limite superior – R\$ 213,67/m2

Numero de dados fora do limite do intervalo: 07

Numero de dados no limite do intervalo: 11

Novo cálculo para as amostras consideradas

Tabela 17: Tabela de Cálculo após 1ª Exclusão

	Area	Valor m2 terreno	Fator	Fator	Fator	Fator	Valor m2
Oferta	Terreno (m2)	homogeneizado (Vmh)	Localização (Fl)	Frete	Irregular	Pavimentação (Fp)	Terreno (Vh)
5	666	196,09	0,80	1,00	1,00	1,00	156,87
6	488	194,67	0,85	1,00	1,00	1,00	165,47
8	600	186,67	0,90	1,00	1,00	1,00	168,00
7	512	209,17	0,80	1,03	1,00	1,00	172,36
9	461	206,07	0,85	1,00	1,00	1,00	175,16
10	625	209,03	0,85	1,00	1,00	1,00	177,68
11	449	211,58	0,85	1,00	1,00	1,00	179,84

13	400	238,57	0,80	1,00	1,00	1,00	190,85
14	371	229,11	0,85	1,00	1,00	1,00	194,74
12	408	196,08	0,80	1,05	1,00	1,20	197,65
15	422	233,06	0,85	1,03	1,00	1,00	204,04

Médias homogeneizadas

Média Aritmética – R\$ 180,24

Mediana– R\$ 177,68

Moda– sem representatividade devido a não repetição.

Dispersão

Amplitude Total – R\$ 47,17

Desvio Médio – R\$ 12,06

Variancia da População – 200,11

Variancia da Amostra – 366,88

Desvio Padrão da População – 14,15

Desvio Padrão da Amostra – 19,15

Coefficiente de variação – 10,63%

Intervalo de Confiança

O nível de confiança de uma amostra é possibilidade de se afirmar que determinado valor está contido num intervalo de valores, e a probabilidade do mesmo estar fora do intervalo é denominado significância.

Utilizando-se o intervalo de confiança a ser construído na distribuição student (t),

Limite inferior para o intervalo de confiança:

$Linf = (Média\ Aritmética) - t \times (Desvio\ Padrão)$

$\sqrt{(n-fatores)}$

Limite superior para o intervalo de confiança:

$Lsup = (Média\ Aritmética) + t \times (Desvio\ Padrão)$

$\sqrt{(n-fatores)}$

Assim para um intervalo de confiança de 80% (com $t = 1,345$ conforme distribuição student teremos os valores (R\$/m2)

$169,72 < I < 190,76$

*O perito tem liberdade para determinar o valor unitário dentro do campo de arbítrio. Sugere-se utilizar o critério da média dos valores dentro do campo de arbítrio.

Conclusões

Desta forma, conclui-se que o valor a ser adotado (VGU), deve estar dentro do intervalo de confiança fica entre R\$ 169,72 e R\$ 190,76.

Assim adota-se o em R\$ 176,00, e a equação para o cálculo do valor de um imóvel a ser avaliado localizado no raio de abrangência da pesquisa é dado por:

$VI = VGU \times At \times FI \times Fp \times Ce \times Cf \times Fg$

Onde:

VGU – Valor Genérico Unitário do m2 do terreno, (R\$/m2)

At – Área do lote (terreno), (m2)

FI – Fator de localização

Fp – Fator de pavimentação

Fg – Fator Gleba

Ce – Fator numero de frentes

Cf – Coeficiente de frente

Dos Imóveis em serem Avaliados

Os imóveis em avaliação, conforme apresentado no prefácio, são aqueles beneficiados pela pavimentação da Rua Florianópolis, conforme segue a tabela geral de apresentação de cálculo, utilizando conceitos e conclusões citadas anteriormente.

Imóvel	Proprietário	Matrícula	Área terreno (At)	Fator Numero de Frentes		Fator Frente Irregular				Fator de Localização	Fator Gleba	Fator Localização	Fator Pavimentação	Valor Anterior a Pavimentação	Valor Posterior a Pavimentação	Valorização
				Frentes	Ce	Testada	Profundidade	Resultante	Cf	Grandeza	Fg	FI	Fp	VA	VP	
822	Ademir Fischer	2.898	1.864,58	2	1,03	43,65	42,72	1,0219	1,00	2	1,00	0,90	1,20	304.209,96	365.051,95	60.841,99

831	Celso To- maselli	8.697	1.404,59		1,00	32,00	43,89	0,7290	1,00	2	1,00	0,90	1,20	222.487,06	266.984,47	44.497,41
833	Milano Export Legno	8.698	1.047,15		1,00	23,27	45,00	0,5171	1,00	2	1,00	0,90	1,20	165.868,56	199.042,27	33.173,71
4318	Milano Export Legno	7.833	1.755,00	2	1,03	22,00	79,77	0,2758	1,00	2	1,00	0,90	1,20	286.331,76	343.598,11	57.266,35
821	Heins Volles	11.420	653,38		1,00	15,08	43,33	0,3480	1,00	2	1,00	0,90	1,20	103.495,39	124.194,47	20.699,08
820	Alcir Duwe	11.266	640,42		1,00	15,00	42,69	0,3513	1,00	2	1,00	0,90	1,20	101.442,53	121.731,03	20.288,51
819	Valdecir Steinert	9.210	675,00		1,00	15,00	45,00	0,3333	1,00	2	1,00	0,90	1,20	106.920,00	128.304,00	21.384,00
818	Leandro Bauer	15.213	650,57		1,00	15,00	43,37	0,3459	1,00	2	1,00	0,90	1,20	103.050,29	123.660,35	20.610,06
817	Genecir Rai- mundo Grando Scorsato	15.214	650,11		1,00	15,00	43,34	0,3461	1,00	2	1,00	0,90	1,20	102.977,42	123.572,91	20.595,48
816	Alvaro Lange	8.858	637,66		1,00	14,30	44,59	0,3207	1,00	2	1,00	0,90	1,20	101.005,34	121.206,41	20.201,07
815	Mayron Pava- nello e Aline Pa- vanello	9.028	657,04		1,00	15,15	43,37	0,3493	1,00	2	1,00	0,90	1,20	104.075,14	124.890,16	20.815,03
814	Albertina Rosa Borinelli	9.211	1.300,88		1,00	30,30	42,93	0,7057	1,00	2	1,00	0,90	1,20	206.059,39	247.271,27	41.211,88
812	Adelar Rabuske	10.374	640,90		1,00	14,74	43,48	0,3390	1,00	2	1,00	0,90	1,20	101.518,56	121.822,27	20.303,71
811	Geralito Antônio de An- drade	10.375	660,28		1,00	15,39	42,90	0,3587	1,00	2	1,00	0,90	1,20	104.588,35	125.506,02	20.917,67
810	Marlindo Reinoldo Volles	10.376	589,35		1,00	13,87	42,49	0,3264	1,00	2	1,00	0,90	1,20	93.353,04	112.023,65	18.670,61
3542	Marlindo Reinoldo Volles	13.554	703,44		1,00	16,06	43,80	0,3667	1,00	2	1,00	0,90	1,20	111.424,90	133.709,88	22.284,98
3540	Vander- lei da Silva	13.555	663,05		1,00	15,55	42,64	0,3647	1,00	2	1,00	0,90	1,20	105.027,12	126.032,54	21.005,42
3539	Rui Marciel Correa	13.556	642,94		1,00	14,84	43,32	0,3425	1,00	2	1,00	0,90	1,20	101.841,70	122.210,04	20.368,34
3563	Lucia Klau- mann Panstein	14.681	606,47	2	1,03	20,20	30,02	0,6728	1,00	2	1,00	0,90	1,20	98.946,79	118.736,15	19.789,36
*	Semar Adm. de Bens Próprios EPP – Imóveis 836 e 837	14.682	15.441,41	3	1,03	180,00	85,79	2,0983	1,00	2	0,75	0,90	1,20	1.889.472,69	2.267.367,23	377.894,54
868	Comér- cio de Deriv. de Petróleo Junior Ltda	7.932	693,74		1,00	42,89	16,17	2,6516	1,00	2	1,00	0,90	1,20	109.888,42	131.866,10	21.977,68

838	Décio Seidel	9.898	440,65		1,00	15,28	28,84	0,5298	1,00	2	1,00	0,90	1,20	69.798,96	83.758,75	13.959,79
840	Eunice Gielow	7.796	455,96		1,00	15,28	29,84	0,5121	1,00	2	1,00	0,90	1,20	72.224,06	86.668,88	14.444,81
842	Nelson Volles	9.948	475,56		1,00	16,07	29,59	0,5430	1,00	2	1,00	0,90	1,20	75.328,70	90.394,44	15.065,74
#####	Osvin Jurck	25.983	9.642,84	2	1,15	138,00	69,88	1,9749	1,00	2	0,85	0,90	1,20	1.493.058,77	1.791.670,53	298.611,75
4468	Hilário Rabuske	17.060	689,05		1,00	15,03	45,84	0,3278	1,00	2	1,00	0,90	1,20	109.145,52	130.974,62	21.829,10
843	Nelson Pava-nello	17.059	542,85		1,00	14,90	36,43	0,4090	1,00	2	1,00	0,90	1,20	85.987,44	103.184,93	17.197,49
844	Amarildo Lange	12.118	704,44		1,00	19,06	36,96	0,5157	1,00	2	1,00	0,90	1,20	111.583,30	133.899,96	22.316,66
6155	Lilian Fischer de Souza	23.560	734,05	2	1,03	19,40	37,84	0,5127	1,00	2	1,00	0,90	1,20	119.761,73	143.714,07	23.952,35
6157	Germano Fischer	23.562	349,69		1,00	1,00	349,69	0,0029	0,85	2	1,00	0,90	1,20	47.082,26	56.498,71	9.416,45
6158	Germano Fischer	23.563	351,77		1,00	1,00	351,77	0,0028	0,85	2	1,00	0,90	1,20	47.362,31	56.834,78	9.472,46
6159	Germano Fischer	23.564	340,18		1,00	1,00	340,18	0,0029	0,85	2	1,00	0,90	1,20	45.801,84	54.962,20	9.160,37
6156	Leandro Fischer	23.561	642,38	2	1,03	17,60	36,50	0,4822	1,00	2	1,00	0,90	1,20	104.805,58	125.766,70	20.961,12
845	Mario Ender	10.993	787,30	2	1,03	25,97	30,32	0,8567	1,00	2	1,00	0,90	1,20	128.449,57	154.139,48	25.689,91
8029	Semar Adm. de Bens Próprios EPP	23.509	420,00	2	1,03	28,00	15,00	1,8667	1,00	2	1,00	0,90	1,20	68.523,84	82.228,61	13.704,77
8030	Orival Pires	23.510	812,00		1,00	29,00	28,00	1,0357	1,00	2	1,00	0,90	1,20	128.620,80	154.344,96	25.724,16
9092	Rancho Bom Supermercados	25.230	3.598,50		1,00	30,00	119,95	0,2501	1,00	2	1,00	0,90	1,20	570.002,40	684.002,88	114.000,48
*	Erico Borinelli – Imóveis 916, 3565 e 4662	17.175	9.451,65	2	1,15	80,60	172,00	0,4686	1,00	2	0,85	0,90	1,20	1.463.455,68	1.756.146,82	292.691,14
4983	Rudimar Hilger	21.929	569,38	2	1,03	22,95	24,81	0,9250	1,00	2	1,00	0,90	1,20	92.895,49	111.474,58	18.579,10
4984	Semar Adm. de Bens Próprios EPP	21.930	450,00	1	1,00	15,00	30,00	0,5000	1,00	3	1,00	0,85	1,20	67.320,00	80.784,00	13.464,00

Notações, simbologia e convenções

Simbolo	Descrição	Unidade
Fc	Fator de Conservação	
Fg	Fator de Gleba	
Fl	Fator de Localização	
Ce	Coefficiente Numero de frentes	
VGU	Valor Genérico Unitário	/m2
VI	Valor do Imóvel	R\$
VIant	Valor do Imóvel anterior	R\$
Vlpos	Valor do Imóvel posterior	R\$
Ab	Area Construida (benfeitorias)	m2
At	Area Terreno	m2
Fp	Fator Pavimentação	
Cf	Coefficiente Frente Irregular	
Vsc	Valor do m2 sem benfeitorias	/m2
Nf	Numero de Frentes	unitário
V	Valor da oferta	
Vh	Valor do m2 homogeneizado	/m2

Bibliografia

Castro, C Moura – “A Prática da Pesquisa”, Mc Graw-Hill, 1977;
 Dantas, Rubens A. – “Engenharia de Avaliações – Uma Introdução à Metodologia Científica”;
 Fiker, José – “Manual de Redação de Laudos”, Editora Pini Ltda, 9ª Edição, 2006;
 Richardson, H.W., “Economia Urbana”, Interciencia, 1978;
 Soler, Andrés Nobell, Manual de Avaliação Imobiliária, Editora Pini, 2000;
 Wonnacott, R. e Wonnacott, T., “Fundamentos de Estatística”, Livros Técnicos e Científicos Editora, 1985;
 IBAPE/SC – Apostila Curso de Engenharia de Avaliações, Prof. Dr. Norberto Hochheim, 2002;
 IBAPE/SC – Apostila Curso de Engenharia de Avaliações Imobiliárias, Sérgio Alberto Pires da Silva, 2006;
 IBAPE/SP – Norma para Avaliação de Imóveis Urbanos, São Paulo, SP, 1995;
 Secretaria do Patrimônio da União, Manual de Avaliação Técnica de Imóveis da União, Brasília, SPU (Apostila), 1994;
 ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas NBR 5676/89
 NBR 14653

Anexos

Anexo I – Mapa com o raio da área considerada

Anexo II – Levantamento fotográfico das ofertas

Codigo de Inscrição Imobiliária (Cod Insc.) 3845

Codigo de Inscrição Imobiliária (Cod Insc.) 4327

Codigo de Inscrição Imobiliária (Cod Insc.) 2963

Codigo de Inscrição Imobiliária (Cod Insc.) 682

Codigo de Inscrição Imobiliária (Cod Insc.) 1954

Codigo de Inscrição Imobiliária (Cod Insc.) 7906

Codigo de Inscrição Imobiliária (Cod Insc.) 1989

Codigo de Inscrição Imobiliária (Cod Insc.) 4750

Codigo de Inscrição Imobiliária (Cod Insc.) 1992

Codigo de Inscrição Imobiliária (Cod Insc.) 8029

Codigo de Inscrição Imobiliária (Cod Insc.) 846

Codigo de Inscrição Imobiliária (Cod Insc.) 6016

Codigo de Inscrição Imobiliária (Cod Insc.) 4023

Codigo de Inscrição Imobiliária (Cod Insc.) 1350

Codigo de Inscrição Imobiliária (Cod Insc.) 956

Codigo de Inscrição Imobiliária (Cod Insc.) 10645

Codigo de Inscrição Imobiliária (Cod Insc.) 894

Codigo de Inscrição Imobiliária (Cod Insc.) 6118

Timbó

PREFEITURA

Aviso de Credenciamento Para Serviços de Fisioterapia N.º 40 2012

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE CREDENCIAMENTO N.º 40/2012 - FMS

OBJETO: Credenciamento para contratação de serviços, sob demanda, de procedimentos de fisioterapia conforme tabela unificada de procedimentos SUS do Ministério de Saúde a serem realizados na sede do prestador do serviço com fornecimento de todos os equipamentos necessários. ENTREGA DO ENVELOPE: contendo os documentos de Habilitação e o termo de aceitação dos preços poderá ser feita durante o período de vigência do credenciamento que é de 07/11/2012 a 07/11/2013. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Departamento de Licitações localizado na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes.

Timbo (SC), 07/11/2012.

THOMAZ H. N. CAMPREGHER

Diretor de Administração

Aviso Pregão Presencial N.º 136 2012 - Aquisição de Cadernos

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 000136/2012

OBJETO: Aquisição de cadernos escolares para a distribuição aos alunos da Rede Municipal de Ensino. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 08h30min do dia 21 de novembro de 2012. ABERTURA: dia 21 de novembro de 2012 as 08h40min. Os interessados poderão



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Departamento de Licitações localizado na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes.

Timbo (SC), 26/10/2012.
THOMAZ H. N. CAMPREGHER
Diretor de Administração

Aviso Pregão Presencial N.º 137 2012 - Transporte de Passageiros

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 137/2012

OBJETO: Contratação de empresa para serviço de transporte de passageiros residentes no Município de Timbó para roteiros no Estado de Santa Catarina ou demais estados. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 08h30min do dia 23 de novembro de 2012. ABER-TURA: dia 23 de novembro de 2012 as 08h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Departamento de Licitações localizado na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes.

Timbo (SC), 29/10/2012.
THOMAZ H. N. CAMPREGHER
Diretor de Administração

Aviso Pregão Presencial N.º 03 2012 Funrebompom - Aquisição de Equipamentos de Informática e Filmadora

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 03/2012

OBJETO: Aquisição de equipamentos de informática e filmadora necessários para a Subagência de Inteligência para atuar na prevenção na área de segurança pública. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 20 de novembro de 2012. ABERTURA: dia 20 de novembro de 2012 as 09h05min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Departamento de Licitações localizado na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes.

Timbo (SC), 01/11/2012.
THOMAZ H. N. CAMPREGHER
Diretor de Administração

Republicação Extrato Ata de Registro de Preço N.º 23 2012

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
Pregão Presencial n.º 23 2012
ÓRGÃO GESTOR: Prefeitura Municipal de Timbó

OBJETO: Prestação de serviço com caminhão (cavalinho) trcado para reboque de transporte de máquina pesada adaptável à prancha da Secretaria de Obras, incluindo combustível, motorista especializado e habilitado e demais equipamentos obrigatórios para atender a Secretaria de Obras e de Desenvolvimento.
EMPRESA FORNECEDORA: Renato Schumann EPP.
VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 62.500,00 (sessenta e dois mil e quinhentos reais).
VALIDADE DA ATA: 27/02/2013

ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

Timbó, 27/02/2012
THOMAZ H. N. CAMPREGHER
Diretor de Administração

Republicação Extrato da Ata de Registro de Preço N.º 100 2012

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 100/2012

ÓRGÃO GESTOR: Prefeitura Municipal de Timbó

OBJETO: Registro de preços para contratação de espaços públicos em rádio AM e FM para divulgação das ações da Prefeitura de Timbó para a população
EMPRESA FORNECEDORA: Rádio Timbó Ltda. e Rádio Cultura de Timbó Ltda.
VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 106.200,00 (cento e seis mil e duzentos reais).
MODALIDADE: Pregão Presencial
VALIDADE DA ATA: 31/12/2012
ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Secretaria de Administração e Fazenda.

Timbó, 07/08/2012
DANIEL AGOSTINI NETO
Secretário de Administração e Fazenda

Republicação Extrato da Ata de Registro de Preço N.º 113 2012

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 113/2012

ÓRGÃO GESTOR: Prefeitura Municipal de Timbó

OBJETO: Registro de preço para contratação de serviços de mão de obra profissional para manutenção hidráulica e elétrica objetivando atender as unidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social
EMPRESAS FORNECEDORAS: Fabrício Anderson Zickuhr MEI
VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 10.000,00 (dez mil reais)
MODALIDADE: Pregão Presencial
VALIDADE DA ATA: 31/12/2012
ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Secretaria de Saúde e Assistência Social

Timbó, 24/08/2012
THOMAS H.N. CAMPREGHER
Diretor de Administração

Republicação Extrato da Ata de Registro de Preço N.º 13 2012

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 13/2012

ÓRGÃO GESTOR: Prefeitura Municipal de Timbó

OBJETO: Contratação de serviços de retroescavadeira traçada com disposição de operador para serviços diversos destinados à Secretaria de Obras durante o período anual de 2012.
EMPRESA FORNECEDORA: Terrabase Terraplanagem e Transportes Ltda ME.
VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).
VALIDADE DA ATA: 20/02/2013.
ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Secretaria de Obras da Prefeitura de

Timbó

Timbó, 20/02/2012
LAERCIO SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Republicação Extrato da Ata de Registro de Preço N.º 15 2012

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 15/2012

ÓRGÃO GESTOR: Prefeitura Municipal de Timbó

OBJETO: Contratação de empresa especializada para confecção e instalação de placas de lona com impressão digital.
EMPRESA FORNECEDORA: SPR Placas e Painéis.
VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 13.450,00 (Treze mil quatrocentos e cinquenta reais).
VALIDADE DA ATA: 17/02/2013
ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Assessoria Institucional de Comunicação Social

Timbó, 17/02/2012
THOMAZ H.N. CAMPREGHER
Diretor de Administração

Republicação Extrato da Ata de Registro de Preço N.º 20 2012

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
Pregão Presencial n.º 20/2012
ÓRGÃO GESTOR: Prefeitura Municipal de Timbó

OBJETO: Contratação de serviços de mão de obra profissional para realização de manutenção predial, preventiva e corretiva, para todos os edifícios da Administração Direta, com fornecimento de todas as ferramentas necessárias à completa execução do serviço.
EMPRESAS FORNECEDORAS: Servtim Comércio de Materiais de Construção e Serviços Elétricos Ltda e Victor Irineu Klug ME.
VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 140.900,00 (cento e quarenta mil e novecentos reais).
VALIDADE DA ATA: 24/02/2013.
ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Secretaria de Obras, Educação e Desenvolvimento.

Timbó, 28/02/2012
THOMAZ H. N. CAMPREGHER
Diretor de Administração

Republicação Extrato da Ata de Registro de Preço N.º 20 2012 FMS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
Pregão Presencial n.º 20/2012
ÓRGÃO GESTOR: Prefeitura Municipal de Timbó

OBJETO: Aquisição de Suplementos Nutricionais para distribuição gratuita aos pacientes usuários da Secretaria de Saúde
EMPRESA FORNECEDORA: Extra Distribuidora de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda EPP.
VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 15.750,60 (Quinze mil, setecentos e cinquenta reais e sessenta centavos).
MODALIDADE: Pregão
VALIDADE DA ATA: 06 (seis) meses.
ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Secretaria da Saúde

Timbó, 08/05/2012
LAERCIO SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Republicação Extrato da Ata de Registro de Preço N.º 22 2012

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
Pregão Presencial n.º 22/2012
ÓRGÃO GESTOR: Secretaria de Saúde e Assistência Social

OBJETO: Aquisição de Medicamentos
EMPRESAS FORNECEDORAS: Ciamed-Distribuidora de Medicamentos; Centermedi; Prati Donaduzzi Ltda; Coml. Cirúrgica Rio Clarense Ltda; Dimaci MG; Altermed; Dimaster; Andrômeda; Cristália e Sulmedic.
VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 334.356,85 (trezentos e trinta e quatro mil, trezentos e cinquenta e seis reais e oitenta e cinco centavos).
MODALIDADE: Pregão Presencial
VALIDADE DA ATA: 01 (um) ano
ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Secretaria de Saúde

Timbó, 28/05/2012
THOMAZ H.N. CAMPREGHER
Diretor de Administração

Republicação Extrato da Ata de Registro de Preço N.º 32 2012

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 32/2012

ÓRGÃO GESTOR: Prefeitura Municipal de Timbó

OBJETO: Registro de preço para aquisição de unidades de alimentação (coffee break) parte integrante da aplicação dos recursos inerentes ao programa de educação permanente em saúde (EPS).
EMPRESAS FORNECEDORAS: Fabiana Mara Morh Stein ME
VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 13.612,00 (treze mil seiscentos e doze reais).
MODALIDADE: Pregão Presencial
VALIDADE DA ATA: 31/12/2012
ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Secretaria de Saúde e Administração

Timbó, 28/08/2012
THOMAS H.N. CAMPREGHER
Diretor de Administração

Republicação Extrato da Ata de Registro de Preço N.º 51 2012

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
Pregão Presencial n.º 51/2012
ÓRGÃO GESTOR: Prefeitura Municipal de Timbó

OBJETO: Contratação de empresa prestadora de serviços para publicação de anúncios institucionais, informativos da Prefeitura de Timbó e demais publicações de interesse do executivo, em jornal semanal do Município de Timbó.
EMPRESA FORNECEDORA: Editora Jornal A Cidade Ltda ME
VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 50.400,00 (cinquenta mil e quatrocentos reais)
MODALIDADE: Pregão Presencial
VALIDADE DA ATA: até 31/12/2012
ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Prefeitura Municipal de Timbó

Timbó, 07/05/2012
LAERCIO SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Republicação Extrato da Ata de Registro de Preço N.º 54 2012

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Pregão Presencial n.º 54/2012

ÓRGÃO GESTOR: Prefeitura Municipal de Timbó

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de conserto, vulcanizo, balanceamento e geometria, montagem/desmontagem de pneus e socorro no Município de Timbó para veículos de passeio, caminhão e máquinas das Secretarias de Obras e Desenvolvimento Econômico.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Paul Nuber & Filhos Ltda e Vinicius Schirmer ME.

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 247.999,90 (duzentos e quarenta e sete mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial.

VALIDADE DA ATA: 23/05/2013.

ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Timbó, 23/05/2012

LAERCIO SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

Republicação Extrato da Ata de Registro de Preço N.º 93 2012

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 93/2012

ÓRGÃO GESTOR: Prefeitura Municipal de Timbó

OBJETO: Registro de preço para aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, necessários ao cumprimento do cardápio da Rede Municipal de Ensino para o 2º semestre de 2012.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Nutrimental S/A, TAF Distribuidora, Superlight Alimentos, Distribuidora Nova Esperança, Super Ideal Comércio Varejista e Coml. Abelam.

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 68.209,32 (sessenta e oito mil duzentos e nove reais e trinta e dois centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 31/12/2012

ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Secretaria de Educação

Timbó, 07/08/2012

THOMAS H.N. CAMPREGHER

Diretor de Administração

Republicação Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 102 2012

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 102/2012

ÓRGÃO GESTOR: Prefeitura Municipal de Timbó

OBJETO: Registro de preços para aquisição de pneus de diversas bitolas destinados as secretarias de Obras e Desenvolvimento Econômico.

EMPRESA FORNECEDORA: Gerardo Bastos Pneus Peças Ltda, Distrib. Veicular Ltda e J.K Pneus Ltda.

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 45.644,00 (quarenta e cinco mil seiscentos e quarenta e quatro reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 31/12/2012

ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Secretaria de Obras e Desenvolvimento Econômico

Timbó, 09/08/2012

DANIEL AGOSTINI NETO

Secretário de Administração e Fazenda

Republicação Extrato da Ata de Registro de Preços N.º 12 2012

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL n.º 12/2012

ÓRGÃO GESTOR: Prefeitura Municipal de Timbó

OBJETO: Registro de preços para publicação leis, atos administrativos e demais divulgações de interesse do executivo.

EMPRESA FORNECEDORA: Editora Jornal do Médio Vale Ltda.

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 129.480,00 (cento e vinte e nove mil, quatrocentos e oitenta reais).

VALIDADE DA ATA: 31/12/2012

ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Prefeitura de Timbó

Timbó, 13/02/2012

THOMAZ H.N. CAMPREGHER

Diretor de Administração

Republicação Extrato da Ata de Registro de Preços Nº. 99 2012

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 99/2012

ÓRGÃO GESTOR: Prefeitura Municipal de Timbó

OBJETO: Registro de preços para serviços de impressões de cópias e plotagens de projetos públicos, destinados à secretaria de planejamento, trânsito e meio ambiente.

EMPRESA FORNECEDORA: Sevega Cópias e Plotagens Ltda ME.

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 31/12/2012

ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente.

Timbó, 07/08/2012

THOMAS H.N. CAMPREGHER

Diretor de Administração

Republicação Extrato da Ata Registro de Preços Nº. 09 2012

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 09/2012

ÓRGÃO GESTOR: Fundo Municipal de Trânsito de Timbó.

OBJETO: registro de preço objetivando a contratação de empresa para prestação de serviços de guinchos hidráulicos, incluindo combustível, motorista especializado e habilitado e demais equipamentos obrigatórios para atender às necessidades do Fundo Municipal de Trânsito.

EMPRESA FORNECEDORA: Renato Schumann EPP

VALOR TOTAL: R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial.

VALIDADE DA ATA: 12 meses

Timbó, 07/08/2012

DANIEL AGOSTINI NETO

Secretário Municipal da Fazenda e Administração

Tunápolis

PREFEITURA

Processo de Licitação Nº 90/2012 Merenda Escolar

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 90/2012
Edital de Pregão Presencial nº 66/2012

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios a serem utilizados para merenda escolar dos alunos da Educação Básica. Entrega das propostas até às 9h do dia 19 de Novembro de 2012. Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

ENOI SCHERER
Prefeito Municipal

Processo de Licitação Nº 91/2012 Decoração Natalina

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 91/2012
Edital de Pregão Presencial nº 67/2012

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, tem por objeto a contratação de mão de obra(elétrica) e aquisição de diversos materiais decorativos que serão utilizados na decoração natalina deste Município. Entrega das propostas até às 14h do dia 19 de Novembro de 2012. Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

ENOI SCHERER
Prefeito Municipal

Turvo

PREFEITURA

Audiencia Loa 2013

CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Administração Municipal de Turvo, convida a todos os seus habitantes, para participarem da Audiência Pública, que ocorrerá no dia 09 de novembro de 2012 (sexta-feira), às 08:00 horas, na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Turvo, para apresentação e apreciação da proposta orçamentária para o exercício de 2013.

Vargeão

PREFEITURA

Extrato de Edital de Pregão Presencial Nº 0035/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO
EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0035/2012

O Município de Vargeão, torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520/2002, Lei n.º 8.666/93 e o Decreto Municipal n.º 048/2005, de 06 de setembro de 2005, realizará no dia 20 de novembro de 2012 às 09h, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item e tem por objeto a aquisição de mobiliário e brinquedos para a área de lazer externa para a Escola de Educação Infantil (Proinfância Tipo C) do Município de Vargeão, SC; através de fornecedor selecionado em certame licitatório de Edital de Pregão Presencial nº 0035/2012. Outras informações sobre a presente licitação serão prestadas pelo Pregoeiro, através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br, fone fax (49) 3434-0148.

Vargeão, SC, 05 de novembro de 2012.
AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

Decreto 10.229/12

DECRETO Nº 10.229/12, DE 31 de Outubro de 2012.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.679/11 de 14 de dezembro de 2011.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no orçamento do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Videira, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais):

21 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA - INPREVID
01 - Instituto de Previdência de Videira - Inprevid
2.078 - MANUTENÇÃO DO INPREVID
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0200 - Aplicações Diretas
400.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 400.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro do exercício de 2.012.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 31 de outubro de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 31 dias do mês de outubro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Pregão Presencial N. 18/2012 - FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2012 - FMAS

O Prefeito Municipal torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 18/2012 - FMAS. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA SEREM UTILIZADOS NO CRAS, GRUPOS DE CONVIVÊNCIA E CREAS DO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 21 de Novembro de 2012, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 14:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 12:30 às 18:30. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012/3566-9032.

Videira/SC, 01 de Novembro de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Vitor Meireles

PREFEITURA

Portaria Nº 187/2012

P O R T A R I A Nº. 187/2012

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

CONCEDER:
de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº. 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: JOSÉ WATRAS SOBRINHO
Cargo: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Saúde, 30 (trinta) dias de férias, pelo período de 05/11/2012 a 04/12/2012, referentes ao período aquisitivo de 03/11/2011 a 02/11/2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 01 de Novembro de 2012.
IVANOR BOING
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº. 055/11.

Consórcios

ARIS

Edital de Convocação do Conselho de Regulação Nº 10/2012

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 10/2012

O Presidente do Conselho de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), Sr. Afonso Veiga Filho, no uso de suas atribuições legais,

Convoca:

Os senhores Conselheiros do Conselho de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) para a reunião ordinária, com fundamento no artigo 38, § 3º do Decreto/ARIS n. 008/2011, a ser realizada no dia 22 de novembro de 2012, na cidade de Florianópolis, com a seguinte ordem do dia:

Data: 22 de novembro de 2012

Horário: Início às 09h

Local: Sede da ARIS (Rua Santos Saraiva, n. 1.546, Estreito, Florianópolis/SC)

Ordem do dia:

- 1) Leitura e aprovação da ata da última reunião realizada;
- 2) Relatório de ouvidoria;
- 3) Cronograma de fiscalizações para 2013
- 4) Julgamento do Processo Administrativo n.043/2012, tendo como interessado a SANEPAR, referente ao aumento das tarifas públicas de abastecimento de água e esgotamento sanitário sem prévia autorização da ARIS.
- 5) Apresentação do estudo de análise econômica da CASAN.
- 6) Assuntos Gerais.

Florianópolis, 31 de outubro de 2012.

AFONSO VEIGA FILHO

Presidente do Conselho de Regulação da ARIS

CIS/AMFRI

Extrato de Contrato Nº. 02/2012

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ - CIS-AMFRI.

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 02/2012

Objeto: O objetivo do presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de advocacia, assessorando e orientando o Consórcio, conforme Lei Federal 11.107/05 e Decreto Federal 6.017/07, bem como execução de pareceres, contratações, processos licitatórios, vistos, e demais ações jurídicas que por ventura vierem a demandar, dentro dos limites estabelecidos pela Constituição Federal, Lei 8.666/93 e demais disposições pertinentes à matéria, bem como a Lei 8.906/94.

Fundamento Legal: Artigo 24, inciso II e Parágrafo Único da Lei 8.666/93.

Valor Global: R\$ 7.200,00 (Sete Mil e Duzentos Reais).

Contratado: Cirino Adolfo Cabral Neto - OAB/SC 25.073.

Vigência: 01/11/2012, e findando em 01/05/2013.

Itajaí/SC, 1º de Novembro de 2012.

Célio José Bernardino - Diretor Administrativo CIS-AMFRI

CIS/AMURES

Ata Nº 01/2012

Ata nº 01/2012 - Conselho Fiscal

Aos oito dias do mês de Fevereiro de dois mil e doze, estiveram reunidos nas dependências da prefeitura de Urupema, o Conselho Fiscal do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS/AMURES. Os componentes do Conselho Fiscal são: os prefeitos de Rio Rufino, Sr. Ademar de Bona Sartor ; de São José do Cerrito, Sr. Everaldo Ransoni e de Campo Belo do Sul, Sr. Firmino Aderbal Chaves Branco. Inicialmente estavam na reunião do Conselho fiscal, a Coordenadora Executiva, Nalú, a Presidente do CIS/AMURES, Sra. Marta Regina Góss, o Prefeito de Bom Retiro, Sr. Antônio Melo, o prefeito de Rio Rufino, Sr. Ademar de Bona Sartor , o prefeito de Anita Garibaldi, Sr. Roberto Marim e o prefeito de Urupema, Sr. Amarildo Gaio. A coordenadora Nalú cumprimentou aos presentes e iniciou a prestação de contas de 2011(dois mil e onze). Neste momento foi interrompida a reunião, com a chegada dos demais prefeitos que participariam da Assembléia Ordinária as 16:00 h (dezesseis) no mesmo município. A Nalú cumprimentou os prefeitos que estavam chegando e convidou-os a participar das discussões. Em 2011(dois mil e onze) o CIS/AMURES teve uma receita real de R\$ 2.736.888,30 (dois milhões, setecentos e trinta e seis mil, oitocentos e oitenta e oito reais e trinta centavos) e como despesas pagas R\$ 2.723.864,88 (dois milhões, setecentos e vinte e três mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e oitenta e oito centavos). Foi detalhado as despesas em planilhas do Excel e distribuído a fim de que os prefeitos acompanhassem as informações. Foi colocado em votação e aprovado por unanimidade pelos prefeitos presentes. Em seguida foi informado a respeito dos exames custeados pelo Sistema Único de Saúde - SUS, e controlados e autorizados através do CIS/AMURES. São eles: Anatomopatológicos, Raio X, Mamografia, Exames laboratoriais, Fisioterapias e Tomografias. Tendo uma cota financeira prevista de R\$ 738.893,04 (setecentos e trinta e oito mil, oitocentos e noventa e três reais e quatro centavos) e gastou apenas R\$ 391.585,93 (trezentos e noventa e um mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e noventa e três centavos) sobrando portanto nos cofres de Lages, um total de R\$ 369.833,59 (trezentos e sessenta e nove mil, oitocentos e trinta e três reais e cinquenta e nove centavos). Isto posto, porque Lages é referência e recebe os recursos do SUS, pra custear os exames disponíveis pelo SUS e Lages, para os municípios que referenciam Lages. Apresentou também os recursos financeiros recebidos através do Boletim de Produção Ambulatorial - BPA/SUS, referente a Serviços prestados e que os recursos financeiros vem para Lages por ser município de referência na região. Para cobrar os referidos recursos financeiros, é necessário fazer uma programação com a anuência da Secretaria de Lages, com o gestor, porém, esta programação somente foi feito em 2006 (dois mil e seis), quando o CIS/AMURES foi reconhecido pelo ministério da Saúde e pela Secretaria de Estado da Saúde. Após a mencionada data foi tentado refazer várias vezes, mas não houve consenso entre o secretário de Lages e dos demais municípios que compõem o CIS/Amures e/ ou que referenciam Lages. Assim sendo, a produção dos municípios é muito maior e diversificada, porém quando apresentado, as quantidades programadas não fecham mais com o apresentado, devido a evolução dos serviços do CIS/AMURES. Por esta razão, todos os meses os municípios estão deixando de receber recursos que lhes é de direito. Segundo a pactuação os municípios juntos deveriam ter recebido através do CIS/AMURES, um total de R\$ 915.636,38 (novecentos e quinze mil, seiscentos e trinta e seis reais e trinta e oito centavos) e recebeu R\$ 339.703,79 (trezentos e trinta e nove mil, setecentos e três reais e setenta e nove centavos)deixando de receber portanto R\$ 575.932,59 (quinhentos e setenta e cinco mil, novecentos e trinta e dois reais e setenta e nove centavos). O prefeito de Bom Retiro Sr. Antonio

Melo, pediu a palavra e falou que isto vem acontecendo ao longo dos anos e perguntou à Nalú se havia sido pago os valores de R\$ 500.000,00(quinhetos mil reais) que Lages devia para os municípios. A Nalú respondeu que Lages pagou apenas R\$ 208.000,00 (duzentos e oito mil reais) parte em Dezembro de 2010 e parte em Janeiro de 2011. Que havia sido acordado entre o prefeito de Lages e o presidente do CIS/AMURES, na ocasião da negociação, em Dezembro de 2010. Comprometeu-se ainda em continuar a negociação no início do ano seguinte, em 2011, porém não aconteceu. Falou ainda que na última reunião do ano, quando a mesma esteve impossibilitada de participar, o prefeito de Lages, falou que gostaria de fazer uma auditoria no CIS/AMURES, tendo em vista, que foi apresentado uma dívida de R\$ 500.000,00(quinhetos mil reais) à ele e que o mesmo pagou apenas R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e não lhe cobraram o restante. A prefeita Marta confirmou a fala da Nalú. A coordenadora enfatizou que a dívida existe e a mesma tem a guarda das provas. Após muita discussão foi resolvido que a coordenadora Nalú, deverá agendar uma reunião com o atual Secretário de Saúde de Lages, Sr. Paulo Alberto Duarte, a presidente Marta e o Prefeito Antônio Melo deverão acompanhá-la a fim de negociarem com o Secretário de Lages o pagamento dos referidos valores. A Nalú comprometeu-se em fazê-lo. Foi aprovada a prestação de contas com ressalva. Foi informado aos prefeitos que foi criado através da FECAM o Colegiado de Consórcios Públicos e que a Nalú foi eleita vice-presidente do referido colegiado. A Sra. Beatriz Montemezzo, gerente Regional de Saúde, esteve na reunião e solicitou espaço para repassar algumas informações a respeito de treinamentos que a Região oferecerá no próximo Mês de Março. Devido ao adiantado da hora e como haveria uma Assembléia Ordinária à seguir, foi encerrada a reunião e definido que como a maioria dos prefeitos estavam presentes, as informações e discussões acontecidas, não haveria necessidade em apresentá-las novamente e seriam apenas validadas durante a assembléia que iniciar-se em seguida em outro local. Estiveram presentes:

VÂNIO FOSTER Prefeito de Correia Pinto	LUIZ PAULO FARIAS Prefeito de Ponte Alta
RENATO NUNES DE OLIVEIRA Prefeito de Lages	JOSÉ ANTÔNIO DE MELO Prefeito de Bom Retiro
ANTÔNIO COELHO LOPES JÚNIOR Prefeito de Capão Alto	MARLENE KAISER Prefeita de São Joaquim
OSNI FRANCISCO DE SOUZA Prefeito de Palmeira	ROBERTO MARIN Prefeito de Anita Garibaldi
AMARILDO LUIZ GAIO Prefeito de Urupema	MARTA REGINA GÓSS Prefeita de Bocaina do Sul
EVERALDO JOSÉ RANSONI Prefeito de São José do Cerrito	ADEMAR DE BONA SARTOR Prefeito de Rio Rufino
JOSÉ BELIZÁRIO B. ANDRADE Prefeito de Painel	DENÍLSON PADILHA Prefeito de Otacílio Costa
ILTON LUIZ MACHADO Prefeito de Bom Jardim da Serra	NALÚ TEREZINHA JÚLIO Coordenadora CIS/AMURES

Ata Nº 02/2012

Ata de Assembléia dos Prefeitos nº 02/2012

Aos oito dias do mês de Fevereiro de 2012, no município de Urupema, a partir das 16:00h., no clube 03 de Maio , em assembléia, os prefeitos dos municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Micro Região da Amures -CIS/AMURES. No mesmo encontro foi tratado de assuntos da Amures e do CISAMA. A Secretária E-xecutiva da Amures, Srª. Iraci cumprimentou aos

presentes e chamou para compor a mesa o presidente da Amures, prefeito de Urupema, Sr. Amarildo Gaio, a Presidente do CIS/AMURES, Prefeita de Bocaina do Sul, Sr^a Marta Regina Góss, o presidente do CISAMA, Sr. Roberto Marin, a Secretária de Desenvolvimento Regional de São Joaquim Sr^a. Solange Scorteganha, o prefeito de Capão Alto, Presidente da ARIS Sr. Antônio Coelho Bota, e a Gerente Regional de Saúde Sra. Beatriz Montezzo. O Presidente da Amures, Sr. Amarildo, cumprimentou aos presentes, agradeceu à todos e devolveu a palavra à Secretária Executiva, Sra. Iraci a fim de que a mesma conduzisse a pauta da reunião. Inicialmente chamou o Secretário Executivo do CISAMA afim de que repassasse as informações necessárias aos prefeitos dos municípios consorciados, assim o fez o Sr. Selênio. Em seguida o prefeito Bota, falou sobre os trabalhos do ARIS e a-presentou o seu coordenador. Finalmente então foi passada a palavra para a Nalú, Coor-denadora Executiva do CIS/AMURES. A Nalú iniciou dizendo que devido ao adiantado da hora havia sido informada pelo presidente da Amures, Sr. Amarildo Gaio que ela teria apenas 05 (cinco) minutos para falar. A mesma fez uma proposta aos prefeitos de apenas ratificar as discussões da reunião com o Conselho fiscal do CIS/AMURES, que havia acontecido uma hora antes da assembléia. Explicou que a reunião do Conselho fiscal havia começado apenas com os conselheiros, porém, os demais prefeitos foram chegando e participaram também. Na referida reunião foi apresentada a prestação de contas de Outubro, Novembro e Dezembro/11 e os recursos recebidos do SUS, através do CIS/AMURES, que são os recursos que compõem a reserva de caixa. Assim sendo a Nalú perguntou aos prefeitos se poderia considerar ratificadas as decisões da reunião anterior? Foi aprovada por unanimidade pelos prefeitos. Disse então que faltava apenas 3 situações para resolver: Informou-os que necessitava de deliberação para abrir edital de credenciamento nº 001/2012. Em seguida passou-se para o seguinte assunto: discussão a respeito da determinação do Ministério Público sobre a implantação do Serviço de Verificação de Óbitos - SVO. A Nalú informou aos prefeitos quanto a proposta de utilizar recursos de vigilância epidemiológica como contra partida dos municípios. Foi consultado o diretor de Vigilância Epidemiológica da Secretaria de Estado da Saúde, Sr. Luiz Antônio Silva e o mesmo disse que não pode utilizar os referidos serviços. A Nalú, falou que segundo as normas de Vigilância em Saúde os referidos recursos podem ser utilizados em estratégias de prevenção e na estrutura de serviços. Contatou os técnicos da Regional de Saúde, argumentou a respeito e os mesmos concordaram, porém os técnicos do SUS estão irredutíveis. Contatou um técnico do Ministério da Saúde e o mesmo ficou na duvida após os argumentos que a Nalú colocou, ficaram de discutir e enviar um parecer escrito, mas até a presente data a coordenadora ainda não recebeu o mencionado parecer. Falou que se utilizados os recursos da Vigilância Epidemiológica, os municípios correm o risco de ter que devolver os recursos aplicados no SVO, futuramente. Então a Nalú perguntou aos senhores prefeitos qual seria a deliberação dos prefeitos. O Prefeito de Lages, Sr. Renato Nunes de Oliveira, pediu a palavra e falou que o risco de não implantar o SVO, resultará em muitas financeiras mais significativas, do que se utilizar os referidos recursos e o Tribunal de Contas determine a devolução. A Nalú informou, a Comarca de Lages, brevemente agilizará as demais comarcas da região a fim de que também determinem ou cobrem dos demais municípios a compra do referido serviço. Foi apresentada tabela, novamente a fim de que todos os prefeitos relembassem qual seria o valor de investimento de seus respectivos municípios. O estado repassará R\$ 11.000,00 (onze mil reais) os municípios terão que ratear os 18.000,00 (dezoito mil reais) como contrapartida, falou ainda que o serviço será terceirizado e que poderá atender mais que os 25 municípios que compõe o CIS/AMURES, logo reduzirá ainda mais as respectivas contrapartidas. O prefeito da Urupema, Sr. Amarildo Gaio, sugeriu que a Nalú juntamente com a assessora jurídica da Amures, estudem o assunto. As duas comprometeram-se em fazê-lo. Caso o parecer jurídico seja favorável aos prefeitos. Os mesmos decidiram, por

unanimidade que considerar-se-á aprovada proposta de implantação do SVO. A prefeita Marta, solicitou à Nalú que explique como funcionará. Quem será responsável, pelo referido serviço uma vez implantado. A Nalú informou que será coordenado pelo CIS/AMURES, com o apoio técnico da Regional de Saúde e da vigilância epidemiológica do município de Lages. Encerrado o assunto, passou-se para o ultimo assunto da pauta que foi recondução da prefeita Marta, para presidência do CIS/AMURES. Neste momento a Sra. Marta Regina Góss, deslocou-se até a mesa para assinar o termo de passe e assim o fez, sendo aplaudida pelos colegas prefeitos e neste momento foi encerrada a reunião. O prefeito de Urupema Sr. Amarildo Gaio convidou os presentes para assistirem a apresentação do coral da cidade, Camerata e do grupo mirim de dança gaúcha e comunicou que encerrada a apresentação artística, todos estavam convidados ao jantar que o município estava oferecendo. Estiveram presentes:

VÂNIO FOSTER Prefeito de Correia Pinto	LUIZ PAULO FARIAS Prefeito de Ponte Alta
RENATO NUNES DE OLIVEIRA Prefeito de Lages	JOSÉ ANTÔNIO DE MELO Prefeito de Bom Retiro
ANTÔNIO COELHO LOPES JÚNIOR Prefeito de Capão Alto	MARLENE KAISER Prefeito de São Joaquim
LUIZ CARLOS DE ARRUDA Vice-Prefeito de Urupema	OSNI FRANCISCO DE SOUZA Prefeito de Palmeira
ROBERTO MARIN Prefeito de Anita Garibaldi	MARTA REGINA GÓSS Prefeita de Bocaina do Sul
EVERALDO JOSÉ RANSONI Prefeito de São José do Cerrito	ADEMAR DE BONA SARTOR Prefeito de Rio Rufino
JOSÉ BELIZÁRIO B. ANDRADE Prefeito de Paineira	DENILSON PADILHA Prefeito de Otacílio Costa
NALÚ TEREZINHA JÚLIO Coordenadora CIS/AMURES	

Ata Nº 03/2012

Ata nº 03/2012 - Secretários de Saúde

Aos dez dias do mês de Fevereiro de 2012, estiveram reunidos nas dependências da Amures, a partir das 14:00 h. (quatorze horas), o Conselho de Secretários Municipais de Saúde do CIS/AMURES, juntamente com a Presidência e a Coordenação do mesmo. A Coordenadora Nalú, cumprimentou aos presentes, justificou a prefeita Marta Regina Góss, presidente do CIS/AMURES, perguntou a Secretária Denizete, se a mesma gostaria de falar? A secretária agradeceu dizendo que a Coordenadora, desse seguimento a reunião. Neste momento, adentrou a sala, o Sr. Sílvio Dagoberto Orsatto, Juiz da Vara da Fazenda Pública de Lages, que solicitou espaço na reunião. A Nalú apresentou o Sr. Sílvio e passou a palavra à ele, a fim de que informasse os presentes à que veio. O mesmo cumprimentou à todos e falou sobre dar andamento aos trabalhos já iniciados em 2007/2008, no sentido de evitar ações judiciais para aquisição de medicamentos, evitando gastos desnecessários e que poucos cidadãos sejam atendidos em detrimento de outros. Falou que trocou algumas idéias com a Nalú, que ambos sugerem a formação de uma equipe técnica, reunindo Estado e município para orientar os pacientes que necessitam de medicamentos especiais. Sugere também reeditar o protocolo de Regulamentação do referido atendimento. Ficou combinado agendar um horário e dia para discussão do referido assunto. Em seguida o Sr. Sílvio Orsatto, agradeceu o espaço, e retirou-se da reunião devido a outros compromissos. O seguinte assunto foi informações sobre as cirurgias de varizes e catarata. As primeiras já estão sendo realizadas

em Mutirão do SUS, no município de Santo Amaro da Imperatriz e foi organizado pela administração do CIS/AMURES. Obteve sucesso e foi utilizada a cota de 60 (sessenta) cirurgias cota esta sido destinada á região da Amures. Porém, a Nalú informou-os que poderão solicitar mais cotas a Secretaria de Estado da Saúde - SES, através da 27ª Regional de Saúde e que aproveitasse a presença da Gerente, Beatriz Montemezzo para fazer a referida solicitação. Falou ainda, mesmo que a SES não forneça uma nova cota do mutirão do SUS, os médicos responsáveis pelas referidas cirurgias, bem como a administração do citado hospital, disponibilizam-se em fazê-las por AIH de rotina. Quanto cirurgias de catarata, já estão preparados, em torno de 100 pacientes dos municípios consorciados. Serão também através de mutirão do SUS, no entanto organizadas através do CIS/AMURES. Segundo a administração do Hospital Nossa Senhora dos Prazeres, bem como os médicos oftalmologistas, Alexandre Dallabrida e Ederson Schuweitzer, os mesmos pretendem iniciar as cirurgias de catarata, a partir do próximo dia 24 (vinte e quatro). O secretário de Celso Ramos, Sr. Alvir Roberto Schons, perguntou à Nalú a respeito de um caso que necessita de uma lente especial, que o SUS não fornece. A Nalú respondeu que o Sr. Alexandre Dallabrida, médico oftalmologista, estudou o caso e vai ser possível fazer com a lente que o SUS fornece. Em seguida a Nalú falou que a Presidente Marta havia recebido um ofício assinado pelo então presidente do Colegiado solicitando a ata da última reunião dos Secretários e dos Prefeitos devidamente assinada pelos presentes. A coordenadora informou-os, que havia sido enviada sem assinaturas, tendo em vista que a ata solicitada era da última reunião de 2011 e que naquele momento é que estava acontecendo a primeira reunião do corrente ano, que a primeira reunião dos prefeitos do corrente ano aconteceu no último dia 08 (oito), dois dias atrás. Aproveitou a oportunidade para passar a ata da última reunião com os secretários afim de que os mesmos assinassem a mesma, uma vez que já haviam lido em reunião do colegiado. A Nalú aproveitou a oportunidade e passou a ata da reunião de Dezembro dos prefeitos, já devidamente assinada pela maioria dos prefeitos, a fim de que os Secretários conferissem. Em seguida apresentou a prestação de contas de Outubro, Novembro e Dezembro de 2011, observando que o CIS/AMURES teve uma receita prevista de R\$ 2.476.554,75 (dois milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e setenta e cinco centavos) para uma receita real de R\$ 2.736.888,30 (dois milhões, setecentos e trinta e seis mil, oitocentos e oitenta e oito reais e trinta centavos). Pagou de despesas dentro do ano um valor de R\$ 2.723.864,88 (dois milhões, setecentos e vinte e três mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e oitenta e oito centavos), lembrando que apresentou superávit, porém muitos municípios não pagaram Novembro e Dezembro último. Falou ainda que alguns municípios ainda não haviam pago as contas de Novembro e Dezembro, conseqüentemente o CIS/AMURES também não pagou alguns prestadores. Apresentou também o controle de reserva de caixa, onde cada secretário teve oportunidade de verificar quanto gastou de reserva de caixa e quanto possui ainda. Apresentou dos Recursos do SUS que o Consórcio recebe de Lages, pelos municípios e que formam a reserva de caixa. Informou - os que deveriam ter recebido R\$ 915.636,38 (novecentos e quinze mil, seiscentos e trinta e seis reais e trinta e oito centavos), no entanto receberam apenas R\$ 339.703,79 (trezentos e trinta e nove mil, setecentos e três reais e setenta e nove centavos), sendo que os municípios deixaram de receber de Lages, o valor de R\$ 575.932,59 (quinhentos e setenta e cinco mil, novecentos e trinta e dois reais e cinquenta e nove centavos). Salientou que as glosas que conseqüentemente causam o não repasse para o CIS/AMURES e para os municípios, acontecem devido a não revisão da Ficha de Programação Orçamentária - FPO. Falou que em 2010 e novamente em 2011, foi elaborada uma nova proposta de FPO, e por falta de consenso entre o Secretário de Lages e os demais da Região não foi validada. A Nalú falou que a nova programação está pronta e que já reuniu-se com a Enfermeira Fernanda, Assessora da Secretaria de

Saúde Lages. A Fernanda estava presente e confirmou. Ficou combinado que a Fernanda e a Nalú reuniriam - se novamente para avaliar a proposta da FPO, o mais breve possível e apresentariam ao atual Secretário Municipal de Lages, Sr. Paulo Duarte. O seguinte assunto discutido foi a implantação do Serviço de Verificação de Óbitos SVO. Falou que informou ao prefeitos que a Secretaria de Estado de Saúde, diz que não é possível utilizar recursos financeiros de Vigilância Epidemiológica para pagamento dos Serviços de Verificação de Óbitos. Informou que fez contatos com técnicos do Ministério de Saúde e os mesmos concordaram com os argumentos que a mesma apresentou, no entanto, até a presente data não responderam oficialmente. Falou que o prefeito de Lages, em reunião dos prefeitos, argumentou se tiver que pagar a multa ao Ministério Público, fica mais caro do que devolver o dinheiro que for utilizado em rubrica não permitida. Falou também que os prefeitos decidiram solicitar um parecer à assessora jurídica da Amures, para anexar à ata da reunião do último dia 08 (oito) em Urupema. Conforme o parecer da referida assessora a Coordenadora Nalú, poderá iniciar os tramites para assinatura do Convênio com a Secretaria de Estado da Saúde, bem processo de contratação do SVO. A Coordenadora Nalú sugeriu aos secretários que verificassem disponibilidade de recursos financeiros da epidemiologia para pagamento de combustível, treinamentos, enfim despesas que estejam claramente previstas e remanejar recursos próprios para pagamento do S.V.O. Os secretários concordaram com a proposta. A coordenadora comprometeu-se em conversar com a Presidente Sra. Marta sobre o assunto e então informará os Secretários. Passou então para o seguinte assunto de Pauta, que seria a eleição da Presidência do Conselho de Secretaria Municipais de Saúde do CIS/AMURES. Foi reeleita por unanimidade a Sr.ª Denizete Monteiro de Lima Mota, Secretária de Saúde de São José do Cerrito. Em seguida reempossada. A Sra. Beatriz Montemezzo, Gerente Regional de Saúde, havia solicitado espaço na reunião e passou algumas informações: disse que estava preparando capacitações para os técnicos dos municípios em especial, quanto ao preenchimento de documentações e encaminhamentos de pacientes para Tratamento Fora Domicílio - TFD. Os Secretários manifestaram satisfação com a programação apresentada. A Nalú perguntou se já havia data prevista, a Sra. Beatriz informou que o primeiro será dia 23 (vinte e três) de março, próximo, assunto TFD. Serão chamados 02 (dois) técnicos de cada município. A Nalú solicitou ao menos uma vaga para o CIS/AMURES. A Sra. Beatriz prontamente liberou. Informou ainda que está estabelecendo uma nova forma no controle de medicamentos especiais. Informou ainda que a 27ª Regional de Saúde, estará em novo endereço a partir de Março, próximo, tendo em vista, que a Secretaria de Saúde está liberando recursos para reformas na sede própria, que está em péssimas condições. Colocou-se a disposição para fazer parte da elaboração de Protocolo de Regulação de medicamentos especiais que o Sr. Sílvio Orsatto, havia falado no início das reuniões. Para encerrar a Coordenadora Nalú falou que foi fundado no último dia 01 de Fevereiro, por iniciativa da Federação Catarinense de Municípios - Fecam, o Colegiado de Consórcios Públicos do Estado e que ela foi eleita vice-presidente do colegiado. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião. Estiveram presentes:

SALETE DE LIZ FERREIRA
Secretária de Saúde de Otacílio Costa

ARLITA TEREZINHA DE SOUZA PAGANI
Secretária de Saúde de Urupema

MARIA MARGARETE S. GORGES
Secretária de Saúde de Bom Retiro

DENIZETE MONTEIRO DE LIMA MOTA
Secretária de Saúde de São J. do Cerrito

DILMAR PEREIRA

Secretário de Saúde de Correia Pinto

ELIZABETE ANTUNES DE OLIVEIRA
Secretária de Saúde de Bom J.da Serra

MÁRCIO JOSÉ GAMBA COELHO
Secretário de Saúde de Bocaina do Sul

CLEUSA DE MORAIS OLIVEIRA
Secretária de Saúde de Ponte Alta

ALVADIR SCHONS
Secretário de Saúde de Celso Ramos

SIRLEI KLEY VARELA
Secretária de Saúde de Cerro Negro

MARTA REGINA GÓSS
Prefeita de Bocaina do Sul

NALÚ TEREZINHA JÚLIO
Coordenadora CIS/AMURES

Ata Nº 04/2012

ATA Nº 04/2012

Aos vinte cinco dias do mês de Abril de dois mil e doze estiveram reunidos em assem-bléia, no município de Anita Garibaldi, os prefeitos que compõem a Associação de Municípios da Região Serra - Amures, o Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS/Amures e Consórcio Intermunicipal de Saneamento e Meio Ambiente - CISAMA. A Assembléia aconteceu juntamente com a Assembléia da Amures e do CISAMA. A Coordenadora do CIS/AMURES, cumprimentou aos presentes e iniciou falando a respeito da implantação do Serviço de Verificação de Óbitos - SVO. Falou que conforme solicitado na assembléia de prefeitos, na reunião de Urupema, que a assessora jurídica da AMU-RES, Sra. Zenalda Zanim fizesse um estudo para mais informações, quanto a competência de implantação e manutenção do SVO e posteriormente repassasse o parecer jurídico aos representantes dos prefeitos, Presidente da Amures, Sr. Amarildo Gaio e a Presidente do CIS/Amures, Sra. Marta Goss. A Sra. Zenalda reuniu-se com a Coordenadora do CIS/Amures, Nalú Júlio e assim o fizeram. A Nalú solicitou a intervenção da Sra. Zenalda. A mesma informou-os que o SVO, está sendo orientado pela Portaria do Ministério da Saúde nº 1.405/2006, Lei Estadual nº 13.205/2004, regulamentada pelo Decreto nº 2.059/2009, que oferece a opção de instalação do SVO, prevendo a organização de serviços, que podem ser organizados ou comprados através dos Consórcios Intermunicipais de Saúde. Falou que a adesão é opcional. A Coordenadora Nalú, perguntou qual seria a definição dos Senhores Prefeitos? Se poderia ou não ser implantado o referido serviço para Lages e para os municípios interessados? O Prefeito Antônio Melo chamou a atenção dos colegas dizendo que tomassem cuidados, tendo em vista que ele entendia que o custeio do mencionado serviço seria competência do Estado. A Nalú explicou que o estado aplicará mensalmente R\$ 11.000,00 (Onze Mil Reais), e que serão necessários de R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais), portanto restaria R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) para rateio proporcional entre os municípios interessados em aderi-lo. O Presidente da Amures, sugeriu que o Sr. Antônio Melo pesquisasse ainda mais sobre o assunto e trouxesse parecer na próxima assembléia. A Coordenadora Nalú informou-os que segundo orientação do setor jurídico da Federação Catarinense de Municípios - FECAM, em reunião do colegiado de coordenadores dos Consórcios Públicos do Estado, quem utilizar serviços de profissionais das associações de municípios, no caso do CIS/Amures, os serviços de contabilidade a sra. Vânia Lima e a Rose, da contabilidade da Amures que fazem e recebem pro labore do

CIS/AMURES. A coordenadora Nalú enfatizou que são cargos de confiança. Deverá ser firmado convênio de Cooperação Técnica entre Amures e o CIS/AMURES. Enfatizou ainda que talvez seja a saída para contratação de serviço de Assessoria Jurídica, que já algum tempo foi orientado pelo Juiz da Vara da Fazenda, a fim cobrar do Estado os recursos financeiros que os municípios tem que aplicar em serviços de alta complexidade, bem fornecimento de medicamentos especiais e ou excepcionais. Assim solicitou autorização para providenciar o convênio. Foi autorizado por unanimidade celebração do referido convênio. Foi informado aos prefeitos que está sendo elaborado um termo de convênio entre o CIS/Amures e a secretaria Municipal de Saúde de Lages. Chama-se contratualização. O que significa que após a assinatura do mesmo, os recursos da produção de serviços dos municípios, os quais deveriam receber do SUS e que pela Programação da Pactuada Integrada - PPI, entre Lages e os municípios da região, que hoje são cobrados através do CIS/Amures. Ou seja o Consórcio apresenta produção para o SUS através da Secretaria Municipal de Saúde de Lages e esta por sua vez repassa para Consórcio os recursos financeiros. No entanto, toda mês há glosas muito significativas. Tendo em vista que para receber os referidos recursos são realizadas programações de acordo com a tabela do SUS, porém como a produção varia de um mês para o outro, os municípios acabam perdendo muito com este fator. Assim sendo com a contratualização Lages repassará o valor que por enquanto será de R\$ 67.000,00 (sessenta e sete mil reais) entre os dias 30 e 05 do mês subsequente. O Consórcio, leia-se municípios que deverão cumprir de 95% à 105% do programado. A ficha de Programação Orçamentária - FPO, já foi elaborada e será apresentada à Comissão Intergestores Regional, para aprovação no próximo dia 03 de maio. Para melhor esclarecer os recursos que mencionamos são aqueles que até a presente data estão constituindo o Fundo de reserva dos municípios no consórcio, após a assinatura da contratualização os municípios poderão optar se querem continuar com o fundo de reserva ou descontar já nas contas de cada mês e pegar dos recursos próprios dos municípios somente o que exceder à cota financeira do SUS. O Prefeito Luís Paulo Farias, perguntou como seria feito a divisão dos recursos financeiros? A Coordenadora respondeu que poderá ser proporcional a utilização do serviço ou cada um utilizar a sua cota prevista na programação Pactuada Integrada. Quem vai definir serão os prefeitos juntamente com seus respectivos secretários de saúde. Porém, será mais vantagem se for rateado proporcional a produção do mês em questão. Foi informado também, que está sendo reeditado o Protocolo de Regulação para Dispensação de Medicamentos Especiais, para evitar as ações judiciais para receber medicamentos dos municípios e do Estado. Trata-se de parceria entre a Vara da Fazenda Pública de Lages, o CIS/AMURES e os municípios consorciados. Que na verdade trata-se de organização de serviços. Trata-se de capacitar profissionais para que conheçam a padronização de medicamentos fornecidos pelos respectivos municípios a fim de bem atender os usuários do SUS e oferecendo atendimento Humanizado. A Coordenadora solicitou a liberação para realizar capacitação para as equipes de saúde dos municípios Consorciados, em especial os que desenvolvem funções nas farmácias básicas. O custo será de R\$ 37,00 (trinta e sete reais) por profissional, se alcançar um público de 200 participantes. Foi aprovada a pro-posta. Para finalizar a Nalú informou aos prefeitos que os atendimentos realizados através do CIS/AMURES em torno de 60% estão sendo pagos pelos pacientes. Ou seja, os pacientes que tem uma condição financeira um pouco melhor que os demais, então são beneficiados pelo sistema, ganham o transporte e pagam nas clínicas o mesmo valor que o município pagaria. Mas mesmo assim a Nalú solicitou cuidado a fim de que os municípios não extrapolem os orçamentos e que não ultrapassem mais que 5% (cinco por cento) dos gastos do ano anterior. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião. Estiveram presentes: Sr. Amarildo Luiz Gaio, Prefeito de Urupema e Presidente da AMURES; Sr. Roberto Marin, Prefeito de Anita Garibaldi e Presidente do CISAMA; Sr. Adilson Jorge Costa,

Prefeito de Urubici; Sr. Denilson Luiz Padilha, Prefeito de O-tacílio Costa; Sr. Ademar de Bona Sartor, Prefeito de Rio Rufino; Sr. José Antônio de Melo, Prefeito de Bom Retiro; Sr. Vânio Forster, Prefeito de Correia Pinto; Sra. Marlene de Fátima Kayser, Prefeita de São Joaquim; Sr. Luiz Paulo Farias, Prefeito de Ponte Alta; Sra. Doroti Maria Broering Alves, Vice-Prefeita de Painei; Sr. Júlio César Pinheiro, Vice-Prefeito de Anita Garibaldi; Sr. Selênio Sartori, Diretor Executivo do CISAMA; Sr. Valdonir Estivalet Teixeira, Gerente GEDUR - Criciúma; Sr. Altamir Durli, Superintendente da Caixa Econômica de Criciúma; Sr. João Vieira Júnior, Vereador de Capão Alto; Sr. João Cidinei da Silva, Vereador de Anita Garibaldi e a Sra. Iraci Vieira de Souza, Secretária Executiva da AMURES.

AMARIDO LUIZ GAIO
Prefeito de Urupema
Presidente da AMURES

ROBERTO MARIN
Prefeito de Anita Garibaldi
Presidente do CISAMA

ADILSON JORGE COSTA
Prefeito de Urubici

DENILSON LUIZ PADILHA
Prefeito de Otacílio Costa

ADEMAR DE BONA SARTOR
Prefeito de Rio Rufino

JOSÉ ANTÔNIO DE MELO
Prefeito de Bom Retiro

VÂNIO FORSTER
Prefeito de Correia Pinto

MARLENE DE FÁTIMA KAYSER
Prefeita de São Joaquim

LUIZ PAULO FARIAS
Prefeito de Ponte Alta

DOROTI MARIA BROERING ALVES
Vice-Prefeita de Painei

JÚLIO CÉSAR PINHEIRO
Vice-Prefeito de Anita Garibaldi

SELÊNIO SARTORI
Diretor Executivo do CISAMA

VALDONIR ESTIVALET TEIXEIRA
Gerente GEDUR
Criciúma /SC

ALTAMIR DURLI
Superintendente da Caixa
Econômica
Criciúma - SC.

JOÃO VIEIRA JÚNIOR
Vereador de Capão Alto

JOÃO CIDINEI DA SILVA
Vereador de Anita Garibaldi

IRACI VIEIRA DE SOUZA
Secretária Executiva da AMURES

Ata Nº 05/2012

Ata nº 05/2012

Aos três dias do mês de maio de dois mil e doze, estiveram reunidos Secretários Muni-cipais de Saúde, no município de Urubici. Assim sendo foi cedido espaço na reunião de Comissão Intergestores Regional - Lages. A Presidente da Comissão, Secretária Muni-cipal de Saúde, Sra. Denizette Mota, faz a abertura da reunião, deu boas vindas à todos e informou-os que havia cedido espaço para atos do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS/AMURES e passou a palavra para a Coordenadora Executiva do CIS, Nalú Júlio. A mesma cumprimentou aos presentes e iniciou as informações. Primeiramente da possível implantação do Serviço de Verificação de Óbitos - S.V.O. Foi informado aos secretários, que na última reunião dos prefeitos, no dia catorze (14) de maio do corrente, houve discussão a respeito do referido serviço, novamente e que houve inclusive alguns atritos. Porém, por sugestão do prefeito Luís Paulo Farias, Presidente da Amures. Que o S.V.O. seja implantado por adesão, como já é proposto. Assim sendo, foi solicitado aos secretários que os interessados em aderir ao referido serviço (S.V.O.), deverão enviar ao Presidente do CIS/AMURES, ofício de intenção à adesão, enviado pelo Prefeito e respectivo Secretário de Saúde. Foi reiterado aos Secretários, que o administrador do Hospital Infantil Seara do Bem, procurou a coordenação do CIS/AMURES, solicitando apoio no sentido de viabilizar as cirurgias de otorrinolaringologia de Mutirão. Estão disponíveis 14 (quatorze) cirurgias para

os municípios da região da Amures. Os Secretários interessados, deverão encaminhar à lista de pacientes que estão aguardando para submeterem-se a cirurgias de o-torrinolaringologia. E a equipe do CIS/AMURES organizou o fluxo. Foi informado a respeito do andamento das cirurgias de varizes do Mutirão do SUS, que estão sendo realizados no município de Santo Amaro, na Grande Florianópolis, sob a Coordenação do CIS/AMURES. Inicialmente eram 20 (vinte) vezes, porém, com sucesso da realização das mesmas, a Secretaria de Estado de Saúde, liberou mais 40 (quarenta) e há possibilidade de liberar ainda mais algumas. Foi informado que foi credenciado pelo CIS/AMURES, exames de Eletroencefalografia e Cintilografias diversas, valor de tabela do SUS. Já estão registrados no sistema de agendamento do CIS/AMURES. Foi informado também que foram contratados profissionais nas especialidades de Dermatologia, Mastologia e Reumatologia, também já estão no sistema de agendamento de consultas do CIS/AMURES. Foi discutido na reunião as dificuldades para realização dos exames de raio x pelo SUS. A coordenadora informou que juntamente com a enfermeira Fernanda da secretaria municipal de saúde de Lages, estão negociando raio x com o Hospital Seara do Bem. Se fechado o contrato será pelo SUS e o repassado pagamento será efetuado pela Secretaria Municipal de Saúde de Lages. Nos próximos dias terão respostas e a coordenação do CIS/AMURES comprometeu-se em informar aos municípios através de ofício inclusive com a distribuição de cotas. A coordenadora solicitou a colaboração dos secretários, no sentido de reduzir as faltas de pacientes para realização de exames, tendo em vista, que algumas vezes, são agendados mais que um exame na mesma clínica a fim de otimizar o transporte dos municípios e tem acontecido que, quando faltam muitas vezes, faltam mais que um do mesmo município, deixando o prestador de serviço com prejuízos. O CIS/AMURES corre risco de perder prestadores de serviços devido a mencionada situação. Alguns prestadores estão propondo cobrar multas por paciente faltoso. A coordenadora Nalú, solicitou o apoio dos Secretários (as), no sentido de evitar faltas dos pacientes e/ou avisar quando os mesmos não puderem comparecer no dia previamente agendado. Foi sugerido passar uma lista para os motoristas conferirem na saída do município e os que não estiveram para viagem, avisar por telefone, a telefonista do consórcio, Sra. Silvana Mendes, e por sua vez avisará os prestadores. Foi solicitado apoio também no sentido de encaminhar sempre os pacientes com as guias de autorização de procedimentos. A psicopedagoga tem informado à equipe do CIS/AMURES, que alguns pacientes tem comparecido para atendimento sem as referidas guias, que são necessárias a fim de que os profissionais apresentem a administração do CIS/AMURES no final de cada mês como comprovante de serviço sob pena de não receber os horários. Foi lembrado aos secretários da Capacitação "Motivacional e Excelência no atendimento ao Serviço Público", que acontecerá no próximo dia 07 (sete), em Lages. O custo será de R\$ 37,00 (trinta e sete reais) por participante. Os interessados ainda poderão inscrever-se através de fax ou e-mail para o CIS/AMURES. Os valores serão cobrados na fatura do mês de maio do corrente ano. Foi lembrado também do cuidado que os secretários (as) deverão ter com os gastos neste ano, tendo em vista ser ano eleitoral. A Nalú, informou-os que alguns municípios gastaram em 04 (quatro) meses o orçamento do todo. Foi informado e reapresentado aos secretários (as) as propostas de Ficha de Programação orçamentária - F.P.O., para firmar a contratação dos recursos financeiros da PPI/SUS, que o CIS/AMURES apresenta produção através da Secretaria Municipal de Saúde de Lages. A coordenadora Nalú, falou aos presentes, que soube através de terceiros, que em outras reuniões, da Comissão Intergestores Regional - CIR, alguns secretários ficaram em dúvida se utilizariam cada um a sua cota mensal de exames da PPI, ou se faria o rateio proporcional, a exemplo do que era feito até a presente data. A coordenadora apresentou as duas propostas e salientou que se for pela cota, o município somente receberá o que produzir dentro do mesmo. Exemplo: se o município X tiver recursos para 10 (dez) consultas em cardiologia e utilizar somente

08 (oito), perde no mês o valor de duas consultas, mesmo que extrapole em outra especialidade, já se for proporcional o município receberá o percentual que gastou no mês sobre o valor total à ser repassado para o CIS/AMURES, receberá 10% (dez por cento) do valor repassado, ou 10% de R\$ 57.032,00 (cinquenta e sete mil e trinta e dois reais) será R\$ 5.703,20 (cinco mil, setecentos e três reais e vinte centavos) naquele mês. Após as orientações acima, a coordenadora, solicitou que todos autorizassem as duas formas de receber os referidos recursos financeiros da produção Ambulatorial através do CIS/AMURES. Foi aprovado a primeira tabela, a proposta do CIS/AMURES, que apresenta a FPF, com base na série histórica do ano anterior. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião.

Ata Nº 06/2012

ATA Nº 06/2012

ASSEMBLÉIA DOS PREFEITOS CIS/AMURES

Aos quatorze dias do mês de maio, às quatorze horas, no auditório da Secretaria de Desenvolvimento Regional, de São Joaquim, reuniram-se em Assembléia, os prefeitos dos municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS/AMURES. A assembléia teve como objetivo, mais uma vez discutir a implantação do Serviço de Verificação de Óbitos - SVO e a desincompatibilização dos prefeitos aos cargos da diretoria do CIS/Amures, para fins eleitorais. A assembléia deu-se juntamente com a assembléia da Amures e do SISAMA. A Secretária executiva da Amures, Sra. Iraci Vieira Souza, cumprimentou aos presentes e convidou para compor a mesa de autoridades. A Prefeita de São Joaquim, a Sra. Marlene de Fátima Kayser da Rosa; a Srª Solange Pagani, Secretária Regional de São Joaquim; Sr. Sérgio Oliveira de Souza, Presidente da Câmara do Município de São Joaquim, neste ato representando os demais vereadores; o Sr. Amarildo Gaio, Prefeito de Urupema e Presidente da Amures; Sr. José Antonio de Melo, Prefeito de Bom Retiro; Sr. Roberto Marin, Prefeito de Anita Garibaldi e Presidente do CISAMA; Sr. Juarez Matos, representando o Secretário do Desenvolvimento Regional de Lages Sr. Jurandi Agostini e o Sr. Renee Cardoso Braga, Promotor de Justiça. A secretária executiva da Amures Iraci Vieira de Souza, convidou a todos para ouvir o hino do município de São Joaquim, cantado pelos alunos do CAIC, em seguida os alunos fizeram outras apresentações de dança. A Secretária Executiva convidou a rainha e a princesa da 9ª Festa da Paçoca em Capão Alto para que fizessem o convite da referida festa aos prefeitos. Dando início aos trabalhos, a Secretária passou a palavra a Prefeita Marlene Kayser, que cumprimentou a todos os presentes e parabenizou ao CAIC pelo belo trabalho e agradeceu também a Senhora Solange Pagani que disponibilizou a sede da SDR para a realização da assembléia. Em seguida a Secretária Iraci passou a palavra à Secretária de Desenvolvimento Regional, Senhora Solange Pagani que cumprimentou a todos os presentes e falou dos investidores na SC 438 que está em fase de licitação, fez um breve comentário sobre os investimentos que o Governo Estadual está fazendo nos municípios Serranos, colocou a SDR de São Joaquim a disposição dos prefeitos. O Presidente da Câmara de Vereadores de São Joaquim foi convidado a fazer uso da palavra, Senhor Sérgio Oliveira, que cumprimentou a todos e agradeceu o convite feito pela Prefeita Marlene. A Secretária Executiva passou a palavra ao Presidente da AMURES, Senhor Amarildo Luiz Gaio, que saudou e agradeceu a Prefeita Marlene pela recepção. Após a apresentação e discussão dos assuntos da Amures. Iniciou - se os Assuntos do CIS/Amures. A Secretária Executiva da Amures, convidou o Senhor Antônio Melo, prefeito de Bom Retiro, o qual foi incumbido, pelos demais prefeitos, na última Assembléia, em Anita Garibaldi a fim de que, juntamente com a Assessora Jurídica da Amures, Sra. Zenalda Vanin, analisasse criteriosamente, se os municípios deveriam ou não aderir ao Serviço de Verificação de Óbito - SVO. O Prefeito Antônio Melo relatou, que após análise criteriosa, seu parecer é que os prefeitos

não deveriam assumir mais este compromisso. Que este serviço é de referência e que é competência do Estado. A Coordenadora Executiva do CIS/AMURES, Nalú Júlio, pediu a palavra e disse que o município de Lages, está sendo cobrado pela Promotoria de Justiça, a oferecer o referido serviço aos seus municípios, que estão na eminência de pagar multa diariamente. Falou ainda de que já recebeu a manifestação, através de ofício de outros municípios solicitando à adesão ao SVO, assinado pelos respectivos Prefeitos e Secretários Municipais de Saúde. Como ficaria resposta à Lages? Foi sugerido que Lages implantasse o SVO, somente para Lages. A Nalú informou que não é possível, pois segundo os técnicos da Secretaria de Estado da Saúde o repasse de Contra - Partida do Estado que será de R\$ 11.000,00 (Onze Mil Reais) não poderá ser repassado fundo a fundo. O Vice - Presidente da Amures, Prefeito de Ponte Alta, Sr. Luís Paulo Farias, pediu a palavra e perguntou à coordenadora Nalú se o serviço poderá ser oferecido através do CIS/AMURES, somente para um município? A Coordenadora, respondeu que sim, desde que aprovado em Assembléia pelos demais prefeitos. O Prefeito de Capão Alto, Antônio Coelho (Bota), manifestou-se dizendo que se Lages tem interesse na implantação do SVO, que assim seja feito afim de que o município de Lages não seja penalizado com o pagamento de multas. Sugeriu ainda que a vigência do convênio seja até 31 de dezembro do corrente ano e que naquele mês seja reavaliada a continuidade do S.V.O. Foi colocada em votação e aprovada a implantação do referido Serviço. O Prefeito Antônio Melo, comprometeu-se em ir à Florianópolis, na Secretaria de Estado da Saúde, verificar com a diretoria de Vigilância Epidemiológica, a possibilidade de o convênio ser firmado diretamente com a Secretaria Municipal de Saúde e não através do CIS/Amures. Passou-se então para o seguinte assunto da pauta, a data da desincompatibilização dos prefeitos ao cargo da Diretoria do CIS/Amures. Foi discutida e aprovada pelos presentes a data de 05 (Cinco) de Junho para a desincompatibilização e assim já assinaram os requerimentos. A Diretoria do CIS/Amures, a partir de Cinco de Junho de 2012 (dois mil e doze) do corrente ano ficou com a seguinte composição: Presidente do CIS/Amures, Sr. Janerson José Delfes Furtado, prefeito do município de Cerro Negro. Conselho Fiscal: Permaneceu o Sr. Firmino Aderbal Chaves Branco, Prefeito de Campo Belo do Sul; e foram eleitos o Sr. Osni Francisco de Souza, Prefeito de Palmeira; Sr. Antônio Coelho Lopes Júnior, Prefeito de Capão Alto e como Suplente o Sr. Renato Nunes de Oliveira, Prefeito de Lages. Encerrando os assuntos. A Secretária Executiva da Amures, passou a palavra para prefeita Sra. Marlene Kaiser, Prefeita de São Joaquim, que agradeceu todos pela presença e convidou para um café colonial. Foi definido que a próxima Assembléia dar-se-á no município de Capão Alto. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a Assembléia. Estiveram presentes: Prefeito de Urupema, Sr. Amarildo Luiz Gaio; Prefeito de Urubici, Sr. Adilson Jorge Costa; Prefeito de Bom Retiro, Sr. José Antônio Melo; Prefeito de Ponte Alta, Sr. Luiz Paulo Farias; Prefeito em Exercício de Anita Garibaldi, Sr. Júlio César Pinheiro; Prefeito de Anita Garibaldi, Sr. Roberto Marin; Prefeito de Otacílio Costa, Sr. Denílson Luiz Padilha; Prefeita de São Joaquim, Sra. Marlene de Fátima Kayser; Prefeito de Capão Alto, Sr. Antônio Coelho Lopes Júnior; Secretária Executiva da AMURES, Sra. Iraci Vieira de Souza; Coordenadora do CIS/AMURES, Sra. Nalú Terezinha Júlio.

AMARILDO LUIZ GAIO
Prefeito de Urupema
Presidente da AMURES

ROBERTO MARIN
Prefeito de Anita Garibaldi
Presidente do SISAMA

ADILSON JORGE COSTA
Prefeito de Urubici

DENÍLSON LUIZ PADILHA
Prefeito de Otacílio Costa

JOSÉ ANTÔNIO DE MELO
Prefeito de Bom Retiro

MARLENE DE FÁTIMA KAYSER
Prefeita de São Joaquim

LUIZ PAULO FARIAS

JOSÉ BELIZÁRIO BORGES ANDRADE



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Prefeito de Ponte Alta Prefeito de Paineira

JÚLIO CÉSAR PINHEIRO
Prefeito em Exercício de Anita Garibaldi

ANTÔNIO COELHO LOPES JÚNIOR
Prefeito de Capão Alto

IRACI VIEIRA DE SOUZA NALÚ TEREZINHA JÚLIO
Secretária Executiva da AMURES Coordenadora do CIS/AMURES

Ata Nº 07/2012

Ata nº 07/2012

Aos quinze dias do mês de Junho de dois mil e doze, estiveram reunidos em Assembléia os prefeitos que compõem o Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS/AMURES, nas dependências da Amures. A reunião se deu em conjunto com a Associação de Municípios da Região Serrana, Amures e do Consórcio de Meio Ambiente - CISAMA. A secretária Executiva da Amures, cumprimentou aos presentes e passou a palavra para o Presidente Amarildo Gaio, Prefeito de Urupema. O mesmo cumprimentou aos presentes e em seguida devolveu a palavra para a Secretária Executiva, Iraci o que neste momento convidou o Prefeito de Ponte Alta, Sr. Luís Paulo Farias, que dirigiu-se a frente da mesma, tendo em vista, que o objetivo da reunião, dentre outros, era a posse do novo presidente da Amures e do CIS/AMURES. Assinaram o termo de transmissão de cargo, o termo de posse o Prefeito de Urupema, Amarildo Gaio e o Prefeito de Ponte Alta, Sr. Luis Paulo Farias, sendo o segundo o novo presidente da Amures, declarado empossado. Ambos proferiram algumas palavras de agradecimento. Em seguida a Secretária Executiva, Sra. Iraci, chamou a prefeita de Bocaina do Sul, Sra. Marta Góss, atual presidente do CIS/AMURES, transmitiu o cargo ao prefeito de Cerro Negro, Sr. Janerson Jose Delfes Furtado, foi declarado empossado o novo presidente do CIS/AMURES. Ambos fizeram agradecimentos à equipe do CIS/AMURES e a equipe da Amures. Encerrada a transmissão de cargos, a Sra. Iraci agradeceu à todos e convidou os representantes do Governo Federal, que aguardavam para repassar informações aos prefeitos e técnicos das prefeituras a intenção formar consórcios nas diversas áreas de Serviço Público a fim de otimizar Recursos Materiais, humanos e financeiros e ainda a intenção de formar consórcios múltiplos, com várias áreas em uma mesma estrutura. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião.

Ata Nº 08/2012

Ata nº 08/12

Aos vinte e um dias do mês de junho de dois mil e doze, estiveram reunidos no Centro de Eventos de Campo Belo do Sul, o Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS/AMURES. A referida reunião aconteceu juntamente com a reunião da Comissão Intergestores Regional - CIR. A presidente do CIR, Secretária de Saúde de São José do Cerrito, Sra. Denizete Mota, cumprimentou aos colegas presentes, leu da pauta da reunião da referida comissão e informou-os que cederia o primeiro horário para o CIS/AMURES. Assim sendo passou a palavra para a Coordenadora do CIS/AMURES, Sra. Nalú Júlio, a que cumprimentou aos presentes e iniciou as informações. Falou sobre a implantação do Serviço de Verificação de Óbitos - SVO. Que a empresa que pretende vender o Serviço tem procurado a coordenação e a Gerente de Epidemiologia da Secretaria de Saúde de Lages, porém a diretoria de Vigilância de Secretaria de Estado da Saúde, diz que não será possível o repasse de contrapartida de Recursos Financeiros no decorrente ano. Assim sendo fica difícil a implantação do S.V.O., por que será muito difícil a Secretaria de Estado da Saúde - SES, repassar recursos deste ano em dois mil e treze. Falou ainda que o Secretário de Saúde e o Prefeito de Lages estão sendo pressionados pelo Ministério Público e pela Câmara de

Vereadores. Os Secretários presentes manifestaram interesse em implantar o S.V.O. A coordenadora Nalú informou que continuará sempre acessando a SES, a fim de auxiliar na implantação do referido serviço, disse também que esta é uma batalha de longas datas que a região vem enfrentando. Em seguida iniciou a prestação de contas do CIS/AMURES, apresentou o quadro com dados contabilizados desde janeiro do corrente, porém enfatizou os meses de março, Abril e maio que ainda não haviam sido apresentados. Foi aprovada a prestação de contas por unanimidade, pelos secretários presentes. Foi informado aos secretários que o Presidente do CIS/AMURES, prefeito de Cerro Negro, Sr. Janerson Furtado, já assinou o convênio de contratualização do CIS/AMURES, com a secretaria Municipal de Saúde de Lages e falta apenas a assinatura da Presidente do CIR. Em seguida a coordenadora apresentou a documentação que foi prontamente assinada pela Sra. Denizete Mota. Em seguida a Nalú repetiu a apresentação dos demonstrativos da Ficha de Programação Orçamentária - FPO. Foi anexada a referida contratualização. Lembrou a todos que conforme aprovado em reunião anterior pelos Secretários e pelos prefeitos dos municípios que compõem o CIS/AMURES, deverá ser definida a forma de divisão dos recursos, se será proporcional conforme a utilização de serviços ou se cada um prefere utilizar a sua respectiva cota. Solicitou à todos que decidam juntamente com seus respectivos prefeitos e informe a coordenação, se continuarão deixando os recursos do SUS, recebidos através do Boletim de Produção Ambulatorial - BPA, apresentado através do CIS/AMURES em reserva de caixa ou se preferem utilizá-los todo mês para auxiliar no pagamento das contas de exames e consultas. Foi solicitado também que a decisão seja informada através de ofício para a presidência do CIA/Amures. A coordenadora lembrou à todos que informará através de ofícios a cota recebidas em cada mês, se for do interesse de todos. Foi colocado em votação se o rateio dos recursos do BPA seriam divididos proporcionalmente. Foi apresentado número de tomografias do SUS, utilizadas por município de Janeiro à Junho do corrente. Com uma tabela contendo as cotas de tomografia do SUS, de cada município da Região da Amures e foi observado que alguns municípios foram beneficiados com um número significativamente maior que suas respectivas cotas. A Nalú lembrou que de acordo com a decisão dos Secretários e prefeitos desde que a equipe do CIS/AMURES passou a controlar as cotas, cada município utiliza sua cota até o dia vinte de cada mês, a partir daí reuni-se as cotas que ainda restam e são distribuídas para aqueles municípios que possuem uma demanda maior, ou seja, filas. São observados os seguintes critérios: primeiramente diagnóstico de urgência, em seguida crianças e idosos e posteriormente os que estão aguardando a mais tempo na fila. Foi informado também que após liberado a autorização de pagamento pela Secretaria Municipal de Saúde de Lages são agendados os referidos exames em torno de vinte dias os pacientes submetem-se aos exames. Foi informado também que não está sendo mais rápido, porque o prestador de Serviço de tomografia, não fazia tomografias de tórax e abdômen total, dizendo que está tendo prejuízos. Então a Nalú negociou com o prestador a fim de conseguir fazer também estas três citadas. Ficou assim negociado, de cada remessa de tomografias encaminhada para agendar, trinta por cento, poderão ser de abdômen total e tórax. Por esta razão demora um pouco mais o agendamento. Porém, quando trata-se de urgência, a funcionária responsável pela PPI das tomografias, liga para o (a) Secretário (a) do Município de origem do paciente e sugere pagar pelos recursos da prefeitura. São casos raros. Foi informado que a FECAM tem orientado os coordenadores executivos dos Consórcios públicos a respeito da legislação pertinente. Foi informado também que em futuro muito próximo os consórcios de Saúde do Estado de Santa Catarina estarão recebendo da SES, recursos financeiros para auxiliar na estrutura administrativa dos mesmos, custeios. E ainda que o colegiado dos Consórcios de Saúde, juntamente com a FECAM e o presidente do COSEMS, Sr. Eloi Trevisam, buscam a possibilidade de mais incentivo de recursos financeiros para pagamento de Serviços para os municípios consorciados. A

coordenadora Nalú informou que tão logo tenha sido aprovado na Comissão Intergestores Bipartite - CIB, a mesma chamará uma nova reunião para informá-los. Para encerrar foi informado o sucesso do Seminário realizado no último dia dezoito e dezenove de Junho, em parceria CIS/AMURES, UFSC e SES, que foi um sucesso de público e conteúdo, avaliado pelos participantes como um dos melhores dos últimos anos. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. Estiveram presentes: Sra. Claudiane V. Pucci, Secretária de Saúde de Campo Belo do Sul; Sr. Roberto Ramos, 27ª Gersa - SES; Sra. Cláudia Ataíde, 27ª Gersa - SES; Sra. Fernanda de Matia, Diretora Administrativa e Financeira - Secretaria de Saúde de Lages; Sra. Maria Margarette da S. Gorges, Secretária de Saúde de Bom Retiro; Sr. Dilmar Ribeiro Pereira, Secretário de Saúde de Correia Pinto; Sra. Stefany Rodrigues Wolff, Psicóloga na Secretaria de Saúde de Capão Alto; Sra. Maria Ivanir dos Santos Ramos, Diretora de Saúde de Capão Alto; Sra. Sandra Ap. Coelho Souza, enfermeira Secretaria Municipal de Bom Retiro; Sra. Sonia de Fátima Souza, Apoiadora do Cosems; Sra. Regine Neves, Enfermeira Secretaria de Saúde de Ponte Alta; Sra. Terezinha Aparecida Silva, secretaria Municipal de Saúde de Ponte Alta; Sra. Ana Carla Lazzaris, 28ª Gersa - São Joaquim; Sra. Denizete Monteiro de Lima Mota, Secretária de Saúde de São José do Cerrito; Sr. Sebastião Blévio Proença, 27ª Gersa de Lages; Sr. Valderi Pereira Valente, Secretário de Saúde de Otacílio Costa; Sra. Jane Maria Gerber Neves, Secretária de Saúde de Cerro Negro; Sra. Inês Bernadete Geluke, Secretária de Saúde de Anita Garibaldi; Sra. Nalú Terezinha Julio, Coordenadora CIS/AMURES; Sra. Neiva Ribeiro, setor financeiro CIS/AMURES.

CLAUDIANE PUCCI ROBERTO RAMOS
Sec. de Saúde de Campo Belo do Sul 27ª Gersa - Lages

CLÁUDIA ATAÍDE FERNANDA DE MATIA
27ª Gersa - Lages Diretora Adm. E Financeira/Lages

MARIA MARGARETE DA S. GORGES
Sec. de Saúde de Bom Retiro

DILMAR RIBEIRO PEREIRA
Sec. De Saúde de Correia Pinto

STEFANY RODRIGUES WOLFF
Psicóloga Mun. Capão Alto

MARIA IVANIR DOS SANTOS RAMOS
Diretora de Saúde de Capão Alto

SANDRA AP. COELHO SOUZA
Enf. Secretaria de Saúde de Bom Retiro

SONIA DE FÁTIMA SOUZA
Apoiadora do Cosems

REGINE NEVES
Enf. Secretaria de Saúde de Ponte Alta

TEREZINHA APARECIDA SILVA
Sec. Mun. de Saúde de Ponte Alta

ANA CARLA LAZZARIS
28ª Gersa - São Joaquim

DENIZETE MONTEIRO DE LIMA MOTA
Secretária de Saúde de São José do Cerrito

SEBASTIÃO BLÉVIO PROENÇA
27ª Gersa - Lages

VALDERI PEREIRA VALENTE

Secretário de Saúde de Otacílio Costa

JANE MARIA GERBER NEVES
Secretária de Saúde de Cerro Negro

INÊS BERNADETE GELUKE
Secretária de Saúde de Anita Garibaldi

NALÚ TEREZINHA JÚLIO
Coordenadora CIS/AMURES

NEIVA RIBEIRO
Financeiro CIS/AMURES

Ata Nº 09/2012

Ata nº 09/2012

Aos dez dias do mês de Julho de dois mil e doze, estiveram reunidos no município de Capão Alto, em Assembléia, os prefeitos dos municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS/AMURES e aconteceu juntamente com a Assembléia da Amures e do CISAMA. A secretária Executiva da Amures, cumprimentou aos presentes e convidou para fazer parte da mesa as seguintes autoridades: Sr. Antônio Coelho Lopes Júnior, Prefeito do Capão Alto, anfitrião desta Assembléia; Sr. Luiz Paulo Farias, Prefeito de Ponte Alta; Sr. Janerson José Delfes Furtado, Presidente da Amures e prefeito de Cerro Negro; Sr. Juarez Matos, representante da SDR. Dando início as apresentações dos trabalhos o Presidente Luiz Paulo Farias cumprimentou a todos com saudação, aprovada por todos os presentes, a última ata de Assembléia, passando a palavra ao Prefeito Antonio Coelho, dando boas vindas com saudações a todos e em especial saudou e demonstrou sentimentos com uma oração a saúde do Prefeito Renato Nunes. Passando a palavra para o Prefeito, Presidente do Consórcio CIS/AMURES, Sr. Janerson José Delfes Furtado, que saudou a todos e parabenizou, a coordenadora do CIS, Sra. Nalú, pelo desenvolvimento do seu trabalho, agradeceu a oportunidade. Passou a palavra ao Sr. Juarez Matos, representante da SDR, que saudou a todos e explanou alguns trabalhos realizados, justificando que apenas 5% dos projetos ficaram por serem liberados, se colocando a disposição de todos os prefeitos. O presidente Paulo apresentou o Sr. Micheli, engenheiro de Verona na Itália, o mesmo saudou a todos, demonstrando interesse em exportar conhecimentos e também importar conhecimentos brasileiros. O Presidente Paulo repassou a pauta ao público. Em seguida a Secretária Executiva da Amures, repassou algumas informações aos prefeitos, da mesma forma o fez o presidente da Amures. Em seguida passou a palavra a assessora jurídica da Amures, do CIS/AMURES e do CISAMA, Sra. Zenalda Vanim de Moraes. A mesma tomou a palavra, saudou os presentes e fez algumas considerações sobre a Lei nº 12.022 de 2011, que instituiu o acesso a informação pública. Em seguida o Sr. Adilson Branco, assessor de Informática e de movimento Econômico, saudou a todos, deu continuidade apresentando a parte técnica da informática referente ao acesso à informação, desta lei citada acima. Após apresentação, Adilson faz demonstração sobre os índices provisórios do Movimento Econômico, se colocando a disposição de todos os prefeitos. Aberta para deliberações do Consórcio CISAMA, a secretária executiva passa a palavra ao diretor, Sr. Selênio Sartori, aberta para deliberações do CISAMA. A Secretária Executiva faz demonstração de um estudo referente à criação de novos consórcios, que facilitaria para pleitear recursos para novos projetos, ficando decidido pela maioria, permanecer, consolidar e ampliar os consórcios já existentes. Fica sugestão para apresentar esta proposta de criação de novos consórcios para início de dois mil e treze. Dando continuidade aos assuntos a Secretária Executiva da Amures, convidou a coordenadora Executiva do CIS/AMURES, Nalú Júlio para repassar algumas informações. Ao tomar a palavra, agradeceu a oportunidade e as palavras de confiança proferida pelo Prefeito Presidente do CIS/AMURES, Sr.

Janerson Furtado, com relação aos trabalhos da equipe do CIS. Informou aos prefeitos que a mesma está participando de um trabalho junto a Fecam, para que a secretaria de Estado da Saúde, afim de, a exemplo do Estado de Minas Gerais e Paraná, repasse recursos de custeio aos Consórcios de Saúde e ainda ampliar os recursos financeiros para pagamento de exames especializados aos municípios consorciados. Tem participado nas reuniões do colegiado de consórcios públicos, o Presidente do Conselho de secretários Municipais de Saúde do Estado de Santa Catarina - COSENS, o Sr. Eloi Trevisan, e este por sua vez tem intermediado a proposta na Comissão Intergestores Bipartite - CIB. O Prefeito de Urubici, Sr. Adilson Jorge Costa perguntou quando seria confirmada a aceitação da proposta ou não. Se havia informação de quanto cada município receberia. A Nalú informou que: se aprovada será per capita e o valor será R\$ 0,30 (trinta centavos) por habitante mês. O presidente da Amures, Sr. Luiz Paulo Farias, perguntou o que os municípios deveriam fazer para receber esses recursos, se for aprovada? A Nalú explicou que precisam estar participando do Consórcio de Saúde, o Consórcio estar habilitado, segundo a lei nº 11.107 que rege os Consórcios Públicos. Informou ainda que o CIS/AMURES, está habilitado em toda a documentação, apenas ainda é um Consórcio Público de Direito Privado. Lembrou aos prefeitos que se eles preferirem continuar assim, tendo em vista de não conseguir atender 100% da demanda dos municípios com recursos financeiros da Prefeitura. O prefeito de Capão Alto, Sr. Antonio Coelho (Bota), perguntou como seria repassado os referidos recursos? A Nalú informou que o dinheiro será repassado ao município pólo, no caso Lages e o CIS/AMURES apresentará produção e receberá pelos municípios consorciados. Enfatizou que se for aprovado resultará um valor em torno de R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais) a mais para aplicar na saúde da Região. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião. Estiveram presentes:

LUIZ PAULO FARIAS
Prefeito de Ponte Alta/
Presidente da Amures

ROBERTO MARIN
Prefeito de Anita Garibaldi

EVERALDO JOSÉ RANSONI
Prefeito de São José do Cerrito

AMARILDO LUIZ GAIO
Prefeito de Urupema

OSNI FRANCISCO DE SOUZA
Prefeito de Palmeira

DENILSON LUIZ PADILHA
Prefeito de Otacílio Costa

ADILSON JORGE COSTA
Prefeito de Urubici

MARLENE KAYSER DA ROSA
Prefeita de São Joaquim

ADEMAR DE BONA SARTOR
Prefeito de Rio Rufino

ANTONIO COELHO LOPES JÚNIOR
Prefeito de Capão Alto

JANERSON JOSÉ DELFES FURTADO
Prefeito de Cerro Negro
Presidente CIS/AMURES

IRACI VIEIRA DE SOUZA
Secretária Executiva -
AMURES

SELÊNIO SARTORI
Secretário Executivo - CISAMA

ZENALDA VANIN MORAES
Assessora Jurídica - AMURES

MURILO RAMOS VIEIRA
Secretário de Agricultura de Lages

NALÚ TEREZINHA JÚLIO
Coordenadora do CIS/AMURES
Representando Prefeito Renato Nunes/Lages

ROBERTO YAMANICHI
Assessor Administrativo
Representando Prefeito Firmino Branco/
Campo Belo do Sul

JUAREZ MATOS
Diretor da SDR de Lages

EMY MESQUITA
Secretária de Administração
Representando Prefeito
Vânio Foster/Painel

JOÃO PEDRO VELHO
Vice-Prefeito de Otacílio Costa

CITMAR

Portaria Nº 04 de 1º de Novembro de 2012.

PORTARIA Nº 04 DE 1º DE NOVEMBRO DE 2012.

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER CARGO EM COMISSÃO

Célio José Bernardino, Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar - CITMAR, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 26, inciso III do Protocolo de Intenções do CITMAR, e amparado na Lei Federal nº. 11.107/2005, em seu art. 4º, inciso IX c/c art. 5º, inciso IX do Decreto Federal nº. 6.017/07,

CONSIDERANDO que constitui por objeto do CITMAR propor, estudar, planejar, executar, operar, avaliar, coordenar e supervisionar ações destinadas a fomentar o turismo regional, de forma a impulsionar o desenvolvimento sustentável nos Municípios que o integram,

CONSIDERANDO que de acordo com artigo 26, inciso III do Protocolo de Intenções do CITMAR, sendo competente o Diretor Executivo para dar provimento aos cargos e empregos públicos, bem como praticar todos os atos relativos ao pessoal administrativo,

CONSIDERANDO que de conformidade com o Contrato de Rateio firmado entre os Municípios Consorciados, em sua Cláusula Primeira, inciso IV, o qual dispõe que caberá ao CITMAR viabilizar a infra-estrutura e os recursos humanos necessários ao seu funcionamento, RESOLVE:

Art. 1º - Fica, por este ato, nomeado para exercer o cargo em comissão de ASSESSOR JURÍDICO, lotado ao Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar - CITMAR, o senhor CIRINO ADOLFO CABRAL NETO, cuja carga horária de trabalho será de 10h (dez horas) semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

ITAJAÍ/SC, 1º DE NOVEMBRO DE 2012.

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO

Diretor Executivo CITMAR

PEGASO
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



CISAMA

Edital de Convocação da Assembléia Geral Extraordinária e Assembléia Geral Ordinária - CISAMA

Of. Circ. nº 77/2012. Lages, 01 de novembro de 2012.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA - CISAMA

Senhor (a) Prefeito (a)

Com nossas saudações vimos através deste, convocar Vossa Excelência para a Assembléia Geral Extraordinária e Assembléia Geral Ordinária do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico, Meio Ambiente, Atenção a Sanidade dos Produtos de Origem Agropecuária e Segurança Alimentar - CISAMA a ser realizada no dia 19 de novembro de 2012, segunda-feira com início às 14:00h na Sede da AMURES tendo a seguinte pauta:

Assembléia Geral Extraordinária:

- Aprovar alterações no Estatuto Social conforme artigo 22º e 23º.

Assembléia Geral Ordinária:

- Situação dos contratos de Esgotamento Sanitário junto a FUNASA e encaminhamentos;

- Situação dos projetos apresentados ao Ministério do Desenvolvimento Social e Ministério da Agricultura e encaminhamentos;

- Proposta de indicação de emenda parlamentar para o CISAMA, AMURES e CIS;

- Situação e encaminhamentos do Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PIGIRS

- Assuntos Gerais;

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Presidente do CISAMA



Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável

Informações municipais para a promoção do desenvolvimento sustentável em Santa Catarina

indicadores.fecam.org.br



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

www.ciga.sc.gov.br